ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO



VOLUME XIII

AVEIRO

1947

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR
FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

AS CAMPAS DAS FUNDADORAS DO MOSTEIRO DE JESUS DE AVEIRO

O MOSTEIRO dominicano de Jesus de Aveiro foi, como se sabe, fundado em dias do Rei D. Afonso V por certa dona de nome Brites Leitão. Dos seus primeiros tempos dão-nos pormenorizada notícia Frei Luís de Sousa (1), e a autora da *Crónica da fundação do mosteiro de Jesus* (2).

Ultimamente adaptado a museu, conserva abundantes restos da passada vida claustral, entre os quais não são de menor interesse alguns documentos lapidares agora retirados do lôbrego ossuário onde o zelo de uma freira os colocara.

*

Com a piedosa intenção de reunir as ossadas das madres fundadoras e prioresas da Casa, certa prelada que a regia pelos anos de 1630, mandou fazer no pavimento de uma das capelas da claustra um pequeno carneiro de planta cruciforme cujas paredes fez revestir com as campas que, com os ossos, possìvelmente trouxera do Capítulo, e ao centro do qual, num caixão de chumbo, juntou os restos das suas antecessoras D. Mecia Pereira, D. Leonor de Meneses, D. Maria de Ataíde, D. Antónia de Noronha, D. Isabel de Castro,

---

(1) *História de S. Domingos*, P. II, liv. IV, cap. VIII e segs.
(2) Editada em 1939 pelo Dr. Ferreira Neves, em cópia e com erudito prefácio de Rocha Madahil.

D. Brites de Meneses, D. Brites Ferraz Pereira, D. Guiomar Pinta, D. Antónia de Sousa, e D. Inês de Noronha.

Em época que desconheço, alguém aproveitou a pequena lápida sepulcral da madre Brites Leitoa, talvez já então deslocada do seu primitivo local durante algumas obras executadas na casa do Capítulo, para tapar com ela a entrada do carneiro seiscentista, colocando-a com a inscrição para baixo, e mutilando-a, a-fim de a ajustar à sua nova e bárbara utilização.

Durante anos a procurou, em vão, o ilustre Director do Museu Regional instalado no velho casarão dominicano, até que, afastada para que eu pudesse descer ao carneiro e procurá-la entre as demais, o acaso a pôs ante os meus olhos.

Com as obras de adaptação que ali têm sido levadas a efeito pela Direcção dos Monumentos Nacionais, foi o carneiro inutilizado, pois já as ossadas das reverendas madres tinham sido retiradas, e as oito campas, com a da fundadora, voltam agora a ocupar o lugar que naturalmente lhes é próprio no pavimento da sala capitular, muito embora já sem a primitiva aplicação.

De entre elas apenas me ocuparei das três que ostentam inscrições de belos caracteres góticos. As restantes, cujas datas vão do último quartel do século XV ao primeiro quartel do século XVII, embora mereçam a nossa atenção, não têm o interesse, não só paleográfico, mas sobretudo artístico das do período gótico.

AQ^{I} : JAZ : HA MUY : U^{I}TUOSA
RELLIGIOSA : BRTZ : LEYTOA :
. . . . [PRIORES
A] : DESTE : P(ER) : XBJ : ANOS
[FAL]ECEO : NA Ë [DE M̈]I^{c}III LXXX

Caracteres góticos em relevo. Esta campa foi cortada na parte correspondente à 3.ª linha da inscrição para servir de tampa à boca do carneiro das «Fundadoras». A 5.ª linha atravessa a meio da lápida, da parte mutilada para a 1.ª linha.

Altura dos caracteres: 0^{m},07. Dimensões actuais da campa: 0^{m},640 × 0^{m},845.

Ao ser retirada para abertura do carneiro, partiu-se esta formosa campa em dois fragmentos, que no entanto se ajustam bem.

AS CAMPAS DAS FUNDADORAS

*

Brites Leitão, de menina ficara orfã de pai e mãe, e fora recolhida nos paços da Infante D. Isabel, a esposa do Regente D. Pedro, que dela tomara «spiçial cura e carrego».

Certo dia, como a pequena Beatriz chegasse à idade de casar, trataram os seus protectores de lhe arranjar marido. «Servia no mesmo tempo ao Infante um fidalgo mancebo» de nome Diogo de Ataíde, «muy assignado cavaleyro», sobrinho do conde da Atouguia. E, «cõ afaagos e ameaças», lá a convenceram a matrimoniar-se com o rapaz. Mas, «passados algũs dias depoys que forõ sposados», o bom do Diogo, «veendo hos grandes males do mũdo», resolve meter-se frade, e uma noite safa-se de casa e vai bater à porta do convento de Benfica ([1]).

A pobre Brites Leitoa, «moca e mũy fremosa», tinha-se já por viúva, «anojada e muito desconsolada»; os Infantes ficaram «nõ pouco descõtentes», que é como quem diz: furiosos com a partida do mocinho; e como a todos, aos Infantes, à abandonada esposa, e à nobre parentela, «parecia lhes muito sem razõ este feyto e nõ de sofrer»; trataram de convencer os frades de que aquilo era uma vergonha, intimando-os o Regente a que «lhe despissem logo o hábito e o lançassem do mosteiro, visto ser casado», mandando o extraviado marido para junto da sua Beatriz.

Congraçados os esposos, «passarõ sse algũns ãnos sem aver ffilhos, ffazendo por ysso devações e romarias», até que no dia 21 de Julho do ano de 1448 lhes nasceu uma filha que veio a chamar-se D. Catarina de Ataíde, e logo a 6 de Agosto do ano seguinte outra filha a que puseram o nome de D. Maria de Ataíde. «Depoys ouve a sobredita senhora dous ffilhos».

Parece que já não eram necessárias as tais *devações e romarias*, e que mais filhos teriam nascido, se a 25 de Julho de 1453 não falecesse de peste o nobre Diogo de Ataíde.

Andava então nos 25 anos, era galante e rica, a saudosa viúva que, vendo-se «comitida e perseguida de muytos e nobres fidalgos pera casamẽto», e temendo «hos erros, laços e grandes periigos do mũdo»; entregou a filha mais nova a uma tia, D. Maria de Meneses, que era abadessa de Santa Clara de Vila-do-Conde ([2]), e recolheu-se a uma quinta que tinha

---

([1]) *Cron. da fund. do most. de Jesus de Aveiro.* Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*, P. II, liv. IV, cap. VIII.

([2]) Era filha de D. Fernando de Meneses, mordomo da Rainha D. Isabel, e de D. Brites de Andrade, e foi a 4.ª abadessa vitalícia daquele mosteiro (1440-1505).

a umas «duas léguas de Aveiro», até que, comprado um chão na vila, ali mandou fazer umas casas onde, em 24 de Novembro de 1458, se encerrou com as filhas e «hordenou fazer sua vida segũdo o seu coração desejava e a graça divinal a insynava».

Mais tarde se lhe reuniu D. Mecia Pereira, que pouco antes enviuvara de Martim Mendes de Berredo, comprando em 1460 umas casas «cõ seu orto e chaãos darredor», juntas às suas e, obtidas as necessárias licenças, fizeram as duas senhoras construir ali um mosteiro cuja primeira pedra nos alicerces da igreja foi lançada por D. Afonso v a 15 de Janeiro do ano de 1462.

E assim teve começo o mosteiro de Jesus de Aveiro.

*

A vida de uma freira pouco tem que referir, decorrendo entre rezas e trabalhos na plácida monotonia conventual.

Assim, a biografia da virtuosa madre Brites Leitoa resume-se a bem pouco, após a fundação do mosteiro.

No dia de Natal de 1465 recebeu o hábito de noviça, e «passado ho ãno de provacã», no primeiro de Janeiro de 1466, professou ([1]), «e foy lhe posto o nome de vigayra» ([2]). Em Agosto desse ano morre-lhe a filha D. Catarina, atacada de peste ([3]). Dois anos passados é confirmada no cargo de prioreza ([4]).

---

(1) «Ho anno do Senhor de myll quatrocentos sessenta e seis, ho primeyro dia do mes de Janeyro, dia da Circuncysão do Senhor, ffez proffyssam a muito virtuosa madre Brityz Leitoa nas maãos do reverendo padre prior e vigayro que entõ era desta casa de Jhesu Nosso Senhor, ho padre frey Joham de Guimarãaes. E elle lhe lancou o veeo preto ante ho rostro, presentes hos principaaes padres do moesteyro de Nossa Senhora da Misericordia, ho qual oficio foy feyto per elles dentro no capitullo de Nossa Senhora.»

(*Cron. da fund. do most. de Jesus de Aveiro. Memoryal de todas as religiosas que ffezerõ proffissom*, etc.)

(2) «No sobredito dia foe aa virtuosa madre logo posto nome e cõfirmada vigayra in capite membris per ho dito prior frey Johã de Guimarãaes, tẽedo pera ysso enteyro poder e actoridade. E nõ foe entõ enleyta ẽ prioressa por nõ seerẽ mays que duas religiosas professas.»

(*Idem*)

(3) «No mes de Agosto do meesmo ãno de myll quatrocentos sessenta e seis faleceo da meesma doenca de peste a mũy santa madre e irmãa Catherina de Atayde, segundo se cõtou ja ẽ cyma.»

(*Idem. Memoryal das madres e irmãas que nesta casa de Nosso Senhor Jhesu falecerõ*)

(4) «E porque já era convẽto hordenado e tẽpo cõveniente passado, foy feyta eleyçam canonyca per o padre frey Johã de Guimarãaes, que era vigayro provincial, e emleyta unyfformes a mũy virtuosa e sancta madre

A 27 de Setembro do ano de 1479, aumentando a peste em Aveiro, acompanhou a Princesa Santa Joana para Aviz, mas em Julho seguinte é atacada do mal e, posta em umas andas, levada para Abrantes, onde «aa mea nocte de quinta feyra tres dias do mes de Agosto» do ano de 1480, veio a falecer (1).

Sepultada no convento de S. Domingos daquela vila, logo dois anos depois foram os seus ossos trazidos, a pedido da Infante Santa Joana, para o convento de Aveiro, e soterrados a 26 de Setembro no Capítulo, em uma cova «pequena» e «quadrada».

Com o andar dos séculos perdera-se a pedra que os cobria e que eu tive a ventura de identificar no dia 21 de Setembro de 1945 — passados 463 anos e 5 dias da sua colocação sobre a cova —. Estivera servindo para tapar a entrada do carneiro das Fundadoras, como já ficou dito.

---

1) : AQUI : IAZ : A MUIT
2) O : UERTUOSA : E RELIGIOSA DONA : MECIA : PER
3) EYRA : FUNDADOR
4) : DESTE : MOSTEIRO : A PREMEIRA : FREIRA : Q̃ NEL : FEZ : P(ER)FISON

Caracteres góticos em relevo. Dimensões da campa: $2^m \times 0^m,85$. Altura dos caracteres: $0^m,075$.

*

D. Mecia Pereira, mũy nobre senhora ẽ geeraçã e parẽtes, mas muito mais ẽ virtudes e amor de Deus» (2), era filha de Fernão Pereira, que estivera no cerco de Tânger e foi do conselho do Rei e senhor da Terra da Feira.

O pai casara duas vezes: primeiro com D. Isabel de Albuquerque, filha de Pero Vaz da Cunha, e irmã daquele

---

Bryatyz Leytoa. ℂ E ffoy confirmada em prioresa. E avia doze ãnos que regiia e mantiinha e governava esta casa de Jhesu Nosso Senhor em toda santidade e serviço de Deus, e perfeyçã de vida no spiritual e temporal.»

(Idem. Mem. de todas as relig. que ffezerõ proffissom, etc.)

(1) «Ho ãno de Nosso Senhor de mill quatrocentos e oitenta, quĩta feyra tres dias do mes de Agosto, aa mea nocte, ffalleceo e se ffoy pera Nosso Senhor a muito virtuosa e sancta madre Brytyz Leytoa, nossa madre, e primeyra Prioressa e ffũdador deste moesteyro de Jhesu Nosso Senhor, segundo ja he dito neste memoryal.»

(Idem. Mem. das madres e irmãas que nesta casa; etc. *falecerõ).*

(2) *Cron. da fund. do most. de Jesus.*

João de Albuquerque, o da ida às Canárias, cujo túmulo foi há pouco transferido de S. Domingos de Aveiro para o mosteiro de Jesus [1]; e depois com D. Maria de Berredo, donzela da casa da Rainha, filha de seu parente Gonçalo Pereira, o das Armas, como lhe chamavam.

«Molher moça muito fremosa e perfeyta», fora D. Mecia casada com Martim Mendes de Berredo, «o quall mays que sy meesma amava», mas que morrera em terras de França, em Novembro do ano de 1458.

Em Julho de 1456 dera Afonso v a Martim Mendes de Berredo 3.500 coroas de oiro, e a D. Mecia 2.000 «para ajuda de seu casamento», mas como não lhes pagava logo tais importâncias, estabelecia-lhes umas tenças anuais de 35.000 reais brancos ao noivo «dês o dia que tomar sua casa», e de 20.000 à noiva, nas condições das cartas passadas respectivamente em 22 e 24 daquele mês e ano [2]. Pelas arras e «compra de seu corpo» deveria D. Mecia receber do marido 1.200 coroas que, parece, não chegaram a ser-lhe entregues, visto que, já depois de viúva, requeria que lhe fossem descontadas «nas ditas tres mill e quinhentas» que o Rei deveria ter dado «ao dito seu marido» [3].

Em 25 de Setembro de 1450 fizera Afonso v doação a Martim Mendes de Berredo da terra de Santo Tirso de Meinedo [4], e logo em 14 de Novembro desse ano doara-lhe mais os lugares de Unhão e Sepais [5], bens estes que haviam pertencido a Aires Gomes da Silva, que seguira o partido do Regente, e que Martim Mendes trocou depois pela terra da Nóbrega e pela judaria de Lamego, confiscadas a Martim e Pero Coelho, partidários do Infante [6]. A 26 de Julho de 1456, ano do seu casamento, concede-lhe o Rei certos privilégios à sua quinta do Sobrado, no julgado de Paiva [7].

D. Mecia era aparentada com o marido, pois Martim Mendes era irmão de sua madrasta D. Maria de Berredo, ambos filhos de Gonçalo Pereira e de sua primeira mulher, D. Maria de Miranda, que era filha daquele Arcebispo de Braga D. Martim Afonso Pires [8], ou D. Martim Afonso da

---

(1) Ferreira Neves, *A trasladação do túmulo de João de Albuquerque*, in «Arquivo do Distrito de Aveiro», n.º 46, 1946, págs. 99 e segs., e J. M. Cordeiro de Sousa, *Referências às Canárias no túmulo de João de Albuquerque*.

(2) Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso v, liv. 13, fol 99. Vide doc. in fine.

(3) *Idem, id.*, liv. 36, fol. 39.

(4) *Idem*, liv. 4 de Alem-Doiro, fol. 178. Vide doc. in fine.

(5) *Idem, id.*, fol 177, v. Vide doc. in fine.

(6) *Idem, id.*, fol. 128. Vide doc. in fine.

(7) *Idem, id.*, fol. 125. Vide doc. in fine.

(8) D. Fernando de Tavares e Távora, *O castelo da Feira*, pág. 89.

Charneca, que jaz na igreja de S. Cristóvão, em Lisboa ([1]), e foi do conselho do Rei D. João I, com quem esteve «ẽ a grã batalha real» ([2]).

Nova, formosa, rica; quiseram, o pai, o conde seu irmão, e a nobre parentela, arranjar-lhe novo casamento. Mas a inconsolável senhora, «vẽndo-se assy orffãa e viuva de hũm tam nobre marydo, deliberou leyxar todas as coisas do mũdo», e meter-se freira.

Não houve rogos nem conselhos — até os do próprio Rei — que a demovessem de seu propósito, e certo dia do florido mês de Maio de 1460, «toda ẽbebedada no amor de Deus e graça divinal», vem meter-se no apenas começado mosteiro de Jesus.

Quatro anos passados professou ([3]).

Era porém D. Mecia de constituição delicada, e decerto não afeita aos rudes trabalhos a que se quis sujeitar durante a construção da nova casa claustral ([4]), além do que, no dizer do autor da *História de S. Domingos* ([5]), forte impressão lhe causara a mudança de vida e, «caindo em grandes enfermidades», em pouco tempo se achou «em grande extremo de doença» ([6]).

No próprio catre lhe lançaram o hábito de monja. «Sua doença era *tropisya* do figado», informa a crónica da Casa.

A morte aproximava-se. Vem para junto dela a condessa da Feira sua cunhada, a irmã D. Teresa, sua tia D. Helena Pereira, e numa triste sexta-feira, dia 3 de Outubro do ano de 1464, a horas de véspera, «Nosso Senhor lhe aprouve dar fym a seus trabalhos», como amorosamente reza a crónica monástica ([7]).

([1]) Ascenção Valdez, *Campanários de Portugal*, in «Bol. da Ass. dos Arqueol. Port., vol. 12.°, pág. 413.

([2]) J. M. Cordeiro de Sousa, *Inscrições portuguesas de Lisboa*, n.° 293.

([3]) «No ãno do Senhor de myl quatrocentos sessenta e quatro, jazendo a sobredita dona Micia Pereyra ẽ cama de grave infirmidade de que faleceo, ho Reverẽdo padre vigayro frey Antam cõ ho padre frey Joham de Guimarães, prior que entõ era do moesteyro de nossa Senhora, lançou ho havito desta sagrada Religiã aa dita senhora dona Micia Pereyra ¶ E logo ẽ esse dia fez proffyssam nas mãaos do dito padre vigayro e elle lhe lançou ho veeo preto ¶ E ffoe a primeyra em tudo: .»

(*Cron.* cit. *Memorial de todas as relig. que ffezerõ proffisson*, etc.)

([4]) *Cron.* cit. *Hist. de S. Domingos*, P. II, liv. IV, cap. IX.

([5]) P. II, liv. IV, cap. VIII.

([6]) *Cron.* cit.

([7]) «A primeyra que nosso Senhor Deus escolheo de primicya desta sua casa pera gualardoar e levar pera ho seu Regno ffoy a mũy santa e virtuossa Senhora e ffũdador della segũdo ja ẽ este Memoryal he dito mais largamẽte, a mũy santa e virtuosa Senhora madre dona Micya Pereyra, a qual falleceo no ano do Senhor de myl quatrocentos sessenta e quatro, aos tres dias do mes de Outubro, e ẽ sesta feyra.»

(*Cron.* cit. *Memorial de todas as relig.*, etc.)

Foi, então, soterrada no Capítulo.

---

1) AQUJ JAZ A MUYTO VJRTUOSA

2) MADRE MARJA DATAYDE A QUAL AJUDOU A FUNDAR ESTE MO

3) STEYRO E FOE ATE SEER A PRJ

4) ORESA DELLE E HO REGEO EM PERFEYTA RELIGJAM E OBSERUANCJA Q°RẼTA E DOUS ANOS E MEO ATE HO FYM DE SUA M^TO SÃTA UYDA FFALLECEO HO ANNO DO SENHOR DE(15)·XX·B°

Caracteres góticos em relevo. A inscrição contorna a campa e prolonga-se pelo centro dela, enrolando-se na extremidade em forma de oito. Na data os sinais que representam o milhar e as centenas têm uma forma estranha que não tenho encontrado na escrita lapidar. Talvez fantasia, ou ignorância, do canteiro.

Dimensões da campa: $1^{m},94 \times 0^{m},89$. Altura dos caracteres: $0^{m},06$.

*

D. Maria de Ataíde era filha de Diogo de Ataíde e de D. Beatriz Leitão, a Brites Leitoa, que depois de viúva fundou o mosteiro de Jesus.

A sua existência decorre quase toda por detrás das reixas conventuais. Nasceu a 6 de Agosto de 1449, e aos nove anos encerrava-se com a mãe e a irmã nas humildes casas de Aveiro, de onde, pouco depois, nascia o mosteiro dominicano.

Pobre criança a quem a vida não chegou a sorrir.

No dia de Natal do ano de 1464, aos quinze anos, vestiam-lhe o hábito de noviça, professando no primeiro domingo de Janeiro de 1466, na presença do Rei D. Afonso v (1).

---

(1) «No sobredito ãno de myl quatrocentos sessenta e seis, ho prymeyro domingo do mes de Janeyro ffezerõ profissõ nas mãaos da virtuosa nossa madre Brityz Leytoa cynquo religiosas, cõvẽ assaber: ⁋ A madre Gracia Alvarez ⁋ Vilante Nunez ⁋ Catherina Datayde ⁋ Maria Datayde ⁋ Catherina Rõyz ⁋ E ho sobredito padre fez todo o officio lançãdo-lhes hos veeos e cobrindo-lhes hos rostros, estando presente ho crystianissymo Rey dom Affonsso ho quinto.»

(*Cron.* cit. *Memorial de todas as rel. que ffezerõ proffissom*, etc.)

Em 1482 foi eleita para o cargo de Prioresa ([1]), e quarenta e três anos depois, «envelhecida e cançada dos trabalhos da vida», morre santamente ([2]), ordenando às suas freiras que lhe rezassem o ofício da agonia ([3]). Vivera 76 anos, e fora muito devota de Santo António. Quando mestra de noviças, ensinara a Infante Santa Joana.

De seu pai pouco nos dizem as velhas memórias. Conta-nos Frei Luís de Sousa que «além de ter dado mostras de valente na guerra, sabia das letras humanas e das línguas latina, italiana, e francesa» ([4]).

Parece ter seguido o partido do Infante, embora depois de Alfarrobeira o Rei o chamasse para o seu serviço. Ele porém, «desenganado das misérias da vida em sucessos alheios tão tristes e trágicos», prefere o isolamento da sua quinta junto a Aveiro ([5]). E em 1453, fugindo à peste que então grassava com intensidade, foi com os seus pousar em «hũ seu lugar no termo de Leyrea» ([6]), onde o mal o surpreendeu.

Sentindo chegado o seu fim, faz testamento, instituindo na quinta de Aveiro «hũ sprital grande e muito bõo pera todos hos pelegrĩĩs e strãgeyros e pera os religiosos que per aly passassem».

A 25 de Julho desse ano morria, indo a enterrar ao mosteiro de S. Francisco de Leiria.

Frei Luís de Sousa, di-lo sobrinho daquele D. João de Ataíde que foi Prior do Crato, e os genealogistas contam

---

(1) «Ho ãno do Senhor de myl quatrocentos oitenta e dois, no mes de Mayo, ffoy ẽleyta e confyrmada ẽ prioresa deste moesteyro de Jhesu Nosso Senhor, a madre Maria Datayde, ffilha da mũy sancta madre Brityz Leytoa, fũdador deste moesteyro, segũdo ẽ cyma he dito *(à margem:)* tres dias do dicto mes.»

(Cron. cit. *Memorial de todas as religiosas,* etc.)

(2) «Ho ãno do Senhor de myl quinhentos vinte e cinco, no mes de Novembro, duas horas depoys da mea nocte de domĩgo dezanove dias do dito mes vespora da Apresentaçõ de Nossa Senhora Madre de Deus, ffalleceo e se ffoe pera elle a muito virtuosa e rreverenda nossa santa madre Maria de Atayde, prioressa deste moesteyro e convẽto de Nosso Senhor Jhesu, a qual madre ho regeo, governou em toda perfeyçã de relligiã e observancia e muyto louvor e serviço de Nosso Senhor e da Ordem, quorẽta e dous ãnos, e andando em quorẽta e tres des ho mes de Mayo atee ho muy sancto ffym de seus dias, e honrrada velhyce ornada de todas as virtudes, e cõ todos seus Sacramẽntos recebidos e enteyro entender e sentydo atee ha postumeyra hora e põto em que spyrou e deu a sua alma ao Senhor Deus que a cryou, segundo em cyma mays largamente he dito.»

(Cron. cit. *Memorial das madres e irmãas,* etc.)

(3) Frei Luis de Sousa, *Hist. de S. Domingos,* P. II, liv. IV, cap. XV.
(4) *Idem, id., id.,* cap. VIII.
(5) *Idem.*
(6) *Cron.* cit.

que um dia, encontrando na igreja de S. Domingos uma dama que em novo requestara e de quem fugira para Rodes, ao dirigir-se-lhe, não sei com que intenções, ela «pondo-lhe as mãos nos peytos, o apartou de si, dizéndo-lhe: *De longe, senhor D. João! E adverti que eu prestei para vos fazer Dom Prior do Crato e vós não prestastes para me fazerdes condessa da Atouguia*» (1).

Não encontro, porém, qualquer menção do seu nome nas páginas dos nobiliários que consultei, o que evidentemente não quer dizer que a não haja, visto eu ser leigo em tal matéria. Entre os filhos dos irmãos do nobre Prior, não sei de nenhum *Diogo*. Encontro-lhe dois sobrinhos-netos, ambos filhos de D. Álvaro de Ataíde, com esse nome, mas um morreu na India sem geração; e outro, que foi capitão de Baçaim, por lá casou com uma senhora de nome D. Maria Antunes.

Os documentos registados na chancelaria de D. Afonso v a favor de um Diogo de Ataíde, excepto uma carta de privilégio de «paniguado» que deve referir-se-lhe, não lhe dizem respeito, pois são de data posterior à sua morte.

Se sua filha D. Maria era sobrinha da 4.ª abadessa vitalícia de Santa Clara de Vila-do-Conde, a cujos cuidados foi entregue em menina, devia ser filha, ou neta, de irmão ou irmã daquela religiosa. Ora, D. Telo de Meneses, 2.º filho do Senhor de Cantanhede, e portanto irmão da abadessa D. Maria de Meneses, foi casado com uma filha de D. Catarina de Ataíde, primeira mulher de D. Diogo Lopes de Sousa, o bastardo do Mestre de Cristo D. Lopo Dias de Sousa.

Teria Diogo de Ataíde adoptado o apelido da avó materna, coisa vulgar ao tempo, e dado o nome desta à sua filha mais velha, falecida em Agosto de 1466? *Diogo* fora também o filho do Mestre de Cristo. E o abandono do apelido paterno levaria, acaso, os genealogistas a não o incluirem entre os filhos do mordomo-mor da Rainha D. Isabel, tanto mais que a sua geração se extinguiu pela profissão das filhas em Aveiro, e pela morte prematura dos filhos, um com oito meses apenas (2), e o outro, Estevão de Ataíde, com 3 anos, sepultado junto do pai em S. Francisco de Leiria (3).

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

---

(1) Manso de Lima, *Famílias de Portugal*, etc. Rangel de Macedo, *Nobiliário*, etc. Mss. da Bibl. Nacional.

(2) *Cron.* cit.

(3) *Idem.*

DOCUMENTOS

Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós desenbargamos ora a Martim Mendes de Barredo, fidalgo de nossa casa, tres mil e quinhentas coroas douro de sseu casamento, e por quanto por o presente lhe nom é feito pagamento dellas, queremos que por ellas aja de nós em teença trinta e cinquo mill reais brancos desta nossa moeda ora corrente, e esto des o dia que tomar sua casa em diante em cada hum ano, sem descontar do prinçipall ataa lhe serem pagas as ditas IIIBc coroas. Pero se lhe mandarmos pagar a quarta parte das ditas coroas, ser lha descontada a quarta parte da dita teença, e asy de mais a êste rrespeito. Da quall teença avera pagamento por carta que lhe em cada hum ano será dada em a nossa fazenda segundo nossa hordenacã. E em testemunho dello lhe mandamos dar esta carta sinada per nós e sellada do nosso sello pendente.

Dada em Lixboa XXII dias de Julho. Martim Gil a fez. Ano de Nosso Senhor Jesu Cristo de mil e IIII LBI.

(Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso v, liv. 13, fol. 99 v.)

Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós casamos ora dona Mecia de Alboquerque, filha de Fernão Pereira, do nosso conselho, com Martim Mendez de Berredo, fidalgo da nossa casa, aa quall desenbargamos para a ajuda de sseu casamento duas mill coroas douro, e por quanto dellas lhe logo nõ é feito pagamento, a nós praz que por ellas aja de nós em tença vinte mill reais brancos desta nossa moeda ora corrente em cada hum ano. E comecará dada a primeira paga deles em fim de tres anos que sse começarom dês o dia que o dito Martim Meendez e a dita dona Meçia tomarem sua casa em diante, e no acabamento delles comessara elle dou de nos a dita teença e asi dai em diante em cada hum ano, sem descontar do prinçipall ataa lhe mandarmos pagar as ditas duas mill coroas. Pero se lhe mandarmos pagar a terça parte dellas, ser lhe à descontada esta parte da dita teença, e asi do mais a este rrespeito em quanto aa tença dos sobreditos tres anos. Esto lha dou per o dito Fernão Pereira per contrauto que antre elles é pasado e firmado, e do acabamento delle por diante lhe ha per nos de ser asentada e paga como dito é. A quall lhe mandaremos a esse tempo no almoxarifado de Aveyro, e avendo pagamento della por carta que lhe em cada hum ano será dada em a nossa fazenda segundo nosa ordenacõ. E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta sinada per nos e aselada do nosso sello pendente.

Dada em Lixboa XXIIII dias de Julho. Martim Gil a fez. Ano de Nosso Senhor Jesu Cristo de mil IIII e LBI.

E sse no dito almoxorifado de Aveiro nom poder ser pago, assentaremos em outra parte o milhor que bem podermos.

(Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso v, liv. 13, fol. 99 v.)

Ao dito Martim Meemdez de Berredo. Doaçom da terra de Samtotisso de Meynedo com todas suas rremdas e direitos, etc.

Dom Affonsso etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que por as maldades e treyçõoes que Ayres Gomez da Sillva, seemdo do nosso comselho, cometeo comtra nossa pessoa e rreal estado semdo com o Iffamte dom Pedro na batalha Dalferrobeyra que com nosco ouve, e per o dito fecto

assy seer notorio, e o dito Ayres Gomez seer em ella; todos sseus bẽes mooves e de rraix em terras que de nós tynha, nos pertemçem e podemos de direito dar a quem nossa merçee for ¶ E ora, comsyramdo nós os muytos serviços que rrecebemos, e emtemdemos de rreceber ao diamte, de Martim Meemdez de Berredo, cavalleyro de nossa casa; do nosso moto proprio, çerta çiemcia, poder absolluto, ssem no lo elle pedimdo, nem outrem por elle, temos por bem e fazemos lhe pura e imrrevogavell doaçom amtre os vivos, valledoyra deste dia pera todo sempre, em tall guisa que numca em alguũ tempo possa sser rrevogada, da nossa terra de Samtotisso de Meynedo com todas suas rremdas, direitos, cousas e foros que a ella perteemçem de direitamente per quallquer guysa, segumdo todo de nos tynha e avia e possuya o dito Ayres Gomez, ao tempo que foy na dita batalha, pera elle e pera todos sseus filhos e netos e outros seus descemdemtes que delle naturallmente desçemderem per linha lidima de direita mascollina. A saber: que per seu falleçimento, a dita terra, e cousas, e rremdas, e direitos, e jurdiçom dellas, venham a seu filho mayor, barom, lidemo, que a esse tempo hi for achado. E per fallecimento do dito filho, venham a seu neto mayor, barom, lidemo, e assy venham di em diamte per lidema mascollinamente, sempre decemdemte, ssem passando numca em alguũ tempo a alguũa linha travessa. E ssem numca seerem vendidas nem escambadas nas outras terras da coroa do rregno.

¶ E mandamos que falleçemdo alguũ desçemdemte lidemo barom do dito Martim Meemdez, que a dita terra fique logo e seja tornada aa coroa de nossos rregnos pera nós e nossos sobcessores fazermos della o que nossa mercee for, como de cousa nossa propria. A quall terra e cousas lhe outorgamos assy de juro e de herdade, segumdo todo possuya o dito Ayres Gomez, com todas suas emtradas e saydas e com toda sua jurdiçam alta e baixa, civell e crime, mero misto imperio, rresalvamdo pera nos as alçadas, assy no crime como no çivell em tall guisa que o nosso corregedor da dita comarca possa emtrar em a dita terra, e husar hi da dita correyçom, assy e tam compridamente como he comtheudo nas ordenaçõoes de nossos rregnos fectas em tall caso, como della husava no tempo que a de nos trazia o dito Ayres Gomez, no tempo que assy foy na dita batalha.

¶ E prometemos por nossa ffe rreall por nós e por todos nossos sobcessores de a numca rrevogar mais, nem hyr comtra ella em nenhuũa guisa que seja. ¶ E porem mamdamos a todollos nossos corregedores, juizes, e justiças, e nossos comtadores e almoxarifes, officiaaes, e pessoas de nossos rregnos a que perteemçer, que o metam em posse da dita terra e cousas o dito Martim Meemdez, ou sseu certo pagador, e lhas leyxem aver com todallas suas perteenças, rremdas, e direitos, e foros, que lhe dereytamente perteemçem, assy e tam compridamente como em esta nossa carta he comtheudo, ssem embargo de quaaes quer nossas hordenaçoões, lex, e direitos canonicos e civees, grossas e openiõoes de doutores, que em comtrayro dello sejam, os quaaes aquy avemos por expressos e nomeados. E queremos e mandamos que nom ajam em esto lugar.

Damte em a villa de Samtarem, xxv dias de Setembro. Gomcalleannes a fez. Anno de Nosso Senhor Ihũ Xp̃o de mill e IIII^c L.

(Torre do Tombo, Liv. 4.º de Além-Doiro, fol. 178).

A Martim Meemdez de Berredo. Doaçam dos logares de Hunham e Cepaaes com todos seus terramtorios, herdamentos, etc.

Dom Affonsso etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que por as maldades e treyçoões que Ayras Gomes da Sillva, semdo do nosso comselho, cometeo comtra nossa pessoa e rreal estado, seemdo com ho Iffamte dom Pedro na batalha Dalferrobeyra que com nosco ouve, e por o

dicto fecto assi ser notorio e o dito Ayras Gomez assy seer em ella; as terras e lugares de Hunhom e Capaaes, da coroa de nossos rregnos que ssam na comarca Damtre Doyro e Minho, pertemçem a nós de direito, e os podemos dar a quem nossa merçee for. ℂ E ora comsyramdo nós os estremados serviços que nós rreçebemos de Martim Meemdez de Berredo, cavalleiro de nossa casa, e assy da linhagem de que elle descemde, e entendemos de rreçeber delle ao diamte, e queremdo rreconhecer com galardam como em nós cabe, e somos theudo de fazermos aaquelles que nos bem e leallmente servem, e assynadamente esto pertemça aos Rex e a elles cabe mays de o fazerem que a outras pessoas por que os escolheo Deus amtre as outras gemtes, e lhe deu poderes e lugar sobre ellas. ℂ E por esta rrazom elles devem daver mays compridamente o conhecimento de todallas cousas que a outro homem, e oolhamdo que o dito Martim Memdez quamto mays ouver, tamto servirá milhor a nós e aa casa de Portugall; e por averem rrazom sempre os fidalgos e nossos vassallos naturaaes e os outros de nossa terra, de servirem bem e leallmente como elle servio a nós. ℂ E por todo esto nós, queremdo lhe fazer graça e merçee, damos e dotamos ao dito Martim Meemdez de Berredo, e a sseus sobçessores, pera todo sempre por sua herdade e por juro de herdade, os ditos lugares de Hunham e Cepaaes com toda sua jurdiçam çivell e crime, mero misto imperio, assy e pella maneyra e comdiçom que o dito Ayras Gomez avia, e de que elle husava em tempo que os ditos lugares possuya, e assy tam compridamente como os elle avia, e aver podia, ataa o tempo que foy na dita batalha com o dito Iffamte, com todos sseus terramtorios e herdamentos e quintaaes e casaaes, e homrras, e coutos, e malladia, serviços, testamentos, casas, e fortallezas, e com todos sseus termos novos e antygos, e com todas suas pertemças e servidoões, e trebutos, e censsos, padroados de igrejas, e todollos outros direitos assy temporaaes como espirituaaes, corporaaes, nom corporaaes, de quallquer condiçom que sejam, que em os ditos lugares avemos, e de direito devemos de aver, em tall maneyra, e sob tall comdiçom, que fynando o dito Martim Meendez, que fiquem os ditos lugares com a dita jurdiçom a sseu filho mayor barom e lidimamemte nado. E fynamdo sseu filho, que fiquem a sseu neto, e assy dhi em diamte ajam os ditos lugares os que delle dito Martim Meemdez desçemderem per linha direita lidemamente nados ℂ E aconteçemdo que o dito Martim Meemdez, ou seu filho, ou seu neto, sse finarem ssem avemdo ou leixamdo aos tempos de seus finamentos descemdemtes baroões lidemos, como dito he; que os ditos lugares, e cada huum delles, e todallas sobreditas cousas e direitos, fiquem e sejam logo tornados aa coroa dos nossos rregnos.

ℂ E quamto he aos tabelliaães, rretemos pera nós, e queremos que sejam nossos e fiquem a nós. E mandamos que as apellaçoões que sayrem damte os juizes dos ditos lugares, que vaão delles a elle dito Martim Meemdez, e a sseus descemdemtes depoys de sseu finamento. E sse delle, ou delles, apellarem dos feitos çivees, que as apellaçõoes venham a nós. E nos crimes, posto que delles não apellem, apelle se pera nós e pera bem de justiça nos casos em que a apellaçom couber, segundo costume e hordenaçom dos nossos rregnos.

ℂ Outrossy queremos e mandamos que escrevam nos ditos lugares os nossos tabelliaães que ora ssam, ou ao diamte em esses lugares posermos, e nom outras pessoas. ℂ E mandamos aos nossos amoxarifes que lhe leixem daquy em diamte aver os ditos lugares em cada huũ delles e todallas outras cousas sobreditas e cada huũa dellas, e os fruytos e rremdas e direitos delles per a guysa que os avia e pessuya o dito Ayres Gomez, ao tempo que foy na dita batalha, e os nós deveriamos daver, e lhe nom ponhaaes sobre ello outro a guũ embargo.

ℂ E sse alguũ embargo de facto ou de direito hi aja, ou podesse aver, ou de ffalleçimento de alguũa solemnidade que tall doaçom nom podesse valler; nós de nossa çerta ciemçia, poder absolluto, tolhemos este embargo e soprimos esta sollemnidade. E queremos que esta doaçom como he fecta assy como muy comprida de toda solemnidade, valha e tenha pera todo sempre. E rrogamos e mandamos a todos nossos sobçessores per nossa

beemçom, que cumpram e guardem esta doaçom que assy per nós he fecta e que nom vaão comtra ella sob penna de nossa maldiçom que ajam sse comtra ella forem, ca nossa vomtade he de elle aver, e os que delle desçemderem, os sobreditos lugares, beẽs e cousas com a dita comdiçom, por as rrazoões sobre ditas. ℂ E em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta siinada per nós e aseellada do nosso seello do chumbo.

Dada em a nossa villa de Samtarem XIIII dias de Novembro. Lourenço Aabull a fez. Anno de Nosso Senhor Ihũ Xp̃o de me mil e IIII^c L.

(Torre do Tombo, Liv. 4.º de Alem-Doiro, fol. 177 v.)

Martim Mendez de Berredo. Doaçom da terra da Nobrega com todas suas rrendas etc. e do serviço rreall e novo da judaria da çidade de Lamego em troco e escaymbo das terras de Unham, Çapaes, e Meynedo, etc.

Dom Affonsso, etc. A quantos esta carta virem, fazemos saber que ha alguũ tempo que nós fazemos merçee e doaçom a Martim Mendez, fidallgo de nossa casa, de juro e herdade, pera todo sempre, das terras de Unham, Çapaaes, e Meynedo, que ssam na comarqua Damtre Doyro e Minho, que foram de Ayres Gomez da Sillva, com todas ssuas jurdicoões çivees e crimes, mero e misto imperio, com todas ssuas remdas, foros, trebutos, que em ellas aviamos, e de direito podiamos aver. Per virtude da quall doaçom elle ouve a posse dellas, e as pessuyo e ouve os fruytos, e novos, e rremdas dellas, pacificamente, com todas suas jurdiçoões atee ora. ℂ E pessuymdo elle assy as ditas terras, dona Briatiz de Meneses, molher que foy do dito Ayres Gomez, fez doaçom a Fernam Tellez, seu filho e do dito Ayres Gomez, fidalgo da casa do Iffamte dom Fernamdo, meu sobre todos muito prezado e amado irmaão, de duas mill coroas douro que dezia que lhe o dito Ayres Gomez prometera em arras quamdo com ella casara, e lhe obrigara as ditas terras por elas com outorgamento del Rey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, com que aaquelle tempo vevia. Per as quaaes coroas o dito Fernam Tellez dezia que queria demandar o dito Martim Meendez. E o dito Martim Meendez dezia que elle lhas nom podia demandar, posto que as ditas terras pessuysse, per que per morte do dito Ayres Gomez ficarom muytos beẽs mooves que valliam mays que as ditas duas mill coroas, as quaaes ouvera a dita dona Briatiz, per que era bem pagada dellas. E aalem desto ficarom ysso meesmo muytos beẽs de rrayz, os quaaes eram obrigados aas ditas arras, e que a elle nom podiam demandar por as ditas terras, salvo quamdo hy outra cousa nom ouvesse.

ℂ E estando assy em esperança de averem a dita comtenda, o dito Fernam Tellez nos disse que nós ssabiamos bem como as ditas terras forom do dito seu padre e avoos, e que porem nos pedia por merçee que, por os serviços a estes rregnos já delios rreceberam, em spiçiali por os serviços que a dita dona Briatiz a nós e aa Rainha, minha muyto presada e amada molher, cuja alma Deus aja, fezera e a nós em cada huũ dia fazia e emtendia de fazer, e por os que delle adiamte, com a graça de Deus, rreceberiamos. ℂ E por tirar a dita comtemda quizessemos aver as ditas terras do dito Martim Meemdez, per vemda e escaymbo, ou per outra quallquer maneyra de que elle fosse comtemte, e ouvesse outra tamta rremda como elle das ditas terras avia, ou mays, e lhe fezessemos dellas merçee, per rrazam e afeyçam que a ellas tynha por seerem do dito sseu padre e avoos, e em ellas teer gramde conhecimento e collaçia.

E nós, veendo o que nos assy rrequeria e pedia, trautamos com o dito Martim Meendez que nos leixasse as ditas terras. O quall por os gramdes rrequerimentos que lhe fezemos, e vomtade que ssentyu que em ello tinhamos, lhe aprouve dello, com tanto que nós lhe dessemos outras tantas terras, ou terra rremida, ou rrendas, de que elle fosse contente e ouvesse outro tamto proveyto, rrenda, e senhorio, como das sobreditas terras avya. ℂ E posto

que lhe fosse grave de fazer, por as ditas terras seerem na comarqua Damtre Doyro e Minho, domde elle he naturall, chegadas e comarquaãs aas terras de Gomçallo Pereyra, seu padre, e em ellas aver boom e honrrado assentamento, pera viver, e já em ellas teer conhecimento e afeyçom pollo tempo que as pessuya, e rrecear pouco a comtemda das ditas duas mill coroas, por que podera logo mostrar que nom eram em ellas obrigadas; as quaaes terras rremidas, e jurdiçoões dellas; o dito Martim Meemdez logo a nós leixou, demetyo, e rrenunciou, que as dessemos livremente ao dito Fernam Tellez, ou a quem nossa merçee fosse.

¶ E nós, veendo como o dito Martim Meemdez leixou assy as ditas terras em espiçiall por fazer serviço e ssatisfazer a nossos rrequerimentos, e por lhe avermos de dar terras, ou terra, ou rremda, de que tamto proveyto ouvesse como das sobreditas avia, e as gramdes rrazoões que teemos de o acreçemtar, e nom mimguar, polla linhagem de que elle decemde, e por muytos e leaaes serviços que delle rrecebemos e emtemdemos de rreceber; nós lhe damos por as ditas terras a nossa terra da Nobrega, que he na dita comarqua Damtre Doyro e Minho, e a rremda do serviço rreall e novo que nós avemos na judaria da nossa cidade de Lamego, como sempre amdou em rremda, e esto pera todo sempre pera elle e seus herdeyros e socessores que delle vierem, per esta guysa: a dita terra da Nobrega com todas suas rremdas, foros, trebutos, dereitos, pertemças, padroados de ygrejas, que nós em ella avemos e de direito poderiamos aver, e milhor sse as elle milhor poder aver, com toda sua jurdiçom çivell e crime, mero e misto imperio que nós em ella avemos, rresalvando pera nós a correyçom e alçada. E guardamdosse nas ditas terras a maneyra e hordem de sobçeder que per ley de nossos rregnos he dada aas terras da coroa de nossos rregnos ¶ E a rremda do serviço rreall e novo da judaria que aja pera ssy e sseus herdeyros e sobçessores, como dyto he, em preço de tres mill coroas que lhe cõ a dita terra ouveramos de dar, que ao presemte nom podemos fazer, por que ao dito Martim Meemdez aprouve de a tomar por o dito preço em o dito escaymbo. Com este pauto e comveẽçã que a todo o tempo que lhe por nossos soçessores a elle ou a sseus sobcessores forem pagas as ditas tres mill coroas jumtamente ou em duas pagas emteyras. A saber: mill e quynhemtas cada huũa, e nom menos, nós ajamos a rremda da dita judaria como damtes aviamos. ¶ E acomtecemdo que lhe paguemos mill e quynhemtas coroas, que he a meetade, como dito he; que nós ajamos a meetade da dita rremda, e elle a outra meetade, ataa que compridamemte seja pagada. E nõ sera theudo de menos rreçeber sse nom que fez.

E prometemos ao dito Martim Meemdez per nossa fee rreall, per nós e per nossos herdeyros e sobcessores, de comprirmos e manteermos e guardarmos pera todo sempre esta nossa carta, e todallas cousas em ella comtheudas, e nom hirmos contra ella em fecto nem em dito, per nós nem per outrem, ssem embargo de ley ou lex, costumes, hordenaçoões, fectas ou por fazer, maneyra, ou pratica de jullgar, canones, ou determinaçoões que em comtrayro desto possam ser trazidas ou emtemdidas, as quaaes queremos que comtra esto nom ajam lugar. E mandamos que o dito Martim Meemdez possa logo tomar posse da dita terra de Novrega, e aver e pessuyr como em esta carta he contheudo, e a rremda e posse da dita judaria, e esto des primeyro dia de Janeyro de mill e IIIIc LVII annos em diamte. ¶ E mandamos a todallas justiças e ao comtador da comarqua domde he a dita cidade de Lamego, e almoxarife della, que cumpram e guardem e façam bem comprir e guardar esta nossa carta assy e tam compridamente como em ella he comtheudo, as quaaes façom rregistar no livro do almoxarifado, por se saber de como esto teemos outorgado ao dito Martim Meemdez de Berredo, e elle tenha pera sua guarda.

Dãte em Lixboa, primeyro dia de Novembro. Joham Afonso a fez. Anno de mill e IIIIc LVI. Eu Martim Gill a fiz escrepver e aquy soescrepvy.

(Torre do Tombo, Liv. 4.º de Alem-Doiro, fol. 128).

A Martim Mendez Berredo. Privillegio das homrras, liberdades, e jurdiçam da quimtaã e homrra de Sobrado aqui justas e declaradas.

Dom Affonsso, etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que Martim Meemdez Berredo, fidalgo de nossa casa, nos mostrou duas cartas: huũa nossa carta assignada per Gomez Eanes Dazurar, nosso cavalleyro e guarda das nossas escryturas da torre do tombo desta cidade de Lixboa e assellada com o nosso seello dos contos da dita cidade, em a quall eram escriptas o trellado de certas escripturas que pertençem a sua homrra da quymtaã do Sobrado, as quaes jazem na dita torre; e mays outra carta del Rey dom Affonsso, cuja alma Deus aja, de cujo trellado he huũa apos outra he este que sse segue ℂ Dom Affonsso, etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que Martim Memdez Berredo, fidallgo de nossa casa nos disse como na nossa torre do tombo que está em esta cidade de Lixboa, jazem alguũas escripturas que pertençem aa sua homrra e quimtaã do Sobrado, pydimdo nos por merçee que lhe mandassemos dar ho trellado dellas em primeyra forma, segundo costume. E nós, vemdo seu petitorio, lhe mandamos dar nosso alvará pera Gomez Eannes de Zurara, comemdador da hordem de Cristus, nosso criado, a que dello teemos dado emcarrego que lhe fezesse buscar as ditas escripturas e lhe desse dellas o trellado, o quall alvará foy fecto em esta cidade a XBII de Julho. ℂ E o dyto Gomez Eannes, visto nosso mandado, fez buscar os livros que jazem na dita torre amtre os qnaaes foy achado huũ livro de purgaminho com huũa cubertura delle meesmo, homde foy hy achado huũ parrafo que diz assy ℂ De parrochia Sancta Marie de Sobrado. Martim Joh, jurado e pregumtado por se em esta freeguesya ha casa de cavalleyro hou de dona que sse desenda, per homde disse que ha hy huũ, e foy dom Joham Soarez, e ficou a huũs seus filhos, e disse que a vio homrrada e que ouvyo dizer que o foy de lomge. E disse aimda que vyo trazer per homrra toda aldea do Sobrado, que nom entra hy ho moordomo del Rey, nem porteyro, e trazem hy sseu chegador e sseu juiz. E disse que toda aldea he herdamento destes filhos dalgo e senhores da homrra, e trazem todo por honrra que nom emtra hy moordomo nem porteyro, e trazem hy sseu vigayro e sseu juiz. Perguntado se esta homrra foy fecta per Rey, disse que nom, que o elle soubesse. Perguntado de que tempo, disse que ho nam sabia, se nam que vyo assy husar do tempo que sse acordava. ℂ Item outro que diz assy ℂ Item disse que nos lugares que chamam Garçom e Sam Jnyhaão, sam tres casaaes: dous de filhos dalgo, e huũ do mosteiro de Paaçoo, e trazem nos por honrra, que nom emtra hy moordomo del Rey; peroo destes tres casaaes dam a el Rey senhos moyos de pam de dadiva, pero nom emtre hy moordomo nem porteyro, e penhora hy o chegador da homrra do Sobrado, e vaão a sseu juiz, e nom querem hyr ao juiz de Payva ℂ Item outro que diz assy: ℂ Item disse que ha hy dous lugares que chamam Alvarigos e a Povoaçam, e ssam herdamentos que ssam destes filhos dalguo que homrram o Sobrado, e defendem nos polla homrra do Sobrado, e vem o juiz do Sobrado e chegua hy o chegador do Sobrado.

ℂ As quaes escripturas assy achadas, o dito Martim Memdez rrequereo que lhe desse dellas o trellado. E o dito Gomez Eannes, em comprimento de nosso mandado lho deu assynado per elle e assellado do nosso seello dos contos. Damte em Lixboa a tres dias de Setembro. El Rey ho mandou per Gomez Eannes de Zurara, sseu criado, a que desto tem dado espiçiall emcarrego. Afonso Soeyro a fez. Era do nacimento de Nosso Senhor Jhũ Xp̃o de mill e IIIIc LIIII annos.

ℂ Dom Affonso per graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que Ines Roiz, filha de Rodrigo Affonsso Ribeyro, me disse que ella avia huũa homrra que chamavam Sobrado, que he no julgado de Payva, e que lha devassom Affonso Eannes Espardo, corregedor por mim na Beyra, e pedy me por merçee dizemdo que nom queria aver comigo demanda per rrezam da dita homrra, e que mandasse catar as imqyriçoões que forom filhadas em tempo del Rey meu padre, a

que Deus perdoe, per Gomçallo Moreyra, e pollo priol da Costa, e per Domimgos Paaez de Braaga, e lhe leixasse a dita homrra pella guysa que nas ditas imquiriçoões fosse achado. ℭ E que outrossy lhe guardassem a graça e merçee que fiz aos fidalgos de meu senhorio, em rrezam dos coutos e homrra que em ella ha. E eu vemdo o que me pedia, mandey catar as ditas imquiriçoões, e foy em ellas achada huũa escriptura que tall he ℭ Item freguesia de Samta Maria do Sobrado. A quymtaã que chamam Sobrado, que foy de dom Joham Soarez de Payva, he provado que ouverom sempre homrra des que sse acordam as testimunhas. E que ouvy hum dizer que foy de lomge com toda essa aldea do Sobrado. E nom emtre hy porteyro nem moordomo, e trazem hy sseu juiz e sseu vigayro, ca todo he sseu herdamento dos senhores da homrra. E dizem as testimunhas que este lugar suyam a sser casaaes, e fezeram hy burgo e suyam hy amte que o fezessem a juyso do juiz de Payva. E des que o fezeram, meteram hy juiz, e nom vaão alaa, este como está por homrra, salvo que aja hy juiz do crime, e vaão hemde ao juizo do juiz de Payva.

ℭ E eu, visto a dita escriptura e outrossy a dita graça, mando que a dita homrra do sobrado seja homrrada daquy em diamte per esta guisa: que nom emtre hy meyrinho, nem porteyro, nem moordomo. E que a dita Ines Roiz por ssy ponha outrem que possa ouvir todollos fetos çivees dos moradores da dita homrra, e que os sseus homẽes que por ella esteverem na dita homrra, possam çitar os moradores da dita homrra quando lhes for pedido que vaão fazer çerto aos fetos criminaaes per damte o meu juiz de Payva. ℭ E outrossy mando que sse alguũs sse colherem aa dita homrra, que della nom sejã moradores, que o porteyro em ella o çite presemte ho juiz, que de tall fecto de direito deve de conhecer, por que mando e defemdo que nenhuũ nom vaa comtra esto. E mando aos meus corregedores e aas outras justiças da dita comarqua, que leixem husar a dita Ines Roiz da dita homrra e das ditas jurdiçoões comtheudas em esta carta. ℭ E sse acharem que de mays jurdiçoões husa, que lhe devassem logo a dita homrra homde all nom faça. E em testimunho desto lhe mandey emde dar esta carta aa dita Ines Roiz. Dada em Coymbra, primeyro dia de Setembro. El Rey ho mandou per meestre Estevam Daley e per Louremço Gonçallvez, ouvidores dos seus fectos. Afonso Mariz Damaral a fez. Era de mill e IIIc RII.

ℭ Pedymdo nos o dito Martim Memdez de Berredo que lhe confirmassemos as ditas escripturas e carta de comfirmaçom del Rey dom Afonso, suso escriptas, e nós, visto sseu requerimento, como he cousa que pertença aa dita homrra e quymtaã, e querendo lhe fazer graça e merçee, teemos por bem e lhas outorgamos e comfirmamos como em ellas he comtheudo. ℭ E porem mandamos a todollos nossos comtadores e corregedores, juizes e justiças, e outros quaaes quer que esto ouverem de veer, a que esta carta for mostrada, que lhas cumpram e guardem e façom bem cumprir e guardar segumdo em ellas e em esta nossa comfirmaçom he comtheudo, ssem outro embargo.

Dante em a cidade de Lixboa XXVI dias de Julho. Joham Affonsso a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Ihu Xpo de mill e IIIIc LVI annos. ℭ E estes privillegios lhe confirmamos sse ataa ora os que teveram a dita homrra esteveram em posse de gouvyrem delles.

(Torre do Tombo, Liv. 4.º de Alem Doiro, fol 125).

RESUMO HISTÓRICO
DA BARRA DE AVEIRO

A ACTUAL barra de Aveiro foi aberta no ano de 1808, segundo os planos elaborados pelos engenheiros Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho.

As obras começaram em 1802, segundo o plano de Oudinot, e dirigidas por este engenheiro com a colaboração do segundo. Por aviso régio de 30 de Novembro de 1803 foi LUÍS GOMES DE CARVALHO *encarregado da direcção das obras, em virtude de Oudinot ter de se ausentar para a Ilha da Madeira em comissão de serviço, onde veio a falecer em 1807.*

Escreveu LUÍS GOMES DE CARVALHO *uma* Memória Descritiva *sobre o plano que executou para abrir a barra de Aveiro. É um documento altamente valioso, não só pela descrição deste plano, mas também pelas informações que nos dá dos projectos e obras realizadas anteriormente, desde os meados do século* XVIII *até o fim do século* XIX, *com o objectivo de melhorar e fixar a dita barra, e ainda pelo estudo da situação desta muitos séculos antes e seu deslocamento do norte para o sul com o decorrer do tempo.*

De um modo geral, a Memória de LUÍS GOMES DE CARVALHO *interessa à engenharia hidráulica, à história económica de Aveiro e à história da formação da Ria de Aveiro.*

Diz o seu autor que ela compreenderia cinco partes, na primeira das quais trataria do plano das obras, e nas restantes trataria da execução e descrição destas obras. No entanto, só publicou a primeira parte no Jornal de Coimbra, *em os números* XXVIII *e* XXXII, *respectivamente dos anos de 1814 e 1815. É hoje raríssimo esse jornal, e para que se não perca a parte publicada da* Memória Descritiva, *aqui a reproduzimos com o* Mapa da Ria de Aveiro *anexo, feito pelo mesmo engenheiro e gravado em 1813.*

Julgamos oportuno registar aqui alguns factos relacionados com a dita Memória, os quais de certo modo a esclarecem.

Uma sentença judicial de 1537 relativa a uma acção movida por D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e senhor de Aveiro, contra o Mosteiro do Lorvão, donatário de Esgueira, mostra que a barra de Aveiro estava no século XIII *situada ao norte da barra que existe hoje.*

D. Jorge reclamava a posse das lezírias da Ria de Aveiro, situadas ao norte da Ilha do Monte Farinha, alegando que elas não pertenciam ao dito Mosteiro por não existirem ainda à data da doação de Esgueira a este, havia trezentos anos, em virtude de a barra estar muito mais ao norte, e só se terem formado depois que a barra se mudou para sudoeste:—

«Sobre o qual as testemunhas do Autor falavão Largamente; e Se afirmavão as saberem ser cobertas de agoa do mar, e a Barra por onde entravão, e os navios Ser muito maiz assima ao Aguião ao direito das ditas Leziras por cuja cauza herão cobertas da agua do mar, e pella mudança que a dita Barra fezera para o Abrego, se descobrirão as ditas Leziras com outras muitas, e pella doação que fizera a Rainha Donna Thereja da Villa desgueira, ao dito Mosteiro, haver trezentos annos que hera feita no qual tempo, e despois muito hi não havia tais Leziras, e a dita Rainha não podia fazer tal doação, Sómente do que tinha, e não do que ainda estava por criar.» (Tombo 1 de Esgueira, *fol. 345 e 346 no Arq. da Univ. de Coimbra).*

É provável que a barra tivesse estado ao norte da Torreira antes do século XII, próxima portanto de Ovar. Documentos do século X referem-se à produção de sal nas marinhas de Cabanões e Ovar, e a navios (barcas e pinaças) que vinham a estas localidades buscar sal e trazer e levar outras mercadorias. Já um documento do ano de 922 se refere ao porto de Ovar (Port. Mon. Hist., Dipl. et Ch., *n.º 25, pág. 17).*

Nas inquirições de D. Dinis fala-se nos direitos a pagar ao rei pelas pinaças que viessem do mar vender peixe a Ovar e barcas que viessem aqui buscar sal.

Simultâneamente com o comércio marítimo de sal, pescado e outros produtos de Cabanões e Ovar fazia-se idêntico comércio em Aveiro pela barra comum da Torreira ou de Ovar. As embarcações que do oceano vinham a Aveiro faziam o percurso pelo mar interior, *chamado hoje vulgarmente Ria de Aveiro.*

É provável até que a palavra Torreira se relacione com alguma torre que tenha existido na margem direita da foz, para sua defesa ou demarcação da franquia dos navios (*).

A partir do século XII, a barra começou ou continuou a deslocar-se para o sul, tendo estado sucessivamente no Mondazel, Limite, e Baixos dos Andoeiros. No fim do século XV já estava

---

(*) S. da Rocha e Cunha, na sua obra *Relance da História Económica de Aveiro*, 1930, pretende demonstrar que o cordão litoral se formou do norte para o sul, e que no século XII ele ainda não existia da Torreira para o sul. Nesta hipótese não podemos dizer que neste século e ainda em alguns seguintes houvesse uma barra pròpriamente dita de Ovar e Aveiro.

ao sul da Ilha do Monte Farinha, provàvelmente no local da Costa Nova, visto que um documento de 1584 se refere a uma velha torre já então consumida pelo tempo e que estava situada a légua e meia da vila de Aveiro e a meia légua da barra. A barra estava, portanto, muito antes de 1584 a duas léguas a S. S. O. de Aveiro.

Uma planta da Ria de 1777, levantada pelos engenheiros Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos, ainda menciona um local com o nome de Torre, *situado próximo da barra actual.*

Nos fins do século XVI a barra já estava sem dúvida na Vagueira.

O afastamento progressivo da barra para o sul teve como consequência a ruina das salinas e comércio de pescarias de Ovar em benefício de Aveiro, que nos séculos XV e XVI adquire um movimento comercial extraordinário. Tudo se conjugou para isto: boa barra, porto magnífico, circunstâncias económicas excelentes com a descoberta da Terra Nova, em cujos bancos logo desde o alvorecer do século XVI dezenas de navios aveirenses iam pescar bacalhaus. Foi este o século de ouro de Aveiro.

A par com o deslocamento da barra sucedia um facto interessante de posse do areal. O concelho de Ovar tinha a barra para limite sul sobre o cordão litoral ao qual chamavam gelfa, *e foi encorporando em si o terreno que a barra ia deixando ficar para trás no seu avanço para o sul; por isso a Câmara e os donatários de Ovar foram estendendo a sua jurisdição a ele.*

Em 1756 a barra já estava no areal de Mira, e muito obstruída. Por isso, o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, devidamente autorizado, abriu à sua própria custa em 1757 um rigueirão *ao norte dela, na Vagueira, que veio a funcionar como barra. A Câmara Municipal de Ovar mandou então colocar um marco de pedra na margem norte desta barra, com a inscrição* Ovar, *para indicar que era ali o limite deste concelho.*

O documento mais antigo que conhecemos com referências ao movimento marítimo de Aveiro são os costumes *ou* foral velho *de Aveiro, corrigido no ano de 1342 (era de César de 1380) por Afonso Anes, corregedor do rei D. Afonso IV no meirinhado da Beira. Assim começa este documento:*

«Em nome de Deus Amen era de mil trezentos e outenta Annos vinte e hum dias de Março foi Affonço corregedor del Rey no Meirinhado da Beira em Aveiro e pedio aos juizes e procurador e vreadores que lhe duessem e mostrassem quejandos

eram os uzos e costumes do dito logo e que lhos dessem em escrito e os juizes e vreadores e vogados e procuradores no dito logo disseram que por esta guiza se uzara e costumara sempre em este logo». (Livro primeiro do Tombo da Casa de Aveiro, *no Arq. da Univ. de Coimbra).*

As embarcações que nele se mencionam são: barcas, navios, e pinaças. O comércio principal era de sal e pescado. Assim, por exemplo, diz o trigésimo primeiro costume:

«Item. Dizem que está em costume que toda a pinassa ou navio de fora parte que aqui vier por mar com pescado dara a dizima a el Rei e um peixe ao mordomo qual escolher, escolhendo primeiro o pescador qual quiser, e este peixe que o mordomo leva, avaliarão e descontar-lh'o-à o almoxarife da dizima.»

É de crer que a barra tivesse estado nos meados do século XV *a três quilómetros ao sul da actual barra, e por aqui tivesse permanecido até os princípios do século* XVI. *Deste local se deslocou depois para o sul pela acção das correntes violentas e grandes cheias. No entanto funcionava bem e permitia o grande tráfego marítimo do porto de Aveiro. Nos primeiros anos do século* XVI *começou a barra a ser demandada pelos navios que de Aveiro iam aos bancos da Terra Nova pescar* bacalhaus, pescadas e outro pescado. (Tombo da Confraria de Santa Maria de Sá, *fol. 80, doc. de 1519).*

Em 1545 era o porto frequentado por muitas barcas, caravelas e batéis. Em 1580 já a barra devia estar na Vagueira, a cerca de três léguas ou dezoito quilómetros de Aveiro, visto que lá e na margem esquerda do rio existia um reduto ou forte, construído segundo supomos no reinado de Filipe I *de Portugal (1580-1598), para defesa da barra, e destruído em 1780.*

Diz Pinho Leal *que a ruina da barra de Aveiro começou no ano de 1575, porque o inverno rigoroso deste ano a fez entupir com areias, do que resultou reduzirem-se «os fertilíssimos campos e ricas salinas de Aveiro a pântanos infectos e insalubres».*

Temos notícia de que nos anos de 1526, 1585, 1596 e 1644 houve enormes cheias em todo o reino (*).

Estas muito devem ter contribuído para o deslocamento da barra para o sul, e sua consequente obstrução. Mas esta foi

(*) P.e António Coelho de Freitas, *Tratado da veneranda, et prodigiosa Imagem do Senhor de Bouças de Matozinhos.* Coimbra, 1699.

de carácter transitório, visto que desde 26 de Julho de 1619 até 27 de Maio de 1624 ainda entraram trezentos navios pela barra (Liv. do Registo da Câmara de Aveiro).

A barra deve ter sido boa até 1643, ano em que, por motivo da restauração de Portugal, se fizeram obras no forte da Vagueira e provàvelmente na barra para a fixar e profundar.

Rodrigo Mendes Silva, na sua obra Poblacion General de España, *com licenças de impressão de Julho e Agosto de 1644, diz que Aveiro é* porto segurissimo. *Escreveu isto, portanto, antes deste ano.*

A segunda crise da barra de Aveiro deve ter começado em 1644. A barra afastou-se ainda mais para o sul e assoriou-se, e o movimento das marés tornou-se frouxo. Em 1656 a navegação já era difícil na barra, e foi rareando a ponto de sòmente entrarem nela desde 1683 a 1700 cerca de vinte navios por ano, e diminuir depois o número de entradas até 1765.

Em consequência da obstrução da barra veio a ruína económica de Aveiro pela falta de comércio, pela inutilização das salinas e pela insalubridade derivada das águas estagnadas na Ria.

Como se tinham tornado insuportáveis os prejuízos e sofrimentos dos habitantes de Aveiro e Esgueira, os principais destas duas vilas mandaram examinar a barra em 1685 por dois engenheiros hidráulicos holandeses os quais, depois de estarem aqui catorze meses em observação das correntes e marés, disseram que o remédio procurado era fazer-se uma barra nova na Costa de S. Jacinto e fechar-se a barra da Vagueira de Mira, que já se encontrava a mais de três léguas de Aveiro, e tinha por isso um canal tão longo que não permitia um fácil movimento das marés e escoamento das águas do interior. Declararam mais que a obra era difícil e cara, mas que, mesmo a realizar-se, não ficavam fiadores dela por ser a barra em areia movediça.

É o licenciado Cristóvão de Pinho Queimado quem nos dá esta informação na sua Memória sobre Aveiro, *datada de 27 de Janeiro de 1687, que ele terminou com estas palavras de desânimo:*

«E com esta resposta nos deixaram ficar no mesmo estado, e sem esperança de melhoramento até quando Deus quiser e o senhor Rei não nos acudir com o seu braço real do qual ainda esperamos remédio a nossos males. Se assim não for, daqui a pouco mais de meio século não terá esta vila por moradores senão os que se ocupam da pesca, alguns mareantes e aqueles que não tiverem meios de irem para outras partes. Deus Nosso Senhor nos acuda com a sua divina graça e com a sua infinita misericórdia. Amen.»

RESUMO HISTÓRICO DA BARRA DE AVEIRO

Não sabemos se no reinado de D. Pedro II *(1683-1706) se realizaram algumas obras como aflitivamente pediam os aveirenses. É provável que sim, tanto mais que ao comércio que neste reinado fazia Aveiro com a Inglaterra convinha uma barra boa.*

Fosse como fosse, a barra melhorou, e durante algumas dezenas de anos os aveirenses viveram sem prejuízos de maior.

Vejamos o que nos diz CARVALHO DA COSTA *na sua* Corografia Portuguesa, *tomo* II, *impresso em 1707, referindo-se ao rio Vouga:*

«A barra deste, que corre de leste a oeste, e é mudável por ser de areia, tem ao presente na baixa-mar quinze palmos de água de alto, e na preiamar vinte e quatro até vinte e cinco; e hoje com tanta largueza de igual fundo que podem entrar três e quatro navios de duzentas toneladas emparelhados, trazendo vento feito. Os anos passados teve muito menos fundo; e sempre tem mais fácil a entrada que a saída.»

E mais adiante:— «Como Aveiro está já porto seguro, se espera que brevemente torne a ser rico.»

D. LUÍS CAETANO DE LIMA *na sua* Geografia Histórica, *tomo* II, *de 1736, na sua referência a Aveiro diz:*

«É porto de mar, cuja barra correndo de leste a oeste fica a três léguas da vila; e nela se encontram em preiamar doze até treze palmos de fundo, em ocasião de águas mortas; e pouco mais de dez em baixamar; porém, havendo águas vivas, tem crescido em preiamar a vinte e quatro palmos não passando antigamente de dezasseis, e assim vai cada dia melhorando o porto.»

Mas a barra não estava para melhorar como julgava Caetano de Lima. Muito pelo contrário, tendia a piorar. Aproximava-se a crise máxima, pior que as de 1575 e 1685.

Com efeito, no fim do ano de 1739, um inverno rigoroso e uma cheia extraordinária arruinam novamente a barra e quase a inutilizam. Ela continua a aproximar-se de Mira, e ao alongamento do canal da barra corresponde um novo levantamento do fundo, maior dificuldade no esgotamento das águas e diminuição da amplitude das marés.

A cheia de 1739 foi formidável. Choveu quase sem interrupção desde Setembro a Dezembro. Para avaliarmos o que se passou, basta dizer que no rio Douro se perderam nove navios e houve prejuízos de quinze milhões de cruzados.

A barra nos anos seguintes continua a marchar para os areais de Mira velozmente, e sem fundo suficiente. A navegação tende a desaparecer, e chega mesmo a desaparecer. De 1736 a 1740 apenas foram despachados cinco navios; de 1741 a 1742, três; em 1743, cinco; em 1744, um; de 1745 a 1750, nenhum;

em 1750, entrou um; de 1750 a 1760, não entrou nenhum. É o que nos mostra o livro do registo da Alfândega.

Em 1756 já a barra se tinha fechado totalmente. Serpeava nos areais de Mira. A situação económica e higiénica de Aveiro era angustiosa. Então a Câmara, a Nobreza e o Povo de Aveiro pedem providências eficazes ao rei D. José.

Este, para atender as justas reclamações dos aveirenses, resolve fazer obras de melhoramento da barra, para o que cria em 27 de Maio de 1756 a Superintendência das obras da Barra, e o imposto do real na comarca de Esgueira para custear as despesas a fazer com as obras. Nomeia para superintendente das mesmas o bacharel João da Fonseca da Cruz, juiz das sisas e dizima do pescado fresco e seco, e para elaborar o plano das obras e sua execução o engenheiro Carlos Mardel. Mas este nada pôde fazer.

Em 1757 o mar corta o cordão de areias na Vagueira, ao norte da barra existente em Mira, tendo-se formado um pequeno canal de ligação do rio com o oceano. O aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, capitão-mor de Ílhavo, conseguiu à sua custa profundá-lo, com o auxílio de uma cheia, e fez um rigueirão *que passou a servir de barra. Assim se melhorou a situação até 1765.*

A barra de Mira fechou-se. Em 1758 projecta-se fixar a nova barra. Nada se consegue. A barra, como anteriormente, volta a deslocar-se no sentido de Mira. Em 1771 a situação é crítica; o rio velho *ou* rio morto *ao sul da barra já só tinha duas léguas e meia de comprimento e estava fechado pelo sul no sítio da velha barra de 1756. Em Maio de 1771, a Câmara de Aveiro volta a representar ao rei para se resolver o problema da barra.*

O inverno muito chuvoso de 1774 produz outra cheia enorme, menor que a de 1739, mas altamente prejudicial. No rio Douro levou a cheia cinco navios e causou prejuízos avaliados em três milhões de cruzados.

Em 1777 levanta-se a planta da Ria e em 1780 iniciam-se obras que nenhum resultado eficaz dão. Em 1787 a barra já estava quase no extremo do rio velho ou canal de Mira, à distância de cinco léguas da cidade de Aveiro, e entupida.

Em 1 de Março de 1788, a Câmara resolveu pedir providências à rainha D. Maria I, mostrando que havia perigo de epidemia; a rainha ordena a execução de obras em frente do Forte Novo, mas nada se chegou a fazer, em virtude de nova cheia neste mesmo ano.

Como a barra continuava fechada e os prejuízos se fossem tornando enormes com as inundações, a Câmara de Aveiro em 15 de Abril de 1794 encarrega o Doutor Manuel Joaquim Lopes Negrão de conseguir do príncipe regente D. João, futuro D. João VI, providências para a continuação das obras de aber-

tura de uma nova barra. A que existia já só tinha cinco palmos de água na sua maior altura e andava errante pelos areais de Mira. Nada se tinha conseguido que eliminasse ou minorasse os males que afligiam Aveiro.

Em 1801 a miséria era geral e as doenças dizimavam a população. A barra já estava outra vez no local onde tinha estado em 1756. A Câmara novamente pede providências ao Governo, e este interessa-se a valer pela solução de tão grave problema. Era então superintendente das obras da barra João Carlos Cardoso Verney, provedor da comarca de Aveiro.

Em 1802 o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, encarregou o coronel engenheiro Reinaldo Oudinot, e o capitão engenheiro Luís Gomes de Carvalho de elaborarem cada um seu plano de abertura de nova barra. Estes planos foram aprovados ainda neste mesmo ano, e os dois engenheiros foram encarregados de os executarem. Ia finalmente ser resolvido o problema cuja solução se procurava havia século e meio.

Começaram os trabalhos ainda em 1802 mas demoraram mais tempo do que se esperava. No dia 3 de Abril de 1808 foi finalmente aberta a nova barra de Aveiro, com êxito notável, em frente do Forte Novo, situado na Ilha da Mó do Meio (doc. I).

Alterado o regimen das correntes na Ria, a barra de Mira voltou a fechar-se por si mesma.

Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho iniciaram as obras e dirigiram-nas conjuntamente até fins de 1803. Nesta data foi Oudinot mandado para a Ilha da Madeira em comissão de serviço, e ficou Luís Gomes de Carvalho sózinho a dirigir as obras. Este sofreu, porém, graves desgostos e contrariedades, porque elas demoraram muito tempo.

Acusavam-no de não ter concluido o projecto de Oudinot para a abertura do canal da Barra, cujos trabalhos já estavam em adiantamento e vencida a maior dificuldade que era a «tapagem» do rio chamado Cale da Senhora. O dique transversal do rio represava as águas e provocava longas inundações que impediam o fabrico do sal, e submergiam os bairros baixos da cidade. Luís Gomes de Carvalho viu-se por isso obrigado a fazer em 1805 umas comportas no dique do lado da Gafanha, para entrar água salgada nas salinas e sair a água estagnada na Ria (doc. VI). *O resultado foi porém quase nulo, e o povo em 1806 chegou mesmo a amotinar-se e a querer abrir a barra à força. Acalmados os ânimos, prosseguiram as obras, e no dia 3 de Abril de 1808, teve Luís Gomes de Carvalho a suprema ventura de ver as águas do Vouga correrem para o mar.*

O seu contentamento reconhece-se nos ofícios que adiante publicamos (doc. II e III), *e que ele dirigiu ao Príncipe Regente*

e ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então residentes no Brasil, a participar-lhes a feliz abertura da nova barra.

A longa tragédia de Aveiro tinha terminado. As obras é que não tinham terminado. O próprio Luís Gomes de Carvalho disse que a grande obra que abriu a Barra e devia segurar e perpetuar os seus grandes resultados, precisava ainda por algum tempo da particular protecção do Príncipe Regente para a consolidar e últimar como convinha a fim de segurar para as futuras gerações o resultado obtido.

O distinto engenheiro tinha razão. De facto as obras continuaram mas nunca mais pararam; e umas se fizeram de menor importância e outras de maior importância. Em 1932 se fez o molhe norte da barra e os diques de concentração das correntes, tendo custado tudo vinte e um milhões de escudos.

Neste ano de 1947 novas e importantíssimas obras se irão começar para melhorar a barra: o prolongamento do molhe norte pelo oceano, e construção de um outro ao sul do Farol também no oceano.

Reinaldo Oudinot era de nacionalidade francesa. Nasceu em 1747 em Sepignes, bispado de Verdun. Veio para Portugal em 1776. Em 3 de Setembro deste ano, o rei D. José nomeou-o ajudante de infantaria com exercício de engenheiro. Em 14 de Dezembro de 1803 foi despachado brigadeiro de engenheiros.

Faleceu na Ilha da Madeira em 17 de Fevereiro de 1807.

Luís Gomes de Carvalho nasceu em 15 de Abril de 1771, na vila da Atalaia, concelho de Vila Nova da Barquinha. Frequentou a Academia Real de Fortificação onde foi aluno laureado.

Dirigiu as obras da barra de Aveiro até à sua abertura, e depois até 1823, ano em que foi afastado da direcção delas por motivos políticos. Estudou e executou vários e importantes trabalhos hidráulicos.

Faleceu em Leiria em 17 de Junho de 1826, sendo coronel de engenheiros.

RESUMO HISTÓRICO DA BARRA DE AVEIRO

DOCUMENTOS (*)

I

Illmo e Exmo Snr.

Agora q̃. felizm.^te^ chega a esta Cidade a fausta notícia de se ter já levantado sobre as Torres de Lisboa o Estandarte das Veneraveis Quinas Lusitanas, quebrando-se os ferros da pezada escravidão, em q̃. temos gemido; seja-me licito no transporte deste geral contentamento dirigir a V. Ex.ª, com os votos do meu respeito, os Parabens de termos já resgatada a Patria, restituido o Regio Trono ao Nosso Augusto, e Legitimo Soberano, e santificada a Religião, q̃ tem sido profanada.

V. Ex.ª tem o primeiro direito aos votos da minha gratidão, e eu seria injusto se faltasse a este dever sagrado, ficando em silencio no meio dos vivas q̃ se dão ao Nosso Augusto Principe, aos Libertadores da Patria, e aos Eroes da Nação Portugueza, q̃ ainda estando auzentes, como V. Ex.ª, são sempre lembrados com puros sentimentos Patrioticos.

Com esta agradavel noticia tenho igualm.^te^ a honra de participar a V. Ex.ª, q̃ no dia trez de Abril do corr.^te^ anno se ultimou a dezejada abertura da Barra de Aveiro, com a maior felicidade, ficando com huma embocadura de cento e vinte braças de largo, e de trinta e cinco palmos de profundidade, capaz de toda a navegação; podendo-se dizer com verdade, q̃ esta Barra ficou a melhor, q̃ temos na costa do Norte.

Esta Obra, q̃ tem sido o objecto de todos os meus cuidados, já pela pequena faculd.^e^ dos meios p.^a^ o seu adiantam^to^, já pela oppozição da orgulhoza intriga, q̃ me quiz sacrificar, acha-se felizm^te^ concluida no essencial, fazendo já neste anno a felicid.^e^ dos Povos desta Comarca, com o fabrico do Sal, e dobrada porção de lavoira, q̃ existia paralizada á m^tos^ annos pela estagnação das agoas, q̃ cauzavão igualmente as molestias epidemicas desta Cidade, q̃ já no prezente Verão tem dezaparecido.

A restauração desta Comarca he verdadeiram.^te^ huma nova conquista, q̃ se deve ao Paternal cuidado de Sua Alteza Real, competindo tambem a V. Ex.ª hum grande trofeo de gloria, por ter sido o primeiro instrumento, q̃ promoveo a factura desta Obra, e com ella a felicidade dos Povos desta Comarca, e das Provincias circunvizinhas.

O Ceo dilate a preciosa vida de V. Ex.ª pelos beneficios q̃ lhe deve a Patria, permitindo a ventura de o tornarmos a ver com brevidade, assim como ao Nosso Amado Soberano, por q.^m^ anciozam.^te^ suspiramos, tendo em defeza dos seus Direitos assignalado com o proprio sangue Nacional os votos da nossa eterna fidelidade.

Deos Guarde a V. Ex.ª Aveiro 16 de Setembro de 1808

Illmo e Exmo Snr̃ D. Rodrigo de Souza Coutinho

De V. Ex.ª
O mais respeitoso, e agradecido creado

João Carlos Cardoso Verney

(*) Os documentos originais I a IV existem actualmente no arquivo da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, depois de terem estado no Brasil.

Os documentos originais V e VI existem no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, tendo-nos fornecido obsequiosamente uma cópia o Exmo Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira de Lima, ilustre director deste arquivo, a quem apresentamos aqui os nossos agradecimentos.

II

Senhor

Tenho a honra de partecipar a V. A. R. o feliz exito da Commissão da Abertura da Barra de Aveiro, que V. A. R. foi servido confiar-me, honrando-me tanto nesta escolha, q.to a questão era difficil, e até na opinião geral impossivel.

O dia trez de Abril deste prezente anno foi o venturoso dia d'Abertura da Nova Barra de Aveiro; elle foi, em certo modo, *hum segundo dia de creação* em que se operou, como por hum prodigio, hũa conveniente e necessaria separação das agoas, e dos terrenos, que estavão na mais fatal confuzão: E este Grande Beneficio, que V. A. R. preparava a estes Povos desde muito tempo, fez despertar, como eu fui testemunha, a saudade constante que os Povos mais interessados nesta Obra consagravão ao Seu Legitimo Auzente Soberano quando gemia debaixo da escravidão e tyrania de que o Ceo, auxiliando os nossos proprios exforsos, e os dos nossos amigos, acaba de resgatar-nos.

A nova Barra de Aveiro he a melhor de Portugal depois da de Lisboa; ella fará duplicar o valor de toda a Provincia da Beira, e com o tempo a sua população: Por effeito della já estão enchutos, e restituidos á Lavoura campos que estavam submergidos, e outros, que hião perder-se para sempre, que podem produzir annualmente dous milhoens de alqueires de milho e feijão: As vastas Marinhas d'Aveiro, que estavão condenadas a hũa perpetua submersão, são hoje das mais ricas do Reino.

Este paiz onde ha pouco a febre e a morte fazião o seu assento he hoje saudavel, e nelle se respira hum ar puro e sadio: Estes Povos desgraçados que noutro tempo tocavão de compaixão o Paternal Coração de V. A. R. quando mandou em socorro delles intentar a grande obra da sua regeneração, são hoje vassalos venturosos, e bem depreça serão opulentos: Emfim Senhor, este vasto paiz que os elementos tinham já uzurpado á Coroa de V. A. R. fica por esta feliz operação reconquistado para sempre.

Mas a Grande Obra que abrio a Barra e que he a mesma que deve segurar e perpetuar os seus grandes resultados, precisa ainda por algum tempo a Particular Protecção de V. A. R. assim como de todos os meus cuidados, para a consolidar, e ultimar como convem afim de segurar para as futuras geraçoens o resultado já obtido, e no maior grão. Não tendo interrompido os meus trabalhos e cuidados relativos a esta obra senão pellas occupaçoens, e obrigaçoens do honroso Posto que me foi confiado no Exercito que marchou a restaurar a Capital, e o Governo, hoje felizmente Restaurado, conservei contudo quanto pude com a mesma obra correspondência, para a derigir quanto era possivel de longe: Agora que pellas ordens de V. A. R. os Militares que compunhão este Exercito marchão a seus antigos destinos, conto voltar bem depreça ao meu posto e Comissão, o que farei com tanto mais gosto quanto eu estou persoadido de que he ali onde eu talvez por ora, possa fazer a V. A. R. o maior serviço.

Mafra, 30 de Setembro de 1808.

Luiz Gomes de Carvalho.

III

Ill.mo e Ex.mo Snr D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Tenho a honra de enviar a V. Ex.a a copia do Officio, que acabo de derigir á Regencia, pello feliz acontecimento d'abertura da Barra d'Aveiro, empreza immortal que eternizará a Feliz Regencia de S. A. R. e o sábio Ministerio de V. Ex.a que tudo venceo para a empreender.

Não he este o dia proprio para eu relatar a V. Ex.ª a fatal intriga que me quiz perder, e perdia a grande Obra destinada a salvar um grande paiz; foi preciso rezistir a tudo até ás Ordens pozitivas, que não cumpri, dos ultimos tempos compromettendo a minha pessoa para salvar os intereces de S. A. R. e de seus Povos.

Foi debaixo da escravidão do Usurpador que esta grande operação se ultimou, e eu recebi em prémio hũa diminuição consideravel no meu proprio soldo; mas he debaixo do Governo Paternal de S. A. R. Restaurado, que eu tenho a fortuna de o participar a V. Ex.ª

Algum tempo tenho estado ausente da obra por quanto tive a honra de ser chamado para commandar os Engenheiros do Exercito das operacoens, onde exerci tambem o emprego de Quartel Mestre General, depois de ter fortificado Aveiro, e armado o Povo, que fez prodigios de fidelidade, e de gratidão ao muito que devia a S. A. R.

He com o maior respeito, e a maior confiança que eu espero que V. Ex.ca solicitará junto do Throno hua recompensa digna de hum serviço tão assignalado, e de hum Principe Generoso, Justo e Liberal, e que V. Ex.ca tantas vezes me prometteo em seu Real Nome. Mas ao mesmo tempo não querendo agravar a Coroa de S. A. R. em occasião em que as despezas do Estado são extraordinárias, eu rogo a V. Ex.ca de por na Presença de S. A. R. que o meu desejo he que S. A. R. me faça hũa graça toda honorifica sem mistura algua de intereces pecuniários, porque alem dos motivos assima esta empreza de tanta glória não deve ter outro prémio que não seja o das honras.

Sou com o maior respeito

De V. Ex.ca

P. S. Repeti a copia da conta sobre a Obra da Barra, afim de segurar melhor a sua entrega e a chegada a mão de V. Ex.ca de hũa not.ª de tanto gosto para V. Ex.ca

Subdito obediente e respeituoso

Luiz Gomes de Carvalho

Q.el General de Sete Rios
em 14 de 8.bro de 1808

No sobrescrito:

Do Real Serviço
Ao Ill.mo Ex.mo Snr D. Rodrigo de
Souza Coutinho Conselheiro de Estado
Grão-Cruz da Ordem de Santi-Ago
etc. etc. etc.
Rio de Janeiro

Do Sarg.to Mor Director da Obra da Barra
de Aveiro Luiz Gomes de Carvalho

IV

Ill.mo e Ex.mo Snr

Tenho a honra e a satisfação de ennunciar a V. Ex.ca o brilhante successo dos Trabalhos feitos nesta Obra, particularmente nos últimos tempos; os quaes obrigarão o Rio e o Mar a estabelecer seu leito, e a correr parallellamente ás 150 para 200 braças de extensão de Dique mais exposta do lado do Mar em distancia de 15 a 20 braças do mesmo Dique largura de hũa m.to

agradavel praia que já a guarnece em toda essa extensão, o consolida, e o defende: Com esta boa dispozição obriguei o primeiro e maior inimigo da Obra, isto he o mar, a ser o prim.º agente da sua eterna segurança: igualmente pude remediar os males q̃. a minha auzencia durante a Campanha da Feliz Restauração comessava a produzir na Obra, e tudo promette os melhores e mais firmes rezultados relativamente a solidez do Dique q̃. abrio felizmente a Barra de Av.º no dia 3 de Abril deste anno, como já tive a honra de o ennunciar a V. Ex.ia em 3 officios p.ª q̃. esta noticia tão importante não deixasse de hir ao conhec.to de S. A. R. por via de V. Ex.ca a q̃. tudo se deve depois d'Elle.

Eu estimo o beneficio que o mar tem feito (pello acerto das manobras q̃. fiz ultimas) nos tres ultimos mezes em mais de 60$000 cruzados. Esta not.ª não a quero demorar a V. Ex.ca apezar das occupaçoens em q̃. ando ha m.tes dias do Reconhecimento Militar do Paiz situado entre Douro e Mondego.

Igualmente dou a V. Ex.ca a not.ª de q̃. em Aveiro já não ha doenças nem já os boticarios vendem Quina. A Barra vai sempre m.to boa. Ha sal, e ha pão, etc., etc.

Sou com o maior respeito e gratidão

De V. Ex.ca

Ill.mo e Ex.mo Snr. D. Rodrigo de Souza Coutinho
Aveiro em 10 de Xbr.º de 1808

Subdito obediente e respeitoso

Luiz Gomes de Carvalho

No sobrescrito:

Ao Ill.mo e Ex.mo Snr D. Rodrigo de Souza Coutinho Grão-Cruz da Ordem de Santi Ago
Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario de Estado etc etc etc.
Rio de Janeiro

Do Tenente Coronel Director da Obra da Barra de Aveiro Luiz Gomes de Carvalho.

V

Ill.mo e Ex.mo Senhor

Tenho a honra de partecipar a V. Ex.ca, que chegando a esta Cidade de volta da Galiza de acossar os Francezes na sua vergonhoza e percipitada fuga, achei a agradavel noticia do melhoramento que a Barra de Aveiro vae fazendo com os trabalhos novos q̃. neste Inverno e Primavera tenho mandado fazer, sendo entre elles hum Regulador ao Norte do Canal perpendicular ao Dique: Já V. Exca saberá que no dia 13 de Maio do Aniversario de S. A. entrárão em menos de hora e meia pella Nova Barra de Aveiro 39 navios de transportes Inglezes e dous Brigues de Guerra da m.ma Nação, fazendo tudo 41 navios.

V. Ex.ca estimará ouvir estas noticias com tanto mais prazer que esta importante Obra concorre a reparar as perdas q̃. os Vandallos modernos cauzarão no Norte de Portugal até ás vizinhanças d'Aveiro.

Apezar da auzencia q̃. fasso a Aveiro pode V. Ex.ca estar certo que daqui mesmo lhe presto q.to he possivel fazer de longe, e q̃. tudo vai muito bem.
Sou com o maior respeito

Ill.mo e Ex.mo Snr. D. Miguel
Pereira Forjaz

De V. Ex.ca

Subdito respeituoso e obediente

Luiz Gomes de Carvalho

Vizeu 2 de Junho de 1809

VI

EDITAL

Luis Gomes de Carvalho, Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros, Membro da Real Sociedade Maritima Militar e Geographica, Encarregado da Direcção das Obras da Barra de Aveiro por sua Alteza Real, &.ª

Tendo imaginado e proposto a Sua Alteza Real em vinte e outo de Janeiro do presente anno hum Projecto para escoar as agoas estagnadas na vasta Ria de Aveiro na qual estão submergidas outo para nove mezes do anno suas immensas e preciozas marinhas, e para meter na mesma Ria as marés de toda a grandeza e de agoa salgada na estação propria de fazer o sal beneficio de que Aveiro está privado pella quaze total privação do fluxo, e refluxo do mar motivado pelo afastamento da Barra do Vouga quaze entupida, e sempre errante nos areaes de Mira: Sua Alteza Real se Dignou approvar o meu Projecto Ordenando-me ao mesmo tempo a sua execução promta de acordo com o Dezembargador Superintendente das Obras da Barra, e me ordenou igualmente de dar toda a publicidade a este importante projecto, e ao seu esperado rezultado afim de que os Proprietarios das Marinhas de Aveiro possão mandallas fabricar na certeza que já neste anno haverão na Ria os materiaes e disposiçoens necessarias para a factura do sal.

Em concequencia tenho a honra, e a mais lizongeira satisfação de convidar a todos os Senhores Proprietarios de Marinhas d'Aveiro a que fassão mandar fabricar as suas respectivas Marinhas visto que muito a tempo terei executado o meu Projecto e estarei no estado de poder evacuar as agoas doces da Ria para se escoarem á vontade as mesmas Marinhas, e dar depois na Ria grandes Marés de Agoa Salgada para se fazer o sal como no resto das Marinhas do Reyno.

Aveiro em 15 de Março de 1805. Luís Gomes de Carvalho.

Está conforme

Luís Gomes de Carvalho

Aveiro, Janeiro de 1947.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

MEMÓRIA DESCRITIVA

OU

NOTÍCIA CIRCUNSTANCIADA DO PLANO E PROCESSO DOS EFECTIVOS TRABALHOS HIDRÁULICOS EMPREGADOS NA ABERTURA DA BARRA DE AVEIRO SEGUNDO AS ORDENS DE S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR

POR

LUÍS GOMES DE CARVALHO

TENENTE CORONEL DO REAL CORPO DE ENGENHEIROS;
MEMBRO DA REAL SOCIEDADE MARÍTIMA, MILITAR E GEOGRÁFICA;
DIRECTOR E INSPECTOR DAS OBRAS DA MESMA BARRA

SENHOR

SE os Soberanos, que têm procurado manter a amizade dos seus vizinhos para afastar dos seus Estados as misérias da guerra, e têm feito consistir a sua maior glória em promover a felicidade doméstica e interna dos seus vassalos, são dignos da admiração do Universo e benções da Posteridade, a paternal regência de V. A. R. é nos dois Mundos um monumento de glória imortal para o Monarca português.

A felicidade dos povos que a Providência confiou ao tutelar Govêrno de V. A. R. é tão sólida, e tão geral a todas as classes dos venturosos vassalos de V. A. R. quanto na Europa o tem mostrado a firmeza desta nação grata, valente,

e fiel em sustentar, auxiliada pela mesma visível Providência, o trono onde brilham e resplandecem as régias virtudes de V. A. R.; e donde têm emanado sete séculos de prosperidade; e quanto também, ainda que por um diferente modo, na América o expressou a filial recepção que V. A. R. recebeu dos seus filhos brasilienses: como nós eles mostraram o extremo com que V. A. R. é amado pela Grande Família, que sobre todos os mares, e sobre as quatro partes do Globo contemplam a V. A. R, como o melhor pai, e como seu legítimo e augusto Soberano. E quando V. A. R. sofre a saudade, que deixou a um povo que o adora, quem a não sente moderar à vista do espectáculo tocante e magestoso que dão ao mundo inteiro mil povos diferentes, habitantes das vastas regiões e diversos climas, que compõem o dilatado império de V. A. R., estendendo os braços, prostrando-se, e tributando a V. A. R. as homenagens do seu amor e do seu respeito; e fazendo ver que o excelso trono de V. A. R., firmado sobre os dois Hemisférios, consolidado pelo amor e lealdade de uma considerável porção dos habitadores da Terra, nenhum poder o pode abalar, e menos destruir; que ele só foi transferido a outro ponto de seu vasto domínio pelo triste motivo das perturbações de uma bárbara e insensata perseguição, que dirigida contra a sagrada pessoa de V. A. R. podia privar o leal povo português do seu amado Soberano; mas nunca a V. A. R. de um trono, cujo domínio excede tanto a esfera de esse soberbo perseguidor!

A guerra foi sempre um estorvo, ou grande diversão para as empresas da economia e felicidade doméstica; é por isso que, entre os inumeráveis prodígios obrados por V. A. R. a bem dos seus vassalos, é admirável a empresa que regenerou Aveiro, e pela qual V. A. R. deu a existência, e tirou da nulidade um grande e mui importante país; salvou uma grande população; deu um novo e belo porto de mar ao seu reino de Portugal; que faz já, e fará cada vez mais, a felicidade de meia Província da Beira; e isto obrado no meio dos estorvos invencíveis de uma guerra desigual, de exterminação, e carnagem.

V. A. R. fez-me uma honra inapreciável confiando-me a execução desta empresa, que tanto havia tocado o paternal coração de V. A. R. e que, executada já, é hoje um dos mais belos monumentos de clemência, e munificência real. A descrição dos trabalhos e transcendentes resultados deste monumento, em que a geração presente e a posteridade contemplarão os benefícios devidos a V. A. R., é um dever que ainda me restava cumprir. Este novo trabalho pertence todo igualmente a V. A. R.; é por isso que muito respeitosamente tenho a honra de o dedicar a V. A. R. esperando no gracioso, e favorável acolhimento, e aceitação de minha respeitosa

oferta, a maior recompensa que eu possa receber das minhas fadigas, e dos meus longos trabalhos. Digne-se, pois, V. A. R. aceitá-la também como tributo de gratidão, amor e lealdade, que devo à sagrada e augusta pessoa de V. A. R.

Prostrado com o mais profundo respeito, beija a real mão de V. A. R.

O mais reconhecido e fiel vassalo

Luís Gomes de Carvalho.

INTRODUÇÃO

A abertura da Nova Barra de Aveiro é um acontecimento notável em si, pelas suas transcendentes consequências, e muito mais ainda pelos cuidados e desvelos de S. A. R. para salvar os povos deste vasto país noutro tempo florescente, mas que depois a miséria e a morte quase aniquilaram, empreendendo uma operação que os esforços repetidos de outros reinados não puderam realizar depois dos maiores sacrifícios, e dos mais empenhados trabalhos, calculados e dirigidos por hábeis engenheiros, hidráulicos, e outros sábios tanto nacionais como estrangeiros, empregados em diversas épocas nas diferentes tentativas que se fizeram; as quais serviram só para estabelecer no ministério, no reino, e fora dele, a desgraçada opinião de sua impossibilidade pelo bom fundamento de haverem sido nulos os resultados de todos os planos, e tentativas até ali sempre infelizes e malogradas. S. A. R., arrostando novamente esta empresa já desesperada, esqueceu todas as dificuldades que ela apresentava para seguir ùnicamente os magnânimos sentimentos do seu paternal coração tocado pela suma desgraça de Aveiro, que na última agonia invocou a régia clemência, dirigindo respeitosamente aos pés do Trono as suas humildes súplicas pela intervenção do esclarecido e sempre ilustre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares; cuja opinião quase singular, bem pronunciada, firme e decidida a favor de uma nova tentativa de abertura da barra para salvar Aveiro, restaurar o seu porto, e o país mais imediatamente interessado, habitação e património de mais de 100.000 vassalos, era conforme aos desejos de S. A. R., e foi a que o mesmo senhor adoptou com heróica firmeza: e confiando ao mesmo tempo este importante negócio ao activo ministério daquele incansável ministro nos fins de 1801, foi pela sua repartição que emanaram no real nome em Janeiro de 1802 as ordens para a formação dos planos relativos aos trabalhos da restauração física de Aveiro; a qual foi felizmente realizada no sempre memorável dia 3 de Abril de 1808 pela efectiva abertura da Nova Barra; dia em que Aveiro presenciou admirada, e nos transportes de alegria que se não exprimem, o magnífico espectáculo de

uma *segunda criação;* sim, um vasto e mui rico país, que havia sido abismado pelas águas, condenado à nulidade e confusão, e reduzido a um foco maligno de enfermidades, saíu do Caos e viu a luz neste dia para sempre memorável; dia venturoso, e com que prazer eu o digo!! Em que ficou erigido um eterno padrão de grata memória à real munificência no mesmo país restaurado, e regenerado nos mais dificultosos tempos, e extraordinárias circunstâncias da imortal regência de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor.

Este notável e tão feliz acontecimento merece ser geralmente conhecido no mundo, e com todas as circunstâncias pela nação que se tem feito imortal nos nossos dias por tudo quanto há de grande e particularmente pelo seu amor, fidelidade e confiança para S. A. R. supremo árbitro dos seus gloriosos destinos; assim como ser transmitido à posteridade para que as mais remotas gerações, que hão-de participar como a presente dos seus importantes e transcendentes resultados, possam como a actual ter mais este grande motivo para abençoar para sempre o augusto nome de seu restaurador.

Não quero passar mais adiante sem apresentar ao público os documentos que provam o estado lamentável a que chegou a barra de Aveiro, e todo o país dela dependente, e como se havia desesperado já de abrir a dita barra para a mesma cidade pela dura e custosa experiência dos baldados esforços feitos em outros reinados; quando o Príncipe Regente Nosso Senhor tomou a heróica resolução de a empreender novamente. Estes documentos escolhidos entre os mais principais são do n.º 1 até n.º 10, lançados no fim da introdução; eles foram fielmente copiados do Livro 1 do Registo da Superintendência da mesma barra, onde com outros muitos se acham registados.

Sobre o estado deplorável a que chegou Aveiro, é muito notável o documento n.º 1 da data de 1756 no qual se lê: — «Faço saber a vós bacharel João da Fonseca da Cruz, Superintendente da obra da barra da vila de Aveiro, que, atendendo às representações que me fizeram os oficiais da Câmara, nobreza e povo da mesma vila de se acharem os seus moradores reduzidos a grande pobreza e miséria, sem terem meios para poderem satisfazer o cômputo do seu cabeção, que é de cinco mil cruzados, os quais lhes impuseram em atenção aos direitos da barra, que já não tinham em razão de estar totalmente areada em forma que por ela não podia entrar nem sair o mais pequeno barco, e não só tinha cessado de todo o comércio, mas também se inundava muita parte da vila com as cheias pelas águas não terem expedição para o mar, do que resultava irem desamparando a terra, o que também me constava por várias informações, à vista das quais fui servido

mandar o engenheiro Carlos Mardel examinar a dita barra, e fazer planos da obra».

Achar-se-á da mesma sorte pelos mesmos documentos a nulidade dos resultados de todas as tentativas de abertura da barra até 1802, porque, 1.° Dos planos e projectos do engenheiro Carlos Mardel em 1756, de que fala o documento n.° 1 já citado, nada resultou (*). 2.° Dos planos de que por ordem de Sua Magestade fôra encarregado, em 1758, Francisco Jacinto Polchet com seu adjunto Luís d'Alincourt, e o sargento-mór engenheiro Francisco Xavier do Rêgo com seu adjunto o tenente Adão Venceslau Hedes, acompanhados todos pelo desembargador da Relação do Porto, Manuel Gonçalves de Miranda, e pelo capitão-mór João de Sousa Ribeiro (documento n.° 2), nenhum resultado houve favorável para a barra. 3.° Igualmente não houve efeito da comissão sobre a mesma barra, a que veio mandado o tenente-coronel engenheiro Guilherme Elsden com o capitão do mesmo Corpo, Isidoro Paulo Pereira, e ajudante do mesmo Corpo, Manuel de Sousa Ramos em 1777 (documento n.° 3). 4.° Que dos planos e projectos do arquitecto hidráulico João Iseppi, aprovados por Sua Majestade, que o encarregou ao mesmo tempo da sua execução em 1780 (documento n.° 4), e das enormes despesas consumidas nestas obras nada resultou de útil em favor da barra; pelo contrário ela fugiu muito mais para o sul, e piorou consideràvelmente durante e depois das obras, que foram suspendidas por aviso régio em 1783, e mandado recolher o dito engenheiro hidráulico João Iseppi, seu filho, e outros italianos empregados com ele,

---

(*) Também se havia perdido inteiramente um rompimento do Vouga pelo Rigueirão da Vagueira em 1757 feito na conjuntura de uma grande e extraordinária cheia do mesmo rio, que subiu aos primeiros andares das casas em alguns bairros da cidade, estando nesse tempo a barra perto de Mira, e por extremo entupida, circunstância de que felizmente, e com muita discrição, se aproveitou um zeloso prático do país, o capitão-mor João de Sousa Ribeiro, homem benemérito que por algum tempo minorou os males de Aveiro, e é por isso digno do maior elogio e merece que o seu nome seja conservado na lembrança dos seus compatriotas, posto que infelizmente de tudo isso, e do tal Rigueirão nada existisse pouco tempo depois, e nem ainda os vestígios; no seu lugar, que era na Vagueira, não se divisavam em 1802 senão areais e dunas muito elevadas como no resto do grande areal que separa o mar da Ria, achando-se outra vez, àquela época, a dita Barra de Aveiro nas costas de Mira como dantes errante por aqueles desertos areais sem leito fixo nem suficiente, légua e meia ao sul do referido, e já nao exis' tente Rigueirão da Vagueira de 1757, como se verá no mapa da Ria (fig. 1.ª- que acompanhará a 1.ª parte desta Memória: e os cuidados que houveram da barra no ano seguinte de 1758 e nos seguintes, e as obras começadas mais abaixo uma milha defronte do Forte demolido M, começadas em 1780, e suspendidas em 1783, prova como Aveiro só gozou de um curto e precário benefício, e teve só uma pequena e parcial interrupção na fatal e longa série das suas desgraças.

depois de se lhes fazer suas contas, contando-lhes tudo até chegarem à Côrte (documento n.º 6). 5.º Em 1781, Sua Majestade mandou ao desembargador superintendente das obras da barra, Francisco António Gravito, que patenteasse os planos, as obras, as máquinas hidráulicas, e tudo o mais que o professor hidráulico, lente de Matemática da Universidade de Coimbra, José Monteiro da Rocha, quisesse ver e examinar, para ele formar clara ideia de tudo, recomendando-o muito honrosamente. Não sei qual foi o resultado da visita deste sábio, que faz tanta honra à nação portuguesa, nem o conceito que ele fez da questão e das obras; só se sabe que dois anos depois foram suspendidas as obras da barra, em que se trabalhava ao tempo da sua visita hidráulica (documento n.º 5). 6.º Em 1788, Sua Majestade mandou o marechal de campo, depois tenente-general inspector de Artilharia e do Corpo de Engenheiros, Guilherme Luís António de Valleré, acompanhado de dois oficiais seus ajudantes (documento n.º 8), a fazer um exame circunspecto do estado das obras da Barra de Aveiro e das mais que nela se haviam projectado, e formar o projecto do seu adiantamento para continuarem. Mas deste exame nada resultou que fosse visível. 7.º Finalmente em 1791, ficou inteiramente malograda uma última tentativa de um rigueirão que se mandou abrir no areal meio quarto de légua abaixo de S. Jacinto ou Senhora das Areias, com o fim de entrarem os barcos, e escoar as águas encharcadas e pestilenciais da Ria, em razão de se não ousar já tentar abrir barra para navios, como coisa sumamente dificultosa *e mais do que se pensava* (documento n.º 10). Este projecto, antes que fosse executado por Nuno de Faria da Mata, provedor que servia de superintendente, e pelo engenheiro Luís d'Alincourt, foi ainda examinado de ordem superior, pelo professor hidráulico Estêvão Cabral, que o Ministério preferiu a todos os engenheiros da profissão que até ali tinham sido mandados a Aveiro, que era muito acreditado então, e dirigia as obras hidráulicas do Mondego; mas não obstante tantos cuidados e desvêlos empregados em favor de Aveiro, tudo foi baldado, e de tais trabalhos nada existe; em lugar do rigueirão pretendido para barcos em que se fizeram grandes despesas, existiam em 1802 altas lombas, que ainda hoje existem, e dunas continuadas até à Barra Velha, quatro léguas para o sul do referido local onde se cavou no pretendido rigueirão, que não chegou a existir.

Foram malogrados tantos esforços feitos por homens tão escolhidos e acreditados, intentados em diversas épocas e circunstâncias; pois sem ofensa da verdade, nem pretensão de macular o crédito de tantas e tão respeitáveis pessoas que eu muito e muito prezo, pode dizer-se que nada havia, e nada existia em 1802 de tantos trabalhos e tantas despesas; e que

a Barra de Aveiro em desprezo de todos os esforços da Arte até ali praticados se achava, distante de léguas, ao sul de todos os lugares onde se tem pretendido abrir ou segurar na sua marcha ruinosa para o sul, que nenhum poder até então tinha suspendido nem estorvado.

Tais eram os fundados motivos que chegaram enfim a estabelecer a opinião desgraçada de que em Aveiro se não podia abrir uma barra para navios. Esta opinião se vê expressamente manifestada nos dois documentos n.º 9 e 10 mencionados, relativos ao rigueirão de 1791, o 1.º dos quais diz assim: *«Este rigueirão ou canal deverá ser limitado na sua largura como aquele que sòmente se prepara para dar saída às águas encharcadas, e entrada aos barcos que frequentam este pôrto, removendo por ora toda a ideia de abertura da Barra ou canal para entrada de navios, pois que, tendo mostrado uma custosa experiência tantos anos, que nesta obra maior se tem trabalhado debalde, deve merecer maior consideração o tentá-la de novo por meio de novas medidas e novos planos . . .»* etc. E o 2.º dos ditos documentos se explica deste modo: *«As obras da Barra, quanto à abertura há tantos anos projectada, outros tantos há que por custosas experiências se tem visto serem de maior dificuldade do que se pensava . . .* etc.*»*.

Por esta análise dos dez citados documentos, e pelo mais que eles encerram, e sem ser necessário apontar outros, verá o público que muitas vezes se tem pretendido abrir a barra de Aveiro em diversos reinados, e diferentes ministérios, inclusivé no do marquês de Pombal; assim como o grande número e importância das pessoas e facultativos chamados e empregados nesta empresa nas respectivas épocas; e como se havia desesperado de o poder conseguir pela dura e custosa experiência da nulidade absoluta dos resultados até ao ano de 1802 em que S. A. R., eu o repito, tomou a heróica resolução de empreender novamente tão escabrosa empresa já reputada impossível, e pouco depois, em 1808 teve a glória imortal de realizar! Este conhecimento era muito preciso para que o público pudesse estimar no seu justo valor as dificuldades de toda a espécie que S. A. R. teve a vencer para salvar esta parte dos seus povos e dos seus Estados.

Sem dúvida seriam estes os generosos motivos que inspiraram aos redactores do *Jornal de Coimbra* os desejos que eles me manifestaram de inserir no seu periódico o plano e uma circunstanciada notícia do processo dos efectivos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da nova barra de Aveiro, e das suas resultantes consequências; pois que eles foram os primeiros que, por via do seu judicioso jornal, têm perpetuado o facto da restauração física do porto e país de Aveiro: tais serão também (se eu posso ousar interpretá-lo)

os motivos que o sábio providente paternal Govêrno que nos dirige, e que tanto promove e anima os actuais trabalhos da mesma Barra, terá para apoiar a execução; assim como são todos eles os que me movem hoje, e com muito gosto, a prestar-me à sua publicação; poderia obrigar-me a expor a tanto a minha insuficiência, e até a esquecer por um pouco os deveres da modéstia, que raras vezes consente o falar de nós mesmos, o que algumas vezes não poderei evitar. Fica-me, porém, o sentimento de que não fosse uma pena hábil, e já exercitada a quem hoje incumbisse este lisongeiro e importante dever; mas espero que o público, conhecendo os meus fundados motivos, e a necessidade de ser eu mesmo o instrumento, fará os precisos descontos, e terá comigo generosa indulgência.

Tendo feito uma introdução à Memória (*) que fiz em 1802 sobre o plano e projecto de abertura da Barra de Aveiro, que então apresentei a S. A. R. na conformidade das ordens régias, cuja Memória faz quase toda a matéria da 1.ª parte das cinco em que divido o meu assunto, e não querendo agora nem devendo alterar um escrito feito naquela época, a ela me refiro para não repetir mais neste lugar as mesmas ideias lá expendidas, o que não pude evitar inteiramente, não obstante ser este o mais próprio, e onde elas teriam o melhor cabimento, mas que não teriam o mesmo valor; este grande motivo me obrigou também a transcrever agora o mesmo escrito tal qual então foi dado para satisfazer às ordens, e à brevidade que se exigia, como se verá, e sem lembrança de que um dia ele seria publicado.

Divido, como disse, o assunto em cinco partes, por haverem outras tantas épocas notáveis no decurso e progresso desta empresa, e nas quais os trabalhos tomaram em certo modo uma nova marcha pela mudança, e variedades das circunstâncias que ocorreram.

A primeira parte compreenderá a história resumida do começo desta empresa, e trabalhos preparatórios para a formação do plano expendido em uma memória e mapa apresentado depois a S. A. R.; a régia aprovação, e as ordens do mesmo Senhor para sua execução. Seguir-se-á a cópia dessa mesma memória e plano então feitos, apresentados e honrados com a aprovação de S. A. R., e terminará pela

---

(*) Os oito primeiros §§ da Memória passaram agora a formar a Introdução à mesma; os sete que se seguiam a formar a 1.ª parte dela; o resto da mesma Memória a 2.ª parte, que ainda dividi em secções, e estas em artigos. Esta divisão, aumentando a clareza não tem mudado o escrito então feito, que foi todo o meu cuidado agora.

cópia das ordens régias mais análogas, e pelas que me respeitam, e me foram dirigidas sobre tal comissão nos primeiros sete meses de Janeiro até Julho de 1802, que abrange esta 1.ª parte; as quais se acham registadas nos livros do Juízo da Superintendência das Obras da Barra de Aveiro, cujos originais conservo; estes ofícios ou régios avisos vão textualmente copiados no fim desta parte, assim como o serão nas outras os que respectivamente lhes pertencerem.

Na segunda parte se descreverá a efectiva execução dos principais trabalhos, as maiores dificuldades que se encontraram, e como se venceram desde o princípio da obra em 1802 até fins de 1803; época notável para a história dos Encarregados, e na qual deixei de ter companheiro nesta comissão, porque S. A. R. foi servido nesse ano encarregar-me da inspecção e direcção das obras da Barra de Aveiro, e por então mesmo da direcção das da Barra do Porto, como se verá das ordens régias, que igualmente no fim desta 2.ª parte se darão por integra, com outros papéis ou extractos que achei mais próprios para a documentar.

Na terceira parte se continuará a descrição dos trabalhos feitos, e dificuldades vencidas desde o fim de 1803, em que fiquei só encarregado das obras até à época memorável da efectiva abertura da nova Barra de Aveiro, que felizmente consegui abrir no dia 3 de Abril de 1808; mostrar-se-á qual era o estado da obra em diversas épocas antes, e ao tempo da abertura da mesma barra; e no fim desta 3.ª parte, como nas precedentes, se dará cópia das ordens régias, e respectivos documentos.

Na quarta parte se descreverão os imediatos e importantes efeitos da nova Barra na pronta restauração de todas as marinhas de Aveiro, de muitos campos, da saúde pública, e franca navegação para grandes vasos; ver-se-á a perfeita coincidência dos resultados obtidos nesta 4.ª época das obras (que forma a competente parte deste escrito) com os prometidos, e já calculados, e prevenidos seis anos antes na Memória e plano que então fiz, tenho executado, e agora apresento na 1.ª parte. Descrever-se-ão todos os trabalhos feitos, e todas as mudanças acontecidas nas obras, na barra e no rio, e todas as dificuldades vencidas e trabalhos executados desde 1808 em que foi aberta a referida barra até agora; e como as precedentes, será documentada.

Na quinta parte finalmente se dará uma ideia geral do que ainda resta a fazer para ampliar as já obtidas vantagens desta nova barra, para a sua perpetuidade e transcendência a outros objectos da maior importância; e do mais que respeita a este novo e belo porto de mar, que, tendo já restaurado as melhores porções de duas comarcas, deve um dia pela sua influência duplicar o valor de meia Província da Beira.

Tive a fortuna de poder documentar, como se deixa ver pela divisão que deixo feita, o que se dirá neste escrito. É verdade que nas invasões de Soult, e Massena, e quando o serviço militar me chamou para os Exércitos (*), sofri mui rigoroso saque, principalmente no ano de 1809, nos subúrbios da cidade do Porto no quartel que eu muitos anos havia ocupado em Lordelo do Ouro, ora como encarregado, ora como empregado nas obras da barra daquela cidade e rio Douro, e conto a perda e extravio de muitos papeis que agora me fazem falta; mas assim mesmo ainda conservo os mais importantes sobre Aveiro e os que bastam; algumas épocas, porém, nem sempre poderão ir designadas com exacção de dia e mês, por quanto os meus diários entram no número dos papeis que perdi; assim como perdi quase toda a minha correspondência com o Ministério dos primeiros anos sobre esta comissão de que apenas escaparam alguns avulsos e troncados papeis; mas felizmente salvei em Aveiro quase todos os ofícios que me foram dirigidos para ali nesse tempo, e sobre esta matéria, por onde se conhece a existência, e a natureza daquela correspondência oficial.

Em todas as cinco partes verá o público com prazer, reconhecimento e admiração, qual tem sido, durante onze anos de trabalhos nunca interrompidos (**), na mais desgraçada época de que os homens possam recordar-se, pelo flagelo da guerra actual, qual tem sido a constante predilecção de S. A. R. a bem dos seus povos de Aveiro; predilecção mais visível e decidida a favor destes, por isso que eles eram tão infelizes no meio da grande família que Ele rege com tanta glória sua como proveito nosso. Retirado nos seus vastos domínios além do mar, habitando outro hemisfério e outro mundo, quando a tormenta política ameaçava a existência dos Estados e das Nações, Aveiro interessava ainda o seu coração! De lá e então mesmo S. A. R. faz ao Governo que o representa nestes reinos as mais positivas recomendações para que este

---

(*) Em Julho de 1808 tive a honra de ser nomeado, e exercer as importantes funções de Quartel Mestre General, e comandante dos engenheiros do Exército de Operações em toda essa campanha até à feliz restauração de Lisboa e do reino. Em 1809 servi na mesma qualidade no Exército de Observação das províncias de Trás-os-Montes e Beira. Em 1810 e 1811, na qualidade de comandante dos engenheiros no Exército do Norte.

(**) Jamais nas minhas ausências, estando em campanha, fui dispensado de dirigir os trabalhos da Barra, que nenhuma invasão estorvou, e menos foram suspendidos por ordem do Govêrno; onde quer que estava conservei sempre correspondência com o Superintendente e empregados da obra, e a dirigi como me era possível de longe no meio de tão sérias ocupações; e o Govêrno era informado ainda que menos regularmente do estado dos trabalhos que lhe mereceram sempre um particular desvêlo.

continue, e anime quanto lhe for possível as obras da barra de Aveiro.

Feita a restauração de Lisboa e do reino, e quando pude participar ao mesmo augusto Senhor o feliz acontecimento da abertura da mesma barra, S. A. R. se dignou mandar-me expressar em aviso datado do Rio de Janeiro a 10 de Janeiro de 1809, entre outras cousas bem lisongeiras, que *«eu não podia ter dado uma notícia que lhe fosse mais agradável»*. Depois, em aviso de 30 de Agosto de 1810 me foi participado que S. A. R. reconhecia os meus serviços feitos na barra de Aveiro, no rio Vouga, e terrenos por onde corre este rio. E em aviso de 24 de Outubro de 1811 se me participa para minha satisfação, que por tais serviços Sua Alteza Real havia declarado *«que eu merecia a sua especial e real protecção»* (*).

Tal foi o vivo interesse com que o mesmo augusto Senhor viu consumada a felicidade de Aveiro!! Os documentos de tudo isto terão o seu lugar na 4.ª parte deste escrito, mas dos factos não pude deixar de fazer menção aqui em prova do que digo neste §, e até (seja-me desculpada a minha nobre ambição, e nobre orgulho) o estimei por desejar antecipar, e que de antemão o mundo inteiro conheça a sensibilidade e todo o efeito que excita em mim uma tão avultada recompensa dos meus trabalhos e fadigas nesta parte do seu real serviço; pois uma tal declaração do Soberano é a maior recompensa que S. A. R. podia fazer-me, ou a que um vassalo possa aspirar e conseguir; tão avultada, eu o repito, que a minha vida será mui curta, e tudo quanto eu possa fazer de bom mui pouco para acabar de merecê-la!

O nosso Governo activo e paternal, que nestes reinos representa S. A. R. durante a sua ausência saudosa, e em tempos tão dificultosos tem feito prodígios em favor da obra do novo porto de Aveiro. Foi ele quem melhorou as finanças quase aniquiladas da mesma obra por efeito da guerra, e as pôs no melhor pé; ele tem dado as providências para que nada tenha faltado; e isto quando havia tão pouco, e eram tantas as precisões! Quando se trabalhava para salvar a Nação inteira, o Governo repartia ainda os seus cuidados e vigorosos esforços, e fazia quase impossíveis por esta parte dela, cuja felicidade era o objecto constante, e que tanto havia tocado o paternal coração de S. A. R. Na 4.ª parte se verão os factos, e se mostrará que Aveiro é um exemplo

---

(*) Estes ofícios se acham registados nos livros da Superintendência da Barra de Aveiro, cujos originais conservo, e irão nos documentos da 4.ª parte.

dos muitos prodígios obrados pelo esclarecido Governo que nos dirige.

Devo mencionar neste lugar, que o Governo Provisional do Porto logo nos primeiros dias da começada restauração em 1808, mandando suspender as obras públicas por uma sábia e necessária medida de economia comandada pela primeira e mais imperiosa necessidade, a salvação da Pátria, exceptuou a obra da barra de Aveiro, a qual continuou sempre. Também, como por um milagre da Providência, Aveiro não viu inimigos, apenas de passagem algumas dúzias de prisioneiros feitos nos primeiros ensaios precursores de tantos, e tão incríveis triunfos! E os trabalhos da sua barra não foram jamais estorvados por esse inimigo da espécie humana, que devastou e profanou as nossas belas províncias. Esta circunstância, e o haver eu sido constante e eficazmente auxiliado pelo Governo de S. A. R., me puseram na feliz situação de poder, no meio da tormenta política e transtôrno geral, e mesmo captivo, cumprir as ordens que S. A. R. me havia deixado; e Aveiro foi feliz no meio da desgraça geral!! Tal é a escala por onde Aveiro deve medir, e certamente mede, os benefícios, e privativos favores do melhor dos seus príncipes, e calcular a rigorosa dívida da sua eterna gratidão!

A eficaz assistência e protecção de S. A. R., e do Governo que nos deixou e tão dignamente o representa nestes reinos, se tem manifestado sempre nos sucessivos ministérios dos Ex.^mos^ Conde de Linhares, Conde de Anadia, Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Vila Verde, António de Araújo de Azevedo, D. Miguel Pereira Forjaz, e por diferentes maneiras no decurso desta grande empresa; sendo muito notáveis o do Exmo Conde de Linhares em que foi criada e começada; o do Exmo António de Araújo de Azevedo que a sustentou em uma extraordinária crise de negras imputações contra a obra, e de suma pobreza a que estava reduzida; e o do Exmo D. Miguel Pereira Forjaz; sendo uma das providências, que muito tem concorrido para o bom êxito da empresa, a escrupulosa e acertada escolha dos magistrados superintendentes encarregados do ramo civil e económico das obras, o provedor, depois desembargador do Senado, João Carlos Cardoso Verney; e o seu digno sucessor o desembargador da Suplicação, Fernando Afonso Giraldes, os quais são dignos do maior elogio; não é possível encontrar mais zelo nem mais honra; eles me prestaram sempre uma pronta e mui eficaz cooperação para executar as diferentes partes dos meus planos, e concorreram pela sua parte, e quanto lhes foi possível, para o seu feliz resultado; eu terei mais de uma ocasião de fazer ver esta verdade, sendo bem lisongeiro para mim o possuir as provas dela para produzir em seu lugar, e fazer conhecer os seus importantes serviços.

O esclarecido Conde de Linhares sustentou com o mais heróico entusiasmo os interesses, e já desesperada causa de Aveiro; a actividade e firmeza do seu carácter elevado venceu dificuldades e oposições de toda a espécie, e até o peso das opiniões desfavoráveis de muitos sábios e facultativos, reforçados desgraçadamente pela experiência custosa da nulidade dos resultados das passadas tentativas; ele pareceu exceder mesmo a sua natural actividade promovendo o começo dos trabalhos para um esforço último a favor de Aveiro, aplanando todas as dificuldades para a execução efectiva, e rápido adiantamento dos mesmos trabalhos, enquanto não foi interrompido na carreira do seu ministério. É admirável, e o público ouvirá com interesse e sensibilidade, que o mesmo Ex.mo Conde no seu retiro, pelos anos de 1804, 1805, e 1806, honrando-me algumas vezes com a sua correspondência particular, jamais o assunto principal, ou para dizer melhor, todo o assunto deixou de ser a Obra da Barra qué me estava confiada. Estas cartas de que farei menção na 3.ª parte, onde elas terão o seu devido lugar, mostrarão qual era em circunstâncias tão diferentes a igualdade do seu grande ânimo, e a firmeza dos seus inalteráveis princípios; no seio do seu retiro político, os seus contínuos cuidados, e os seus votos eram sempre pela prosperidade destes povos, e bem do serviço de S. A. R., que foi sempre o constante objecto da sua vida preciosa. Toda a Nação lhe deve muito, porém, Aveiro sabe, que depois de S. A. R. a ele deve o princípio da sua nova existência.

Mas se é tão raro encontrar o virtuoso entusiasmo desenvolvido pelo Ex.mo Conde de Linhares para salvar Aveiro, que se dirá da extraordinária constância e heróica modéstia do Ex.mo D. Miguel Pereira Forjaz, continuando com esforçado zelo uma empresa que ele não havia criado? O ser ela do empenho de S. A. R. e utilidade dos povos é quanto basta para lhe merecer os maiores desvelos. Não é a glória de a criar, a que a tem produzido muito boas e grandes cousas, quem a convida nesta ocasião, assim como lhe é absolutamente desconhecido o ciume dos sucessores, que tem muitas vezes sepultado no esquecimento, e às vezes no desprezo, as mais belas e úteis concepções só porque são alheias.

O Ex.mo D. Miguel Pereira Forjaz encarregado das secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, quando era necessário criar tanta cousa, ou para melhor dizer, criar tudo para a salvação do Estado, que o inimigo havia quase destruído, naqueles tempos marcados pelas desgraças de que foi vítima a nossa pátria infeliz, e em que a apatia tomava o lugar das nossas mais fortes e puras afeições pelo iminente perigo de uma desgraça inevitável cuja horrorosa lembrança ainda nos aflige! Quando tudo

enfim conspirava para fazer esquecer, ou ao menos abandonar temporàriamente os trabalhos do porto de Aveiro; ao contrário todos esses tempos estão marcados a miudo pelos traços das suas providências, e actos da maior energia; e pelos seus incessantes cuidados, pela sua intervenção e pelos meios mais suaves o nosso providente Governo melhorou as finanças da obra, que estavam no maior abatimento como disse, e quando ela estava mais precisada; e quem ousaria esperar tanto quando a Nação estava tão pobre, e suportava o peso das mais enormes despesas!!

O serviço da obra da barra de Aveiro foi então equiparado ao do próprio Exército para ser mais prontamente assistido; no meio enfim dos mais imperiosos embaraços nada tem faltado, tudo se fez, até o que parecia, e parecerá para sempre impossível! O público terá mais de uma ocasião de comparar estas ilustres personagens, em épocas e circunstâncias tão diversas, animadas do mesmo entusiasmo para consumar e perpetuar a felicidade de Aveiro, que era tanto do empenho de S. A. R. Os factos e os documentos o demonstrarão, e por eles conhecerá também esta cidade, e os mais povos interessados a extensão da sua dívida, e a gratidão que deve a este ilustre bemfeitor; e saberão melhor apreciar a glória de ser o objecto imediato de tantos e tão generosos cuidados.

Consinta-se-me neste lugar, e até como um desafogo à minha justa saudade, na falta de uma pessoa a quem estava estreitamente ligado, e para fazer justiça, não ficar no esquecimento o brigadeiro Reinaldo Oudinot, oficial que pelas suas qualidades e reconhecidos talentos fazia honra ao Corpo no qual teve a honra de servir a S. A. R., e feito pelo espaço de 45 anos os relevantes serviços, que o mesmo Senhor tem reconhecido e remunerado.

Este oficial sendo coronel foi assim como eu fui, e consta dos documentos da 1.ª parte, encarregado também dos planos e execução da obra da barra de Aveiro desde 1802 até 1803, ano em que S. A. R. encarregando-me inteiramente da inspecção e direcção das mesmas, mandou ao dito coronel, então feito brigadeiro, em comissão para a Ilha da Madeira, onde faleceu em Fevereiro de 1807. Desejava nesta ocasião não ser seu genro para não ser suspeitoso; e ter o crédito necessário para fazer digna menção deste hábil engenheiro, e do muito que ele no seu tempo trabalhou, e concorreu para o feliz sucesso da empresa de Aveiro.

Um mapa mui circunstanciado da parte mais importante do país, e daquele que era mais preciso conhecer (o qual então acompanhou a Memória que fiz sobre o plano da abertura da Nova Barra, e com ele apresentei em 1802), acompanhará agora a 1.ª parte para sua inteligência e necessárias

referências que a ele farei; igualmente haverá nas outras partes estampas com figuras para fazer perceptível tudo quanto me tenho proposto escrever.

Tive grande cuidado de omitir constantemente, como já havia feito em 1802, e se verá na Memória lançada na 1.ª parte, a ostentação de cálculos, e teorias sublimes com que as Matemáticas auxiliam o ramo dificílimo da Hidráulica, tanto porque a sua aplicação à prática de tais questões deixa ainda bastante que desejar (e nunca talvez satisfará perfeitamente), como também para melhor me fazer entender ainda hoje de todos em uma questão, que foi ao princípio necessário pôr tão clara como a luz, e popularizar naquela época dos muitos incrédulos da sua possibilidade e bom sucesso; motivos que me obrigaram também a uma certa difusão, que se observará na Memória referida; defeito em que muito de propósito me deixei cair então, preferindo a todas as outras considerações a de fazer entender, e acreditar a possibilidade da empresa, convencer qualquer opinião contrária aos interesses de Aveiro e de S. A. R. que pudesse suscitar-se como eu tinha motivos de recear, e no que podia ser, eu não tornasse mais a ser ouvido, nem pudesse outra vez advogar e promover os interesses desta parte tão considerável, e tão importante dos seus reinos.

N.º 1 — *Documentos relativos à Introdução*

A folhas 5 do Livro 1 do Registo das Provisões e Ordens Régias, vindas ao Juizo da Superintendência da Barra, se acha registada a provisão régia do estabelecimento e creação do subsidio real da Obra da Barra, que é datada de 27 de Maio de 1756, expedida por Resoluções Immediatas de S. Magestade Fidelissima de 6 de Outubro de 1755, e de 21 de Maio de 1756, a qual Provisão no seu preâmbulo diz assim:

«Faço saber a Vós Bacharel João da Fonseca da Cruz, Superintendente da Obra da Barra da Villa de Aveiro, que attendendo ás representações que me fizerão os Officiaes da Camara, Nobreza e Povo da mesma Villa de se acharem os seus moradores reduzidos a grande pobreza e miseria, sem terem meios para poderem satisfazer o cômputo do seu cabeção, que he de 5.000 cruzados, os quaes se-lhes-imposérão em attenção aos direitos da Barra, que já não tinhão em razão de estar totalmente areada, em fórma que por ella não podia entrar nem sair o mais pequeno barco, e não só tinha cessado de todo o Commércio, mas tambem se-inundava muita parte da

Villa com as cheias pelas aguas não terem expedição para o mar, de que resultava irem desamparando a terra; o que tambem me constou por várias informações à vista das quaes Fui Servido Mandar ao Engenheiro Carlos Mardel examinar a dita Barra, e fazer Planta da Obra; e por constatar ultimamente por informação do Provedor da Comarca de Esgueira terem rendido 4.933.000 reis o dôbro das cisas, e imposição dos dous reaes em cada quartilho de vinho, e arratel de carne da mesma Villa e seus ramos, que por Resoluções Minhas Mandei applicar para a Obra da dita Barra pela grande utilidade que d'ella resulta à dita Villa e a toda a Comarca de Esgueira; e tendo outrosim consideração ao que se-me-representou em Consulta da Meza do Meu Dezembargo do Paço para se-dar pronta providencia n'esta matéria, e se-fazerem prontos os meios para se-executar esta Obra, cuja Superintendencia vos -Tenho encarregado: Hei por bem que os dous reaes já antigamente concedidos em cada quartilho de vinho, e em cada arratel de carne se-appliquem para o pagamento do Cabeção da dita Villa de Aveiro, com declaração, que ésta contribuição durará sòmente por espaço de 15 anos, porque se dentro d'elles se executar a Obra da Abertura da Barra não necessita mais a Villa d'éste subsídio para podêr satisfazer o Capital; porêm ésta applicação para o Capital não terá lugar no producto dos ditos reaes, que se acha depositado em Cofre, e destinado para a Abertura da Barra por se não dilatar mais ésta Obra, divertindo-se para outro fim o dito depósito; e outrosim Hei por bem que não só a Villa de Aveiro, e seus ramos contribuão com um novo real em cada quartilho de vinho, e outro em arratel de carne para a dita Obra da Barra emquanto ella durar, mas toda a Comarca de Esgueira, que participa da mesma conveniencia, sem embargo de não serem ouvidas algumas Camaras da dita Comarca, attendendo a que n'este negocio se trata da sua propria utilidade; e tendo alguma Câmara ou Concelho justa causa de escusa, a todo o tempo se lhe poderá deferir pela Meza do Meu Desembargo do Paço, precedendo as informações necessarias.»

N.° 2 — *Aviso régio para se tirar a planta da Obra da Barra. Registado a fol. 21. L. 1.*

«Sua Magestade He servido que Vm. passe logo á Villa de Aveiro, levando por seu Adjunto a Luiz de Alincourt, para que n'ella com o Sargento-Mór Engenheiro Francisco Xavier do Rego, que leva por seu Adjunto o Tenente Adão

Venceslão de Hedes, tire uma exacta Planta de todo o terreno que jaz desde o Rio Vouga até á Barra, que novamente se-abrio na dita Villa, na conformidade das Reaes Ordens da Cópia inclusa dirigidas ao Dezembargador da Relação do Porto Manuel Gonçalves de Miranda, que ha-de assistir à execução da referida Planta com o Capitão Mór João de Sousa Ribeiro. E ao Marquez de Tancos se-avisa para que na Vedoria se-dem a Vm., e ao dito Luíz de Alincourt os respectivos transportes e Cavalgaduras que lhes-hão de ser pagas em todos os dias continuos e successivos que correrem até se-restituirem a ésta Côrte com o pagamento dos seus soldos, que ficaráõ cobrando os Procuradores, que Vm. e o dito seu Adjunto nomearem, em quanto andarem occupados n'ésta Diligencia, que o Mesmo Senhor lhes-ha por muito recommendada.=

Deos guarde a Vm. Belem a 10 de Junho de 1758. =Sebastião José de Carvalho e Mello.=

Sñr. Francisco Jacintho de Polchet.»

N.º 3 — *Carta do engenheiro Elsden aos seus adjuntos. Registada no L. 1. fol. 31.*

«Conforme as Ordens de Sua Magestade dirigidas no dia 20 de Outubro do presente ano pelo Illmo e Exmo Sñr. Visconde de Villa Nova da Cerveira, Ministro e Secretario de Estado, etc., etc., etc.

Devem V. m.^cês logo entrar a tirar a Planta Topographica da Barra de Aveiro que presentemente existe; e da mesma situação o outro Rio que tem seu curso para o Sul na direcção da lagôa de Mira. D'este mesmo ponto da Barra continuar para o Norte na direcção do Rio Salgado (que serão 4 legoas e meia até 5), até á desembocadura do Rio Vouga, notando com individuação as entradas de todos os Rios, Lagôas, Canaes, etc., que cairem no dito Rio Salgado.

Tambem se-devem calcular as ondas da mesma Barra, e no dito Rio Salgado do Sul para o Norte nas distancias de 250 braças no tempo da baixa-mar das aguas vivas para se-combinarem as differentes alturas das aguas d'este canal, suas Lagôas, etc., com as do mar largo; para sôbre a dita Planta se-determinarem todas as mais operações sôbre a nova Barra de Aveiro; e a respeito das despezas, e mais cousas necessarias para a dita diligencia, o Doutor Corregedor tem Ordem de Sua Magestade para providenciallas; das quaes despezas se formará folha que V. m.^cês assinaráõ durante a minha

ausencia para descarga do mesmo Doutor Corregedor. =Aveiro, 27 de Novembro de 1777.=Guilherme Elsden, Tenente coronel.=

Snrs. Isidoro Paulo Pereira Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro, e Manuel de Sousa Ramos Ajudante de Infantaria com o mesmo exercício.»

N.º 4 — *Aviso régio para se dar principio ás obras da Barra. Registado a fol. 35 L. 1.*

«Sua Magestade tem Resoluto que se-comecem a pôr em execução os Planos que-lhe forão apresentados para as Obras necessarias de se-melhorar e abrir a Barra d'essa Cidade, de se-desempedirem os Esteiros, e enxugarem as terras inundadas, que contribuem a fazer doentio e máo o ar da mesma Cidade, e concorrem para o máo serviço actual da mesma Barra.

Semelhantemente tem a Mesma Senhora Resoluto, que se-procure facilitar quanto for possivel a Navegação do Rio Vouga em beneficio do Commércio d'essa mesma Cidade e Provincia; e que todas éstas Obras se-hajão de fazer conforme a Direcção do Arquitecto Hydraulico João Iseppi, cujos Projectos Sua Magestade tem Approvado, e pelo qual serão apresentadas a Vm. todas as Ordens relativas a éstas Obras, com toda a jurisdicção e forças que se-fizerem necessarias para o progresso d'éllas.

Em ordem a êste fim, e para que hajão dinheiros prontos, Ordena Sua Magestade que Vm. vá adiantando, e fazendo cobrar tudo quanto fôr possivel pertencente às contribuições applicadas a éstas Obras, de maneira que effectivamente se-recolha ao Cofre d'ellas a maior quantia que podér ser; e que Vm. ao mesmo tempo escreva á Companhia do Douro para que vá aprontando o dinheiro que lhe-for possivel, e tem em si pertencente ao mesmo Cofre, a fim de estar certo, e pronto à primeira Ordem que a Mesma Senhora Mandar expedir á dita Companhia para d'elle fazer entrega no referido Cofre.

E tendo Sua Magestade conhecido a justa necessidade de se-fazer a Obra do Caes, e Esteiro da Ribeira; a cujo he Servida que logo se-dê principio a ella, e se-faça a despeza da mesma Obra pelo Cofre dos dinheiros das contribuições da Barra, sem necessidade de outra alguma Ordem além d'ésta. E pelo que respeita ás Obras do Aqueducto da Fonte da Praça, Paço do Concelho, e Cadêa Publica, Ordena Sua Magestade que Vm. mande tirar a Planta de cada uma d'éstas Obras com o orçamento a cada uma d'éllas pertencente, e com informação de Vm. em que fórme o seu juizo sôbre elas, para que sendo tudo

presente á Mesma Senhora Resolva ao dito respeito o que for Servida. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Queluz em 2 de Agosto de 1780. = Visconde de Villa Nova da Cerveira. =
Snr. Francisco António Gravito.»

N.º 5 — *Aviso régio por onde o Doutor José Monteiro da Rocha, lente de Matemática, veio visitar as obras da Barra. Registado a fol. 51. L. 1.*

«A Sua Magestade foi presente, que o Doutor José Monteiro da Rocha, Lente Cathedrático da Faculdade de Mathematica na Universidade de Coimbra passava a essa Cidade de Aveiro para visitar as Obras da Barra, e as mais que são concernentes à Sciencia Hydraulica, que he do seu instituto ensinar Theoricamente na mesma Universidade; e porque em circunstâncias tão attendiveis, como são as da instrucção d'ésta util Sciencia á vista dos objectos praticos d'ella, se-deve facilitar a este digno Professor tudo quanto a este respeito elle quizer vêr e examinar; He a Mesma Senhora Servida que Vm. lhe-facilite todos os Projectos, Planos, Mappas, e Máquinas que elle quizer especular, e miudamente examinar, para que possa em beneficio da mesma Sciencia fazer um claro juizo das referidas Obras, tratando-o Vm. com toda a distincção e acolhimento que se-deve a um Professor tão benemérito, e tão digno da Recommendação de Sua Magestade. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 6 de Dezembro de 1781. = Visconde de Villa Nova da Cerveira. =
Snr. Francisco António Gravito.»

N.º 6 — *Aviso régio. Registado a fol. 50.*

«A Sua Magestade forão presentes as Contas de Vm., que trouxerão as datas de 27 de Maio, de 24 de Junho, e 8 de Julho d'este anno; e He a Mesma Senhora Servida, que Vm. pague ao Engenheiro Hydraulico João Iseppi, a seu Filho, e aos mais Italianos que com elle vierão para serem empregados na Obra da Barra d'essa Cidade, tudo o que se-lhes dever, fazendo-se a conta até chegarem a ésta Côrte; declarando-lhes Vm. que Sua Magestade os Manda recolher a élla: em consequencia d'ésta Determinação Ordena a Mesma Senhora que o Sargento Mór Engenheiro, Isidoro Paulo Pereira fique encarregado da referida Obra; com o qual justamente se-espera que Vm. viva em boa harmonia concorrendo cada um zelosamente da sua

parte para tudo o que for utilidade da mesma Obra, evitando questões, e tendo por unico, e principal objecto o serviço de Sua Magestade; e muito mais quando Vm., e elle tem o facil recurso de-me darem conta do que entenderem sôbre este assumpto, para que, pondo na Real Presença da Mesma Senhora, Haja de resolver o que fôr Servida. E tudo o referido Ha Sua Magestade por muito Recommendado a Vm., e se-participa ao dito Sargento Mór. Quanto ás Cisas sonegadas, em que Vm. falla na sua Conta de 27 de Maio, ainda a Rainha Nossa Senhora não tomou a final Resolução sôbre este negocio. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Queluz em 25 de Agosto de 1781. = Visconde de Villa Nova da Cerveira. =
Snr. Francisco António Gravito. =
Cumpra-se. Gravito.»

N.º 7 — *Aviso régio. Registado a fol. 50. L. 1.*

«Sua Magestade tendo-lhe sido presentes as successivas Contas, que Vm. me-tem dirigido em diversas datas, sôbre os objectos que respeitão á Commissão de que Vm. se—acha encarregado, e conhecendo que as referidas Contas encerrão materias que na sua ordem necessitão de séria consideração, e madureza, He Servida que mandando Vm. suspender por ora toda e qualquer obra que for de maior despeza e trabalho, se-fique sómente continuando n'aquellas que a necessidade fizer indispensaveis, e que da suspensão d'ellas resultaria perigo grave; fazendo-se porêm com a menor despeza e número de gente que possivel fôr, até que chegue com o fim da Primavera, e principio do Verão seguinte, o tempo opportuno para a continuação das ditas Obras; a respeito das quaes Sua Magestade Dará as suas Providências, e Fará constar a Vm. a Sua Real Resolução. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 24 de Novembro de 1783. = Visconde de Villa Nova da Cerveira.
= Snr. Francisco António Gravito. =
Cumpra-se. Gravito.»

N.º 8 — *Aviso régio. Registado a fol. 56. L. 1, por onde o Marechal de Campo Valleré veio examinar as obras da Barra.*

«Sua Magestade Manda a essa Cidade de Aveiro o Marechal de Campo Guilherme Luiz Antonio de Valleré, accompanhado de dous Officiais seus Ajudantes, a fazer

um exame circunspecto do estado das Obras da Barra da mesma Cidade, e das mais que n'ella se-havião projectado; e formar o Projecto do adiantamento de todas ellas para se-haverem de continuar. E He Sua Magestade Servida que Vm., em quanto o mesmo Marechal de Campo, e seus Officiaes se-acharem n'essa Diligencia, lhes-apronte o dinheiro que para bem da mesma Diligencia e effeito d'ella se-lhes-fizer necessário, cobrando Vm. os competentes recibos para formalizar com regularidade a sua arrecadação. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 5 de Abril de 1788. = Visconde de de Villa Nova da Cerveira.=

Snr. Corregedor da Comarca de Aveiro.»

N.º 9—*Aviso régio por que se mandou abrir um rigueirão que desse escoante às águas estagnadas, e que fosse examinado pelo professor hidraulico, Estêvão Cabral. Registado a fol. 60. L. 1.*

«Sua Magestade querendo prover em beneficio da Saude dos moradores d'essa Cidade, e em utilidade dos habitantes d'essas visinhanças, He Servida Ordenar, que se-proceda logo á abertura de um Rigueirão ou Canal, que córte de Nascente ao Poente o Isthmo que divide o Mar Oceano do interior, abaixo da Capella de S. Jacintho, que he o lugar insinuado pela mesma corrente das aguas, e demonstrado desde antigo tempo pela Construcção do Forte que ahi se-edificou para cobrir a Barra.

Este Rigueirão, ou Canal deverá ser limitado na sua largura, como aquelle que sómente se-prepara a dar saída ás aguas encharcadas, e entrada aos barcos que frequentão esse porto; removendo por ora toda a idéa de abertura de Barra, ou Canal para entrada de navios; pois que tendo mostrado uma custosa experiencia ha tantos annos, que n'ésta Obra maior se-tem trabalhado debalde, deve merecer maior consideração o intentalla de novo por meio de novas medidas e novos Planos, não só para essa abertura, mas para a fortificação e defeza do Porto; de que parece não se ter feito conta até agora.

Sua Magestade encarrega a Vm. a Intendencia d'ésta Obra, confiando que Vm., pelo conhecimento que d'ella tomou, pela informação e proposta que mandou á Sua Real Presença na data de 9 de Junho d'este anno, ha-de executalla com toda a prontidão e economia; para ella poderá Vm. despender até a somma de oito contos de reis, que he o em que ella foi orçada. Deverá Vm. porêm no fim de cada mez dar conta por esta Secretaria d'Estado

dos Negócios do Reino do estado d'ésta Obra, notando a gente que trabalha, a despeza que com ella faz, e as esperanças que conceber pelo que se-vai fazendo. E ainda que não pareça necessario mandar Engenheiro para ésta Obra, com tudo sempre advirto a Vm. que em Obras d'agua, assim para servir d'ellas, como para dirigir as correntes vê mais um Professor Hydraulico, que todos os Engenheiros da Profissão d'aquelles que andárão na grande Obra d'essa Barra.

Como em Coimbra está Estevão Cabral, que não tem Patente de Engenheiro, mas que é Professor Hydraulico, pede a prudencia que elle examine esta abertura que vai a fazer-se, e examine o Plano que se-tem feito, e de cuja execução Vm. vai encarregado; e póde acontecer que elle com as suas luzes aponte alguma providencia de maior segurança e utilidade. Ele poderá chegar ahi para este fim sómente de examinar o Plano, devendo immediatamente voltar para assistir ás Obras do Mondego de que está encarregado, e assim lhe-faço Aviso por ésta posta. =Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 6 de Julho de 1791.=José Seabra da Silva. =Snr̃. Provedor da comarca de Aveiro.»

N.º 10 — *Aviso régio por que se mandaram continuar as obras necessárias a preservar a cidade do mau ar das águas encharcadas. Registado a fol. 59. L. 1.*

«Sendo vista a Conta de Vm. na data de 6 do corrente mez de Maio sôbre a conferência em Comarca no dia 5, a respeito da Lei de 28 de Março, e natureza, applicação, e destinos das imposiçóes d'essa cidade e Camara, devo dizer a Vm., para pôr a Camara na verdadeira intelligencia d'este assumpto, que nem a dita Lei dispõe, nem na sua execução se-ha-de praticar cousa alguma que aggrave os encargos, que esses Póvos sofrem, mas antes muito pelo contrário a primeira applicação do producto das imposições d'éssa Comarca ha de ser em benefício d'ella.

As Obras da Barra, quanto à abertura ha tantos annos projectada, outros tantos ha que por custosas experiencias se-tem visto serem de maior dificuldade do que se pensava. Quanto porêm áquellas Obras da Barra, que se dirigem a preservar essa Cidade do ar pestilente de aguas encharcadas, e corruptas, devem sempre praticar-se, e applicar-se para ellas a somma necessaria, que ha de sair das ditas imposições com preferencia a qualquer outra applicação. E como actualmente parece haver necessidade de se-proceder a este trabalho Vm. informará sem perda

de tempo sôbre isto, orçando pouco mais ou menos sôbre a Obra que agora se-julgar necessaria, quanto ella importará, podendo já entrar-se na mais urgente com a despêsa de até 400.000 réis.

N'ésta occasião encarrego a Vm. o Exame da Ponte sôbre o Rio Vouga, com a individuação do estado em que ella se-acha, quantos arcos se-achão inteiros, e quantos arruinados, e se os pégões de uns e outros estão seguros. Sôbre este exame, a que Vm. ha-de proceder com alguns Mestres, ou pessoas intelligentes, aos quaes depois sucederáõ outros de mais confiança que me-proponho mandar, fará Vm. um orçamento da somma que poderá importar ésta Obra.

Estas diligências vão dirigidas a Vm. no impedimento do Corregedor da Comarca que poderá depois ser encarregado, permittindo-o a sua saude, e outras considerações.=Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 18 de Maio de 1791.=José de Seabra da Silva.=

Snr̃. Provedor da Comarca de Aveiro.»

PRIMEIRA PARTE

DA MEMÓRIA DESCRITIVA

Estando empregado em serviço de S. A. R. na cidade do Porto, recebi em Janeiro de 1802 do Exmo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, um aviso em data de 2 do referido mês e ano, pelo qual este ministro me comunicava que S. A. R. havia dado as ordens ao superintendente da barra de Aveiro, para a continuação das obras da mesma barra, ouvindo sobre isso ao coronel, depois brigadeiro Oudinot. Neste aviso nos recomendava a ambos que lhe remetessemos com a possível brevidade um extracto das nossas ideias sobre a continuação da dita obra, e daquelas que julgássemos poderem empreender-se sem maiores despesas por então, mas que pudessem depois aumentar-se proporcionalmente até se conseguir a completa execução das mesmas obras: e que S. A. R. havia de ter em muito particular consideração os trabalhos que assim eu como o dito brigadeiro meu sogro fizessemos subir à sua real presença sobre um objecto tão importante de que, dizia ele, a nossa inteligência e zelo prometiam os melhores resultados. (Veja-se o doc. n.º 2).

Este régio aviso que recebi, e comuniquei logo a meu sogro, com quem vivia juntamente, foi o primeiro documento por onde soubemos que novamente se tratava da empresa tantas vezes começada, e outras tantas abandonada, isto é, da abertura da barra de Aveiro; ele era da mesma data, e expedido pela mesma repartição por onde o foram as primeiras ordens dirigidas para Aveiro ao superintendente da mesma barra, às quais o mencionado ofício se referia. Em consequência do referido aviso e ordens, nós partimos ambos da cidade do Porto no dia 21 de Janeiro do dito ano para cumprirmos o que S. A. R. nos ordenava, e chegámos a Aveiro no dia 22, onde já nos esperava o superintendente, então provedor da comarca, e depois desembargador do senado, João Carlos Cardoso Verney (*), que fazendo-nos a mais obsequiosa

(*) Este digno magistrado, que infelizmente a morte roubou já ao serviço público, cujo notório zelo, desinteresse, inteligência e honra, S. A. R. tem reconhecido pelos elogios e louvores que lhe mandou dar no seu real

recepção e hospedagem, nos prestou por outra parte todos os auxílios e quanto precisámos, com tanta pontualidade que logo no mesmo dia começámos as nossas primeiras averiguações, e nos seguintes os trabalhos de planteações, nivelamentos, e observações, sobre as quais havia de ser depois calculado o plano para as obras da barra da mesma cidade, que da parte de S. A. R. se nos pedia, e cada um de nós devia apresentar, extratando e remetendo o resultado das nossas respectivas ideias.

Esta cidade está situada em 40° 38′ 40″ de latitude norte, e 10° 58′ 12″ de longitude contada do 1.° meridiano que passa pela ilha do Ferro, segundo o excelente *Roteiro das Costas de Portugal*, que devemos ao infatigável zelo e conhecidos talentos de M. M. Franzini, que nesta parte se conformou com a série da triangulação e escrupulosas observações do sábio astrónomo português F. A. Ciera meu mestre, e seu hábil colaborador C. F. de Caula; está colocada perto e a este da actual foz do Vouga, ou Nova Barra, quase no meio da costa do mar da província da Beira, ou pròximamente a distâncias iguais do Porto, e Figueira ou das fozes do Douro, e Mondego; e quase no meio também da margem oriental de uma ria imensa que se estende de Ovar até Mira pela extensão de 9 léguas, paralela à costa do mar, em cuja ria entra o Vouga 2 léguas ao norte da mesma cidade, que pelo outro lado fica circundada a uma légua de distância, isto é, ao nascente e sueste, pelos rios Vouga, Águeda, e Cértima, e seus ricos, amenos, e deliciosos campos; de sorte que Aveiro fica em uma espécie de península agradàvelmente terminada deste lado, tendo pelo norte e poente a grande ria coberta de marinhas de sal e muitas ilhas; oferecendo um porto dos mais seguros e extensos da Europa, e tão vasto que nele cabem muitos milhares de navios, os quais mesmo

---

nome, como consta de muitos avisos que se acham registados nos livros do Juízo da Superintendência da Barra de Aveiro; e até pelas honrosas recompensas, e promoções com que em poucos anos o mesmo senhor o elevou na carreira da magistratura; este digno magistrado fez tudo quanto lhe foi possível para me prestar nas precisas épocas quanto precisei, e quanto dele dependia para executar os planos, e realizar a empresa que me estava confiada; sem a sua inalterável constância, actividade, e prontidão em auxiliar-me certamente não bastaria a minha perseverança na espinhosa série dos trabalhos que precederam e prepararam um resultado tão feliz, e para que ele certamente influiu muito. É com o maior prazer que eu cumpro hoje um dever a que ele tem incontestáveis direitos; e se não é a amizade que nos ligou estreitamente, e que tanto concorreu para o sucesso da mesma empresa, à testa da qual 8 anos nos achámos nos nossos ramos respectivos animados sempre do mesmo espírito, e dos mesmos desejos de chegar ao grande fim, quem me convida hoje a fazer dele honrosa menção, também não era de um amigo, e fiel companheiro de quem ele havia receber nesta ocasião a injustiça de esquecer os seus serviços e o seu nome.

chegam até às pirâmides que terminam o cais de Aveiro. Um largo esteiro derivado de cale, fundo onde chegam os navios, e guarnecido de um elegante cais e passeio de um e outro lado, e por onde os barcos entram e saem à vela carregados, divide a mesma cidade em duas partes, ou grandes bairros, cada um dos quais contém duas freguesias, que são comunicadas por duas pontes de pedra, o que lhe dá uma forma pitoresca muito agradável; muitos viajantes, e estrangeiros lhe tem dado o epiteto de Veneza, e ao país o de Holanda portuguesa. Um longo areal que não chega a $^1/_4$ de légua de largura termo médio, e se estende quase norte sul, separa desde Ovar até Mira a ria do oceano, em cuja costa se contam seis estabelecimentos de pesca de sardinha com as redes de arrastar chamadas artes, ramo sumamente importante. Todo o país vizinho, e quanto cerca Aveiro de perto, e a grandes distâncias, é abundantíssimo em vinhos generosos e muito estimados na América e países do norte, conhecidos debaixo do nome de vinhos de Anadia; abunda em toda a sorte de grãos, em azeite, frutos, gados, madeiras, etc. e é sem contradição um dos mais ricos, mais povoados, e mais belos países de Portugal, e talvez do mundo. Os ventos nortes mui frequentes, e que sopram rijamente na primavera e estio, são às vezes incómodos; mas eles por outra parte lhe procuram um estio livre dos ardores do calor próprio do nosso clima nessa estação; e o seu assento quase igual, e pouco superior ao nível do mar faz que não seja muito fria no inverno e que o outono seja mais agradável e temperado.

Lançando as primeiras vistas sobre esta cidade tão liberalmente favorecida pela Natureza, e que tanto havia figurado ainda nos séculos XV, e XVI como porto marítimo, e povo mercantil, pois só para a especulação da pesca do bacalhau no banco da Terra Nova chegou a armar alguns anos 60 navios, e contava um total de mais de 150 embarcações próprias; que contava também 2.500 fogos e 12.000 habitantes pelas mesmas épocas, e que havia sido tão opulenta e tão rica; nós não vimos nem sequer um iate que restasse de uma marinha tão florescente e tão numerosa; dos seus 12.000 habitantes apenas restavam uns 3 para 4.000 no maior abatimento, quase todos miseráveis, e doentes grande parte do ano; a cidade estava destruída na mesma proporção da decadência da sua população, e importância, e sem comércio algum. A barra que devia ter sido boa e muito capaz, pois que uma grande marinha a havia frequentado, estava entupida pelas areias, e só tinha cinco palmos de água na baixa-mar; a estagnação e retrocesso das águas do Vouga não só tinham abismado as marinhas de sal, e uma grande parte dos campos do mesmo rio, e alguns bairros da cidade mais baixos; mais faziam com que o mal

progredisse, e que novas submersões ameaçassem sucessivamente os mais ricos campos e belas porções desta comarca.

Confesso que à vista de um semelhante espectáculo nem distrair podiamos a impressão dolorosa que nos causava o espantoso contraste que fazia o estado da nulidade a que viamos reduzido Aveiro, com o que esta cidade havia sido dois séculos antes, segundo as descrições que dela fizeram Freire, e Carvalho nas suas Cosmografias, e Pimentel na sua Arte de Navegar; e segundo o confirmam todos os factos do mais notório conhecimento no país, e sabidos por toda a Nação.

Passando depois a examinar com todo o cuidado o estado da questão importante que nos estava confiada, e que só podia pôr termo a tantos e tão incalculáveis males, e evitar o seu futuro progresso, e enfim salvar e regenerar um país inteiro, e os povos que faziam uma parte tão importante do reino, nosso primeiro cuidado foi examinar a natureza, localidade, e estado das obras intentadas, e começadas segundo constava da história das tentativas feitas em diversas épocas, e reinados, referidas já na Introdução; porém qual não foi a nossa surpreza quando examinando tudo nada achámos e nada vimos de obras começadas noutro tempo com o fim de abrir uma barra!

De todas elas apenas restava uma pouca de pedra, a maior parte já submergida pelas areias, com uma certa direcção M 13, vestígios da tentativa malograda logo abaixo da Vagueira, começada em 1780, e abandonada em 1783 (docs. n.os 4, 6 e 7 da Introdução) com o fim parece de segurar ali a barra para que mais não caminhasse para o sul, o que não conseguiram; e aonde mesmo a barra seria já pouco vantajosa, ainda quando se tivesse ali podido segurar, ou abrir de novo; e que por tanto nada havia a continuar sobre obra alguma começada, nem havia nada a aproveitar de tudo quanto se tinha feito em Aveiro com o fim de abrir uma barra, senão dessa pouca pedra espalhada por M 13, abaixo da Vagueira, e que se pudesse aproveitar, desenterrando-a, como de uma pedreira, para a transportar depois ao local onde conviesse, e se assentasse de fazer a obra capaz de abrir uma barra e de regenerar Aveiro, restaurar o seu porto, e todo o país abismado; e que era portanto necessário novo plano tanto para a escolha do local como para expor os novos e convenientes métodos para realizar a abertura da nova barra, e de uma barra permanente que produzisse os fins desejados e ordenados (no doc. n.º 2); e além disso se obtivesse uma barra profunda e boa para navios; isto mesmo já havia sido reconhecido por S. M. muito tempo antes (veja-se o doc. n.º 9 da Introdução). De tudo isto demos conta a S. A. R. em ofícios separados, e concebidos segundo as ideias combinadas, e as que cada um de nós havia feito mais apuradas da grande questão que ocupava certamente todos os nossos pensamentos. Ao que eu

tive a honra de expor ao mesmo senhor nesse tempo sobre este assunto importante, e que se verá expendido na seguinte Memória, foi S. A. R. servido fazer expedir os avisos n.os 12, 13, e 15, nas datas de 29 de Abril, 3 de Junho, e 6 de Setembro de 1802 pela repartição do Ex.mo Conde de Linhares. Pelo primeiro destes avisos S. A. R. foi servido mandar-me expressar a sua régia confiança relativamente aos meus trabalhos na comissão da barra de Aveiro, esperando que eles corresponderiam perfeitamente à sua expectação, o que o dito conde igualmente desejava ver realizado, assim como o poder brevemente levar à real presença do mesmo augusto senhor o mapa e plano para a nova barra, e certificar a S. A. R. de que por meio das minhas bem dirigidas operações (dizia ele) veriam estes povos mais apartados de si todos os males que dantes os afligiam; cuja felicidade era o que mais tocava o paternal coração de S. A. R. E pelo outro aviso n.º 14 S. A. R., fazendo-me a honra inapreciável de louvar o meu zelo, de novo me recomendava a continuação da minha actividade a bem do real serviço, e dos povos desta comarca; e finalmente pelo documento n.º 15 S. A. R. se mostra satisfeito pelos meus trabalhos e serviços relativos a esta empresa da nova barra de Aveiro, até fazendo-me generosas promessas das suas régias recompensas para quando se conseguisse o *fruto dos meus trabalhos*, de que o mesmo senhor se achava bem informado, segundo a frase do mesmo aviso (doc. n.º 15) já citado.

Durante o tempo em que levantava a planta da ria e do país, eu me entregava, como disse, às mais escrupulosas observações e indagações, para descobrir a origem e a causa geral dos males que pesavam sobre Aveiro, e poder depois formalizar com segurança o plano de que me achava encarregado, juntamente com meu sogro, e que adiante se verá; de cujos progressos dava pela minha parte regular conta a S. A. R., como disse, e consta dos citados documentos (n.os 12, 13 e 15), que muito me recomendava a brevidade, e a remessa do meu plano; o que bem mostra, além da confiança honrosa com que era servido honrar-me, qual era o empenho do mesmo senhor e do seu incansável ministro o Ex.mo Conde de Linhares para acelerar os trabalhos relativos ao projecto da regeneração física de Aveiro. Foi para este digno objecto dos seus paternais cuidados, que S. A. R. fez o generoso donativo de todas as muralhas do recinto da fortificação antiga que circundava parte da cidade de Aveiro, e ordenou que fossem demolidas, e a pedra resultante empregada nas obras novas para a nova barra. Veja-se o documento n.º 16, cópia da provisão expedida pela Junta dos Três Estados em 1802 à superintendência da mesma barra, que se acha registada nos livros da mesma, cuja cópia dou aqui; mas não

a darei de muitas outras ordens régias a que me referirei ao diante quando elas forem privativas da superintendência, cujo ramo económico apesar da sua importância e nexo, não faz pròpriamente o objecto, nem cabe nos limites deste escrito, cuja matéria se limita ao meu ramo, e versa sobre os planos e execução hidráulica das obras. Contudo algumas vezes farei menção de alguns (assim como já tenho feito na Introdução, e acabo de fazer nesta I Parte) quando tiverem um maior nexo ou analogia com ele, ou de que for preciso ou mais conveniente dar a cópia.

A estação invernosa e contrária aos trabalhos de campo, para levantar o mapa da ria, e para as muitas observações, que era necessário fazer e repetir em diferentes tempos e diversas circunstâncias, se prolongou bastantemente naquele ano, de maneira que só em Junho do mesmo ano de 1802 (e o mesmo aconteceu a meu sogro) nos foi possível de ter a honra de remeter os nossos planos a S. A. R. como consta do documento n.º 14; o meu foi desenvolvido na Memória que então fiz e agora vou dar por cópia, assim como a do mapa da ria (fig. 1) e um perfil (fig. 2) que o acompanhou, e a que tudo se referia para uma perfeita inteligência. Mas por isso mesmo que a conclusão dos planos se demoravam por necessidade, e a estação própria para tais trabalhos estava chegada, se tinham começado com o consentimento e aprovação de S. A. R., no fim de Março antecedente alguns trabalhos preparatórios e de menos momento enquanto se não concluiam, e apresentavam os ditos planos, e enquanto não fossem aprovados pelo mesmo senhor; o que efectivamente aconteceu em 5 de Julho desse ano como se vê do documento n.º 14, pelo qual consta que o mesmo augusto senhor honrou com a sua régia aprovação os nossos planos, isto é, o que eu poucos dias antes havia remetido, assim como o que pela mesma ocasião disse sobre o mesmo assunto o brigadeiro meu sogro; dignando-se outrossim S. A. R. fazer-nos ao mesmo tempo, e no mesmo ofício, a honra de nos encarregar novamente a ambos da execução dos mesmos planos, e de lhe irmos dando conta de tudo o que fossemos observando; em consequência do que se começaram trabalhos importantes, que continuaram e progrediram, como se dirá na II Parte. Permita-se-me notar aqui que S. A. R. fez tanto apreço dos nossos planos que, depois de mandar cópias para a secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, e para a Sociedade Real Marítima e Geográfica, guardou os originais no seu régio gabinete como se vê do citado documento n.º 14.

Segue-se agora a cópia da Memória e plano que fiz em 1802, que S. A. R. aprovou, que se acha já executado, e que hoje faz quase toda a matéria desta I Parte, como eu o havia anunciado na distribuição que fiz deste escrito.

MEMÓRIA

SOBRE O PLANO DE ABERTURA DA BARRA DE AVEIRO, SUA EXTENSÃO E CONSEQUÊNCIAS, SEGUNDO AS ORDENS DE SUA ALTEZA REAL, EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA EM JANEIRO DE 1802, DIRIGIDA AO MESMO SENHOR PELA MESMA REPARTIÇÃO EM JUNHO DO MESMO ANO

Muitos anos há que Aveiro está sendo infelizmente vítima do furor das febres contagiosas, e dos estragos de morte que lhe tem roubado enfim os dois terços de sua população, e ameaça de aniquilar pelo espantoso exemplo que dão algumas das suas freguesias, onde nos últimos anos o número dos mortos era quase duplo dos nascidos nos mesmos anos. Esta cidade, tendo visto submergir e desaparecer sucessivamente pelo entupimento da barra, e estagnação progressiva do Vouga, os campos mais férteis que alimentavam a comarca, viu da mesma sorte e pelas mesmas causas abismar e cobrir de um pântano permanente, foco maligno de corrupção e de mortíferas exalações, as ricas e vastas marinhas que fizeram noutro tempo um artigo muito essencial da sua riqueza; ela viu em parte desaparecer a sua abundante pesca pela diminuição de meios, e de homens vítimas da insalubridade do país e da extrema pobreza. Aveiro viu por outra parte extinguir o seu comércio, em outro tempo como ela florescente; viu cair em ruinas, e desaparecer totalmente grande parte dos edifícios que ela havia levantado nos tempos da sua opulência e tocou enfim o último termo da sua total e absoluta decadência (*). A sorte de todos os outros povos que dependiam dos campos, da ria, da barra, e da cidade de Aveiro piorou, e todos sofreram na proporção da dependência em que estavam; e a desgraça de

(*) Partes consideráveis dos bairros da cidade estão hoje convertidos em quintais, cujos muros mostram, ainda que tapadas, as portas e janelas das casas a que pertenceram; além disso são imensos os pardieiros e casas desabitadas por toda a cidade formando um total de 1.600 fogos, que é a diferença dos 900 que actualmente existem e os 2.500 que existiam no ano de 1575; sem contar ainda os que estão habitados por necessidade, ou só em parte, ameaçando ruina, e dos quais pela polícia da cidade se vão mandando demolir os mais arruinados.

Aveiro se tem transmitido a grandes porções das três ou quatro comarcas mais vizinhas, e particularmente às duas de Aveiro e Feira.

Foi neste estado lamentável, e como na última agonia, que Aveiro invocou a régia clemência; e S. A. R. compadecido da desgraçada sorte destes povos, de quem é senhor e pai, mandou em seu socorro as pessoas a quem confiou os planos e a execução dos trabalhos, que deviam pôr termo a seus males e torná-los felizes. Escolhido entre estas, S. A. R. honrou muito as minhas luzes limitadas, dignando-se empregá-las nesta grande operação da sua real munificência, a bem da qual o meu zelo e diligências nada pouparam para me fazer digno desta honrosa escolha, e corresponder, quanto em mim fosse, às esperanças do mesmo augusto senhor.

Antes de começar os trabalhos desta empresa, indaguei cuidadosamente a história dos últimos tempos desta barra, e soube:

1.º Que dos planos e projectos das obras de que foi encarregado o engenheiro Carlos Mardel em 1756, e de todos quantos lhe sucederam, e assim doutros hidráulicos célebres, nada havia resultado.

2.º Que se havia mesmo totalmente perdido um rompimento do Vouga pelo rigueirão da Vagueira em 1757 pela conjuntura de uma extraordinária cheia do mesmo rio, estando a barra nesse tempo perto de Mira e por extremo entupida; circunstância que felizmente e com muita discrição e zelo aproveitou um prático do país, o capitão-mor João de Sousa Ribeiro, cujo efeito por algum tempo minorou os males que oprimiam então, e oprimem agora Aveiro; porém que hoje infelizmente de tudo isso e do rigueirão já não existem nem os vestígios no seu lugar, isto é, na Vagueira; não se divisam hoje mais do que dunas muito elevadas, como no resto do grande areal que separa o mar da ria, achando-se outra vez, e como dantes ou mais longe ainda, a mesma barra nas costas de Mira, errante por aqueles desertos areais sem leito fixo, nem suficiente, légua e meia ao sul do referido e já não existente rigueirão da Vagueira, como se vê no mapa (fig. 1).

3.º Que dos planos de Francisco Jacinto Polchet, e major engenheiro Francisco Xavier do Rego, e seus adjuntos Luís de Alincourt, e o tenente Adão Venceslau, feitos com assistência do desembargador da Relação do Porto Manuel Gonçalves de Miranda, e do capitão-mor João de Sousa Ribeiro em 1758, nada resultou (*).

(*) Os cuidados que houve da barra em 1758, um ano depois de aberto o rigueirão da Vagueira e as obras começadas pouco depois em *M* 13, para o segurar, mostram como o seu estado e duração foram precários.

4.º Tiveram o mesmo sucesso os do tenente-coronel engenheiro Guilherme Elsden, com o capitão do mesmo corpo Isidoro Paulo Pereira, e ajudante do mesmo corpo Manuel de Sousa Ramos em 1777, de que igualmente nada resultou a favor da barra.

5.º E que os do hidráulico João Iseppi, começados a executar em 1780, foram suspendidos em 1783 sem haverem produzido nada favorável.

6.º Que também não houve resultado dos planos que veio fazer em 1788, para se continuarem as obras da barra, o marechal de campo, depois tenente-general, Guilherme Luís António de Valleré; nem da visita hidráulica do Doutor José Monteiro da Rocha no ano de 1781, de cuja visita foi prevenido pelo ministério o desembargador superintendente Francisco António Gravito, e com grande recomendação.

7.º Que em 1791 ficou inteiramente frustrada uma última tentativa para abrir um rigueirão, pouco abaixo da Senhora das Areias, para barcos, e para enxugar as águas encharcadas, cujo projecto foi, de ordem superior, examinado antes de se pôr em execução, pelo professor hidráulico Estêvão Cabral; mas desta indiscreta tentativa nada resultou, e não resta dela nem os vestígios, porque as areias abismaram tudo quanto então se fez debalde; de sorte que nem um só barco entrou nem saiu por tal rigueirão; que não obstante custou 41.000 cruzados e pelo qual nunca correram para o mar as águas da ria, nem existe o menor vestígio de escavação que então se fez, porque o mar tapou o mesmo rigueirão logo que nele desembocou.

Estes sucessos desastrosos, devidos sempre aos erros cometidos já na má escolha do local, já pelos insuficientes métodos que empregaram, estabeleceram a opinião da impossibilidade de abrir e conservar uma barra para restaurar o comércio, as marinhas de Aveiro, os campos do Vouga, e a saude pública; tais sucessos recomendaram muito a nossa circunspecção e cautela, não só para segurar o bom êxito final da empresa, mas até evitar qualquer incidente desfavorável no progresso dos trabalhos que pudesse reforçar a opinião tão geralmente recebida e acreditada da impossibilidade da empresa, cujas fatais consequências poderiam ser nada menos do que o capitular-se outra vez, desesperada e para sempre abandonada para eterna desgraça de Aveiro, porque até nem lhe ficariam esperanças de a poder remediar no futuro.

Também antes de começarmos as obras, era preciso apresentar os planos a S. A. R. para terem primeiro a sua régia aprovação; e como para isso era necessário concluir o mapa da parte mais interessante do terreno submergido, isto

é, desde a embocadura do Vouga na ria perto da Murtosa até à barra actual, de que era preciso conhecer todas as particularidades, trabalho este que a estação chuvosa não deixava adiantar, o mesmo senhor, desejando que se não perdesse tempo algum tão próprio da primavera que estava chegada, ordenou que se desse princípio a alguns trabalhos do plano pedido com tanta instância da parte de S. A. R., o qual tenho a honra de apresentar ao mesmo senhor com o mapa junto (figs. 1 e 2) (*). Este mapa compreende toda a ria desde a barra actual até à Torreira e Murtosa, com uma porção do Vouga, e campos alagados por onde corre, a qual pelo nascente é terminada por uma parte dos campos, e terreno pouco elevado onde se divisam muitas povoações, e a cidade de Aveiro, da qual a parte mais baixa está quase no nível da ria; ao poente termina com o areal que separa a mesma ria do oceano; continuando para o norte até Ovar, onde acaba por este lado duas léguas acima da Torreira; e pelo sul confina em parte na extremidade da cale de Vagos; e por outra com areais da Gafanha, pelos quais o Vouga tem aberto caminho até às costas de Mira, onde agora está a barra e termina a dita ria.

Esta ria, ou superfície, quase de nível e baixa, é cortada pelo Vouga, esteiros, e ramos do mesmo rio, dos quais os mais fundos têm o nome de cales, e destas a principal é a Cale Grande, onde o mesmo Vouga se dirige da Murtosa para o Mondazel, e daí vai costeando o areal até à barra, onde desagua o Vouga, reunido com os outros rios e regatos, que entram na mesma ria. Os referidos esteiros, o Vouga, e ramos do mesmo, que servem de canais de navegação, dividem a ria em muitas ilhas, que abundavam noutro tempo em sal, e pão; e hoje não apresenta mais do que uma grande lagoa a maior parte do ano; e no estio um pântano, depósito imundo de águas corruptas e outras matérias nelas envolvidas, as quais entretêm, ajudadas do calor, uma pestilencial fermentação por extremo contrária à saude dos habitantes, por toda a parte onde pode estender-se a esfera da sua maligna influência, infelizmente assás dilatada.

A barra pelo seu entupimento, e distância em que está, 5 léguas a S.S.O. de Aveiro, não dá actualmente escoante às águas estagnadas do Vouga; não dá marés sensíveis na ria, nem salgadas para renovar as mesmas águas durante o estio, e menos para beneficiar as marinhas, as quais estão inundadas oito ou nove meses do ano, não abaixando as águas no

(*) Não quis agora evitar esta repetição por não alterar a Memória feita em 1802 com a qual satisfiz às ordens que havia recebido, e que S. A. R. aprovou.

restante do ano o necessário para as escoar, e preparar para o fabrico do sal, por não haver a precisa baixamar, que apenas é sensível, e só de alguma polegada; nem depois se lhes podem meter águas para a factura do sal, porque a preiamar igualmente não levanta o nível das mesmas águas a uma altura conveniente, pela mesma razão de quase nulas marés que além disso são de água doce, pois o actual fluxo e refluxo, apenas sensíveis nesta ria longe da barra, se reduzem a uma quase oscilação das águas da mesma, que recuam alguma coisa da barra para cima na enchente, e recìprocamente na vasante; só nos equinócios com vento sul muito rijo e continuado por dias, mar muito bravo, e seca do Vouga, é que a maré pode salgar as marinhas na preiamar; circunstâncias que raras vezes se reunem na mesma ocasião, e portanto vem a ser um fenómeno raro aqui, e assim mesmo insuficiente para utilizar o país.

O mapa do resto dos campos já submergidos, e dos que sucessivamente o vão ser pelo aumento progressivo da estagnação rio acima, ainda não está levantado; essa operação que levaria ainda algum tempo, não era necessária para fazer ver agora o plano a S. A. R. Eu reservo para outro tempo apresentá-lo com os planos secundários para acabar de restituir à cultura, por meio de operações não muito dispendiosas, terreno hoje perdido e outros quase de todo arruinados, que podem produzir anualmente perto de milhão e meio de alqueires de milho e feijão, ou o seu equivalente, contando as ilhas da ria. Estes grandes objectos de utilidade terão por base a nova barra projectada; mas que necessitarão em partes desses planos secundários, de que aquela primeira operação é a base fundamental.

Nesses planos compreenderei o de levar, quanto fòr compatível com uma bem entendida economia, a navegação do Vouga, mais ao interior da Beira; tratarei de promover a navegação de alguns outros rios, dos que retalham esta comarca, e escolherei de entre eles os que do Vouga se puderem aproximar mais do Mondego e do Douro, afim de reunir ou aproximar estes três rios, mananciais de incalculável riqueza.

Reservo também para outro tempo o plano das fortificações para a nova barra projectada; acho que simples baterias abertas na gola são insuficientes, e que um recinto fechado é indispensável para livrar as mesmas baterias de um gòlpe de mão, que poucos homens, desembarcando em qualquer ponto dos areais desertos da costa limpa e sem escolhos, poderiam efectuar. Se esta reflexão agradar, farei o meu plano de defesa em consequência deste princípio; por que de outra sorte bastará o dique que se há-de construir para abrir a barra, como adiante se dirá, e a testa do mesmo

para fornecer baterias suficientes para a defender, mas que ficarão expostas em muitas ocasiões de mar bonançoso a ser tomadas antes de servirem.

Dividi a matéria desta Memória em duas partes: a 1.ª compreende a eleição do local para a nova barra projectada, e os métodos mais fáceis, seguros, e económicos para se efectuar a abertura da mesma barra. Na 2.ª parte, que dividi em três secções se mostrará que o resultado desta nova barra, será não só o pretendido escoamento das águas estagnadas que infectam o país, segundo as ordens (doc. n.º 11), mas também uma barra profunda para grandes navios e estável, cujo benefício a favor das marinhas, campos, saude pública, navegação, e comércio, fará voltar esta comarca, a cidade de Aveiro e o seu porto aos mais belos dias da sua antiga opulência. Mostrar-se-á igualmente que o local escolhido é o melhor em razão de barra, e satisfaz a todas as outras vantagens que se desejam, isto é, dará a mais profunda barra, maiores marés, menores cheias, a maior salubridade do país, etc., etc. e com a máxima economia.

PRIMEIRA PARTE

DA ESCOLHA DO LOCAL PARA A NOVA BARRA, E MÉTODOS PARA CONSEGUIR A ABERTURA DA MESMA

ARTIGO I

Do local para a nova barra

1. Para se conseguir a restauração do porto, país, e cidade de Aveiro, se deverá abrir uma nova barra em O (fig. 1.ª), defronte do forte K, umas 1.000 braças ao sul da capela de S. Jacinto, ou Senhora das Areias, 3.600 braças distante e quase ao poente da cidade de Aveiro, 7.850 braças ao norte da barra actual *X*; e se deverá desprezar, e totalmente abandonar esta actual barra pelos motivos que adiante se dirão. Para esta nova barra se poderá aproveitar alguma pedra existente na Vagueira, únicos vestígios da infeliz tentativa de 1780 até 1783, junto ao sítio *M* do forte que ali existia e então foi demolido, e que são os únicos que aparecem de quantas tentativas e trabalhos de barra se têm feito até hoje, transportando a dita pedra de lá para o local escolhido para a nova barra *O*, duas léguas ao norte de *M*.

ARTIGO II

Do modo de abrir a barra

2. Para abrir esta nova barra *V g C O* defronte do forte *K* se deverá atravessar com um dique, construído de terras e fachinas da grossura de 60 palmos na base, o pântano, que na maior parte do ano é ocupado pelo álveo do Vouga, desde a Gafanha, do ponto *A*, em que se acha uma casa fora do disco das cheias, até *B* perto do forte *K*; este dique *A B* terá 388 braças de comprimento e 4 palmos superior às maiores cheias que ali sobem nove palmos acima de águas de verão; o qual se revestirá todo de bons torrões, que o país fornece de ótima qualidade; eles devem trazer pegados os juncos, e outras plantas e ervas que muito ajudarão a sua resistência contra o choque e ondulação das águas; para o mesmo fim se guarnecerá de ambos os lados de tramagueiras

por meio de competentes plantações que se farão. O efeito deste dique será obrigar as águas, que agora passam entre a Gafanha e o forte por toda a extensão *A B*, a correrem todas pela cale grande, que se vê entre o forte e o areal, ou dunas que lhe ficam defronte para o poente; a qual é ali o mesmo Vouga já reunido com as águas que entram em toda a ria, excepto o regato de Mira.

Feito isto se principiará outro dique *B C* (fig. 1) que começará na extremidade *B* do primeiro, e se dirigirá para oeste (*) atravessando sempre o rio, que tem ali na sua maior altura ou na cale 30 palmos termo médio; este dique será construído de fachinas, estacas, terras, pedras, etc.; sua grossura será de 72 palmos na base, logo que entre na cale *B S*, e será maior perto do mar; a sua altura será superior às cheias grandes; com ele se atravessará o Vouga, como disse, e igualmente o areal que medeia, e separa aquele rio do oceano; areal que o mesmo Vouga irá demolindo, e ocupando sucessivamente à medida que o dique avançar para a cale, e a tiver passado continuando para o mar; este areal tem 19 palmos superior em altura às maiores preiamares na costa do mar, e forma com o rio uma extensão *B C* de 660 a 700 braças, conforme o mesmo areal se alarga mais ou menos na costa *C*, e tanto se dará a este dique de extensão.

Eis aqui o efeito deste dique: À medida que avançar de *B* para o rio, estreitará de igual porção o seu álveo; em consequência deste estreitamento as águas subirão um pouco do lado da corrente demorada nesta parte pela porção feita do dique que o estreitou; em consequência desta elevação das águas se aumentará a velocidade da corrente no restante álveo, e esta maior velocidade e força da corrente assim aumentada, não podendo atacar a testa do dique, pela forte construção que se lhe dará, atacará o fundo do álveo, e o alargará demolindo também na margem oposta, que são dunas e areias soltas, a porção necessária para restituir ao álveo suas preexistentes dimensões, as águas e a mesma

---

(*) Esta é a direcção mais conveniente para a embocadura do rio na barra, a fim de que os navios possam entrar e sair com os ventos nortes, que são os mais gerais e constantes nesta costa; e também para se refugiarem neste porto os mesmos navios nas tempestuosas travessias que nas nossas costas os fazem encalhar e naufragar; esta direcção é a melhor também para que as ondas não entupam o canal fundo que o rio vasando corta no banco colocado sempre a pouca distância, e paralelo à praia nas barras de areia, como esta; o que aconteceria, se a direcção da corrente e por consequência o corte do banco, e a barra ficasse oblíqua e não paralela à direcção das ondas que vêm quebrar-se por direcções perpendiculares ao mesmo banco, e às praias que lhes ficam paralelas, e são como as paredes do grande vaso que contém o fluido agitado, contra as quais, segundo é demonstrado em hidrodinâmica, a sua acção é sempre perpendicular.

velocidade, para cessar a demolição pelo equilíbrio também restabelecido entre a corrente das águas, e a resistência da margem arenosa, e do fundo existentes antes de começar o dique; e continuando desta sorte a avançar com o mesmo para a grande cale, e além dela, v. gr. até aos pontos *F*, *G*, *H*, as demolições sucessivas, e respectivas *P q r*, *t u n*, *z y h*, do areal *S C*, se prosseguirá em proporção da maior prontidão com que se avançar o dique *B S C*, até que enfim, demolido em frente da testa do mesmo o dito areal em toda a sua largura *C S*, e já convertido em álveo do Vouga, este rio se lançará por ali no mar, e com o peso da corrente romperá a nova barra *S C V g*, defronte do forte *K*, 1.000 braças ao sul da Senhora das Areias; 3.600 braças ao poente de Aveiro; e 7.850 ao norte da barra actual, que se abandona para sempre.

ARTIGO III

Até onde se deve continuar o dique que abrir a barra

3. Aberta a barra se continuará o dique sempre na mesma direcção até entrar no mar, e chegar mesmo à linha de baixamar; esta operação de levar o dique *B C* até à baixamar na costa tem por objecto fixar a barra, e fazê-la ali permanente, sem o que ela fugiria para o sul, como adiante se verá, e os seus resultados além de menores, seriam de muito pouca duração (*).

ARTIGO IV

Do orçamento da obra até a abertura da barra

4. A despesa dos diques *A B*, *B C* poderá importar de 240.000 a 250.000 cruzados, até ao rompimento da barra, podendo este orçamento sofrer as mesmas alterações que podem resultar dos diversos incidentes e combinações até dos elementos, que se hão-de combater durante o processo dos trabalhos na execução.

(*) O outro meio de ajudar a fixar a barra para o futuro e conservar a ordem que a barra de Aveiro terá, será a sementeira de pinhais por todo o areal de Ovar até à barra e mesmo continuar para o sul da mesma barra; esta sementeira embaraçaria o livre movimento das areias ao longo das costas, e as fixaria em benefício da barra, do Vouga, e do país; e teria a dobrada vantagem de fornecer madeiras de excelente qualidade às bordas mesmas de rios navegáveis, com um porto de mar para facilitar a sua extracção do pinhal, e depois a exportação para outros pontos do reino para onde conviesse, de que tanto se precisa.

Artigo V

Outro modo de abrir a barra em um só ano

5. O método de abrir a barra pela demolição progressiva do areal, à medida que se avançar o dique, empregando por único agente as águas (2), supõe que se trabalha com poucos meios; porque se estes forem tais, que se possa tapar o rio em um só verão, e fazer os diques *A B*, *B S* com todas as suas dimensões, neste caso então se deveria logo fazer uma porção *S 2* para evitar a demolição do areal, e não se alargar mais o rio *B S*, que se pretenderia tapar, e depois se faria *B 2* ao modo ordinário (2). Feito isto, as águas do inverno seguinte, achando o rio tapado inteiramente, fariam uma extraordinária cheia ao norte dos diques, cujas águas necessàriamente romperiam e fariam caminho pelo areal para se lançar no oceano, onde aquele fosse mais baixo do que a cheia; e como esta o não deveria nunca ser, para não abismar o país com uma tal cheia, se faria de antemão um largo fosso *S C 3 m* que atravessasse o dito areal no prolongamento *S C* da direcção do dique *B S*, desde a sua testa *S* até perto do mar; mas sem o comunicar com este senão a final, porque, sem esta cautela, as ondas e marés o entupiriam logo; a profundidade do fosso deveria ser pelo nível das cheias ordinárias para não ser tão fundo, e tão custosa a sua escavação. Dispostas assim as coisas, as águas da grande cheia artificial, pela inteira tapagem do rio *A B S*, entrariam pelo dito fosso, e ficariam com toda a ria muito superiores às do mar; então é que se acabaria de cortar a areia restante na extremidade do fosso para o comunicar com o oceano no mesmo momento escolhido para a operação do rompimento da barra. O Vouga, então, superior ao mar pela hipótese, se lançaria nele com grande impetuosidade até evacuar por ali a grande massa de águas deste imenso receptáculo de muitas léguas quadradas de superfície, que oferece a ria, com as marinhas e campos em que as águas estivessem tão elevadas; e deste modo ficaria aberta uma larga e profunda barra no sítio desejado *O*, pelos trabalhos de um só ano; empregando sempre como agente o esforço das águas combinado apenas com o pequeno trabalho dos homens na escavação de um fosso pouco fundo, ou muito superficial, sobre as areias *S C 3 m*.

Artigo VI

Modo de abrir a barra em mais de um ano pelo método composto dos que se exposeram nos artigos II e V

6. O que se acaba de expor ùltimamente para abrir a barra em um só ano, se aplica a qualquer época da sua con-

tinuação ou progresso; pois tapando-se do mesmo modo o rio no estado em que então estiver o seu álveo, depois da demolição de alguma porção do areal pelo avançamento do dique *B S*, se taparia todo como acima se disse (5) até topar no areal, e depois se abriria o fosso no restante do mesmo areal que a esse tempo existisse, do mesmo modo que se faria para todo ele no caso precedente; e o processo seria o mesmo, e o resultado ainda mais rápido, e seguro pela maior proximidade do rio ao mar, e menor massa de areias a demolir. Logo, a empresa de abertura da barra de Aveiro não só é possível; mas até se pode conseguir com grandes ou pequenos meios sem outra diferença mais que no método que deve seguir-se, e no tempo que deverá empregar-se, segundo o estado das finanças que se destinarem para esta obra.

(Continua).

FRANCISCO FERREIRA NEVES

SENHORA DE ALMEIRA

— Do livro a publicar *Nossa Terra, Nossa Gente*.
Curiosidades da região de Vouga —
(Dedicado a uma senhora de olhos lindos)

— ?...

— O caminho p'rá festa da Senhora d'Almieira?... Não tem nada que saber, tiasinha:

Ao chegar à Ponte da Rata vossemecê mete p'rá estrada que leva a Requeixo. Depois, lá adiante, ao dar da volta, atravessa a linha do combóio do Vale do Vouga; mais à frente há uma fonte com um telhado e um tanque de lavar roupa, depois uma ladeirita a subir que passa a Carcavelos, e um nisquito além, um quarto d'hora de caminho... que nem tanto, e sempre a direito, lá vai dar à Senhora d'Almieira, que é no lugar da Taipa. Santinha de muita devoção! E pelos vistos os mordomos este ano meteram-se em brio, porque desde «tresdantonte» tem sido p'ra lá tantos foguetes que é um poder de Deus.

— ?!...

— É lá, sim senhora, não tem nada que errar, tiasinha. Meta sempre a direito...

. . . .

O lugar da Taipa, na região de Vouga, pertence à freguesia de Requeixo e ao concelho e distrito de Aveiro.

Tem uma escola, uma capela e uma rua comprida ladeada de muitas casas de lavradores, remediados e ricos, mas todos incansáveis na labuta da lavoura, o «amanho das territas». E a rua comprida vai dar lá a riba, a vastos pinheirais que sombreiam os terrenos onde medra o matito rasteiro do tojo.

Passando a Carcavelos, pequeno povoado da freguesia de Eirol, a estradita faz duas ou três curvas por entre cômoros de silvas e estripeiros a resguardarem leiras de semeadura e latadas de vinhedos nas estremas dos vizinhos e logo

adiante, depois de uma baixada, surge uma pequena lomba e aparecem as primeiras casas da Taipa, com aboboras «meninas» e «machadas» encarrapitadas sobre os telhados baixos e nos muros dos pátios.

A ermida (capela da Senhora d'Almieira) fica num alargamento da rua, quase à entrada do lugar. E dentro do pequenino templo não há interesse de maior: — o altar com a imagem da Padroeira, S. Francisco, S. Mateus, Santa Ana, uma Senhora d'Almieira pequenina e, a um dos lados, o púlpito. Mas tem grande e larga fama na redondeza a tradicional festa da Senhora d'Almieira, por causa dos seus folares e dos «partos felizes».

Realiza-se no dia a seguir ao dia de Páscoa, para que os «padrinhos» tenham oportunidade de «mercar» os folares para os «afilhados».

Na véspera é costume haver «noitada» com entremez e músicas ao despique. E vão muitos homens e mulheres dos arredores (casados e solteiros), depois da ceia e com o pretexto da «noitada»... para ouvirem as músicas, para verem «aquilo» do entremez... «que deve ser coisa boa!»

Ai, as «noitadas» das romarias!...

Há homens e mulheres que, sob tal pretexto, como os caminhos são «escuritos» e têm atalhos providenciais, às vezes *perdem-se* e só mais tarde chegam à «noitada». Os namorados, sobretudo, têm uma tendência especial para se *perderem* no escuro romântico dos atalhos, que andam cheios de promessas de amor e de murmúrios de beijos.

A «noitada» vai até às tantas. O entremez, aquilo é que foi!... As músicas, muito boas, sim senhores... podiam-se ouvir por gosto! E as estatísticas da população do País vão, como é lógico e humano, aumentando, e muito bem!... que tudo é preciso neste mundo de Cristo. E a «Senhora» é advogada dos partos felizes... Folguem, raparigas!

Ao outro dia é a festa.

O chão da capelinha da Senhora d'Almieira está todo juncado com ervas de cheiro, flores campestres e pétalas de rosas e de malmequeres em profusão. Há toalha rendada e passada a ferro no altar da «Senhora» e pano rico adamascado no púlpito do padre pregador. Há solitários e vasinhos com flores. E a Santinha lá está, entre velas acesas, muito linda, muito linda! Os olhinhos a luzirem e a sorrirem um sorriso místico, no seu altar florido.

Mas nem só os olhos da Santinha luzem, porque também as suas mãozinhas e o seu rosto têm o mesmo brilho. É que

todos os anos, para renovar aquele brilho que até parece luzimento celeste, a mulher do sr. juiz da festa, ou alguém a seu mando, ali vai com uma tijelinha onde deitaram duas ou três «claras» de ovos. E com um paninho que se vai molhando nas «claras» da tijelinha, vão-se bezuntando os olhinhos, o rosto e as mãozinhas da Senhora d'Almieira. Depois de seco, o oleoso das «claras» dos ovos deixa a «Senhora» a brilhar até ao ano seguinte.

Ora, no dia da festa, manhãzinha cedo, sobem, ao ar, muitos, muitos foguetes!... e mais tarde uma das músicas, «depois de fazer a missa», anda a tocar rua abaixo e rua acima, tudo muito juncadinho com ervas aromáticas, a rescenderem... e às vezes um foguete!

. . . .

Tlin, tlin, tin-tlin-tin... badala a sineta da capelinha da Taipa. Badala e repenica.

Neste dia — o grande dia do povoado — tudo é encantamento:

Madrugada ainda alta, quando os galos cantam ao despontar da luz matutina — as ervas, os trevos, os pampilhos, os miosotis e todas as coisas mansas que dormem ao luar, parecem rezar em rosários de gotas de orvalho, pérolas líquidas, que depois se vão desfiando lentamente. São, talvez, as lágrimas das inúmeras dores do coração da noite.

Depois, na manhã fresca, fímbrias de Sol pontilham de ouro a Natureza orvalhada, que acorda em sobressaltos de festa a preludiar a sinfonia das cores. O ar que se respira, de emanações suavíssimas, está impregnado da magia das alturas. As almas, sentindo-se felizes, andam vestidas de sorrisos de estrelas com asas do azul translúcido dos céus. E o passaredo também despertou, em gorgeios maviosos, a saltitar nas amieiras e lamigueiros. É Primavera. Voam andorinhas. Senhora d'Almieira!...

Tudo parece quimérico neste dia festivo.

O dia cresce. Aumenta e difunde-se a luminosidade. O firmamento é sereno. Dos campos vêm aromas suaves. De um regato próximo chega aos nossos ouvidos a musicalidade harmoniosa da água a correr e a cair nos fraguedos. Há macieiras, ameixieiras e pessegueiros floridos. Os corações das gentes moças são auroras da Vida a cabriolar de contentes. As raparigas casadouras, de faces trigueiras e coradas, trazem no azougue das contas negras dos olhos sonhos de amor e mistério. Andam, por perto, toadas de cantigas de monótonos ritornelos. Das chaminés das cozinhas, do lume farto das lareiras, o fumo sai em rodopios a bailar sobre os telhados da aldeia. Preparam-se as jantaradas para parentes e amigalhaços que hão-de vir logo mais.

Tlin, tlin, tin-tlin-tin... badala o bronze da sineta velhinha da capela da Senhora d'Almieira. Badala e repenica. E o som musical, cantante, espalha-se no ar, enche o arraial, dá prazer e alento aos espíritos.

A rua está enfeitada. Há mastaréus pintados e bandeirolas de cores berrantes.

Lá ao fim do lugar, na suavidade da distância, ouve-se a filarmónica, com a nota alegre dos pratos e do bombo.

O rapazio, descalço e irrequieto, de cara lavada, chapéus novos e roupas domingueiras, corre atrás das canas dos foguetes, pulando muros e sebes de hortas e quintalejos. E ao longe, o ladrar de um cão.

Batem 11 horas no sino da igreja de Requeixo.

. . . .

Toda a gente que assistiu gostou muito do sermão do padre pregador. Sim senhor, sabia daquilo. Podia-se ouvir por gosto. São as vozes que correm...

E de tarde é a procissão, que mete duas filarmónicas, com foguetório, e vão os andores da Padroeira — a imagem grande e a pequena — e mais S. Francisco, S. Mateus e Santa Ana, e os reverendos priores bem paramentados, «a preceito», e anjinhos com túnicas de cetim até aos pés, arcos de arame na cabeça, grandes asas nos ombros, e muito povinho atrás das duas filarmónicas de notas gemebundas, a fazerem dobrar as almas dos simples, aproximando-as das alturas celestes, na dura luta contra as tentações do Inferno.

Depois recolhe a procissão e uma das charangas fica por ali, rua abaixo e rua acima, e à frente das casas dos senhores mordomos (enquanto na sala melhor da casa do senhor juiz da festa os reverendos priores confortam os estômagos nas caçoiladas de carneiro assado a rescender) os músicos demoram um poucachinho a soprarem mais animosamente os respeitáveis instrumentos... e as portarias então abrem-se delicadamente para a pinguita.

— Vá lá... já que o senhor mordomo assim quer...

E, devagar, sem pressas, os músicos entram um bocadito para o alpendre, desatravancado agora do carro da lavoura, da charrua, da grade e das outras alfaias do trabalho agrícola... tudo arrumadinho lá na estrumeira, perto dos currais e da gaiola dos coelhos.

No pátio largo, coberto a mato e a canoilos de milho, andam galinhas à solta. Ao lado, no eido, em volta do poço, há um pé de jasmim de cheiro, roseiras floridas e um pouco de salsa de tempero. E entre o poço e a cabana da palha uma laranjeira alta carregadinha de frutos amarelos espreita, por cima dos telhados baixos dos currais, as intimidades do pátio.

Da cosinha, onde pontifica a nota alegre e ruidosa da jantarada, vem o cheirinho bom de petiscos dos grandes dias. E então prontamente o dono da casa, o senhor mordomo, muito obsequioso e coradinho — os olhitos brilhantes em adoração a Baco — para não fazer esperar os músicos lá vem com a picheira grande dos dias de festa e um copo de quartilho, para a distribuição na adega, de porta aberta naquelas ocasiões. E todos escorropicham, dando estalinhos na lingua e gabando muito a pinga da lavra do senhor mordomo.

— Sim senhores, grande pinga!... Mas também, pudera não! Os cachos vindimados madurinhos e de boas qualidades... gabaia, trincadeira, santarem, algumas cepazitas de moscatel de cheiro para dar sainete... Enfim, um vinhão! Um grande vinhão!...

Depois, outra vez a charanga a tocar, rua abaixo e rua acima, tudo juncadinho, e às vezes um foguete!

Finda a procissão, toda aquela gente principia a «mercar» folares e a comer folares. Há milhentas pessoas. O mulherio, na maior parte gente da classe rural, de chaile e lenço. E vêem-se, pelos cantos escusos, carros de burros, muitas bicicletas, meia duzia de automóveis.

Por perto da capelinha e a ladear a rua comprida estão as vendedeiras com as canastras e os açafates, tudo cheio. Há folares de um, dois, três, quatro, cinco e mais ovos. Pão doce, saboroso — boa mistura e bom fermento — amarelinho, amanteigado. Os ovos, de cascas vermelhas, meio enterrados na massa do pão, desafiam paladares. E, por perto, os «tascos» com a boa pinga, a encherem picheiras, canecas e bilhas, tudo com grande alarido, muita azáfama, berros festivos, ditos picantes alheios a conveniências e a preconceitos, gestos largos, rostos coradinhos, olhos vermelhuços e brilhantes, corações abertos, risos alvares, graçolas pesadas, palavrões...

E viva a Senhora d'Almieira! Viva!!...

— Ó ti' Jaquim! Ora venha de lá um marquez do tinto...

. . . .

Anda, por ali, gente de todas as localidades dos arredores. Desde Mamodeiro e da Oliveirinha, a Requeixo e a Eirol. Desde Eixo e de S. João de Loure, a Alquerubim, a Pinheiro e a Segadães. Desde Almear e de Travassô, a Cabanões e a Ois da Ribeira.

Uns comem e bebem por ali mesmo, à «palra». Outros, juntando-se aos seus, procuram sítios mais afastados, mais

convidativos e bucólicos, avizinhando-se de sombras amenas, de verdejantes e acolhedoras ramadas de carvalhos e pinheiros.

E partem-se bons «nacos» de folares, e descascam-se os ovos de cascas vermelhas, e escorropicha-se o vinho com volúpia de crente, os olhos semi-cerrados...

Vestem-se depois os casacos que se haviam tirado para se estar mais à vontade, se por acaso a tarde ia quentita...

E então o «raparigame», as cachopas com os namorados ao lado, todos brincalhões, dão umas voltas, satisfeitos e enfarpelados nas roupas domingueiras — rua abaixo e rua acima, tudo juncadinho, as ervas de cheiro pisadas e a rescenderem... e às vezes um foguete!

E lá pelas tantas, ao fim da tarde, enquanto as músicas, agora nos seus coretos, se «despicam», com os apreciadores em roda sem arredar pé... toca a «mercar» os folares para no dia seguinte se mandarem aos «afilhados».

Levam-se ao ombro, numas saquitas de chita, ou dentro dos açafates, à cabeça do mulherio. Mas, antes do regresso, vá lá mais uma vista d'olhos ao interior da capelinha, um olhar devoto ou uma derradeira oração, toda alma e sinceridade, que mais ainda faz luzir os olhos da linda santinha dos partos felizes...

Depois, cá fora, um aperto de mão ao amigo Diamantino Jorge, o chefe político e o maioral da terra, e «adeus até p'ró ano se Deus Nosso Senhor quiser».

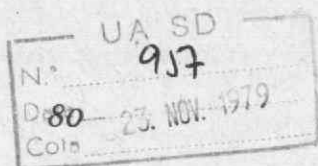
E lá se vão os carritos de burros atulhados de gente, de rodas barulhentas e pesadas. E lá se vão bicicletas e automóveis a buzinar muito. E lá se vão outros festantes a pé, estradas em fora, a conversar, a gargalhar, a praguejar... as raparigas azougadas, brincalhonas e felizes, ao lado dos namoros — todos em saracoteios de festa, flores nos chapéus e nos cabelos, a cantarolar:

Era manhã, ainda mal se via,
Na minha aldeia tudo dormia...

Viva a Senhora d'Almieira!!!...

Aveiro, Março de 1947.

LAUDELINO DE MIRANDA MELO



PONTES DE VOUGA E DO MARNEL

O POVO atribui todos os monumentos antigos, de cuja construção se perdeu a memória, aos mouros. Sete séculos de dominação árabe apagaram inteiramente a tradição romana e goda. Pontes, arcos, panos de muralhas dos antigos castros, destas civilizações, carregou-os a tradição popular através vários séculos, para com eles enriquecer o património material e moral dos últimos dominadores. Por outro lado, monumentos de construção relativamente nova foram recuados no tempo para serem atribuídos também à época mourisca. É o que acontece com as pontes de Vouga e do Marnel, que o povo persiste em dizer que vêm do tempo dos mouros como as muralhas do cabeço do Marnel que lhes fica sobranceiro.

Terão realmente sido os árabes os construtores das pontes de Vouga e Marnel? Não me inclino para esta opinião, como também me parece que não têm razão os que as julgam de construção romana.

Os árabes não foram grandes construtores de pontes, sobretudo naquela região que durante muitos anos esteve sujeita às vicissitudes da guerra. A táctica militar condenava essa construção. Os rios, como outros obstáculos naturais, eram mantidos como defesas valiosas numa época em que as incursões em território inimigo, para talagem dos campos e saque dos povoados, eram métodos de guerra invariàvelmente seguidos pelos dois combatentes. Não havia exércitos permanentes postados ao longo das fronteiras, de maneira que os obstáculos naturais à passagem eram aproveitados por todos.

O Vouga foi durante mais de um século a linha extrema do domínio efectivo cristão e deverá ter sido transposto centenas de vezes pelos dois exércitos nos estragos que mùtuamente se faziam. Nem árabes nem cristãos tinham interesse na construção de pontes. Os romanos, ao contrário dos árabes, tinham como princípio fundamental da sua táctica a faci-

lidade de comunicação e foi, por isso, que eles construiram as suas famosas estradas e pontes, das quais ainda algumas estão de pé.

Rocha Madahil, na sua Monografia sobre o cabeço do Vouga, inclina-se para a opinião de que a velha ponte do Marnel é construção medieval sobre outra dos romanos. Desta maneira crê que a estrada romana de Lisboa ao Porto atravessava aí o Marnel. Se assim era, também o Vouga era atravessado pela mesma estrada no mesmo lugar em que o atravessa a actual ponte. E se os romanos fizeram ponte sobre o Marnel, certamente a fizeram, como mais necessária, sobre o Vouga.

Não posso, ao menos por enquanto, aceitar a opinião do douto escritor que tão vastos e relevantes serviços tem prestado à Arqueologia de Aveiro. Não era ali que a estrada romana atravessava o Marnel e o Vouga. Os árabes desviaram, nesta região, o leito romano mais para nascente e, se mais a nascente das actuais pontes outra travessia não houve nem seria fácil, é de presumir que por ali passasse o leito árabe e não o romano.

Há uma tradição no povo da freguesia de Lamas que diz estar a ponte velha assente sobre outra mais antiga, sendo ainda possível encontrar-se o arco desta sob as águas do primeiro olhal do lado Norte. Esta tradição foi iniciada pelos pescadores que em seus mergulhos descobrem realmente pedras sob as águas do olhal referido. Estas pedras têm, porém, outra origem. Noutra oportunidade, quando tratar da estrada romana, procurarei apresentar os apoios desta minha conjectura.

Eu creio que as pontes sobre o Vouga e Marnel são dos fins do século XIII ou princípios do XIV.

Os séculos XII e XIII podem considerar-se como a grande época da elaboração da Beneficência Cristã. S. Francisco de Assis e S. Domingos revolucionaram a cristandade. O amor dos homens, à face do evangelho de Cristo, foi prègado com tanta doçura e humildade pelo grande Santo de Assis, que as suas palavras, como semente divina, por toda a parte germinaram em instituições de ordem privada que atravessaram os séculos e duram ainda como as melhores aflorações da alma beneficente cristã. O século XIII foi o século das confrarias e das Ordens. O seu código foram as Obras de Misericórdia. Cada confraria se propunha uma ou alguma dessas obras. E assim havia confrarias para acudir aos que têm fome, para vestir os nus, para dar de beber a quem têm sede, para dar pousada aos peregrinos, curar os enfermos, para enterrar os mortos, etc. A pousada aos peregrinos era um dever sagrado. Cada um que pudesse os devia receber, dando-lhes a refeição, o fogo e o leito. Mas a protecção

individual não podia estender-se às longas caminhadas onde o viajante era surpreendido pela noite cheia de perigos das feras e dos ladrões. Desta necessidade nasceram as Albergarias. Obstáculo não menor que as feras e os ladrões, em seus assaltos tão frequentes nesta época em que a miséria redobrava a dureza dos costumes, era a passagem dos rios, sobretudo no inverno. Não havia pontes nem barcos, ou eram poucos. Tamanho era este obstáculo ao necessário trânsito dos homens, tão frequentes os assaltos aos passageiros na margem dos rios onde a noite os surpreendia, que dar esmolas para pontes, barcos e albergarias, era considerado uma das grandes obras de misericórdia. São muitos os documentos medievais em que se conserva memória desta prática e do grande desenvolvimento que ela tomou. Para construir pontes, criaram-se as confrarias dos pontinos. Reis e nobres, em seus testamentos, deixavam grandes legados para construir pontes e estabelecer serviço de passagem em barcos. D. Dinis deixa 4.000 libras em seu primeiro testamento e 10.000 no segundo, para construir pontes.

Nos vários documentos dos séculos IX, X e XI, relativos às regiões de Águeda e Vouga, não há nenhuma indicação da existência de pontes, sobre os seus rios, devendo notar-se que a referência a elas, se existissem, era necessária, como indicação divisória mais ostensiva e persistente que uma simples árvore ou acidente de pequeno valor, como se verifica no doc. CCLXXVIII do *Port. Mon. Hist.* na parte relativa às confrontações de Pedaçães «...quomodo diuide cum lamas per illa coua de illo sauuqueiro»...

A falta de referência às pontes não é argumento decisivo da sua não existência, mas autoriza essa suposição.

Nas inquirições de Afonso II, que são de 1220, não há também referência às duas pontes. Foram onze as pessoas inquiridas na freguesia de Lamas, entre elas o prelado e um *Mourano* de que falarei oportunamente. Disseram eles que o rei tinha na rua do Vouga três casais que eram de reguengo e mais vinte e oito casais que lhe pagavam o foro de um capão. Interrogados sobre o chamado Monte Marnel afirmaram que era reguengo e que nele se pagava ao rei a quarta de pão e de vinho.

A este tempo a rua de Vouga corria junto ao sopé do Monte Marnel pelo seu lado Norte, não havendo entre este e ela mais que o espaço de pequenos quintais. A Nascente da rua o monte vinha morrer junto ao rio.

D. Dinis mandou proceder a várias inquirições em 1284-1301-1303 e 1307.

Fez-se uma na terra de Vouga, que parece ser dos primeiros anos do século XIV. Foram inquiridores Martins

Vicente, tabelião na Terra de Vouga: Ermigo Mendes e Domingos Gonçalves de «A do Fernando». Não se trata de uma inquirição geral relativa a todos os reguengos, foros e direitos do rei, mas tão sòmente aos «quẽ sã ascõdudos e aleados». Foram interrogados, no Burgo de Vouga — Martim Vilão, Pedro de Cabras, e os dois disseram que «a vinha de Estevam Joanes de apar da ponte e a que aduba Pai galego de apar da ponte são de quarta».

Temos portanto aqui uma referência directa à ponte e a umas vinhas situadas a par dela. A ponte existia no reinado de D. Dinis.

Disse que o Monte Marnel, a Nascente da rua de Vouga, vinha morrer no rio. As vinhas a que se refere a inquirição eram plantadas na encosta que a ponte vem cortar. E porque o Monte Marnel era reguengo e pagava quarta de vinho e pão, aquelas vinhas eram-no também e por isso pagavam quarta. O corte, para a terraplanagem da extremidade Sul da ponte, deixou estas vinhas como que independentes do monte e daí o terem ficado «*Ascõdudas*».

Se a ponte de Vouga existisse ao tempo das inquirições de Afonso II, a referência a ela, dada a existência de vinhas, era tão necessária como na inquirição de D. Dinis.

Em 1262 — O Chantre da Sé do Porto, Gonçalo Gonçalves, deixou legados para as pontes de Vouga e Águeda.

Em 1296 o bispo D. Vicente e em 1298 o bispo D. Sancho, da mesma cidade, deixam legados para as mesmas pontes. Acerca do último rei, diz D. RODRIGO DA CUNHA, no *Catálogo dos Bispos do Porto:*

«Tambem deixou certa contidade para se acabarem as pontes de Canavezes, Vouga e Águeda.»

Estes legados, feitos no decurso de quarenta anos, mostram que as obras se prolongaram por todo ele, não parecendo natural que fossem de simples conservação, mas de construção da ponte, como diz D. RODRIGO DA CUNHA.

Eis os factos que dão ao meu espírito a convicção forte de que as pontes sobre o Vouga e sobre o Águeda tiveram a sua origem nos fins do século XIII.

E como em todos estes documentos se não faz menção da ponte sobre o Marnel, presumimos que a construção desta ainda foi posterior à de aquela. Não era tão grande a necessidade, porque a travessia deste pequeno rio, ainda naquele tempo devia ser fácil, mesmo na época invernosa. A estrada dos Árabes não atravessaria o Marnel pelo lugar da ponte velha, mas em frente à basílica de Santa Maria de Lamas, depois de descer a encosta em direcção a esta, pelo chamado caminho velho do chão da Igreja. Tratarei deste assunto quando tratar das estradas.

PINHO LEAL entende que os legados para as pontes de Vouga e Águeda destinavam-se a reconstrução e não a construção, mas não apresenta nenhuma razão da existência de pontes anteriores.

Diz o padre CARVALHO na sua *Corografia*, que teve licenças de publicação em 1707: «Tem sobre o Vouga uma ponte de pedra de muitos olhais, mas já tão areada que em tempos de cheias se passa em barcos e é estrada pública de Coimbra para o Porto que passa por dentro da vila. Há também outra ponte de arcos sobre o rio Marnel, que no tempo de Inverno e cheias se não passa».

A ponte de Vouga sofreu grandes obras ordenadas por D. João V, em 1703, sendo consideràvelmente alteado o seu leito. Nenhuma indicação temos de que o Marnel recebesse qualquer melhoramento, pois em 1707 diz P.^e CARVALHO que no Inverno ela se não podia paasar, e assim é até hoje.

Rio de Janeiro.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

LOQUELA DOS POVOS DA BEIRA-RIA

(Continuado do vol. XII, pág. 243)

Chanfana — O que mais vulgarmente se chama escoado. Coisa fraca. «Vou cosinhar para a ceia *chanfana* de couves, batatas e carapaus». «Isso é uma *chanfana* que não presta para nada».

Chapelada — Colocação subreptícia de listas na urna. «Ganharam as eleições porque fizeram *chapelada*».

Chapéu — Pião baixo e achatado. «O meu *chapéu* anda melhor que a tua piorra».

Chapéus — Ervagens criadas junto à terra e cujas folhas têm a forma de chapéus, ou melhor, de funis.

Charila — Alvéola.

Charolo — O pau do leme em cujas extremidades se ata a corda que o move.

Chavasco — Porco, nojento. «O Camilo é um *chavasco* que mete nojo».

Chegar — Ir. «*Chega* a casa do Carlos e diz-lhe que venha falar comigo».

Chegar-lhe — Castigar, bater. «Ele não quer andar? *Chega-lhe* com força».

Cheirinha-cheireta — Intrometido. «O Custódio é um *cheirinha-cheireta*, que quer meter o nariz em tudo».

Chibantão e *chibantona* — Peralta, Janota. «O Chico apareceu, todo *chibantão*, na festa, com um fato novo».

Chieira — Barulho, choradeira, ronqueira. «Só lhe dei uma palmada e ele fez uma *chieira* medonha». «Constipei-me e trago uma *chieira* no peito que nem me deixa dormir».

Chiclo-pé — Jogo em que se tem de caminhar num pé só.

Chimpar — Prostrar, deitar abaixo. «Deu-lhe uma arrochada na cabeça e *chimpou-o* logo».

Chincha — Rede de arrasto empregada na pesca das enguias.

Chino — Porco vermelho do Alentejo. «Este ano não cevei, mas para o Entrudo compro um porco *chino*.

Chiqueirado — Com uma pinga, embriagado. «O Carlos, se beber um quartilho de vinho, fica logo *chiqueirado*».

Chorava que se baptizava — Chorava copiosamente.

Chouzeira — Pequena cesta redonda com arco de madeira por onde o lavrador enfia o braço esquerdo e dela tira, com a mão direita, a semente que lança à terra.

Chumbado — Sucumbido, acabrunhado. «Quando soube que o filho tinha fugido para Lisboa, ficou *chumbado*».

Chumice — Muito, grande quantidade. «Estava uma *chumice* de gente no Bico, a ver o bota-abaixo do navio».

Cible — Reles, ordinário (coisa ou pessoa). «Comprei uma fazenda para um fato julgando que era boa e saiu *cible* de todo». «O César é *cible* de todo. A irmã fartou-se de lhe pedir para a levar à festa, e ele foi e não a levou».

Citas — Labaredas pequenas. «Não faças grande fogueira, bastam umas *citas*, para não esturrar o guisado».

Cochila — Faca grande, de ponta e mola. «O Chico anda sempre armado com uma *cochila* e chanca-a logo em qualquer por menos de nada».

Cochincha — Passarinho parecido com a carriça e que faz o seu ninho com a sua própria saliva ou baba, entrelaçando-a em hervagens, geralmente azevém, e que parece uma nuvem transparente.

Côdeas (molhar as...) — Namorar. «Já estás à porta à espera do teu namorado para *molhar as côdeas*».

Cóins — Palmípedes de arribação (inverno).

Coisa fraca — Expressão insultuosa ou deprimente dirigida ou dita a propósito de qualquer pessoa. «Não convides o César que é *coisa fraca*».

Colaço — Amigo íntimo. «O César e o Carlos andam sempre juntos; são muito *colaços*».

Colada — Fressura. «Gosto muito de arroz dos miudos do porco, sobretudo, da *colada*».

Colear — Juntar, combinar, agregar. «*Colearam-se* os dois para me bater».

Concelho (ir ao . . .) — Ir à Câmara, aos paços do concelho. «*Vou ao concelho* pagar a décima».

Conhecido — Amante. É considerado como ofensa dizer ou perguntar a qualquer mulher se fulano é seu conhecido.

Còmeira — Sítio fundo junto à borda. «Andavam a nadar na borda mas a corrente arrastou-os para a *còmeira* e iam morrendo afogados».

Como quem não quer a coisa — Disfarçadamente. «Parou à esquina da casa, *como quem não quer a coisa*, a ver para onde eu ia».

Coradoiro — Local, em festa ou arraial onde as raparigas se agrupam ou reunem, aguardando que rapazes as vão buscar para namorar e acompanhar a casa.

Coral — A parte vermelha da carne da lagosta.

Correr à carreira — Correr muito, ir muito depressa. «Vai depressa, *corre à carreira*».

Corrido — Expulso, não ser admitido. «O Custódio vinha para assistir à boda, mas foi *corrido*».

Corrudas — Corridas de cavalos. «Hoje vou com a minha égua às *corrudas* de S. Gonçalo».

Corticó — Espécie de junça ou canísia.

Coses da saia ou das calças — Os pespontos da saia ou das calças junto à cinta.

Cose-te, coso-vos, cosei-vos, etc. — Expressões insultuosas e obscuras.

Côsco — Enrugado, encarquilhado. «Não enrolaste o papel com cuidado e ele está todo *côsco*».

Costa direita (de...) — Ocioso, sem ocupação. «O Carlos não faz nada, anda sempre *de costa direita*».

Costêlo — Ratoeira de arame para apanhar pássaros.

Cotulo — O ponto mais elevado. «Tem uma ferida mesmo no *cotulo* da cabeça».

Coval — Espaço, geralmente circular, vedado de muros altos, onde eram encerrados os gados que os guardas campestres encontravam à solta e sós, nos campos ou nos caminhos.

Coxia — Quadrilátero de madeira pregado ao fundo e cavernas do barco, com uma abertura quadrada, no meio, onde se introduz o pé do mastro e se fixa.

Crêna — Direcção, orientação, opinião. «O Carlos ia direito a Estarreja, mas quando chegou à capela da Santa Luzia virou de *crêna*». «O Camilo não é fixe, muda de *crêna* por dá cá uma palha».

Cresta — Castigo, despesa. «A questão da terra deve-lhe ter dado uma boa *cresta* na algebeira». «O César insultou-me, mas eu apliquei-lhe uma boa *cresta*».

Creto — Crédito, reputação. «O César não tem *creto* nenhum. Ninguém fia dele uma caixa de fósforos». — «Que informações me dás do Chico?» — «Isso é pessoa que não merece *creto* nenhum, nem no que diz, nem no que promete».

Criação — Animais, sobretudo, aves. «A *criação* estava hoje muito cara na praça, sobretudo os frangos». «Ó Carolina! Vai levar a *criação* (gado) a pastar à terra da Saldida».

Cricas — Berbigões descascados. «Hoje comprei berbigões e o meu almoço foi arroz de *cricas*».

Cris — Crise, falta. «Há uma grande *cris* de trabalho».

Cruento — Pouco ou mal cosido. «O forno, com certeza, não estava bem quente quando deitaram o pão, porque ele está *cruento*».

Cuada — Pouca quantidade de peixe no fundo do saco da rede. «Hoje o mar não deu quase peixe nenhum. Todas as companhas só tiraram uma *cuada*».

Cuba — Grande bebedor de vinho. «Nunca vi quem bebesse tanto vinho como o Borras. Aquilo é uma *cuba*».

Cunca — Pequeno alguidar estreito e fundo.

Cuido — Coisa, suposição. «Tu julgas um *cuido* e ele é outro».

Curral — (Na pesca da tainha) — Um espaço circundado de rede, tendo uma pequena abertura por onde as tainhas, acossadas, entram e julgando-se completamente cercadas, saltam e vão cair na rede colocada à superfície da água.

Cucuruto — O ponto mais elevado. «Arremessei-lhe um calhau que lhe acertou mesmo no *cucuruto* da cabeça».

Currinhal ou *currinhais* — Os dois ângulos laterais do fundo do saco da rede.

Cursos — Disenteria. A diarreia simples é: *soltura*. «Todos lá em casa temos andado mal da barriga com *cursos* de sangue».

D

Delas com elas — Trabalhos, canseiras. «O Daniel trouxe bastante dinheiro do Brasil, mas passou por lá *delas com elas*».

Dar conta de — Destruir, gastar, inutilizar. «O Dário já *deu contas do* que o pai lhe deixou». «Não te empresto a bicicleta porque és um estabalhoado e *dás-me conta dela*».

Danado — Fulo, furioso, zangado. «O David está *danado* contigo por não lhe emprestares a bateira para ir à ceitela».

Dança dos ditos — Grupo de rapazes vestidos de jaqueta, calção e meia até ao joelho, trazendo à cinta vários e vistosos lenços de mulher, dobrados e pendentes

a imitar saião, armados de capacetes e espadas e que em suas evoluções e representações nas praças ou via pública, trocam entre si diálogo prèviamente estudado.

Dar cabo — Estragar, gastar, destruir. «O pequeno *dá cabo* de todos os brinquedos». «O Daniel era rico, mas com a estroinice tem *dado cabo* de tudo».

Dar celébre — Sentir, dar acordo de si. «Estava no primeiro sono, chamei por ele, mas não *deu celébre*». «Ele vinha pé ante pé, mas eu dei *celébre* de caminho».

Dar pau — Castigar, bater. «O meu filho não queria ir hoje à escola mas eu *dei-lhe pau* e fi-lo ir».

De cara à banda — Envergonhado, confundido. «Quando eu lhe disse que não contasse mais comigo ficou *de cara à banda*».

Dar de mão — Abandonar, desinteressar-se. «Em tempo quis muito comprar-lhe a terra; hoje, *dei de mão*».

Deitar abaixo — Suspender a avença, não querer continuar avençado. «Venho pagar a avença e quero que o Sr. doutor me *deite abaixo*».

Deitar carga ao mar — Vomitar. «O David comeu e bebeu de mais, o que deu em resultado passar toda a noite a *deitar carga ao mar*».

Deixado — Sem acção, sem energia. «O Dionísio não se rala, é um *deixado*».

Por dá cá aquela palha — Por nada, sem motivo. «O César zanga-se *por dá cá aquela palha*».

Depenado — Não ter nada, gastar tudo. «O Dário gasta tudo quanto ganha, por isso anda sempre *depenado*».

Dente (ter um...) — Ter raiva, odiar. «*Tenho-lhe um dente* que se o apanho a geito desfaço-o».

Derramado — Gostar muito. Desgostoso, aflito. «O David é *derramado* por enguias». «Anda *derramado* por lhe ter morrido a vaca».

Desalbitanado — Desorientado, apressado e furioso. «Quando viu o carneiro andar na horta a comer as couves, pegou num bordão e partiu *desalbitanado* direito a ele e deu-lhe uma lambada».

Desafio — Torneio de cantigas populares. «Não vais ao *desafio* dos dois grandes cantadores — a Barbuda e o Marques Sardinha?»

Desasado — Sem ajuda, sem amparo. «O David foi para a América e deixou o pai *desasado*».

Desalmado — Perverso, de maus instintos. «O Dário é muito mau, é um *desalmado*».

Desalvorado — Correr ou fugir veloz e desordenadamente. «Quando me viu chegar à janela, fugiu *desalvorado* direito a casa».

Desbancar — Causar admiração. «O Dionísio tem lá um vitelo que *desbanca*. Nunca vi animal tão lindo e tão perfeito».

Descabelado — Impossível, sem pés nem cabeça. «Então o Delfim disse-te que fez uma sebe para o carro num dia e tu acreditaste?! Essa é *descabelada* de todo».

Desbrocar — Atirar ou deitar ao chão. «Trazia um grande carrego à cabeça e ao chegar perto de casa, como já não podia com ele *desbroquei-o* no chão».

Descasque — Repreensão, censura. «Vinha-me para cá com trapalhices, mas eu dei-lhe um *descasque* que ele ficou de cara à banda».

Descavar — Cavar para descobrir. «Tive de *descavar* fundo para encontrar o marco».

Desconchavado — Estragado, inutilizado. «A bicicleta do Carlos custou pouco dinheiro, mas ela não vale nenhum porque está toda *desconchavada*».

Desconsolo — Ter um desejo ou apetite não satisfeito. «Teve um *desconsolo*, porque lhe cheirou e apeteceu carne assada e não a foi comer».

Desconversar — Dizer coisas desagradáveis ou não concordes. «Não foi isso que tu me disseste ontem, o que agora estás a dizer é *desconversar*». «Deixa-te de disparates que isso assim é *desconversar*».

Derreter — Destruir, inutilizar. «Semeei ervilhas e os pardais *derreteram-as* todas».

Derreter com pau ou *de pau* — Castigar severamente. «O Dinis não fez o que lhe recomendei, mas *derreti-o de pau*».

Desfazer com pau — Bater ou castigar severamente. «O meu Duarte não quis ir hoje à escola, mas *desfi-lo com pau*».

Desible — Uma diminuta quantidade. «Falta apenas um *desible* para ser um litro de azeite».

Desiblesinho — Um quase nada, um bocadinho. «Se tivesses, davas-me um *desiblesinho* de azeite».

Desencampar — Correr, fugir desordenadamente. «Logo que soltei a vaca, ela *desencampou* pelo campo fora e só parou no curral».

Desgraçar — Castigar asperamente. «Se tornas a fazer o tal, *desgraço-te* com pancada»

Deslassar — Fluidificar, tornar mole. «É mister *deslassar* os ovos muito bem antes de juntar a farinha».

Desmancho — Aborto. «A Deolinda já não era assistida há dois meses e teve hoje um *desmancho*».

Desmandado — Atirado ou impelido com força. «O pau vinha *desmandado*, atestou-lhe no cotulo da cabeça e chimpou-o logo».

Desarremediar — Faltar o que é preciso. «Para te arremediar a ti fico eu *desarremediado*».

Desmentido — Deslocado (entorse). «Caí sobre este braço e parece que o tenho *desmentido* ou algum *fio* (tendão) fora do seu lugar».

Desocerbado — Negligente, pouco cuidado, mal vestido. «O Dário antes de se casar andava *desocervado* de todo, mas depois que se amparou, anda todo chibantão».

Desostinado — Desorientado, desesperado. «Não aconteceu coisa boa ao David porque apareceu aqui de manhã *desostinado* de todo».

Desova — A postura dos ovos (peixes). «Quase todos os peixes fazem a *desova* do mês de Março a Junho».

Desovar — Pôr os ovos (peixes). «As lampreias depois de *desovar* já não prestam para nada».

Despercebido — Sem meios, sem dinheiro. «Roubaram-me a carteira na feira e fiquei *despercebido* de todo».

Despescar — Levantar só o saco da rede que está armada, para tirar o peixe que já tenha e voltar a coloca-lo novamente para continuar a pescar.

Despique — Torneio de cantigas populares entre dois cantadores ou cantadeiras. «Há hoje um grande *despique* na Torreira entre um cantador de Canelas e uma cantadeira de Salreu».

Despregar — Abandonar, desviar, retirar. «Quando chegou à Bestida ficou tão encantado ao ver a ria que não havia maneira de *despregar* de lá».

Desprezível ou antes *desprezible* — Mal vestido. «O Dante anda *desprezible* de todo; trás o fato todo roto e sujo».

Desquitar — Desmamar. «A Deolinda já *desquitou* o filho».

Destino — Tino, juízo, senso. «Quem faz uma dessas não tem *destino* nenhum».

De todo — Completamente, esquisito, extraordinário. «Olha o que David foi fazer?! Aquilo é que ele é *de todo*». «Quem faz uma coisa dessas é tolo *de todo*».

Destravar — Cortar o ligamento sublingual. —« O meu filho já tem dois anos e ainda não fala, por que parece que tem a língua presa». —«Então não o *destravaste* quando ele era pequeno?! —«Não». —«Então vai já *destrava-lo*, mulher».

Destampatório — Diarreia profusa. «Comeu figos e depois bebeu vinho novo, o que lhe provocou um *destampatório* que o pôs às portas da morte».

Destroncado — Trocado, desirmanado. «Essas partes não ajustam porque estão *destroncadas*».

De trás da orelha—Óptimo, esplêndido. «Comprei ontem na praça umas laranjas muito boas. São mesmo *de trás da orelha.*

Desvio — Parto prematuro, aborto. «A Dores andava grávida de 5 meses e teve ontem um *desvio*».

Distinguir — Conhecer, reconhecer. «Eu só vi o David uma vez, mas se o tornar a ver *distingo-o* logo».

Duma assentada — Sem descanço, a seguir. «Fiz isto tudo *duma assentada*».

À dura — À porfia. «Iam os dois a correr *à dura*, a ver qual deles chegava primeiro».

Durázio — Ainda não bem maduro. «Parte antes este melão que está maduro, porque aquele ainda está *durázio*».

(Continua).

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

MEMÓRIA DESCRITIVA

OU

NOTÍCIA CIRCUNSTANCIADA DO PLANO E PROCESSO DOS EFECTIVOS TRABALHOS HIDRÁULICOS EMPREGADOS NA ABERTURA DA BARRA DE AVEIRO SEGUNDO AS ORDENS DE S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR

POR

LUÍS GOMES DE CARVALHO

TENENTE CORONEL DO REAL CORPO DE ENGENHEIROS
MEMBRO DA REAL SOCIEDADE MARÍTIMA, MILITAR E GEOGRÁFICA;
DIRECTOR E INSPECTOR DAS OBRAS DA MESMA BARRA

(Continuado de pág. 74)

SEGUNDA PARTE

SECÇÃO I

Resultado ou consequências da nova barra, supondo-a já aberta em O C V *g*

7. Suponhamos pois aberta já a nova barra e fixa em *O;* vejamos se ela desempenhará os fins desejados, isto é, se os campos serão escoados e restituidos à lavoura, e à sua antiga abundância; se as marinhas serão escoadas da água doce, e terão também as competentes marés salgadas para fazerem sal; se a saúde pública será restaurada; e além disto se esta barra será funda e própria para receber os grandes vasos do comércio, e por consequência capaz de restaurar completamente estas comarcas, e particularmente Aveiro e o seu porto. Para o provar se examinará: 1.° — se Aveiro já em algum tempo esteve na posse dessas vantagens; 2.° — os motivos dela; 3.° — quais as causas que as fizeram desaparecer

inteiramente; 4.º — se estas causas ruinosas serão todas removidas pela nova barra projectada e, por um pouco agora, suposta aberta em *O*.

Artigo I

Prosperidade de Aveiro demonstrada por factos

8. A prosperidade de Aveiro é um facto demonstrado por muitos outros históricos; eu só referirei entre os mais modernos, e incontestáveis os que bastam para o provar. 1.º facto: Aveiro que hoje está reduzido a 900 fogos miseráveis, no ano de 1685 tinha 1.710 fogos; e em 1575 chegava o seu número a 2 500 que deviam além disso ser mais abastados, porque o aumento da população é uma consequência natural das facilidades, riqueza e vantagens que um país oferece à felicidade da espécie humana, para a atrair e propagar.

9. Segundo facto: em 1585 tinha a marinha de Aveiro 60 navios próprios destinados à pesca de bacalhau, cujo comércio se perdeu e passou aos ingleses: além destes 60 navios havia mais de 100 embarcações costeiras, que transportavam o sal de suas marinhas para as nossas províncias do norte, e para as costas de Espanha; tudo isto desapareceu de tal modo, que não restam hoje nem os vestígios de uma só embarcação como já mencionei.

10. Terceiro facto: a lavoura dos campos, que acabou inteiramente até certo ponto rio acima, isto é, até onde a extagnação vai chegando, foi muito florescente, podendo servir de exemplo da antiga fertilidade os de Estarreja, que pagavam de ração 5 para 6.000 alqueires de milho e feijão às freiras de Lorvão, como consta dos livros da casa de Esgueira; os quais nada produzem actualmente; esses campos estão hoje convertidos em um pântano permanente; cujo junco e outras plantas aquáticas que produz andam arrendadas anualmente por 7.200 reis. O mesmo aconteceu aos de Vilarinho, Cacia, Sarrazola, Murtosa, S. Martinho de Salreu, Fermelan, Canelas, parte dos de Angeja, os de Frossos, etc. que estão uns já inteiramente perdidos, e outros quase de todo arruinados; privando esta comarca (entrando também os terrenos e ilhas da ria) de quase milhão e meio de alqueires de milho e feijão, ou seu valor de produção anual; como se verá logo que todo o mapa dos campos esteja levantado.

11. Quarto facto: esta alfândega rendeu antigamente grandes somas, e delas se fizeram aplicações pelos senhores reis para hospitais, e para a construção de fragatas na Ribeira da cidade do Porto; e no ano passado de 1801 rendeu a mesma alfândega 4.000 reis cativos dos ordenados e algumas des-

pesas ordinárias da mesma, como fui informado pelo juiz dela e desta cidade Clemente Ferreira França que servia de juiz da mesma alfândega.

12. Quinto facto: lembram-se os actuais habitantes deste país ser mais sàdio pelo efémero benefício do rompimento do Vouga pelo Rigueirão da Vagueira; e ainda hoje é nas estações frias e chuvosas nas quais não pode ter lugar a fermentação das águas estagnadas e dos corpos e matérias nelas envolvidos a ponto de fazer a insalubridade do mesmo país, que no estio se manifesta com indizivel furor.

13. Sexto facto: muitas pessoas se encontram ainda que se lembram haver nesta cidade mais de 15 ou 16 casas com sege montada; hoje apenas restam duas, e essas subsistem porque as casas a que pertencem têm noutra parte uma avultada porção das suas rendas.

14. Setimo facto: Aveiro assim como Esgueira (*) estão cheias de edifícios arruinados e caídos; grandes porções de bairros da cidade estão convertidos em quintais, como já disse; tudo isto atesta a grande população, riqueza, vantagens, e comércio de Aveiro nos tempos passados. Hoje Aveiro quase não existe; apenas restam alguns fragmentos e algumas testemunhas da sua total decadência.

15. As causas daqueles bens, de que Aveiro gosou, se explicarão indagando as que as fizeram desaparecer, as quais foram, como se verá abaixo, as consequências necessárias do afastamento da barra da sua antiquissima e primitiva posição ao norte para a actual situação, seis léguas para o sul a respeito da embocadura *D* do Vouga na ria, perto da Murtosa; afastamento tão notável e visível, que há 45 anos ela tem corrido todo o espaço de quase légua e meia que vai da Vagueira, onde se achou acidentalmente àquela época, à barra actual; e andou 2.100 braças nos 24 anos desde 1778 até este ano de 1802 (**).

(*) Esgueira é uma vila situada a uma milha a nordeste de Aveiro, que foi a cabeça de comarca; a decadência de Esgueira é tal que os habitantes de Aveiro, no meio da sua actual pobreza, compram ainda naquela vila propriedades de casas só para lhes aproveitar a telha e a pedra! E sem as expressas e positivas ordens que se obtiveram para proibir a saída de tais objectos dos comprados e demolidos edifícios, já não restaria senão muito pouco do que ainda resta desta antiga cabeça de comarca.

(**) A barra antes disso havia estado muito para o sul da Vagueira, e perto de Mira, como agora está, não só porque muita gente se lembra disso antes do Rigueirão da Vagueira, mas também porque ela já estava ao sul da Vagueira em 1643; pois havia um forte *M*, que foi demolido na tentativa de 1778 até 1783 para lhe aproveitarem a pedra, do que ainda achei vestígios muito claros; e bastante gente vive que lá trabalhou. Este forte foi obra do senhor rei D. João IV, de gloriosa memória, segundo consta da inscrição que achei em uma pedra do mesmo forte que casualmente

Desenvolvamos tudo isto, e examinemos qual seria a primitiva posição da barra de Aveiro, ou foz do Vouga; quais foram as causas do seu afastamento progressivo para o sul; o que explicará com evidência a prosperidade passada, a decadência progressiva, e o cúmulo dos males actuais.

Artigo II

Da antiga posição da barra de Aveiro

16. O rio Vouga tem a sua embocadura *D* nesta ria, onde entra com uma direcção quase norte; e porque o terreno da Murtosa, e de toda a marinha que lhe fica naquela mesma direcção, é baixo, plano e formado de areias e conchas desde a sua superfície (que pouco se eleva acima das águas da ria) até uma profundidade muito inferior às mesmas águas, o que bem claramente indica ter estado ali o mar, ou que ele para ali arrojou aquelas matérias ajudado dos ventos, que arrastam para mais longe o que o mar lança nas praias; quando aquele mesmo terreno por muito baixo podia receber aqueles depósitos; em ambos os casos nada havia então que pudesse opor-se, nem desviar a corrente do Vouga: ou em fim que esse terreno foi cavado por este rio quando, passando por ali, cavou seu leito; de qualquer maneira a consequência rigorosa é que o Vouga deveu primitivamente ter o seu leito sobre a marinha da Murtosa para o norte, e a sua foz entre a Torreira e Ovar pelo menos.

17. Outra prova desta verdade é que a cale grande, tão larga e tão profunda, como se vê do mapa e sondas, a qual da Murtosa para Mondazel, e dali para a barra, é o mesmo leito do Vouga na ria, e por ele cavado; esta mesma cale grande se estende ainda hoje 3 léguas ao norte da Murtosa até quase Ovar, não obstante séculos de sucessivos entupimentos pelas areias que os ventos lhe lançam, e pelos depósitos arrastados pelos regatos que ali entram, e onde ficam sem corrente sensível, e jamais capaz de os repelir; o que mostra que essa parte da cale grande ainda existente até Ovar

---

encontrei entre os restos da pedra resultante da demolição da mesma que ali estava debaixo das areias, o que prova que em 1643 já a barra estava ali defronte, e servia o forte para defender a entrada da barra; ou estava já abaixo do forte *M*, e este servia ali para defender a entrada rio acima dos navios que entrassem pela barra ao sul do dito forte, uso que provavelmente teria o forte moderno *K* principiado. Eis aí a inscrição:

ANO 1643 REY D. PORTVGAL I. IIII

A pedra onde existe esta inscrição está guardada.

não pode ser senão obra do Vouga e do mar com suas marés na foz do mesmo; e faz ver que a foz deste rio, vindo do norte para o sul, correspondeu sucessivamente a todos os pontos da mesma cale grande em cuja época se profundou ou foi formada do mesmo modo que o foi do Mondazel para a barra; pois nem o mesmo Vouga, a não ser na sua foz ou barra, onde as marés correm com tão violentas correntes, abre ou podia abrir tão largo e profundo álveo (*); e muito menos podia então essa cale grande ser obra dos pequenos regatos que ao norte do Vouga entram na ria da Murtosa até Ovar; cujas poucas águas, e até sem queda ali, nenhum álveo fundo e largo podiam ter escavado; antes pelo contrário só poderiam concorrer e efectivamente concorrem, para o seu entupimento, depositando ali o que as suas águas arrastam do país que os alimenta.

ARTIGO III

Das causas do afastamento da barra ou foz do Vouga, da sua primitiva situação para o sul

18. Este rio, assim como todos os que recebem as suas águas de terrenos montanhosos e vizinhos, transportam nas suas correntes e mais quando vão cheios, as terras, e tudo quanto as águas escavam no país que atravessam, e as vêm depositar em grande parte na sua embocadura pouco dentro no mar, onde a corrente do rio diminui, e totalmente se aniquila, assim pela inércia da massa fluida indefinita em que entra, como pelo choque das ondas que vêm quebrar-se perpendicularmente nas praias, e foz dos rios. Estas matérias envolvidas nas águas correntes, e levadas até certa distância dentro do mar, de lá são arrojadas depois pelo contínuo esforço das ondas em direcção perpendicular às praias, e vêm no estio obstruir as embocaduras dos mesmos rios, que nessa estação têm menos força para as repelir; e as outras são pelas mesmas ondas, e depois pelos ventos, encostadas ao longo das praias, quando o terreno é baixo como aqui, formando uma barreira de areias entre o oceano, e o país contíguo, que se eleva muito e alarga continuamente.

19. Formadas assim as dunas ao longo destas praias, fica bem claro, que sendo os ventos nortes os mais secos, mais gerais, e constantes nesta costa, as areias devem ter um movimento progressivo para o sul arrastadas pela violência

(*) O Vouga acima da embocadura *D* é todo estreito, e tão baixo, que de verão não tem profundidade para a navegação dos muitos pequenos barcos chatos que o frequentam.

e permanência dos nortes; e por consequência elas estreitarão daquele lado os rios que atravessam as dunas do nascente ao poente para se lançarem no mar; e porque um mesmo rio precisa de uma determinada largura para despejar as suas águas com a corrente que esteja em equilíbrio com a resistência das areias dos lados ou margens do mesmo rio, segue-se, que tanto entupirão estas o álveo pelo lado do norte, quanto o mesmo rio alargará para o sul, cortando deste lado igual porção à que os ventos entupirão daquela parte para moderar a corrente e restabelecer o equilíbrio alterado: efeitos que serão tanto mais rápidos e visíveis, quanto maior for a afluência das areias ao longo das costas do mar; flagelo que se manifesta com mais furor há dois para três séculos a esta parte pela devastação das matas, e outras causas não menos influentes, de que muitas são inevitáveis.

2o. Logo, se o local em que o Vouga entrar no mar, atravessando as dunas desta costa, não oferecer um obstáculo invencível do lado do sul a que se encoste, e que segure o mesmo rio, então a sua embocadura ou foz, qualquer que seja a sua posição ou direcção, caminhará continuamente para o sul até encontrar esse obstáculo e apoio; ou até que diminuída a sua corrente, e filtradas as suas águas através de uma longa e larga massa de areias, a sua embocadura se tape no estio, ou princípio de outono, quando algum temporal lançasse muita areia na foz do mesmo; tempo em que o rio teria pouca força para as repelir; e resultasse uma inundação, que levantando-se depois acima do nível das dunas (*) as rompesse na parte mais baixa delas para se lançar no mar, e resultasse desta catástrofe uma barra, que poderia ser melhor ou pior, conforme a situação local do ponto onde rompesse (e que seria provàvelmente o mesmo onde se tapasse, porque ali ficaria mais baixo e mais estreito o areal); mas sempre seria precedida das ruinas no país; estes períodos porém devem ser no Vouga bem afastados uns dos outros para os podermos observar, ou nos ser transmitido o seu conhecimento, e menos achar a lei que segue a marcha de tão extraordinários acontecimentos nas circunstâncias de um rio e foz como a do Vouga.

(*) A barrinha da lagoa de Paramos é um exemplo em pequeno disto mesmo, pois frequentes vezes se tapa no ano, e inunda os terrenos contíe o caminho público de Ovar para o Porto, por cujo motivo os habitantes são obrigados por acórdãos a ir cortar a água para o mar, abrindo um fosso quando a água tendo subido muito está quase a salvar as areias no ponto tapado da dita barrinha; cuja operação é segura porque o nível desta lagoa está superior ao do mar, e o istmo a cortar é só de 5 ou 6 braças, e quase no nível das águas da lagoa.

ARTIGO IV

Como o afastamento da barra para o sul motivou a ruina do pais, e da mesma barra

21. O que venho de expor (18, 19, 20) explica bem como a barra de Aveiro ou foz do Vouga esteve primitivamente ao norte da Murtosa, e perto de Ovar, e a sua marcha sucessiva para o ponto onde ela se acha actualmente; e mostra a razão porque o dique *A B C*, que abrir a barra (2, 3) se deve continuar até à baixamar para servir de encosto ao Vouga, fixar a sua foz, e fazer permanente ali a mesma barra a fim de que não possa mais fugir para o sul ao longo da costa, pois além desse grande inconveniente, ela não seria profunda se a corrente das águas na foz não ficasse dirigida sempre contra um mesmo, e determinado ponto do banco na barra.

ARTIGO V

Do estado da barra quando ela esteve perto, ou quase defronte da embocadura D *do Vouga nesta ria*

22. Vejamos agora qual terá sido o resultado da barra na primeira posição da foz do Vouga ao norte da Murtosa, v. gr., na Torreira, e daqui até ao bico do Mondazel; e quais os efeitos resultantes da sua marcha progressiva (19) para o ponto onde ela se acha actualmente.

Quando a barra estivesse da Torreira até ao Mondazel, v. gr., muito perto da embocadura *D* do Vouga nesta ria (plana quase nivelada e pouco superior no verão como se verá ao nivel médio, ou nivel de meias marés do mar), o declive natural deste rio sobre o mar devia ser muito sensível, rápido, e por consequência as cheias seriam menores e de menos duração pelo mais pronto expediente das águas para o mar; e como pela mesma razão elas profundariam mais o álveo do rio, este podia também melhor conter as mesmas águas nas enchentes para as minorar; e a barra também seria mais funda e mais larga pelo maior volume e mais vigoroso esforço das do Vouga nos mesmos tempos: e por todos estes motivos não haveria inundações grandes nem duráveis, e menos os pântanos permanentes que hoje existem; pois tudo seria escoado prontamente para os álveos fundos dos ramos do rio, e destes para o mar pela barra, e igualmente mais larga e mais funda do que é agora, como ainda se deixa ver claramente pelas sondas da cale grande do Mondazel até à barra para onde decrescem; e apesar de muito que se acha entulhada, ela é mais funda defronte ou para oeste da embo-

cadura *D* do Vouga, e diminuir para o norte e para o sul; e assim devia ser, porque para ambas as partes se afastava a barra da embocadura do Vouga, e do grande receptáculo da ria, onde ela é mais espaçosa.

23. Também é evidente, que levantando as marés do oceano bons 16 palmos nas nossas barras em preiamar, esta elevação das águas na maré cheia daria, pela proximidade da barra, um grande declive sobre o Vouga, e sobre a ria, que então era menor e não devia passar da *Senhora das Areias;* pois a parte da mesma, que actualmente se estende para o sul da dita capela, é obra posterior do Vouga na sua passagem para as costas de Mira *(a)*, e por consequência dava grandes marés salgadas, e havia uma grande alternativa no nível das águas de baixamar a preiamar sobre as marinhas de Aveiro para as escoar, meter águas e fazer o sal; e promovia a saude dos habitantes, porque além de não haver então pântanos (22) eram nas praias e canais da ria renovadas as águas duas vezes em cada 24 horas pelo efeito das grandes marés salgadas, que devia então haver como lugares próximos à barra desses tempos. Quando a maré vasava, e o nível do mar descia os 16 palmos na baixamar, o efeito da vasante desta cheia periódica da maré ajudada com as águas do Vouga era muito favorável à barra para a conservar funda e larga. Tal foi a época da abundância do sal pelo benefício das grandes marés salgadas sobre as marinhas; ela foi também a da prosperidade da agricultura dos campos do Vouga, que estavam muito enxutos, e muito superiores ao álveo do mesmo rio, e dos outros canais, que tinham a profundidade necessária para conter as águas de equilíbrio, transbordando só nos dias de cheias para fecundar os mesmos campos; nos quais não eram arriscadas então as sementeiras na primavera, nem as colheitas no outono, como agora acontece na parte ainda cultivada, por estar hoje o Vouga tão entupido, da Murtosa para cima, que em partes o seu álveo é superior ao dos campos para onde se derramam as águas, apesar dos tapumes que lhes fazem ainda em partes. Gente velha encontro que se lembra do rio ser muito mais enterrado nos campos, e conservam a tradição de que antigamente dos barcos que navegavam pelo Vouga só se lhes avistava meios mastros olhados do campo. Se fosse necessário eu demonstraria esta verdade, quase universal nos rios desta natureza.

(a) A ria nunca do lado do sul pode exceder o ponto onde esteve a barra pois é a corrente na barra quem a forma; a qual vai ficando feita quando a mesma barra vai ocupando sucessivos pontos andando para o sul: o mesmo digo a respeito do lado do norte; e ainda por maiores razões deste lado existe só do que foi ria o que as areias ainda não entupiram.

ARTIGO VI

Como a barra se arruinou à medida que se afastou muito para o sul a respeito da embocadura D *do Vouga na ria*

24. Formadas, como se viu (18), as dunas ao longo da costa, a barra devia caminhar da sua antiga e primitiva situação para o sul (19), por não haver nenhum embaraço natural nem artificial que demorasse ou suspendesse a sua marcha (20); o que devia ser útil aos campos e marinhas de que a mesma barra se aproximava (23), vindo do norte até chegar ao Mondazel, e seria ainda muito boa até aos Galinhos, Senhora das Areias e suas imediações; mas dali para diante todos os passos que ela fez para o sul, afastando-se da embocadura do Vouga na ria, dos campos e das marinhas, foram outros tantos que prepararam, e enfim consumaram a ruína de tudo: e com efeito o declive do Vouga sobre o mar na vasante, e recìprocamente, começou a repartir-se por uma maior extensão dos pontos correspondentes da ria à barra que se afastava, e por consequência começou a diminuir a velocidade das águas do Vouga para o mar e fazendo as cheias do rio maiores e mais demoradas; e como por esta mesma razão profundava menos o seu álveo que não podia depois conter as suas águas, nem romper tão larga e tão profunda barra como dantes, daqui as inundações e a ruína da barra, em diminuição de profundidade e largura, cresceriam na razão duplicada das distâncias respectivas do seu afastamento; até que os álveos entupidos não podendo já conter senão muito poucas águas, elas forão obrigadas a correr vagarosamente sobre os campos, e marinhas, e não fazendo mais esforços para cavar seus álveos naturais; e tanto menos quanto a barra se afastava mais deles, até ao total entupimento do Vouga, muitos canais da ria, e da barra, actualmente distante 6 léguas para o sul do ponto *D* ou da embocadura do Vouga na ria; de que resultou a submersão dos campos mais baixos, e das marinhas ficando em seu lugar uma imensa lagoa, que mata com a febre os habitantes depois de lhes haver recusado o sal, e o pão.

25. Fica pois provado que a barra será menos funda, menos larga, e fornecerá menores marés, à medida que ela se afastar do ponto *D* para o sul; as actuais marés na ria se reduzem a uma simples oscilação; e que as estagnações, e as cheias cresceram pelo contrário na razão composta da diminuição da velocidade das águas nessas distâncias, e da menor capacidade do álveo do rio, e da barra, ou na razão duplicada desses afastamentos; à vista do que ficam bem patentes os imperiosos motivos que obrigam ao projecto de abrir uma

nova barra em *O*, mais próxima 7.850 braças do que a actual da embocadura do Vouga *D*, das marinhas e dos campos, na forma do mesmo projecto, que condena e abandona absolutamente a actual barra de Aveiro *X*. Depois direi porque não convém abri-la mais perto, ou mais ao norte daquele ponto *O*; porém antes disso quero ainda fazer ver mais outro grande inconveniente do actual e extraordinário afastamento da barra, e a maior necessidade de a aproximar de Aveiro na forma do mesmo projecto (1).

SECÇÃO II

De outros inconvenientes do grande afastamento da barra para o sul, e necessidade de a aproximar mais das marinhas, campos e da embocadura D *do Vouga*

ARTIGO I

Estudo das marés e cheias observadas na ria

26. O fluxo, e refluxo, que foi tão sensível na ria, é hoje quase imperceptível; em Ovar achei ser de quase uma polegada; de três polegadas no Mondazel; de 5 no forte *K*; 36 na Vagueira; e 58 perto da barra *X*; porém esta diminuição na altura da maré, observada à medida que aumentam as distâncias à barra, não é motivada por alguma elevação no álveo do Vouga, ou cale grande nessa extensão, porque ela conserva o seu dito álveo por toda a sobredita extensão até quase Ovar, tão funda que o dito álveo fica muito inferior à baixamar do oceano na foz, ou na barra actual do Vouga, e não oferece portanto o menor embaraço à entrada e saída das águas; tudo isto são factos observados por mim com muito escrúpulo e repetidos muitas vezes.

27. Outra observação feita no Mondazel me fez ver, que uma pequena chuva de trovoada, que não deu sensível aumento de águas no forte *K*, deu lá tanta elevação, que, observadas três marés consecutivas, sempre a baixamar ficou superior à preiamar antecedente de algumas polegadas.

28. Os §§ 24, 25 explicam já grandemente os fenómenos das observações precedentes; porém há ainda outra causa não menos influente para os operar e explicar, que eu não quis omitir, afim de lançar a luz neste caos em que os fenómenos, e os elementos estão na ria; e fazer tão clara como o dia, se eu o puder conseguir, esta questão envolvida até hoje nas trevas, e capitulada por um impossível, que toda a arte não pode esperar vencer. Acumulando as provas que apoia o plano, eu destruo aquela errónea opinião, primeira vanta-

gem do meu trabalho a bem do serviço de S. A. R. e dos povos; e estabeleço a confiança no sucesso, e aproveitamento dos meios dispendiosos que devem ser empregados na execução; com tão fundados motivos não receio a difusão nem repetições, e vou ainda analisar outra causa porque as marés enchem, e vasam tão pouco nas grandes distâncias da barra; e tanto menos quanto o local está mais longe dela (*); a causa da facilidade das enchentes pouco motivadas no Mondazel, e que foram quase imperceptíveis no forte *K*, foram nulas na barra.

ARTIGO II

Da diminuição das marés na ria motivadas só pela grande distância à barra

29. A água em virtude da sua fluidez, e do seu peso se move logo que a superfície da mesma toma uma pequena inclinação, que vença a recíproca afinidade desta com as paredes do vaso que a contém, e a fricção que retarda e modera o movimento; o seu estado de quietação supõe a superfície das mesmas águas no perfeito nível, ou tão próximo dele, que a tendência ao movimento não vença as forças que se opõem a ele, o que nas grandes massas fluidas é pouca cousa, em proporção do peso do mesmo fluido para o movimento; assim como também o dito movimento das águas indica uma inclinação da superfície das mesmas para o lado da corrente, cuja inclinação se mede pela velocidade das mesmas. Logo há-de haver a uma grande distância da barra *X* (fig. 2) um certo ponto *a* no qual a elevação *hf* de 16 palmos, ou o que bem for, que vão de preiamar à baixamar na foz do Vouga *X*, distribuída por essa grande dis-

(*) As grandes sinuosidades que fazem as dunas ao longo da grande cale tais como a que se observa ao norte, e ao sul do Bico do Mondazel, nos Galinhos, na Vagueira, etc. mostram que a barra se demorou mais tempo na sua passagem ajudada das circunstâncias favoráveis da margem oposta da dita cale naquele lugar para dirigir as águas a um determinado ponto do areal; pois é fácil de ver que onde a barra se demorou, o areal deve alargar ao norte e logo contíguo a ela, porque ali o areal é sempre baixo e pouco elevado por ser formado sobre o que pouco antes era a mesma foz do Vouga: e é sempre o estreito porque a corrente na entrada e saída da barra chanfra e faz agudo pelo norte dela o mesmo areal; nas tempestades as grandes marés, e ondas salvam ali o dito areal, e arrastam muita areia para a ria formando uma restinga saliente para o mesmo rio, que se vai alargando, e desviando o rio para a margem oposta, que sendo de areia solta se irá cortando à medida que a restinga, feita pelo mar, alargar para o rio; e tanto mais quanto se demorar ali a barra no mesmo lugar, sendo as mesmas as outras circunstâncias. Além disto é evidente que os ventos do mar vão sempre alargando as areias para o interior da ria e do país; e o que é mais antigo é mais largo necessàriamente, salvo alguma causa particular, como uma corrente que ali a corte interiormente, etc.

tância a *X*, produza só a inclinação *af* na preiamar necessária para determinar as águas ao movimento sobre esse ponto *a*, que por consequência será aquele em que deixará de haver marés na ria; porque, quando for preiamar na foz do Vouga *X*, é que pela hipótese o movimento das águas devia sentir-se nesse ponto *a* para as fazer ali subir; mas como no instante seguinte as águas começam a vasar na barra, esse movimento deve parar no mesmo instante em que devia começar, e por consequência nada pode ali subir a maré. O mesmo digo a respeito da vasante nesse ponto *a*; porque só se sentiria movimento para vasar quando fosse baixamar na barra, e houvesse o mesmo declive das águas *ah* em sentido contrário para descer deste ponto para a baixamar; mas como pela mesma razão ao momento da baixamar na barra se segue o começo da enchente, aquele movimento de vasar em *a* deve pela mesma hipótese parar quando começa, isto é, não pode ali vasar alguma cousa a maré. Existe pois um ponto *a* em que as marés começam a ser nulas pelo único motivo da grande distância em que fica a barra. As propriedades deste ponto *a* são: 1.° que deve estar no mesmo nível médio *g* entre a preiamar e a baixamar; 2.° que em *a*, onde a enchente é nula, será o mesmo em que a vasante o será também, porque se este ponto *a* estivesse mais alto do que meia maré *g*, não subiria ali a água na enchente, porque lhe faltaria a necessária inclinação *fa*; mas desceria na vasante, porque *ah* já teria mais inclinação do que a necessária para as determinar ao movimento pela hipótese; e portanto desceria a água em *a* até ficar ao nível *ag*: e se estivesse mais baixo esse ponto *a* do que o nível de *g*, haveria pelo contrário enchente nesse ponto, contra a hipótese, e não haveria vasante, o que faria subir, até ficar nesse ponto *a*, o nível das águas *ag*, lá onde a grande distância pòr si só pode anular as marés, mesmo quando a barra fosse muito larga e funda nessa distância, o que não é além disso possível (22, 23).

30. Logo, tirando desse ponto *a* em que as marés são nulas, como vértice, duas linhas *af*, e *ah*, uma à preiamar, e outra à baixamar na barra, a primeira mostrará sensìvelmente a superfície das águas inclinada para dentro da ria na preiamar; e a segunda mostrará pelo mesmo modo a superfície das mesmas águas inclinada em sentido contrário da ria para o mar na baixamar; e estas duas linhas (*) formam com a base *fh*, ou a maré na barra, um triângulo isósceles no qual a distância *cb* entre os seus dois lados *ah*, *af* tomada em

(*) Estas linhas *ah*, *af* não são rigorosamente rectas, mas para simplificação, clareza e inteligência da matéria que pretendo pôr ao geral alcance, o suponho assim, sendo certo que isso não altera sensìvelmente os resultados, e em nada a verdade das consequências que pretendo tirar.

qualquer ponto *b*, *h* da ria exprimirá com suficiente aproximação para o presente caso, a altura da maré nestes pontos; as quais rigorosamente serão sempre tanto maiores quanto mais se aproximarem do vértice *a*, ou se afastarem da base do mesmo ângulo, seja ou não rectilíneo, que é a maré na barra (*).

ARTIGO III

Da maior altura que as cheias tomam na ria à medida que a barra se afasta mais para o sul, mesmo quando ela conservasse as mesmas dimensões nas grandes distâncias

31. Da mesma sorte que existe um ponto *a* (**), fig. 2, na ria em que 16 palmos de altura de maré no mar apenas dão às águas para esse ponto a inclinação necessária ao movimento, e as marés acabam (30) do mesmo modo nas cheias do Vouga; no inverno há-de haver queda do rio para o mar para despejar as suas águas; elevação que deve ser bem notável nas grandes cheias em que as águas têm corrente para o mar, mesmo na preiamar. Suponhamos uma destas cheias; neste caso a altura *em* da cheia sobre *a*, ou sobre *ef* nível da preiamar na barra, deve exceder a linha *ae*, ou *fg* para que as águas corram para o mar mesmo no instante da preiamar, e para isso, que *mf* tenha mais do que a inclinação

(*) Se se tirar do ponto *a* uma perpendicular à base *hf* do triângulo isósceles *ahf*, ela cortará pelo meio *g* a altura *hf* da maré da barra, assim como todas as marés *cb* dos diferentes pontos *b*, e será uma linha horizontal por ser perpendicular à vertical *hf*. Logo as meias marés de todos os lugares da ria, a meia maré *g* na barra, e o ponto *a* em que elas acabam, estão todas na mesma linha de nível. Fazendo aqui as abstracções da nota antecedente, e supondo que a ria só recebe água da maré e que o Vouga nada mete na ria, o que sem erro sensível se pode supor no verão, pois é tão pouca a do Vouga em proporção da grande capacidade da mesma ria, que nada pode alterar esse nível durante 6 horas de maré, supondo que só recebe águas da barra; nem altera portanto a consequência tirada de que me aproveitei para haver o nível do mar a respeito da ria, das marinhas, e dos campos, enquanto o mar não consentiu pela sua mobilidade havê-lo de outro modo.

(**) Ovar, que está a mais de 9 léguas da barra actual, parece estar já mui perto desse ponto de nulas marés, pois ali é quase insensível a diferença da baixamar à preiamar, e não chega a uma polegada; só se observa naquele lugar elevar-se a ria algumas polegadas no fim de 4 ou 5 dias depois das marés vivas; dias nos quais sucessivamente vai ficando alguma água na mesma da que entra em cada maré pelo muito que se elevam então na costa do mar e na barra; mas que torna a descer nos quartos de lua ou águas mortas; ocasião em que o mar, abaixando o seu nível na preiamar e ria, lhe restitui nas marés mortas o que havia recebido nas vivas precedentes, de maneira que se observa nesta ria uma espécie de maré semanária, quero dizer, que ela enche em uma semana de lua o que vasa na seguinte de quarto da mesma lua; de sorte que nos equinócios passados essa diferença foi de 12 polegadas além da maré de cada dia. Isto é geral na ria segundo maior ou menor distância de cada local à barra.

necessária para resolver as águas ao movimento (pois supomos haver na barra durante a preiamar uma certa velocidade), e teremos também no triângulo *afm* feita a suposição de *af*, *fm* rectas como se fez na nota § 38, que as alturas *cn* das cheias nos outros pontos da ria serão na razão das distâncias à barra, ou mais rigorosamente, que elas serão maiores quando a distância à barra for maior, sejam ou não bem rectas *mf*, *af*; outro motivo que junto ao exposto (§ 33), faz com que as cheias sigam quase a razão triplicada dos afastamentos da barra a respeito de qualquer lugar (*).

32. Logo ainda que a barra actual, onde ela está, fosse tão funda e larga como o foi quando esteve no Mondazel (22 e 23), o que é demonstrado impossível, bastaria só o estar distante para que as cheias e inundações abismassem as marinhas e os campos, e para que as marés salgadas fossem imperceptíveis na ria; isto é, que mesmo se fosse possível haver uma barra muito mais larga e funda em *X* perto de Mira onde ela se acha, assim mesmo não teríamos marés nem saude, nem escoariam os pântanos, não cessaria o flagelo das cheias, e portanto não se teria conseguido cousa alguma com tal barra pelo capital defeito da sua má e afastada situação, que por isso abandono e condeno absolutamente (1).

SECÇÃO III

Dos motivos porque não convém, nem é necessário, abrir a barra O *mais perto do ponto* D *do Vouga*

ARTIGO I

Dos inconvenientes de abrir a barra ao norte de O *onde estava projectada abrir*

33. Apesar das grandes razões dadas (22, 23 e 32) para se dever aproximar do ponto *D* a barra projectada *O*, contudo não convém abri-la em sítio algum ao norte do forte *K* como v. gr. na Senhora das Areias ou nos Galinhos, etc. Não convém abri-la entre o forte e a Senhora das Areias, porque era necessário fazer um muito mais extenso e dispendioso dique da Gafanha para o mar; e mesmo haveria também mais largo areal a demolir; e pouco se aproximava com isso para merecer tão grande sacrifício da Real Fazenda,

(*) Sendo as circunstâncias as mesmas v. gr. o rio da mesma largura todo... etc., pois mudando elas, como acontece defronte da Senhora das Areias, ou Mondazel, ainda o efeito das marés pode ser menos sensível empregando-se as águas a encher esse maior receptáculo, para não poderem chegar a um ponto *a* tão remoto.

e demora, mesmo quando houvessem todos os meios para conduzir por ali a empresa ao seu fim.

34. Muito menos convém abri-la da Senhora das Areias para o norte, porque para isso seria preciso um dique de légua e meia para atravessar a ria de Aveiro ou de Vilarinho ou de... etc. até ao mar; e além disso se perderia a cale da Vila para os navios entrarem até Aveiro, a qual neste caso ficaria ao sul do dique e da barra sem uso algum; e até se não aproveitava a reunião de todas as águas que entram na ria necessárias para as manobras da abertura, e conservação futura da barra projectada; porque ficariam ao sul sem comunicação com a mesma barra, e excluídas as águas que vêm da parte de Vagos, as quais para o futuro formariam além disso novos pântanos, e alagariam o país ao sul do dique, e da barra nova, pela qual não poderiam escoar nem ter comunicação; nem elas poderiam abrir o rigueirão próprio para o mar sem alagar primeiro o país cujo rigueirão não poderiam conservar aberto com as águas ordinárias tão escassas porque seria logo entupido na sua foz, ou barrinha, em razão de não haver força permanente para a conservar aberta contra as ondas que tenderiam fortemente a entupi-la na boca; por cujo motivo haveria cheias ou inundações intermitentes daquele lado além dos pântanos permanentes, e também se perderiam todas as marinhas que ficassem para o sul da barra, etc.; e finalmente custariam muito mais a conservar as tapagens das marinhas, e as marés poderiam em preiamar ir atacar os campos perto de Angeja, sem por isso se dar uma notável vantagem à barra *O*, já suficientemente próxima de *D*, e perto da grande e mui larga porção da ria, de S. Jacinto para o norte.

ARTIGO II

Da inutilidade de aproximar mais de D *a barra projectada* O, *mesmo quando não houvesse os inconvenientes expostos no artigo precedente e outros*

35. Além dos já referidos inconvenientes para se não dever abrir a barra nova ao norte do forte *K*, onde se projecta (1), também não há nenhuma necessidade disso para obter a sua bondade, e os resultados desejados; pois que ali ela será ao menos tão boa como o foi nos anos de 1500 para 1600, tempos muito florescentes de Aveiro nos quais certamente a barra já tinha passado havia muito tempo para o sul da Senhora das Areias, e se achava talvez muito mais distante do que agora fica esta nova barra porque só nos consta que estava para o sul da dita capela da Senhora das Areias, mas ignoramos quanto; e eu até suponho que seria

muito longe já a esse tempo, pois sabemos que já em 1643 estava abaixo da Vagueira, e de *M* onde se construiu então, certamente para a defender, um forte *M*; veja-se a nota (15). Os factos tirados dos livros da provedoria da comarca atestam que nos ditos anos de 1500 para 1600 já a barra estava para o sul da sobredita capela.

ARTIGO III

Factos que atestam estar a barra de Aveiro para o sul da Senhora das Areias no tempo em que Aveiro floresceu

36. Primeiro facto — «A folh. 273 = De Santa Maria das Areias» — Aos cinco dias do mês de Julho de quinhentos e quarenta e nove anos na vila de Esgueira, pousadas do Dr. Braz Cardoso, provedor, perante ele apareceu Francisco de Pinho clérigo de missa e procurador de Fernam Barbosa, e apresentou a ele provedor um frontal de carrim em folha branco, e uma saia para a imagem de N. Snr.ª do mesmo carrim; e assim uns picheis de estanho, que tudo ele provedor encarregou a André Pires escudeiro morador em Esgueira, para que o mandasse pôr na dita ermida às festas para serem de certo onde se conservassem; doutra maneira se poderiam furtar; e assim uma camisa de algodão branca, o que tudo ele André Pires recebeu e se obrigou dele dar conta. = Fernam Lopes escrevi = Braz Cardoso = André Pires.

O segundo — Em 22 de Fevereiro de 1553 anos na vila de Esgueira e pousadas do Dr. Braz Cardoso provedor, e perante ele apareceram Gomes Afonso e Mateus Gomes, mestres pilotos moradores em Aveiro, e lhe requereram que lhes mandasse entregar o frontal... saia e galhetas... atrás, para mandar concertar a imagem de Nossa Senhora, e a casa, e ser necessário reparo; e ele provedor lhe mandou entregar tudo, e eles se obrigaram em suas pessoas e bens a tudo guardar e darem dele em todo o tempo conta; e ficou por fiador Simão Varela cavaleiro morador em Esgueira que disse que se obrigava aos sobreditos Gomes Afonso e Mateus Afonso darem do sobredito conta e entrega, sendo-lhe pedida; e ele provedor lhe mandou entregar tudo, e o entregou André Pires, que houveram de todo por desobrigado = Fernam Lopes escrevi = Simão Varela.

ARTIGO IV

Consequências destes factos, e conclusão geral

37. Dos dois factos acima (36) se segue que a barra àquelas épocas em que Aveiro floresceu (9 e 10), e consta

da história do nosso Portugal, e por factos no país, já estava ao sul e abaixo da capela, e casas da Senhora das Areias; aliás não existirião ainda hoje a dita capela, e os pardieiros, e restos contíguos para o lado do mar de outra antiquíssima, porque a barra na sua passagem por ali nada podia deixar em pé, devendo ali mesmo, como em todos os mais pontos do areal, ter sido a mesma foz ou barra do Vouga.

38. Tenho explicado, com o afastamento da barra actual para o sul, todos os males que pesam sobre a cidade, comarca de Aveiro, e países dependentes da sua barra, isto é, a submersão das marinhas, de uma grande parte dos campos do Vouga, o entupimento geral dos esteiros, e canais do Vouga, e da mesma barra, e a privação quase absoluta do fluxo e refluxo das marés na ria; a grande altura a que se elevam as cheias, sua grande duração, a formação dos pântanos, e enfim a ruína da agricultura, comércio, navegação, e a infecção maligna do país. O projecto pois de abandonar inteiramente a barra actual e de abrir uma nova barra ao poente de Aveiro é o resultado das mais sérias reflexões e repetidas observações, de que apenas pude fazer menção das mais importantes para apoiar este meu projecto, que hoje muito reverente tenho a honra de pôr na presença de S. A. R., se ele tiver a venturosa sorte de merecer a régia aprovação e segurar ao mesmo augusto senhor de que por meio deste plano poderá conquistar, por assim me exprimir, um grande e belo país já perdido para a sua real coroa, e fazer a felicidade de milhares de seus vassalos, hoje desgraçados; e satisfazendo os desejos do seu paternal coração, eu me reputarei muito feliz, até em poder desde já fazer nascer as fundadas esperanças de tão feliz resultado. Porém se as minhas reflexões aqui expendidas não tiverem esse venturoso êxito, isso dependeu ùnicamente da insuficiência dos meus conhecimentos, ou da falta de melhor exposição das minhas ideias, mas não da falta de vontade ou diligências minhas. E o mesmo augusto senhor poderá em outra comissão mais análoga às minhas pequenas luzes, mais da competência de um engenheiro militar, ou em que eu seja mais feliz, experimentar o constante zelo com que desejo e protesto servi-lo enquanto eu viver, e esta honra me for concedida.=Aveiro 12 de Junho de 1802.

Luís Gomes de Carvalho

FIM DA MEMÓRIA

Terminei esta 1.ª Parte do meu escrito com os respectivos documentos relativos à última e feliz empresa da nova barra.

N.º 11 — *Aviso régio registado a fol. 84, Livro 4.º*

«Ao Superintendente da Barra de Aveiro Tem S. A. R. Dado as Ordens para a continuação das Obras da mesma Barra; para se tratar ao mesmo tempo de escoar as aguas estagnadas, que infestam aquele Paiz, em outro tempo florecente: e o mesmo Augusto Senhor Foi Servido Recommendar-lhe que ouvisse sôbre este objecto ao Senhor Oudinot; com ésta occasião peço eu a Vms. ambos que hajão de remetter com a possivel brevidade um extracto das suas ideias sôbre a continuação da dita Obra e d'aquellas, que julgão poderem emprehender-se sem maiores despezas actualmente; mas que se-augmentem proporcionalmente até se-conseguir a completa execução das mesmas Obras: S. A. R. ha-de ter em muito particular consideração os Trabalhos que assim Vm. como seu Sogro fizerem subir á Sua Real Presença sôbre um objecto tão importante de que a sua intelligencia e zêlo promettem os melhores resultados. Deos Guarde a Vm. muitos annos.

Lisboa em 2 de Janeiro de 1802 = D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Sñr Luiz Gomes de Carvalho.»

N.º 12 — *Aviso régio registado a fol. 84, Livro 4.º*

«Recebi a Carta de Vm. de 17 do corrente, e em resposta vou certificar-lhe que S. A. R. Confia que os seus Trabalhos na Commissão de Aveiro correspondão perfeitamente á sua expectação.

Eu igualmente o desejo, assim como o podêr brevemente levar á Sua Real Presença o Plano e Mappa, e certificar ao Mesmo Augusto Senhor de que por meio das suas bem dirigidas Operações verão esses Póvos de uma vez mais apartados de si todos os males que d'antes os affligião, cuja felicidade he o que mais toca o Paternal Coração de S. A. R. Deos guarde a Vm. Palacio de Queluz em 29 de Abril de 1802. = D. Rodrigo de Souza Coutinho. = Sñr Luiz Gomes de Carvalho.»

N.º 13 — *Aviso régio registado a fol. 85, Livro 4.º*

«Levei á Real Presença o Officio de Vm. com data de 26 de Maio d'este anno, e S. A. R. Louvando muito

o seu zêlo de novo lhe-Recommenda a continuação da sua actividade a bem do Real Serviço, e dos Póvos d'essa Cidade. Deos Guarde a Vm. Palacio de Queluz em 3 de Junho de 1802. = D. Rodrigo de Souza Coutinho. = Sñr Luiz Gomes de Carvalho.»

N.° 14 — *Aviso régio registado a fol. 85, Livro 4.°*

«Levei á Real Presença os Officios de VVms. em datas de 16, 20, 22 de Junho, e lhes-participo que S. A. R. Teve muita satisfação á vista dos seus Planos os quaes lhe-parecêrão fundados sôbre principios firmes, cujos resultados he de esperar que sejão os mais felizes; e por esta razão o Mesmo Augusto Senhor Mandou guardar os Originaes, e depositar duas Cópias, uma na Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e outra na da Sociedade Real Maritima: S. A. R. Espera que VVms. irão dando Conta de tudo o que forem observando, e do Curso que tomão as aguas, tanto que principiarem as enchentes.

Deos Guarde a VVms. Palacio de Queluz em 5 de Julho de 1802.=D. Rodrigo de Souza Coutinho.=Senhores Reynaldo Oudinot, e Luiz Gomes de Carvalho.»

N.° 15 — *Aviso régio registado a fol. 85, Livro 4.°*

«Recebi a sua Carta de 28 do mez passado, e quanto á sua pertenção respondo que S. A. R. Reserva a Remuneração dos seus bons Serviços para quando se conseguir o fructo dos seus Trabalhos; dos quaes o Mesmo Augusto Senhor está muito bem informado. Deos Guarde a Vm. Palacio de Queluz em 6 de Setembro de 1802. = D. Rodrigo de Souza Coutinho = Sñr Luiz Gomes de Carvalho.»

N.° 16 — *Provisão registada a fol. 106 verso do L.° 1.°*

Dom João por Graca de Deos Principe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'além Mar em Africa e de Guiné, etc.

Faço saber a vós Superintendente das Obras da Barra da Cidade de Aveiro, que sendo-me presente a vossa Conta de 26 de Março proximo passado dirigida ao meu Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a respeito da demolição dos Muros que circulão a parte antiga d'essa Cidade para se evitar a ruina que estão ameaçando, e podêr servir a pedra d'elles para as Obras

da dita Barra; e Mandando remetter á Junta dos Tres-Estados por Aviso do mesmo Ministro para ser ali presente, e se expedirem as convenientes Ordens: Sou Servido Ordenar-vos procedaes á demolição dos ditos muros, e appliqueis a pedra d'elles á mencionada Obra visto acharem-se no estado de ruina que representaes, e ésta Minha Real Determinação Mando, por Provisões de data d'ésta, participar ao Governador das Armas d'essa Provincia, e ao Thesoureiro Geral das Tropas para que vos não embaraçem a sua execução. Assim o-tereis entendido e cumprireis, e d'ésta se tome razão na Secretaria. O Principe Nosso Senhor o-mandou pelos Ministros abaixo assignados d'este Conselho e Deputados da Junta dos Tres-Estados. Francisco de Assiz e Costa a fez em Lisboa aos 8 de Abril de 1802. Izidoro José Botelho, Moniz da Silva, no impedimento do Secretário a fez escrever.=Marquez de Penalva=Marquez de Lavradio. = Registada a fol. 15. Rey. =

Cumpra-se e Registe-se. Verney.

LUÍS GOMES DE CARVALHO

(Cópia de FRANCISCO FERREIRA NEVES)

BRASÃO DE JUSTAS, D. INÊS DE CASTRO E O CALENDÁRIO ROMANO

DEPOIS destas notas escritas, hesitei no título.

Fui levado da simples descrição de uma pedra de armas a longínquas paragens históricas e até à cúria romana.

Os casos vieram enganchados como as dulcíssimas cerejas deste ano e vi-me, por último, a braços com uns propositados enganos do nosso primeiro cronista mor.

Preparem-se os leitores, se os tiver, para uma digressão através dos tempos e do modo de os contar.

O título, portanto, para não dizer tudo, o que o tornaria muito comprido, só diz muito pouco.

Posto isto, comecem os leitores e, se tiverem paciência, ficarão sabendo tudo quanto escrevi.

Quem chega à Feira nos combóios do Vale do Vouga desce para o centro da vila pela rua do dr. Santos Carneiro, agora a pavimentar-se em paralelipípedos.

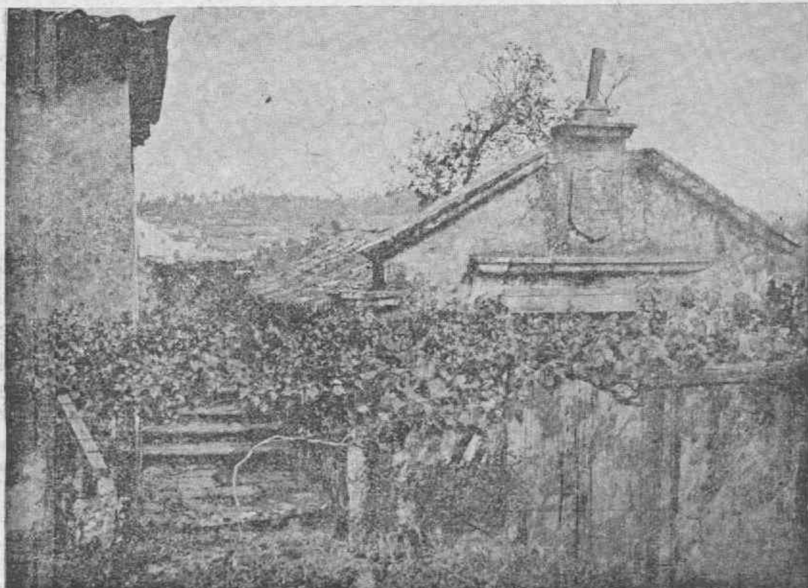
A meio desta entrada da minha terra, um pouco antes da nova cadeia comarcã, abre-se à esquerda um caminho pouco frequentado que segue para trás do cemitério.

Fica-lhe em frente o íngreme cimo de outro atalho vindo de Pombos através da Lameira.

Do lado do poente do caminho da esquerda, um pouco acima da rua, há uma antiga capela dividida pelos largos degraus de pedra da escada exterior das quase ruínas da velha «*Casa de Justas*» que ainda conserva duas janelas guarnecidas de cantaria bem lavrada. Já a ela me referi num artiguelho do volume XI do *Arquivo* a pág. 174 (n.° 43) para mostrar que o marquês de Pombal era oriundo da Feira.

Para o sul termina essa Casa de Justas por um corpo saliente de mais ligeira construção e passando em ponte por cima do caminho.

Sobre a porta do que foi capela dessa moradia fidalga conserva-se um escudo bojudo, terminando no cimo em ponta formada por duas curvas reentrantes. É esquartelado, tendo alternadas as armas dos Leitões: as três faixas em



Estado actual da Casa de Justas e capela

relevo, nos primeiro e quarto quartéis e nos segundo e terceiro as dos Coelhos, como as descreve a quintilha de João Rodrigues de Sá, senhor de Matosinhos:

> Em campo doiro hũ lyão
> de mui brava acatadura
> coelhos por orladura,
> dos Coelhos se dirão
> armas sem outra mistura

Esta velha casa e capela abandonada é quanto resta do solar de uma família orgulhosa de descender do Pero Coelho, cujo coração D. Pedro o Crú trincou também crú. Era o Pero Coelho senhor de Felgueiras e casara com D. Aldonça Vasques, neta do conde D. Gonçalo Pereira.

Um filho deste conde, também D. Gonçalo Pereira, começou por ser prior da freguesia de S. Nicolau da vila da Feira em 1296 e depois foi deão da sé do Porto, bispo eleito de Évora, bispo de Lisboa aos 21 de Agosto de 1322 e arcebispo de Braga em 1328, morrendo a 3 de Março de 1358. Além de sacerdote era guerreiro. Derrotou em 1336 o exército castelhano de D. Fernando Rui de Castro, que invadira Portugal, e tomou parte na batalha do Salado aos 30 de Outubro de 1340. E além de sacerdote e de guerreiro era apaziguador e ajudou a rainha D. Beatriz a compor a contenda entre D. Afonso IV e o filho D. Pedro. Este arcebispo guerreiro e apaziguador, assim como acumulava qualidades, ia acumulando bastardos e entre eles teve um que foi o dom frei Álvaro Gonçalves Pereira, balio da Ordem dos Hospitalários em Leça e, por isso, crismado por alguns em balio de Malta e prior do Crato. No tempo dele, ainda D. Sancho II não doara o Crato à ordem, que só em 1530 adquiriu a ilha de Malta cedida por Carlos Quinto.

Seria este antigo prior de S. Nicolau da Feira quem atraíu para esta vila os Coelhos aparentados com ele pelo casamento do Pero com uma sua sobrinha?

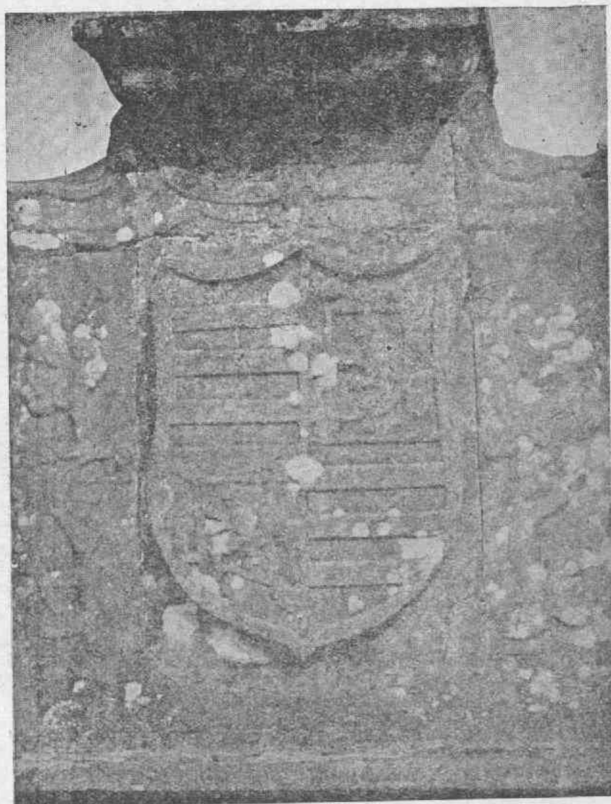
O meu querido conterrâneo e amigo D. FERNANDO DE TAVARES E TÁVORA numa carta publicada na *Gazeta Feirense* de 15 de Novembro de 1909 referia-se assim à Casa de Justas:

> «O que lá existe ainda, sobre a porta da capela, é uma tosca e singela pedra de armas, sem elmo nem timbre, onde em uma das palas se distinguem os coelhinhos que recordam o feroz Pero Coelho. Coelho era ele; mas tinha sentimentos e impulsos de muito maior bicho, se apocrifa não é a palavra que lhe atribuem, única talvez que possa reproduzir-se, das muitas e boas que teria jogado ao guloso D. Pedro que, só para prová-lo, lhe tirou o coração.
>
> *«Encontrá-lo-hás mais forte que de um leão e mais leal que de um cavalo».* Com esta embatucou decerto el rei o senhor Crú, que, se algum dia se julgou com seus briosos quês de leão, não teria ainda pensado na honrosa semelhança que o aproximava do seu corcel de batalha. É assim a natureza humana; de tudo o que é bom queremos ter sempre uma boa parte: um bocadinho de leão, um bocadinho de cavalo. O perigo desta última percentagem, não sendo rigorosamente doseada, é o coice. Leão de menos, coice de mais. E é vulgar.»

Não resisti a prolongar a citação até estas considerações espirituosas e espirituais.

Pois nesse pardieiro desamparado e em ruína, sobranceiro à cadeia nova da vila da Feira, nasceram a bisavó e o avô paterno do grande marquês de Pombal.

Antes, outro ascendente do célebre Sebastião José de Carvalho e Melo nascera também em Justas; mas, filho segundo, seguiu a carreira da burocracia forense e foi enqueredor, contador e escrivão na comarca da Feira. Chamava-se



Brasão que se encontra sobre a porta de entrada da capela da Casa de Justas

Gaspar Leitão Coelho e casara com D. Cecília Pinto, filha de Pedro de Melo Soares, *o do Púcaro* e de D. Briolanja Pereira.

Houve aqui na Feira, nos tempos da criação do concelho de Espinho, um advogado e administrador, dr. Rufino Mota, rapaz alegre e com muita graça, que repetia, com especial acentuação de pronúncia, a velha sentença: *lendo e medi-*

tando se alcança o saber. Ora lendo e meditando cheguei, por aquela alcunha de louceiro, a identificar o Pedro de Melo Soares na *Lisboa antiga* do visconde JÚLIO DE CASTILHO, tomo III da 2.ª parte, pág. 20. Cedo a palavra a este meu saudoso dirigente nas primeiras leituras na Biblioteca de Lisboa, a quem, com tanto prazer, ouvia nas instrutivas e deliciosas cavaqueiras em casa da veneranda baronesa de Almeida, nossa visinha da rua da Barroca, quando ele tinha a paciência de aturar-me e eu só uma dúzia de anos. Agora vou a mais de meio da sétima...

Voltemos ao púcaro.

O VISCONDE DE CASTILHO conta o caso assim:

«Como se sabe, serviam à mesa dos monarcas os primeiros senhores da corte. Estava uma vez de serviço Pedro de Melo (filho do 7.º senhor de Melo, Martim Afonso de Melo, e de D. Brites de Sousa). Quando atravessava a sala, desequilibra-se, talvez por dar nalgum tapete, inclina a salva, e deixa cair no chão, fazendo-se em astilhas, o malfadado púcaro, que el-rei pedira, e esperava. Riso geral nos circunstantes; confusão indizível no acabrunhado servidor.

Então el-rei... (alma grande! nas pequenas coisas é que se elas mostram!) franzindo o sobrolho, com um franzir que ele sabia, que era de fazer estremecer as carnes, exclamou firme e severo, com o seu modo vagaroso e no tom nazalado que lhe atribui Resende: — A que vem tanto riso? Caiu, sim, o púcaro da mão de Pedro de Melo; mas isso que monta? Nunca lhe caiu do punho a sua valente espada; essa não.

Basta às vezes um dito assim para ressuscitar um morto.

Daí avante, ficou ao Melo a invejável alcunha de *o do púcaro*, e por ela é conhecido.»

Era, portanto, neto do escorregadio e desastrado fidalgo o desembargador Gaspar Leitão Coelho, filho do enqueredor e escrivão e da D. Cecília. Dele só averiguei ter sido um dos signatários do acórdão de 23 de Agosto de 1607, absolvendo uma Antónia da Costa de ter dado uma tremenda bofetada num alcaide que lhe levantara as saias, com o pretexto de verificar qualquer infracção das leis reguladoras do luxo dos vestidos. Conta o caso RIBEIRO GUIMARÃES no *Sumário de Vária História*.

Este segundo Gaspar não posso afirmar que nascesse na Casa de Justas; mas é possível que o pai Gaspar lá vivesse no tempo da primeira mulher e antes de ir morar na fregue-

sia da Arrifana. A filha do desembargador Gaspar, D. Luísa de Melo, e o filho desta, Sebastião de Carvalho e Melo, é que com certeza nasceram ali naquele solar.

Esse Sebastião, avô do grande marquês, seguiu como os seus pai e avô a carreira da magistratura, acumulando com a de demandista, pois intentou acção contra os possuidores de morgadios e bens por ele pretendidos. No articulado que li impresso dessa questão se alega «que o Suplicado (Sebastião de Carvalho e Melo) se fazia natural da Vila da Feira, onde se foram avaliar os bens que ficaram de D. Luísa de Melo, e que esta naturalidade tinha o mesmo justificado e que nela se fundara».

Este avô do grande ministro não deixou fama de bom patriota nem figura entre os apologistas da restauração. Era amigo do Miguel de Vasconcelos e chegou a estar encarcerado no *Forte* por suspeito de participar na traição de Francisco de Lucena. O certo é que a sua ambição nobiliária foi contrariada, vendendo os bens em Cesár e Gaiate, nos arredores da Feira, e nos quais fundara pretensões a pingues morgadios.

Para a Casa de Justas voltou a família descendente de António Soares Coelho, irmão do desembargador Gaspar Leitão Coelho e também filho do escrivão de serventia e da D. Cecília Pinto. Casara o António Soares com D. Brites de Viveiros da Costa e o filho de ambos Estêvão Soares Coelho foi casado com D. Inês Godinho de Andrade Freire e destes foi filha a D. Ana Maria de Viveiros Freire, mãe de vários bastardos do último conde da Feira, D. Fernando. Estes detalhes sobre a família de Justas são-me fornecidos por notas manuscritas de ignoto informador à margem do exemplar do *Teatro Genealógico* da Biblioteca Municipal da Feira, ao qual já me referi a pág. 47 do volume XI do *Arquivo*.

Reza a crónica verbal cá da terra que o Manuel de Carvalho e Ataíde esteve hospedado na Casa de Justas, quando veio assistir a uma inquirição de testemunhas na demanda que herdara do pai e ainda transmitiu ao filho. Mas o que de mais evidentemente autêntico resta nesse velho pardieiro é a pedra de armas de Leitão e de Coelho, a atestar que ali foi o solar dos descendentes de um dos *brutos matadores* da *linda Inês*, na quinta das Lágrimas de Coimbra, aos 7 de Janeiro de 1355, isto é, no sétimo dos idos de Janeiro da era de 1392.

Nesse tempo regulava-se a cronologia nas Espanhas pelo calendário romano e pela era chamada de César, cujo começo se refere a um tributo lançado pelo imperador Augusto aos habitantes da península e para estes tão revoltante que começou daí a numeração dos anos, trinta e oito antes do nasci-

mento de Cristo. Ao ano do nosso almanaque somam-se 38 para achar a correspondente era de César. Portanto, ao dar-se o *tal feito apregoado por bom*, mas *caso triste e dino de memória*, decorriam os últimos meses da era de 1392, ano começado nas calendas de Março anterior.

A maneira de contar o tempo usada pelos povos dessa época era muito diversa da forma simplista e numérica de ir dizendo desde o dia 1 até ao último do mês. Em cada um dos meses do calendário romano havia três dias com nome especial: — o primeiro do mês dizia-se *calendas*, — o dia 5 ou 7 chamava-se *nonas*, — e o dia 13 ou 15 tinha a denominação de *idos*. Em Abril, Junho, Agosto, Setembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro eram as nonas a 5 e os idos a 13. Em Março, Maio, Julho e Outubro as nonas eram a 7 e os idos a 15. Uma trapalhada, a que é preciso habituarmo-nos, quando temos de estudar documentos dessa época.

Começavam os meses pelas calendas, que eram o dia um, seguindo porém a contagem para trás. E ainda havia outra diferença do sistema moderno: o ano principiava nas calendas de Março. Portanto os meses de Janeiro e Fevereiro pertenciam à era anterior. Por esta razão, quanto a estes dois meses, à era deduzem-se só 37 para achar a ano cristão correspondente.

O que acontece muitas vezes é, neste caso especial, o escriba referir-se à era das calendas — e não à verdadeira era anterior — que tinha findado na véspera delas. Não é de admirar tal inexactidão.

Como os dias se contavam das calendas, das nonas e dos idos para trás, o segundo dia, a que chamavam *pridie* ou «véspera», se traduzirmos a palavra, era o dia anterior, e o terceiro era a antevéspera das calendas, das nonas ou dos idos. Assim o pridie ou a véspera das calendas de Março vinha a ser o 28 de Fevereiro da era antecedente, que é como quem diz do ano findo ou do próximo passado. O terceiro dia ou antevéspera das calendas de Março era o 27 de Fevereiro e assim sucessivamente. Não digo «e assim por diante», porque era tudo a seguir para trás.

Mas nos anos bissextos o pridie ou véspera das calendas de Março era o 29 ou último de Fevereiro, e o sexto dia das calendas de Março vinha a ser o 25 de Fevereiro, e então o dia 24 chamava-se «bis sexto dia das calendas de Março». Disto provém o nome de bissextos para os anos em que tal acontecia. Depois continuava a numeração inversa até aos idos.

Por outras palavras: o dia acrescido nos anos bissextos não era o 29 de Fevereiro; mas um dia intercalado entre o 25 e o 23. Fevereiro não tinha o dia 29, tinha dois dias 24: o bis e o 24.

Mas cuidado. O ano bissexto no calendário romano era o anterior ao bissexto no nosso almanaque actual, porque era aumentado um dia ao 24 de Fevereiro, no fim do ano. Só agora o ano começa no princípio de Janeiro.

Já se vê por isto que o dia primeiro de Janeiro, nesse tempo, e até 1422 em Portugal, era um dia vulgar, como outro qualquer; porque o dia de ano bom era nas calendas de Março. As de Janeiro eram o primeiro dia do undécimo mês do ano, sem especialidade nenhuma, como agora o primeiro de Novembro.

O nosso D. Pedro I, o tal Crú, depois de trincar o coração crú do Pero Coelho, declarou aos 12 de Junho de 1361, peremptòriamente e sob juramento, que tinha casado com D. Inês de Castro. Testemunharam esta declaração Álvaro Pereira e Gonçalo Pereira, irmãos daquele ascendente dos condes da Feira Rui Pereira, o Bravo, que morreu na gloriosa manhã de 18 de Julho de 1384, a bordo da nau *Milheira*, com um virotão espetado entre os olhos, quando levantara a viseira para enxugar o suor.

O então bispo da Guarda, D. Gil, jurou que, sendo deão, casara D. Pedro e D. Inês, havia sete anos, mas não se recordava da data.

Estêvão Lobato, criado de el-rei, foi quem precisou ter em Bragança o deão casado D. Pedro e D. Inês em o primeiro dia de Janeiro.

Tinham portanto casado três anos antes de *ser morta a mísera e mesquinha.*

Fernão Lopes durou, como eu, oitenta anos, nascendo ainda no século XIV e, sendo desde 1418 guarda da torre do castelo de Lisboa, hoje chamada Torre do Tombo, assistiu ao promulgar da lei de 15 de Agosto de 1422, na qual se mandou substituir o calendário romano pelo almanaque cristão. No seu tempo de rapaz, e até mesmo nas suas funções oficiais de bibliotecário, usou ainda da era hispânica de César. Pois leva uns capítulos da sua crónica a discutir a falta de memória do D. Pedro I, chegando a escrever «em dia primeiro de janeiro que é primeiro dia do ano», fazendo-se esquecido de que no tal dia não tinha começado ano nenhum e de que 1354, ou para melhor dizer: o ano 1392 da era de César principiara nas calendas de Março e quando o primeiro de Janeiro tinha sido um simples dia vulgar do undécimo mês do ano anterior.

Devem consignar-se atenuantes ao bom do cronista mor.

Houve uma época de transição, em que já se indicava o dia pelo almanaque cristão e a era ainda pelo calendário ibérico.

Dos tempos de D. Fernando e D. João I existem muitos diplomas assim datados, hìbridamente, e nestes é vulgar ser

a era indicada pelo número correspondente ao ano cristão aumentado de 38, mesmo para Janeiro e Fevereiro. Nestas condições estão as cartas régias de 27 de Janeiro de 1382 e 10 de Fevereiro de 1372 publicadas a págs. 138 e 139 do volume I e 78 e 79 do volume VII do *Arquivo*, referentes à Terra de Santa Maria da Feira, porque a primeira é, com certeza, posterior à de 30 de Junho da era de 1420, também publicada a pág. 142 do mesmo volume I. A Terra de Santa Maria foi doada ao irmão da D. Leonor Teles em 1372; mas, como o alcaide do Castelo da Feira, Gonçalo Garcia de Figueiredo, era amigo e partidário da rainha, conservou-se-lhe a alcaidaria. Tendo morrido por 1378, ao renovar-se a doação ao já conde de Barcelos, em 1382, para ele e seus descendentes, foi-lhe mandado entregar o Castelo da Feira, como pertença e cabeça da mesma Terra.

Sendo portanto a carta de 30 de Junho de 1382 consequência e complemento da de 27 de Janeiro da era de 1420, tem esta de ser anterior e, por isso, do mesmo ano de 1382.

O que admira é o FERNÃO LOPES, insistindo tanto nesse esquecimento do D. Pedro I da data precisa do seu casamento, cometer o erro grosseiro de atribuir a bula de dispensa apresentada em 1352 à autoria do papa João XXII, Jacques de Euse, morto desde 1334, dezoito anos antes e quando o noivo só tinha treze.

Sendo de João XXII a bula teria a data de 18 de Fevereiro de 1325 (nono ano do seu pontificado), quando D. Pedro não tinha ainda cinco anos de idade. A bula é datada de Avignon no «duodécimo das calendas de Março, do nosso pontificado ano nono». É dirigida ao «infante Dom Pedro, primogénito do muito amado em Cristo nosso filho muito claro rei de Portugal e do Algarve Afonso» e o santo padre declara-se «demovido àcerca de tua pessoa com especial favor» concluindo «querendo condescender a tuas preces e de el-rei D. Afonso teu padre». Claramente se refere às preces do infante D. Pedro que, com certeza, as não faria aos cinco anos nem em tal idade se lhe dirigia directamente o papa.

Nem a bula poderia ser anterior à viuvez de D. Pedro e a primeira mulher deste, D. Constança Manuel, morreu em 1345, onze anos depois de falecido o papa João XXII.

A bula deve ser com toda a evidência de Clemente VI, Pedro Rogério, de cujo pontificado o nono ano decorreu desde 19 de Maio de 1350 a 18 de Maio de 1351, tendo assim a data equivalente a 18 de Fevereiro de 1351, ou seja nono das calendas de Março da era de 1388, precedendo mais de um ano o casamento presidido pelo deão feito bispo e atempado pelo Estêvão Lobato. Esta precedência resulta de Janeiro de uma era ser depois de Março e até de Dezembro da mesma era.

O Fernão Lopes, influenciado pelas argúcias jurídicas do João das Regras, queria deixar bem evidente a primazia do filho da Teresa Lourenço, indiscutìvelmente bastardo, e não lhe convinha indicar argumentos favoráveis à legitimação dos filhos da linda Inês. Para fazer a boca doce ao D. Duarte, já que não podia legitimar-lhe o pai, punha em duvidosa aceitação a legitimidade dos tios, com o subterfúgio de errar a autoria da bula, mantendo a probidade histórica de a transcrever na íntegra e com a data certa. Sendo esta referida ao pontificado e visto ter mudado o nome ao papa, julgou indecifrável o enigma. Conseguiu, pelos séculos além, que nenhum investigador se lembrasse de verificar em algum velho bulário a existência da dispensa concedida por Clemente VI. É que a grande maioria dos estudiosos de história está desatenta ao calendário.

Bem faço eu estudando sempre os factos com a almanaque à mão, por medo dos anacronismos.

Feira, 12 de Junho de 1947.

VAZ FERREIRA

UM TÚMULO DE RARA IMPORTÂNCIA ARQUEOLÓGICA DA ESCOLA COIMBRÃ

CADA vez me convenço mais de que a história do nosso património artístico está muito longe do que seria para desejar, impondo-se como base para ela a visita aos respectivos monumentos.

O túmulo do cavaleiro e esforçado guerreiro de D. Afonso v, *João de Albuquerque*, em Aveiro, para o qual chama a atenção dos estudiosos o Senhor Dr. FERREIRA NEVES, no fasc. n.º 14 do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, de 1938, motiva as presentes considerações.

O artigo deste Ilustre Professor não é um estudo de erudição artística, mas de documentação iconográfica, cabendo-lhe a grande honra de ter exumado do esquecimento e criminoso abandono em que estava, esta magnífica peça, restos de uma escola prestes a extinguir-se já à data em que foi executada.

O seu justo apelo, felizmente, despertou simpatias de verdadeiros amigos do famoso túmulo, que levaram o seu esforço até conseguirem a colocação dele no Museu Regional como documento digno de apreço e estudo.

Reforça o seu trabalho com uma proveitosa colecção de documentos referentes à pessoa de João de Albuquerque e sua mulher Dona Helena Pereira, marcando a sua vida desde que mandara fazer o túmulo em que ambos repousariam.

Quando em 1945 foi finalmente arrancado da parede a que estava argamassado, verificou-se então que necessitava de ser limpo com o maior cuidado e carinho.

Como recentemente se tenha concluído esse trabalho, tive a honra de ser convidado a visitá-lo pelo meu Ilustre Amigo e Senhor Doutor João Pereira Dias; para lá partimos em 25 de Abril último.

Interessado por tão raro monumento, seja-me permitido expor a minha opinião artística sobre as observações aí colhidas.

* * *

Esta arca tumular é obra da Escola Coimbrã (daí o meu verdadeiro interesse) dos fins do século de quatrocentos (1478) de estreito parentesco com as pias baptismais da Sé Velha e de Leça do Bailio, trabalhos incontestàvelmente da mesma oficina, e feitas em pedra de Ançã; tem as seguintes dimensões: 2,30 de comprimento, 0,90 de largura por 0,95 de altura.

Principiarei por mostrar a *arca* feita aqui e seguida muito de perto por João de Albuquerque, que certamente teria a sua residência habitual nesta cidade (talvez sua terra natal) ditando ao mestre pedreiro o significado simbólico das paredes da arca em que se salientam os escudos heráldicos seu e de sua mulher, já então, havia muito, falecida.

Em cada uma das faces laterais tem dois brasões seguros por quatro anjos, cujas asas graciosamente vão terminar em longas e movimentadas folhas de carvalheiras em estilo gótico.

No facial direito, os dois escudos têm um significado iconográfico tocante, mesmo cheio de ternura do marido para com a falecida esposa.

O de Dona Helena é o que mais próximo da cabeceira está, tendo na metade da esquerda do brasão as armas do marido e na outra metade a cruz florenciada dos Pereiras; o brasão é circundado por uma coroa de martírio em que intencionalmente faltam os clássicos espinhos.

O do cavaleiro João de Albuquerque é em forma de concha como os escudos de guerra, com a abertura para observar os movimentos do inimigo nos combates de cavalaria, e, como o da esposa, é igualmente circundado por uma coroa mas de flores e belos frutos.

Na face, aos pés, o simbolismo é igualmente digno de simpatia, atendendo à leitura da epígrafe estudada pelo Senhor J. M. CORDEIRO DE SOUSA, que diz: «Com ele jaz a muito virtuosa D. Helena Pereira, *uma só sua mulher*».

Aí o escudo é quadrado em lisonja e seguro por duas figuras entre folhagens, apenas revestidas de pelagem natural; a meu ver, elas devem representar *Adão e Eva* [1] símbolo da fidelidade conjugal.

Cobre a figurada *Eva*, com os seios nús, além da pelagem natural, uma longa cabeleira até aos pés; isto deve significar que, para o marido, não existia outra mulher; para a

(1) Na Catedral de Valladolid existe um grupo idênticamente revestido.

mulher, não existia outro homem. Há lá significado mais poético, lembrando-nos o século XV!

Na face da cabeceira está outro escudo com o brasão de João de Albuquerque encimado por uma viseira, seguro igualmente por dois anjos de magníficas roupagens, cruzando-lhe o peito uma estola litúrgica.

A pesada cobertura da tampa é moldurada por um grosso cordão revestido de folhagem de carvalheira, tendo aos ângulos esculpida uma cabeça de animal; no espaço liso sôbre a tampa devia de ter sido gravado o epitáfio referente a sua mulher apenas, em letras de relevo.

Eu estou convencido de que logo que João de Albuquerque terminou o contrato com os frades, o túmulo devia ter sido transportado para Aveiro e colocado na sua capela, ao centro, e feita então a trasladação das cinzas de sua mulher (1).

A arca devia primitivamente pousar em pequenos blocos de pedra, possìvelmente esféricos e não exceder a altura da barba de qualquer pessoa, para se poder ler o que ali estava escrito.

Esta é a minha opinião enquanto à arca *pròpriamente dita*, porque a jacente e os leões nada têm que ver com o trabalho primitivo; as razões saltam aos olhos do observador atento.

Principia porque a pedra em que está feita não é a mesma da arca; é das pedreiras de Portunhos, mais branca do que a de Ançã e menos oxidável.

Segunda razão, é a estátua ser uma aplicação de que não há exemplo, porque o vulto em regra geral é tirado da pedra da própria tampa.

Terceira, é o estilo em que este trabalho está feito, puramente manuelino, distanciando-se da arca algumas dezenas de anos.

Outro motivo para reforçar o exposto, são os vestígios de terem sido serradas simètricamente as duas pernas entre os joelhos e os pés; chamei para o caso a atenção do meu Ilustre Amigo e Senhor Doutor Pereira Dias, mostrando que se me afigurava a estátua ter ficado mais comprida do que o vinco marcado na tampa, vendo-se por isso o artista obrigado a acertá-la.

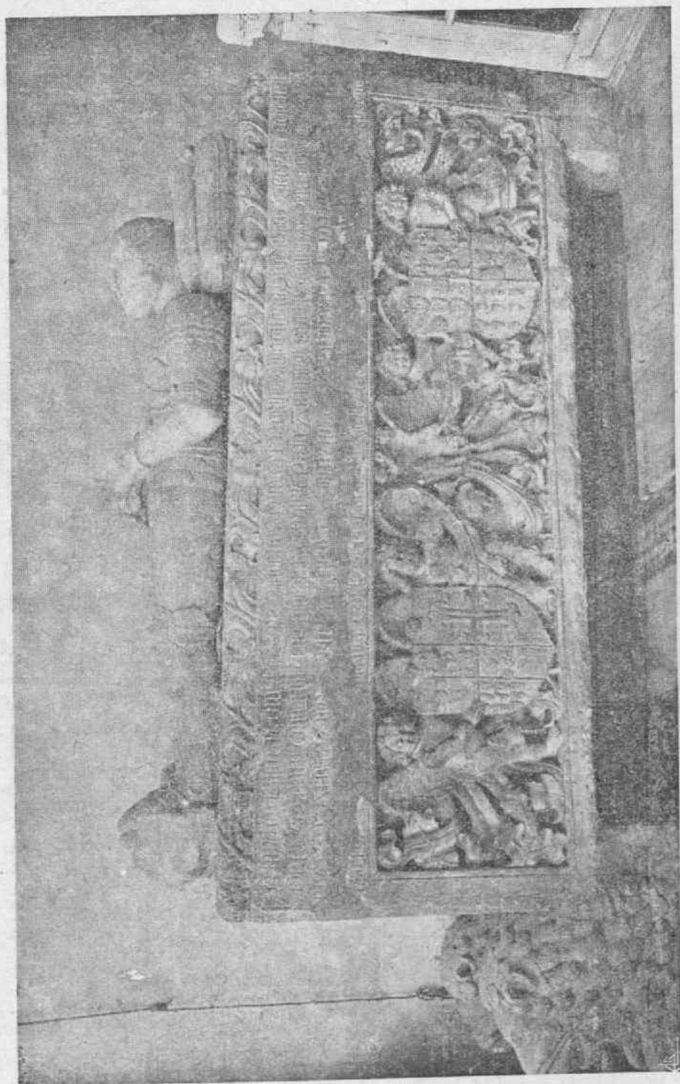
Esta minha observação não encontrou apoio nas pessoas presentes, que atribuiram a mutilação ao facto da estátua se ter partido quando das muitas mudanças que lhe fizeram.

Há mais razões, se estas não bastarem: são as proporções avantajadas dos acrescentos, que se não harmonizam com o todo da arca; vê-se bem que foram feitos longe da vista da estátua, tendo o artista executado a obra sem a ter

(1) Falecida havia oito anos. *1470*.

visto, sujeitando-se às medidas que lhe forneceram, nem sempre rigorosamente exactas.

Num problema de arte como este, tudo deve ser bem



Túmulo de João de Albuquerque antes de ser retirado para o Museu de Aveiro onde actualmente se encontra

estudado, mesmo os mais insignificantes pormenores; veja-se ainda isto:

Julgo que se não deve pôr de parte a opinião do cronista da Ordem, Frei LUCAS DE SANTA CATARINA, ao referir-se ao

túmulo, quando ainda estivera ao centro da quadra da capela de Jesus; a confusão deve ter partido quando dos melhoramentos (acrescentos) aí feitos, da estátua e leões... E feitos por quem?

Eu julgo ser possível que por iniciativa de algum dos netos de João de Albuquerque, este Jorge Moniz talvez, que houvesse ido de visita aos túmulos de seus avós em Vila do Conde, na altura em que ali se estavam lavrando os motivos Renascença, que lá se vêem, por artistas de Coimbra.

E que ao passar, no seu regresso, por Aveiro, achasse pobre demais o túmulo que ali guardava as cinzas dos avós, resolvendo então mandar-lhe fazer a estátua e os leões como em regra geral todos os moimentos por ele vistos têm.

Agora mais do que nunca entendo que estas duas obras, a de Vila do Conde e a de Aveiro, estão ligadas pelas épocas e artistas que fizeram os melhoramentos que estão prendendo a nossa atenção.

À data em que a arca em questão foi feita, último quartel de quatrocentos, a escola francesa do Renascimento em Coimbra não havia influenciado os seus artistas, agarrados aos seus velhos processos herdados do Gótico prestes a extinguir-se.

Resta-me fazer uma última consideração: a epígrafe então aberta, em torno da famosa arca, foi gravada quando da colocação da jacente e dos leões, pelos artistas que ali foram assentar essas peças e não o devia ter sido em vida de João de Albuquerque.

O autor da preciosa arca deve ter sido um artista para nós mal conhecido, como muitos dessa época, em consequência do seu isolamento e da sua exagerada modéstia.

Convém ainda aludir ao brasão desta família, encontrado na Sé Velha e existente no Museu Machado de Castro; é do século XVI, em estilo manuelino, assenta sobre uma oval circundada por uma corda; por estar muito mutilado, não se podem ler os caracteres ali gravados.

Coimbra, 11 de Maio de 1947.

LOURENÇO CHAVES DE ALMEIDA
(Ferreiro de Arte)

MEMÓRIAS

(ESBOÇO DE UMA AUTOBIOGRAFIA)

Ouro suado doura a vida;
Ouro sem ser suado desdoura a vida.

ABADE AREDE

Só cai o que não tem razão para estar de pé; por isso a virtude é eterna.

ABADE AREDE

ADVERTÊNCIA

A PEDIDO de algumas pessoas de elevada posição social pelo seu provado mérito e comigo simpatizantes, resolvi escrever estas minhas Memórias que representam um exemplo vivo de trabalho e sacrifícios meus, durante uma longa vida em desempenhar, o melhor possível, a acção da Igeja nas freguesias que os meus Venerandos Bispos me confiaram.

Filho da obscuridade desprotegida, procurei sempre, desde pequeno, o trabalho honrado, como virtude.

Pela vida fora encontrei Amigos, Benfeitores e Protectores, que adiante vão nomeados, e não me acusa a consciência de lhes ter faltado, em tempo algum, com o testemunho da minha sincera gratidão que julgo ser o primeiro de todos os deveres.

E também, no decurso da minha vida de padre, fui sempre honrado com a afectuosa estima dos meus Superiores hierárquicos, e ainda com a boa camaradagem e confraternidade dos meus colegas.

Que estas minhas Memórias sirvam de estímulo e de lição para muitos que delas saibam tirar algum proveito. Assim o entenderam as pessoas que me pediram a sua publicação.

I

Os meus estudos da infância e a minha vida de pastor de rebanhos.

Nasci de pais humildes e pobres, em 11 de Dezembro de 1869, na freguesia de Macieira de Alcoba, do concelho de Águeda, na região caramulana. (V. Reg. paroquial, n.° 4 a fl. 32, v.°, do ano de 1892). Foram meus pais — Manuel de Arede e Iria Marques.

Em pequeno frequentei a Escola Primária da minha freguesia, de que era prior e professor o P.° José Luís Monteiro. E foi este quem me habilitou para o exame de Instrução Primária (2.° grau) que fiz no Liceu de Aveiro.

Em 2 de Abril de 1883 fiquei órfão de pai, mas continuando a receber do mesmo professor lições de latim e francês, em todos os dias não feriados, desde as 7 às 10 horas da manhã e, após a refeição do jantar, que constava, habitualmente, de uma tijela de caldo de hortaliças com carne de porco e um naco de broa, ia guardar cabras e ovelhas pelos montes e vales, ao tempo baldios, onde, bastantes vezes, tive que fazer frente aos lobos esfomeados, correndo-os à pedra e a cajado, quando apareciam para assaltar o rebanho (1).

De madrugada, em todos os dias da semana, tinha de ajudar à missa na igreja. Este religioso serviço, com a austeridade do prior, fez-me propender para a vida eclesiástica. Porém uma dificuldade obstava à minha vontade — a falta de recursos. Apesar de tudo, não interrompi as minhas lições dadas pelo professor sem aborrecimento e sempre da melhor vontade.

II

Esperança com ânimo resoluto.

Não vivia satisfeito por entender que não era vida, aquela minha vida de capucha pela cabeça e caída pelos ombros, e com bastante fome e pés descalços, a guardar cabras e ovelhas!

Com a luz interior da minha Fé, esperei resoluto na Providência divina que vela sempre pelos desprotegidos que desejam, a valer, ser alguém na vida.

---

(1) Com as cabras e ovelhas da casa dos meus pais, guardava também 30 cabras de um vizinho, de nome José Luís Monteiro, que pagava este meu serviço com 30 reis por cada uma, ou seja, 900 reis no fim do ano.

E assim:

Em uma tarde de verão, estando eu de pé, no meio do rebanho, sobre uma lájea, adregou passar, a pouca distância, um velho chamado Bernardo Henriques Soares, da vizinha povoação da Matadegas, de S. João do Monte, confinante com Macieira de Alcoba. O bom velho, ao ver-me, quis saber que livro eu trazia na mão: — A gramática latina, lhe respondi. E daí o princípio da conversa entre ambos que demorou um bocado, tendo a mesma incidido sobre a minha vida e habilitações escolares. O mesmo Bernardo Henriques Soares, depois de ter ouvido contar a minha vida em seus detalhes, ofereceu-se-me para escrever ao Dr. Alexandre de Seabra, de Anadia, de quem era amigo, a pedir a sua valiosa protecção, para mim, ao Reverendíssimo Bispo Conde, de Coimbra, no sentido de ser admitido no Seminário, como estudante gratuito. E logo o meu coração se alegrou com este generoso oferecimento, renascendo imediatamente em mim uma nova esperança.



Dr. Alexandre de Seabra

Escrita, aceite e agradecida a carta com muito prazer, parti à casa do Dr. Alexandre de Seabra que me recebeu no seu escritório. Entreguei-lhe a carta que, pausadamente, leu, fitando-me com serenidade, porte grave e austero. No seu todo, que me infundiu respeito, tive a noção de ter encontrado no Dr. Alexandre de Seabra um homem generoso, ilustre e ilustrado. E não me enganei. Deu-me uma carta de recomendação para o Reverendíssimo Bispo Conde.

III

A minha entrada em Coimbra para o estudo, e acção benemérita do Doutor Alexandre de Seabra, continuada após o falecimento deste, por sua Ex.ma Esposa, Filha e Netas.

Com a carta de recomendação, já referida, fui ter com o Reverendíssimo Bispo Conde que me recebeu no seu Paço Episcopal de Coimbra.

Após a leitura da mesma carta, disse-me Sua Excelência Reverendíssima que ia providenciar no sentido de eu poder cursar as aulas no Seminário, como aluno externo, e nele jantar todos os dias, e ainda receber da sua tesouraria o dinheiro preciso para o aluguer de um quarto na cidade.

Comuniquei esta resolução do Excelentíssimo Prelado ao Dr. Alexandre de Seabra para seu inteiro conhecimento.



Bispo-Conde
D. Manuel Correia de Bastos Pina

E assim renasceu, mais uma vez, o meu ânimo por ver que o Dr. Alexandre de Seabra e o Bispo Conde, almas nobres, não me abandonavam, mas antes desejavam auxiliar-me na minha preocupação e aspiração ao sacerdócio, tendo eu concebido, desde então, as maiores esperanças que, a seu tempo, vi realizadas. E nesta esperança fui sempre animado pela bondosíssima Esposa do Dr. Alexandre de Seabra — D. Justina Cancela de Seabra.

Dois anos depois da minha ida para Coimbra, faleceu o Dr. Alexandre de Seabra no seu solar de Anadia, tendo ficado a proteger-me sua Ex.ma Viúva que, com carinhosa

solicitude, me encorajou e prestou auxílio pecuniário e moral na continuação dos meus estudos. Faleceu esta minha desvelada protectora em 27 de Julho de 1893.

E nesta acção benemérita do Dr. Alexandre de Seabra e de sua virtuosa Esposa, tomaram parte a nobilíssima D. Maria Emília Seabra de Castro, dedicada Esposa do Conselheiro de Estado — José Luciano de Castro, e suas Excelentíssimas Filhas — D. Henriqueta Seabra de Castro e D. Júlia Seabra de Castro que, com raro sentimento de afecto para comigo, me dispensavam também carinhoso auxílio, mantendo assim as tradições da Casa Alexandre de Seabra, de Anadia.



D. Justina Cancela de Abreu

NOTA. — Na minha vinda para Cucujães, em Agosto de 1900, fui mimoseado com 2 contos de reis pelas Ilustres Senhoras — D. Henriqueta e D. Júlia Seabra de Castro.

À memória das mesmas aqui registo o preito da minha eterna gratidão.

IV

Meus estudos. Dispensa do Património para a minha ordenação; celebração da minha Missa nova.

Desde 1887 a 1889 estudei alguns preparatórios, como aluno externo, do Seminário, onde vim a ser admitido, como gratuito, em 1890, tendo no mesmo continuado os últimos estudos preparatórios e, a seguir, cursado os estudos teológicos que conclui no ano de 1893. Fui dispensado do património, para a minha ordenação, pelo Pontífice Leão XIII.

Tomei a Ordem de Presbítero, em Coimbra, a 8 de Outubro de 1893 e, no Domingo a seguir a esse dia, rezei a primeira Missa na Igreja da minha terra de Macieira de Alcoba, a que assistiu todo o povo da freguesia. Foi Assistente o Reverendo Padre Joaquim Pereira de Arede e Silva, Vigário

de S. João do Monte. E para alegrar o feliz acontecimento, de volta à pequena casa paterna, foi preparada uma galinha e metida com batatas numa panela de barro posta à fogueira. Depois de pronta, foi tirada para um tacho de onde me servi com o Reverendo Assistente, minha Mãe e três irmãos. Assistiram também dois vizinhos ao pequeno banquete, tendo entrado cada um com a sua cabaça de vinho. Esta festa pobre, mas de grande satisfação, foi à lareira da arruinada e velha casa onde eu tinha nascido, e visto morrer meu Pai de um ataque apoplético e minha Avó materna em consequência da turra de um carneiro.



D. Maria Emília Seabra de Castro

A mesma casa, mandada reconstruir por mim e hoje deshabitada, ainda me aviva, neste crepúsculo da minha vida, a saudade dos alegres e felizes dias que nela passei em minha infância e, ao mesmo tempo, entristece o meu coração por ver, naquele lar sem vida, com a minha morte que não pode já vir longe, o acabamento da família «Domingues» (1), de remota ascendência, em Macieira de Alcoba, terra que me serviu de berço e onde me criei, e que não me servirá de sepultura por ter passado a outras terras maiores no exercício das minhas funções de pastor de almas.

NOTA. — Quando aluno externo do Seminário, fui subsidiado com uma libra em ouro, em cada um mês escolar, pelo meu bondoso Amigo João Ferreira de Andrade Couto, estudante da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra.

Foi, o mesmo, Cônsul dos Estados Unidos do Brasil, em Corunha (Espanha), onde faleceu.

À memória deste meu Benfeitor aqui registo o preito do meu eterno reconhecimento.

(1) O apelido Domingues remonta ao tempo de El-Rei D. Diniz, e o de Arede é apenas paterno.

V

A minha saída do Seminário de Coimbra para a vida paroquial, e acção benemérita do Conselheiro José Luciano de Castro.

Concluídos os meus estudos no Seminário, tomou-me sob a sua alta protecção o Conselheiro José Luciano de Castro, a quem devo a minha apresentação nas igrejas onde desempenhei o meu munus paroquial.

Essas igrejas foram:

a) A de Santigo do Louriçal, do Concelho de Pombal, distrito de Leiria, diocese de Coimbra, como Coadjutor, desde 18 de Outubro de 1893 a 24 de Novembro de 1897.

b) A de Santiago de Souselas, do Concelho e distrito de Coimbra, da mesma diocese, desde 2 de Junho de 1898 aos meados de Julho de 1900.

c) A de S. Martinho do Couto de Cucujães, Concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, diocese do Porto, desde 12 de Agosto de 1900 até à minha resignação, por impossibilidade física, em 20 de Outubro de 1932, e aceite pelo meu Venerando Prelado em 7 de Novembro do mesmo ano. E em Setembro de 1933 foi-me dada a aposentação.



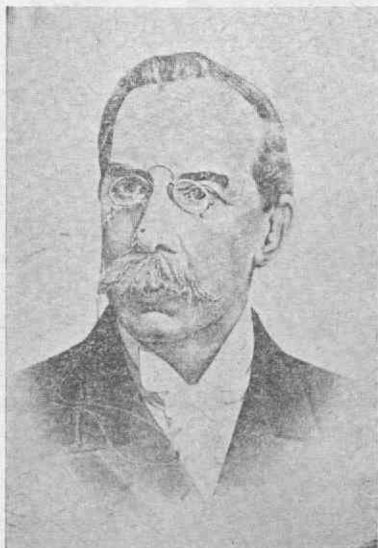
D. Henriqueta e D. Júlia Seabra de Castro, filhas do Conselheiro José Luciano de Castro

NOTA. — Desde a minha saída de Coadjutor da igreja do Louriçal até à minha ida para Vigário da igreja de Souselas, exerci o cargo de Capelão no Asilo dos Inválidos Militares, de Runa, do Concelho de Torres Vedras.

VI

O Conselheiro José Luciano de Castro, desde que me tomou sob a sua protecção até à sua morte, admitiu-me sempre à sua intimidade e confiança, a que correspondi também sempre com amor e reconhecimento.

Passei bastantes dias, e até semanas, com o Conselheiro José Luciano de Castro, tanto no seu solar de Anadia como no de Lisboa, e muitas vezes o acompanhei na sua carruagem ao Ministério do Reino quando ele era Presidente do Conselho de Ministros. Era uma alma nobre e pura, como tive ocasião de ver pessoalmente em sua íntima convivência e amizade.



Conselheiro José Luciano de Castro

Dele recebi sábios conselhos para a orientação da minha vida, quer na Igreja, quer na Sociedade, tendo mostrado, para mim, ser um continuador pontual da acção de seu sogro, Dr. Alexandre de Seabra.

Para honrar e distinguir, portanto, a santa memória destes meus venerandos e saudosos Protectores, e ainda das pessoas da sua ilustre família, permito-me reproduzir, aqui, o discurso que proferi em Anadia, quando da inauguração do monumento ao Conselheiro de Estado — José Luciano de Castro, no dia 1 de Agosto de 1923.

Eis, a seguir, o discurso que traduz fielmente a justiça da minha eterna gratidão:

Exmo PRESIDENTE DA COMISSÃO:
Ex.^mas^ VIÚVA E FILHAS DO CONSELHEIRO JOSÉ LUCIANO DE CASTRO:
MINHAS SENHORAS:
MEUS SENHORES:

Quem és tu que vens falar na inauguração deste monumento consagrado à eterna memória do eminente e saudoso estadista que foi o Conselheiro José Luciano de Castro, perguntareis vós!

Eu, meus Senhores, sou um filho de Macieira de Alcoba, na Serra do Caramulo, onde, em pequeno, fui pastor de cabras e ovelhas que, muitas vezes, defendi da boca dos lobos, e hoje abade do Couto de Cucujães, tendo passado de pastor de inocentes rebanhos a pastor de almas, sòmente por generosidade da Excelentíssima Família Seabra de Castro, de Anadia, que, para mim, tem sido uma verdadeira Mãe adoptiva, a quem tudo devo na vida.

Meus Senhores:

O nome da «Casa José Luciano de Castro» hoje «Casa de Dona Maria Emília Seabra de Castro» e, anteriormente, «Casa do Doutor Alexandre de Seabra», é dignificado e ennobrecido, desde muitos anos, pela sua caridade e beneficência, tornando-se por isso muito conhecido não só nos grandes centros, mas também nas aldeias mais sertanejas de Portugal, onde se ouve falar dele com admiração e respeito.

E com justificada razão, porque:

Amar os pobres, praticando a caridade sem alarde, e fazendo o bem só pelo bem, tem sido e é o brasão da velha «Casa do Doutor Alexandre de Seabra», continuado religiosamente pelo ilustre português José Luciano de Castro e, sem interrupção, sustentado ainda, como honrosa tradição da Casa, pela virtuosa Família do insigne Estadista, a quem foi erecto este monumento, como símbolo de gratidão do povo desta pacífica e laboriosa terra de Anadia!

E assim:

Quanto não devem à generosidade do grande cidadão e perfeito homem de bem, que foi José Luciano de Castro, e da sua Ilustre Família, tantos filhos de Portugal!?

— Uns, elevados à dignidade do Sacerdócio, desempenhando a sua grandiosa missão em proveito da Igreja e da Sociedade!

— Outros, difundindo os frutos da sua instrução em elevados cargos que ocupam na Sociedade com muita competância e recta consciência!

— E ainda outros que estão recebendo grandes benefícios que a Excelentíssima D. Maria Emília Seabra de Castro e suas gentilíssimas Filhas, Senhoras de vida e costumes santos, almas de eleição e dignas herdeiras das belas qualidades e altas virtudes morais, cívicas e religiosas do sábio jurisconsulto Doutor Alexandre de Seabra e do homenageado Estadista José Luciano de Castro, repartem constantemente com carinho e amor, conservando e ilustrando, desta forma, os pergaminhos desses seus queridos antepassados, sem esquecer a virtuosa D. Justina Cancela de Seabra, cuja memória recordarei sempre com respeito e saudade!

E hoje, que o brioso e inteligente povo bairradino se levanta no mais alto transporte de alegria e reconhecimento

para prestar a sua justíssima homenagem à memória do Conselheiro José Luciano de Castro com a erecção deste monumento, e dar ainda um público testemunho de gratidão à Família que ficou do mesmo Estadista, e que tanto bem tem feito a esta terra e fora dela com o seu bondosíssimo coração e dedicações beneméritas, permiti, meus Senhores, que eu consagre algumas palavras de verdade e justiça à Casa e Família Seabra de Castro — providência viva de muitos infelizes, amparo dos pobres e benfeitora dos humildes, motivo porque vim de Cucujães associar-me a esta glorificação do lídimo português e meu boníssimo Amigo, o Conselheiro José Luciano de Castro, cuja vida particular foi um exemplo, e sua vida pública, uma glória!

Desde que deixei a vida de pastor e conversei com o Conselheiro José Luciano de Castro, em Anadia, dele fui amigo até à sua morte e, com esta, perdi o maior Amigo que conheci na vida!

Para avaliar a grandeza de alma do Conselheiro José Luciano de Castro, vou referir, com exactidão, um caso passado comigo:

Em 27 de Julho de 1893, ao primeiro canto do galo, saí de Macieira de Alcoba, descendo os caminhos ásperos dos montes caramulanos em direcção a Anadia, onde cheguei às quatro horas da tarde.

Motivo desta jornada: Pedir à bondosíssima Dona Justina Cancela de Seabra, viúva do Dr. Alexandre de Seabra, para escrever ao Reverendíssimo Bispo Conde, de Coimbra, a fim de Sua Excelência Rêverendíssima dar a Ordem Sacra de Presbiterado no próximo mês de Setembro. E ao entrar na «Casa Seabra de Castro» muito cansado da grande jornada feita a pé e debaixo de um calor tropical, tive imediato conhecimento da morte de D. Justina Cancela de Seabra, ocorrida ali poucas horas antes. Fiquei silencioso e triste do íntimo da alma. Passei a uma sala contígua, já de janelas cerradas e cortinas corridas.

Dentro em pouco veio ter comigo o Conselheiro José Luciano de Castro, e fomos naturalmente levados a conversar a respeito das virtudes da falecida, e da sua falta à Família, e ainda a mim que, por ela, nutria a maior veneração, o maior respeito e o mais vivo sentimento de gratidão.

E o Conselheiro José Luciano de Castro, em seguida, pediu-me que continuasse eu a ser amigo da Casa, como fora do Dr. Alexandre de Seabra e da virtuosa Esposa — Dona Justina Cancela de Seabra, e contasse, em todo o tempo, com a sua protecção.

Que grandeza de alma, meus Senhores, a do Conselheiro José Luciano de Castro!

A sua benemérita e abençoada memória, portanto, terá sempre um altar de Justiça eterna no meu coração agradecido!

Perdoai, Senhores, estas referências ao meu nome, mas... nelas só fala o meu coração a transbordar de reconhecimento para com o Conselheiro — José Luciano de Castro e Santa Família, a quem protestarei, enquanto vivo, o meu eterno amor e a minha eterna gratidão!

E cumprindo, neste acto, um dever de justiça:

— Bendirei a santa memória do Conselheiro — José Luciano de Castro, e a Casa que ainda conserva o seu nome glorioso — Casa de Religião, que anima e conforta a todos, e de Caridade, que consola e acode quando vir lágrimas!

— Bendirei o nome honrado do Conselheiro José Luciano de Castro e o da sua ilustre Família que me agasalharam com ternura e amor quando, confiado na sua alma estremosa e magnânima, desci a Serra do Caramulo e vim bater à sua porta que logo se me abriu, tendo irradiado para mim, desde aí, uma nova vida com novos horizontes!

— Foi a «Casa José Luciano de Castro» a sombra amiga que me protegeu na minha vida de estudante em Coimbra, e depois na minha colocação para ser útil à Igreja e à Pátria!

De contrário:

— Sem esta Casa de Religião e Caridade, continuaria a resignar-me, não sei por quanto tempo, com a minha condição de pastor na Serra do Caramulo!

— Sem esta sombra amiga, não teria sido elevado à dignidade sacerdotal, e depois subido à honrosa posição que tenho na Igreja e na Sociedade!

Por isso:

Para a Excelentíssima Família José Luciano de Castro, aqui presente, eu ergo as minhas mãos — Família abençoada que acaba de mostrar, mais uma vez, a grandeza da sua bela alma com a instituição e dotação do «Hospital-Asilo — José Luciano de Castro», lustre da mesma Família e verdadeiro foral da sua nobreza, outorgado com amor a esta terra de Anadia!

E agora, perante este monumento, que evoca a saudosa e benemérita memória do Conselheiro José Luciano de Castro que foi Amigo leal e dedicado da Pátria, do Trono, do Altar, e dos Pobres,

me inclino com respeito e veneração!

VII

A minha actuação beneficente na Igreja de Souselas e na do Couto de Cucujães, quando seu páraco colado (1).

1.° *Na freguesia de Souselas.* Na ocasião da minha entrada pela porta principal da igreja, como seu vigário, não me agradou o aspecto da mesma no seu interior.

E assim se me deparou:

a) O arco cruzeiro com o seu fecho central pouco firme e desviado da sua verticalidade.

b) A parede do presbitério, levantada detrás do Altar-mor, fendida pelo meio em toda a sua altura, a ponto de se poder ver, de dentro da igreja, o passal contíguo.

E fora da igreja:

c) O cemitério junto da igreja, dando caminho para a mesma, com um amontoado de ossadas humanas a um canto e sem coberto algum.

d) O relógio da torre desconsertado.

e) Uma capela em ruínas no meio da povoação de Souselas.

Posto isto:

Fui de encontro às indispensáveis obras de reparação na igreja, como de maior necessidade. Dentro em pouco convoquei os vogais da Junta de Paróquia, de que eu era o presidente nato, para estudar e resolver, em sessão, a efectivação das referidas obras. Para este meu intento, adverti os paroquianos, à Estação da Missa Conventual, de olharem pela igreja, como Casa de Deus. E com esta minha apelação a bem da igreja, acrescida do meu esforço e diligência, consegui interessar o povo da freguesia que, de alma e coração, se prontificou logo para todos os sacrifícios compatíveis com as suas posses e forças.

E daí o pagamento voluntário de duas côngruas, da mesma taxa da arbitrada ao pároco, sem lançamento de contribuição obrigatória que, juntamente com o produto da venda de inscrições de uma extinta Confraria da Igreja, deu o necessário para custear as despesas com as supraditas obras, e ainda com o conserto do relógio. E tudo isto com o auxílio dos

---

(1) Na freguesia de Souselas leccionei particularmente alguns rapazes, dos quais dois fizeram os seus exames de Instrução Primária no Liceu de Coimbra, ocupando um destes, de nome David Cohen, o lugar de chefe da 2.ª Circunscrição da Exploração da C. P.

Também na freguesia do Couto de Cucujães leccionei alguns filhos — famílias que fizeram os seus exames de Instrução Primária no Liceu de Aveiro.

lavradores que tomaram o encargo de dar madeiras e condução de todo o material preciso para as mesmas obras.

E quanto à supradita Capela, foi reconstruída a expensas minhas e de um paroquiano muito meu amigo chamado Abraão Cohen.

2.° *Na freguesia do Couto de Cucujães.* Ponderando, logo de princípio da minha paroquialidade, a necessidade de reparos e melhoramentos na igreja, empreguei todo o meu cuidado, durante o meu tempo de pároco, em patrocinar a ideia da sua realização. Para este fim, tomei a iniciativa de falar com pessoas piedosas, de teres, e de brio patriótico. Essas pessoas perfilharam o meu pensamento, pondo-se à minha disposição.

Registo dos Beneméritos pela ordem cronológica e suas respectivas benemerências:

1904

a) De Domingos José Marques da Silva, de Casal Novo e Julião Fr.co Gonçalves, de Matadegas, S. João do Monte
— Duas credências — uma em cada parede lateral do Altar-mor e, em cada uma destas, três nichos, e revestimento da Capela-mor com escaiola 120:00

1906

b) De António da Costa Sol, de Vila Nova
— Um relógio padrão e seu assentamento na torre da igreja 499:55

1910

c) De António Ferreira da Costa, do Marco
— Reconstrução do coro da igreja em vigas de ferro, e compra e assentamento de mosaico no centro do pavimento do corpo da igreja 700:00

1917

d) De Bernardino José Ferreira, da Costa
— Refundição do sino grande da torre da igreja com o peso de 837kg,680, compra de uma

Custódia, um cális de prata, e de uma estola e âmbulas 581:20

1918

e) De Teresa Gonçalves, de Vale Grande
— Reforma do Altar do Crucificado, na igreja, e, de sua iniciativa, a aquisição do painel para o camarim da capela-mor 405:00

1920

f) De Joseph Manta, do Picoto, mas residente em Provincetown, Mass., na América
— Um carro fúnebre e sua casa de arrecadação, e um Fundo monetário para a sua conservação 5.776:78

1925-1926

g) De D. Claudina Alves Machado Brandão, de Vila Nova
— Reconstrução do altar de N. S. do Rosário e seu douramento; compra das imagens de S. José e S. Domingos, de um Sacrário, vestimentas sacerdotais, confessionários e azulejos de relevo para adorno das paredes interiores da igreja 25.622:24

Mais:
Da iniciativa desta ilustre benemérita, por pessoas suas amigas 4.927:00

1926

h) De D. Maria Amélia Pinho e sua irmã D. Sara Pinho
— Três lâmpadas de metal branco 1.339:40

i) De Artur de Castro, de Faria de Baixo
— Restauração, pintura e douramentos do púlpito 1.350:00

1927-1928

j) De Manuel Alves Soares, de Rebordões
— Reconstrução e adorno do altar da N. S. da Soledade. 13.024:09

(Para esta quantia concorreram João Afonso

Alves Soares com 1.000:00, e Manuel de Oliveira (o da Fonte) com 2.000:000).

1930

l) A expensas do povo da freguesia
— Revestimento da cúpula da torre com azulejos brancos, e do frontispício da igreja com azulejos de relevo 18.231:05
(Do Fundo Joseph Manta foram tirados 2.000:00 para esta quantia).

Total das quantias dadas e dispendidas em reparos e melhoramentos na igreja da freguesia de Cucujães, desde 1904 a 1930—Esc. 72.576:31

NOTA. — A instâncias minhas foi mudado o Cruzeiro grande do Largo da Igreja para o terreno das Alens, em 1905. O trabalho importou em 130:000 reis. E assim ficou mais acomodado, mais alegre e de largas vistas, o caminho das Procissões da Igreja que, anteriormente, seguia pelo caminho fundo e apertado, que ladeia, a norte, a cerca do reextinto Mosteiro Beneditino até à cruz de pedra na bifurcação dos dois caminhos que ligam com a Estrada da Igreja (Feirral).

D. Claudina Alves Machado Brandão, supra mencionada, beneficiou a Capela de S. Luzia com um Altar mor.

E a propósito: O mesmo Altar foi da Capela particular da Casa apalaçada do Coto, de Fajões, com a inovação de S. Pedro, fundada por um familiar do Santo Ofício, quando funcionário do Tribunal da Inquisição que existiu, em Fajões, e exerceu sua acção na referida Casa, que, ainda hoje, conserva a cadeia inquisitorial, desse tempo já distante.

A denominação — Casa do Coto — compreende a totalidade das casas suas circunvizinhas, tendo estas sido moradias dos familiares do Santo Ofício, e aquela servido de Tribunal.

Os moradores que foram sucedendo na dita Casa do Coto guardaram e respeitaram sempre, após a extinção do Tribunal, os autos criminais e sentenças judiciais, até cerca do ano 1920. E, neste tempo, os seus proprietários (homem e mulher), ambos professores primários, entenderam por bem tirar os referidos autos e sentenças do seu arquivo, e lançá-los ao pátio da Casa, sem atentarem ao seu valor histórico que, para eles, era grego!

VIII

Joseph Manta demoveu a sua ideia no sentido de beneficiar Cucujães, sòmente depois da leitura do livro «Cucujães», e troca de alguma correspondência com o seu autor — abade João Domingues Arede.

Explicaçào da epígrafe deste capítulo:

Joseph Manta, há muitos anos residente em Provincetown, Mass., na América, resolveu, cerca do ano de 1910, beneficiar a igreja e socorrer os pobres da sua saudosa terra de Cucujães, e achou prudente escrever antes a algumas pes-

soas de Cucujães, do seu tempo e conhecimento, no sentido de pôr em andamento a acção da sua vontade de fazer bem à terra onde tinha nascido em 18 de Janeiro de 1846.

Sucedeu, porém, que nenhum dos indivíduos a quem se tinha dirigido por cartas, lhe respondeu. Esta falta de consideração muito aborreceu e magoou Joseph Manta que pôs de parte as suas intenções de beneficiar Cucujães.

Como eu tivesse publicado, em 1915, uma Monografia intitulada *«Cucujães»*, da mesma teve conhecimento Joseph Manta pelo jornal «O Comércio do Porto», de que era assinante. Daí o pedido de um exemplar que, na volta do correio, lhe enviei e ofereci com uma dedicatória que ele, em honrosa carta, me agradeceu.

E Joseph Manta, após a leitura do «Cucujães» e a troca de alguma correspondência comigo, resolveu na sua mente esquecer o aborrecimento sofrido, e outros que não importa referir aqui, e beneficiar a sua terra amada, mas com a minha cooperação e superintendência absoluta por ser pessoa da sua inteira confiança. E eu que, pelas cartas recebidas, conheci a bondade do coração de Joseph Manta que, algumas vezes, me consultou sobre os seus projectos e sempre ouviu os meus conselhos, pus-me à sua disposição, cumprindo depois, com o maior escrúpulo, a sua vontade e com o seu aprazimento.

Posto isto:

Para maior compreensão dos sentimentos de benevolência e personalidade moral de Joseph Manta, vão, a seguir, transcritas as suas benemerências a Cucujães e algumas cartas suas que bem mostram a candura do seu coração e o seu conhecimento dos homens:

a) Dois Fundos monetários, e cada um com fim determinado.

— O primeiro. É de £ 400 em títulos brasileiros de £ 100 cada ([1]), cujo rendimento foi destinado à conservação da carreta fúnebre e casa da respectiva arrecadação; e o sobrante da despesa a benefício da igreja e dos pobres de Cucujães.

— O segundo. É de 22.890$40, proveniente do câmbio de 1000 dólares, que o referido benemérito enviou de Provincetown Mass., onde vivia. Para esta quantia ficar superior, uma pessoa amiga dos pobres ofereceu ao abade 2.000$00 para lhe juntar. E assim ficou a mesma em 24.890$40 que foi convertida a benefício da Misericórdia de Cucujães que

([1]) O quantitativo destes Títulos sofreu grandes baixas desde a publicação de um decreto do Governo do Brasil, de 5 de Fevereiro de 1934, sob o n.º 23829. E assim os Títulos supra ficaram valendo apenas 200.0.0., de harmonia com o art. 59 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 35:595.

requereu um Certificado de Renda Perpétua, o qual lhe foi passado sob o n.º 2:422 com a denominação de — «Fundo Arede-Manta». O seu rendimento anual é de 1.485$00 que reverte em proveito dos pobres inválidos e doentes de cama, da freguesia de Cucujães.

b) Algumas cartas (cópia) com reflexões necessárias e elucidativas.

1.ª — «Provincetown, Mass., Dezembro 26-1919.

Rev. João Domingues Arede — abade de Cucujães

Meu amigo e Snr. abade

Acabo de receber a sua estimada carta, de 5 do corrente mês e ano. Para seu e meu descanso, escrevo esta. Em poucos dias vou mandar o dinheiro por carta registada. Desde a minha de 31 de Outubro já pensei mais uma coisa, no caso de o meu amigo assim o entender. E logo que tem a vontade de oferecer o seu trabalho tanto francamente aqui lhe peço o favor de tomar conta como tudo seu, e não ter satisfação nenhuma a dar-me, nem a ninguém. De Deus também receberá o seu pagamento . . . .»

2.ª — «Provincetown, Mass., Fevereiro, 8-1921.

Rev. João Domingues Arede
abade de Cucujães.

Meu caro amigo Sr. Padre Arede

Confirmando a minha de 31 do p. p. Incluso uma letra no valor de 200 dólares para ajuda do pagamento da carreta fúnebre . . . . . O meu caro amigo já vê que não tem satisfação a dar a ninguém. Se alguma e assim o entender, só a mim. Isto é tudo para minha satisfação e Paz. Fico às suas ordens. Joseph Manta.»

3.ª — «Provincetown, Mass., Julho 27-1921.

Rev. João Domingues Arede
abade de Cucujães

Caro amigo Sr. Padre

Recebi e agradeço o seu favor de 9 do corrente. Fico sciente do seu conteudo — estar tudo em ordem — assim como tudo fica ás suas ordens . . .

Caro Amigo tire tambem algum pagamento do seu tanto trabalho que tem tido e sempre terá. Tudo por meu respeito.

Se não fosse meu caro Amigo, eu nada podia fazer e a freguesia tinha que perder.

Por isso a freguesia, se algum bem, é devido aos seus esforços. Ao meu caro Amigo é dado todo o crédito. . . . . . Sou com obediencia — Joseph Manta.»

4.ª — «Provincetown, Mass., Outubro 19-1927.

Rev. João Domingues Arede
Vila de Cucujães

Meu caro Amigo Sr. Padre Arede

Recebi o seu favor — data 1.º do corrente.

Vejo que o meu caro Amigo tem feito e fez o melhor que pôde para aumento da freguesia. Não se póde esperar mais. . . . Fica, como sempre, tudo à sua conta. . . .

Sempre com boa vontade em Deus.

Seu filho — Joseph Manta.»

5.ª — «Provincetown, Mass., Abril 29-1924.

Rev. João Domingues Arede
abade de Cucujães

Meu caro Amigo Sr. Padre Arede

O seu favor de 15 do corrente mês e ano que acabo de receber. Li e com muita atenção. Tanto que me fez rir e chorar: rir pelas palavras da minha de 25 de Março 1919 que varias vezes me lembro, e chorar que Deus permita seja digno do seu elogio. O nosso Fundo Arede-Manta já devia ter ido . . . . Isto feito, fico descançado porque, emquanto vivo, tudo é bom e vai bem; faltando, falta tudo . . . .»

6.ª — «Provincetown, Mass., Julho 25-1924.

Este documento acompanha um vale certificado pelos Estados Unidos da América no valor de 1000 dólares, sendo á ordem do Rev. Padre João Domingues Arede, abade de Cucujães, que ele use conforme as minhas instruções para bem do Hospital na freguesia do Couto de Cucujães — Fundo Arede-Manta.

Explicação — Isto é para a freguesia de Cucujães, ou a quem mais interessar. Pela minha parte não representa riqueza, porem sim suór do meu rosto e economia, trabalhos dos muitos anos da minha vida e assim vontade de fazer bem á freguesia com vista aos pobresinhos, que, fazendo bem a um em honra a Deus, fico pago. Aqui está a vontade do meu coração.

Ao vosso abade, meu amigo Padre João Domingues Arede, se deve dar todo o valor. Pois se não fossem os esforços e honestidade dele, e o bem que conheço ele desejar à freguesia de Cucujães, não acontecia. —

Meu caro Amigo Sr. Padre João Domingues Arede, abade de Cucujães, faça favor de usar este documento como quizer e entender.

É o Evangelho do meu coração.
Honra a Deus na terra e Gloria no çéo.

Joseph Manta»

Pela leitura das cartas acima transcritas e arquivadas no Museu de Cucujães com muitas outras, se nota a nostalgia de Joseph Manta pela sua querida terra de Cucujães, e a grande satisfação de ter beneficiado a sua igreja e os seus pobres por intermédio do abade — João Domingues Arede.

Deste modo Joseph Manta, mesmo de longe, deu e deixou um alto exemplo de verdadeiro amor à igreja e pobres da sua terra de Cucujães.

E eu, João Domingues Arede, a quem se devem os benefícios constantes das cartas supra, tenho muita honra em poder declarar, aqui, que fui o único cooperador leal e necessário do grande benemérito Joseph Manta, como era indispensável, ao tempo e na presente conjuntura.

IX

Estudos literários e de investigação histórica na região da Beira-Litoral.

a) Estudos literários. Na Academia de Ciências de Portugal contribuí bastante para o estudo do seu vocabulário. Por esse serviço fui louvado pela mesma Instituição Cientí-

fica e, a seguir, nomeado seu Sócio Correspondente, em 20 de Julho de 1915. («Trab.os da Academia de Ciências de Portugal» — 1.ª Série, tomo v, a pág. 95).

Obras publicadas:

«Cucujães».
«Estudos sobre antiguidades da Terra de Santa Maria da Feira».
«Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos tempos medievais e modernos».
«Vida e Virtudes Cristãs de A Santinha de Arrifana».
«Museu Arqueológico e etnológico de Cucujães».
«Estudos sobre a Região Caramulana».
«Dois Subsídios para a história de Macieira de Alcoba».
«Manual de Instrução Moral e Cívica».

b) Estudos de investigação histórica na região da Beira-Litoral. A Revista trimestral — «Arquivo do Distrito de Aveiro» —, tem trabalhos meus de investigação histórica, cujos títulos vão, a seguir, mencionados pela sua ordem cronológica em os índices dos volumes já publicados:

Amuleto fálico da época neolítica encontrado no Castro de Recarei	Vol.	I	pág. 111
Monumentos de arqueologia e história militar em Cucujães e São Martinho da Gandra	»	»	» 313
Museu da Vila do Couto de Cucujães	»	»	» 310
Vestígios da dominação romana em Nogueira do Cravo, de Oliveira de Azeméis	»	II	» 109
Subsídios para a história da cidade de Aveiro e a sua afeição pela Ordem Beneditina, no século XVI . .	»	»	» 221
Vila Chã (S. Roque)	»	III	» 65
Mosteiro de Cucujães	»	»	» 269
Estradas romanas do Distrito de Aveiro	»	IV	» 25
Santiago de Riba de Ul, outrora Sanctus Iacobus de Uila Coua Dul	»	V	» 75
Subsídios para a história de Macieira de Alcoba . . .	»	VI	» 245
José Luciano de Castro e Camilo Castelo Branco. . .	»	VII	» 33
Ainda o Ubi da Talábriga	»	VIII	» 75
Mais um subsídio para a história de Macieira de Alcoba, do Concelho de Águeda	»	»	» 247
Migalhas de história regional: Morgadio de Sever do Vouga	»	IX	» 245
Identificação do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul .	»	X	» 269
Um pouco de história local de que beneficiam S. Martinho da Gandra e S. Vicente de Pereira	»	XI	» 206
Contribuições eclesiásticas paroquiais em Cucujães e suas alterações no tempo decorrido desde o século XII até ao século XX	»	XII	» 113

c) Armas da Vila do Couto de Cucujães. Elevada a terra de Cucujães à categoria de Vila por decreto de 11 de Junho de 1927, consegui honrá-la com um Brasão de Armas,

depois de ter investigado a sua história para o basear em princípios históricos, e também estudado as figuras que deviam ser colocadas no campo do escudo e, dentro da verdade histórica, fossem autênticos símbolos dos factos históricos relativos a Cucujães.

Foi aprovado pela Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses. em sua sessão de 30 de Novembro de 1927. (*Elucidário Nobiliárquico*, de AFONSO DE DORNELAS, vol. I, a págs. 264 e segs.).

A propósito:

Estes meus Estudos despertaram a atenção e a simpatia da Ex.[ma] Snr.[a] D. Maria José Celeste Freire da Silva, residente em Lisboa.

Esta Ilustre Senhora, filha do meu Ex.[mo] e Prezado Amigo — Tenente da Armada, Felismino Ferreira da Silva, com o fim de me animar a prosseguir os meus trabalhos favoritos, deliberou escrever e dedicar-me, com o seu espírito culto, um soneto que gostosa e reconhecidamente reproduzo a seguir:

«Ao Ilustre Abade João Domingues Arede

A sua vida é um constante labutar:
Acima das maiores azáfamas — o Latim:
Por causa dele tem vivido a trabalhar,
Ele será o alvo da sua vida — o seu fim.

Não para um só instante, um só momento,
Os seus olhos destacam-se entre os mais olhos,
Tudo para si é belo, nada é tormento,
Da vida dos infelizes tira os abrolhos.

A certeza é senhora das suas afirmações:
Abaixo a mentira ou mesmo a banalidade;
Em tudo põe trabalho, cansaço, aflições,

Mas nada o rala, nem mesmo se gastar a herdade
(Porque tudo está num mundo muito àparte);
Sòmente o preocupa — o esclarecer a Verdade.

Lisboa. Abril de 1945.

Maria José Celeste Freire da Silva»

X

Fundação e instalação do Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães, e solenidade da sua inauguração em 4 de Agosto de 1935.

O Museu de Cucujães representa um monumento de progresso e de civilização. Arquiva bastantes vestígios de civilizações extintas e outros objectos da antiguidade.

Inauguração pormenorizada do Museu:

a) Instalação do Museu e colocação do meu retrato numa dependência da igreja de Cucujães. Foi instalado na sacristia da igreja paroquial o novo Museu. Também, na ocasião, foi colocado numa dependência da mesma igreja o meu retrato como fundador do Museu.

b) Homenagem ao fundador do Museu. Fui homenageado pelo povo de Cucujães como fundador do novo Museu, tendo comparticipado da mesma homenagem bastantes pessoas de elevada posição social.

c) Notícia da solenidade da inauguração. Foi realizado o acto da inauguração no Claustro do Seminário das Missões (outrora Mosteiro Beneditino) que comunica com a igreja paroquial.

Assistiu a Comissão de homenagem composta dos seguintes membros — Dr. Bernardino de Almeida, Dr. José Inácio Coelho e Agostinho Lopes da Costa, e a Corporação da Junta da Freguesia.

Presidiu à solenidade o Ex.mo Snr. Dr. António Luís Gomes, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e Ministro que foi do Governo Provisório da República, secretariado pelo Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis e D. Claudina Alves Machado Brandão.

Assistiram, além da Comissão e Presidência, bastantes pessoas de consideração, tais como: António Joaquim Ferreira da Silva, Governador Civil de Coimbra; Dr. António Luís Gomes (Filho), Director Geral da Fazenda Pública; Dr. José Júlio César, Advogado em Viseu; Álvaro Fernandes, Professor Primário de Cucujães; Reverendos Padres do Seminário das Missões com seus seminaristas; José Dias Amaral, Escrivão de Direito em Celorico de Basto, e muitas senhoras. Também assistiu o povo da freguesia e algum de fora dela.

Fizeram-se representar o Reverendíssimo Bispo do Porto, Dr. Mendes Correia, Professor da Universidade do Porto, Dr. Rocha Madahil, de Coimbra, e outros.

O Ex.mo Presidente declarou aberta a Sessão e, em seguida, autorizou a usarem da palavra:

— Dr. José Júlio César. Este orador referiu-se à vida do homenageado, seu parente, conterrâneo e amigo desde a infância.

Aludiu às suas obras literárias e outras de investigação histórica, principalmente da terra de Cucujães e da região caramulana.

Felicitou o povo cucujanense que lhe fica devendo a sua História escrita em três livros, o seu Brasão que organizou e conseguiu ver aprovado pela Secção Heráldica dos Arqueó-

logos Portugueses, de Lisboa, e o seu novo Museu Arqueológico e Etnológico — verdadeiros monumentos de civilização histórica para a encantadora terra de Cucujães.

Aproveitou também a ocasião para declarar que o Reverendo abade Arede nunca esqueceu, em suas obras, o povo caramulano, chegando mesmo a escrever uma obra intitulada *Estudos Regionais sobre a Região Caramulana.*

E terminou por abraçar o humilde filho de Macieira de Alcoba, com sentimentos de gratidão, em nome de todo o povo caramulano que tanto tem honrado com os seus trabalhos históricos e com o seu acrisolado patriotismo.

NOTA. — Dr. José Júlio César, advogado e publicista de elevado talento, nasceu em São João do Monte, freguesia vizinha da de Macieira de Alcoba, terra natal do seu parente, e amigo desde a infância, o abade—João Domingues Arede.

Seus pais:
Júlio César Pereira da Silva e D. Júlia Maria da Conceição de Jesus.
Avós paternos:
Maria Eufrásia e Florêncio Henriques de São José.
E visavós paternos:
Aurélia Marques e João Francisco.

O parentesco do Dr. José Júlio César com o abade — João Domingues Arede provém da visavó materna deste, de nome Ana Marques, ter sido irmã da supradita Aurélia Marques — ambas nascidas no lugar do Carvalhinho, freguesia do Guardão, e filhas de Rosa Marques e de Manuel Ferreira, da casa do Capitão-mor do referido lugar.

A mesma Ana Marques casou, em Macieira de Alcoba, com Bernardo Domingues, de quem houve uma filha, de nome Custódia Marques, que casou com Bernardo Domingues. E deste casamento nasceu Iria Marques que casou com Manuel de Arede, também em Macieira de Alcoba. Foram estes os pais do abade — João Domingues Arede.

E daqui o parentesco do abade João Domingues Arede com o Dr. José Júlio César, em 4.° grau.

— Professor Álvaro Fernandes (1). Seu discurso: «Depois de terem falado verdadeiras autoridades na ciência arqueológica, hoje tão cultivada, seja-me permitido proferir duas palavras alusivas à cerimónia de hoje e sobretudo ao Rev. João Domingues Arede, fundador do pequeníssimo mas valioso Museu de Cucujães.

Um homem que, não sendo natural desta freguesia, teve coragem bastante para levar a cabo três monografias completas da sua terra adoptiva, entendo eu que bem merece o aplauso sincero de todos os naturais dessa terra tão carinhosamente monografada. Cucujães tem de há muito para com o Rev.° Arede uma dívida de gratidão que não deve fugir a pagar.

---

(1) Este distinto professor, que honra a sua classe, é natural de Fermedo, do concelho da Feira e, ao tempo desta manifestação cívica, encontrava-se em Cucujães, como professor oficial da Escola do Picoto.

Longe dos grandes centros, da convivência dos grandes mestres; afastado das grandes bibliotecas, onde se encontram as obras antigas imprescindíveis aos trabalhos históricos; o esforço do Padre Arede tem um valor particular, porque foi realizado em condições excepcionais, sem as facilidades que muitos encontram no caminho.

Para tirar uma simples dúvida, na escassez deste meio, quantas viagens não faria o P.e Arede a consultar os in-fólios ocultos nas bibliotecas principais do país?

Para escrever a sua obra que só a leigos pode ser tida por fácil de realizar, sei perfeitamente que não pôde fugir a viagens inúmeras ao Porto, a Aveiro e a Coimbra, sujeitantando-se a despesas e a incómodos dolorosos.

Mas a Arte, como a Ciência, não é uma actividade lucrativa de que se esperem proventos e que possa ser exercida sem sacrifícios de toda a espécie: é um culto, uma devoção, uma inclinação do espírito de que nada mais se espera que o interesse colectivo e o simples prazer espiritual.

Por isso o P.e Arede, vigoroso por natureza, tenaz por índole, entregando-se à História e à Arqueologia por bairrismo e tendência do espírito, perseverou nos seus estudos e, com o decorrer dos anos, pôde concluir a sua missão, legando à sua terra adoptiva um monumento escrito e um local de concentração e estudo.

Isolado na província, nas horas de folga do sacerdócio, o Reverendo Arede, triunfando das maiores dificuldades, pôde realizar sobre a sua freguesia, como disse, nada menos de três monografias. Poucas terras de âmbito tão pequeno se poderão gabar de possuir tamanha historiografia.

«Cucujães», «Cucujães e o seu Mosteiro com o seu Couto nos Tempos Medievais e Modernos» e «Museu de Cucujães», são as três obras de valor histórico e arqueológico que ficarão a recordar contìnuamente a passagem luminosa do P.e Arede por esta terra.

Para rematar com chave de ouro a sua vida de historiador e arqueólogo, acaba de ser inaugurado o pequenino Museu de Cucujães, para o qual a devoção do P.e Arede vinha, de há anos, reunindo elementos, percorrendo os terrenos da região, sobretudo o célebre monte de Recarei, onde existiu outrora um Castro, à procura de pedras da época prè e proto-histórica.

Como escrevi noutro lugar, a pedra, melhor do que o ouro, pode marcar, com símbolos bem distintos, as várias etapas da existência humana.

As toscas pedras aqui guardadas, de valor nulo a olhos de profanos, vistas por estudiosos, têm valor inegável, pois ressuscitam milénios extintos, falam-nos de celtas e romanos: são documentos da História do homem.

A marreta do pedreiro, por esse mundo além, tem obliterado monumentos sem conta, que, embora toscos, conservados intactos, muita luz espalhariam sobre o Passado. Não são o vandalismo, a barbaria, o instinto de maldade, que levam a destruir as heranças preciosas das gerações extintas, mas quase sempre a ignorância. A ignorância, como se sabe, é o pior de todos os males e o que mais prejuízos acarreta.

¿Quantos castros, quantos dólmens, quantas lápides funerárias, quantos pelourinhos não têm sido destruídos, irreverentemente, pela ignorância, aproveitando-se os destroços em obras de alvenaria?

Se o alvanel conhecesse o valor dessas pedras — desses castros, desses dólmens, dessas lápides funerárias, desses pelourinhos —, suspenderia o golpe cego que sobre elas descarrega, e colocaria essas pedras em lugar de destaque, no melhor ponto da freguesia, para que fossem veneradas por todos os olhos.

A falta de carinho para com as rudes pedras arqueológicas não é apenas atributo de ignorantes e analfabetos. Pessoas letradas conheço eu que não ligam a mínima importância a um dístico, a uma coluna, a um monumento da antiguidade.

Para combater essa falta de carinho e essa ignorância, torna-se necessária uma campanha intensa feita pelos arqueólogos, não apenas em revistas da especialidade, mas em jornais de larga difusão, para que possam ser iniciadas no culto pelo Passado as camadas populares.

E como o padre e o professor são as duas individualidades mais em contacto com o povo nos meios rurais, para conservar o mais possível o nosso património histórico e artístico, entendo que deveriam ser criadas cadeiras de elementos de arqueologia nos Seminários e Escolas do Magistério.

O padre e o professor, convenientemente preparados, ficariam sendo os guardas vigilantes desses tesouros magníficos espalhados pelas aldeias de Portugal. E um e outro seriam auxiliares preciosos dos mestres arqueólogos nos seus trabalhos de alta investigação.

A classe sacerdotal possui já hoje uma boa falange de arqueólogos: o abade do Baçal, o Reverendo Vasco Moreira, o Cónego Aguiar Barreiros, o Rev. Arede — para falar apenas nestes; e, entre os professores, conheço dois que têm realizado importantes estudos de arqueologia e etnografia no Alto Minho: Abel Viana e Manuel Boaventura.

A história local e a arqueologia são, pois, duas ciências valiosas que, cultivadas conscienciosamente, vão reflectir-se na História Nacional, servindo-lhe de alicerce.

O P.^e^ Arede, que uma e outra tem cultivado com amor, ciência e prudência, não esquecendo nunca a frase de *Fustel de Coulanges* que afirma que — «em trabalhos eruditos, é necessário um ano de análise para autorizar uma hora de síntese» —, merece bem o aplauso dos estudiosos portugueses e, sobretudo, o reconhecimento, a gratidão de todos os cucujanenses, sem distinção de seitas, porque, acima de homem, susceptível de errar, incapaz de agradar a todos, está o historiador desta terra e o fundador do pequenino Museu de Cucujães, onde se guardam tantas relíquias.

O P.^e^ Arede, escrevendo a sua obra e fundando este Museu, que ficará sendo o relicário das coisas preciosas da freguesia, deu provas do seu talento e da sua cultura, e concorreu para a elevação intelectual de Cucujães, chamando para ela a atenção dos arqueólogos portugueses que, como todos os estudiosos, põem acima de tudo as questões espirituais.

Mesmo que a sua obra estacione por aqui e não seja acrescida de mais nenhum volume, o P.^e^ Arede trabalhou já o bastante para que o seu nome mereça consagração e para que Cucujães, mesmo depois da sua morte, o relembre e o consulte através dos tempos.

Na qualidade de amigo e quase discípulo — pois o Reverendo Arede tem posto à minha disposição, obsequiosamente, o seu saber e os seus livros — eu

O saudo, neste momento festivo para si e para a terra ao serviço da qual tem vivido e trabalhado.»

NOTA. — Vai transcrita, na íntegra, a alocução supra pela doutrina conceituosa que encerra, que não pelas imerecidas referências ao homenageado.

— Abel Marques da Silva Valente, Secretário da Junta de Freguesia de Cucujães. Este, em nome da Junta da Freguesia, que ali representava na qualidade de seu Secretário, enalteceu o homenageado pelo seu amor e dedicação à terra de Cucujães. Em seguida leu e entregou ao homenageado a cópia de uma acta de sessão da Junta da Freguesia, manifestando o seu reconhecimento e gratidão pelos serviços prestados a Cucujães, quer como seu pároco, quer como seu historiador.

Seguidamente foi descerrado o meu retrato e, em acto contínuo, a Exma Sr.ª D. Claudina Alves Machado Brandão, em seu nome e no das Senhoras de Cucujães, num grande exemplo de civismo, ofereceu-me um lindo relógio e corrente que eu agradeci nos seguintes termos:

— Senhoras de Cucujães, dignas todas do meu maior respeito!

Com os sentimentos da mais viva gratidão, aceito o valioso presente, generosamente oferecido por vós, minhas respeitabilíssimas Senhoras.

Representa este objecto um alto valor pelo seu significado moral — a manifestação do vosso amor, ou seja, do vivo interesse e satisfação pelo progresso moral, intelectual e material desta linda terra. Estou por certo que os nossos ilustres convidados de fora da terra, comparticipantes desta homenagem, grandes pelo seu saber e elevada posição social, bendirão sempre as bondosas Senhoras de Cucujães, Portuguesas de Lei, pela grande lição de civismo que deram nesta solenidade. Continuai, minhas Senhoras, a honrar Cucujães, terra aprazível e bela, que bem merece o nosso carinho e o nosso amor. Pelo vosso nobilíssimo pensamento, e acção patriótica e simpática, aqui significo o meu eterno reconhecimento.



João Domingues Arede,
Abade de Cucujães

E a propósito:

Em 1922 vendi o meu relógio e corrente de ouro, para pagamento de uma verba de despesa com a publicação do meu segundo livro sobre Cucujães — «Cucujães e Mosteiro com seu Couto».

Procedi assim, por entender que o arrancar das trevas, para a luz da publicidade, o glorioso passado histórico do Couto de Cucujães, interessava mais à honra e inteligência dos Cucujanenses, do que o meu relógio e corrente de ouro no bolso do colete, apesar de me ter sido oferecido, quando Vigário de Souselas, por serviços de leccionação particular.

Foi ao conhecimento das boas e briosas Senhoras da terra o rumor desta minha acção de bem querer o engrandecimento de Cucujães, e, daí, a resolução das mesmas em brindar-me com um outro relógio e corrente de ouro, no acto da inauguração do Museu, na sacristia da igreja, e no descerramento do meu retrato, noutra dependência da mesma.

AGRADECIMENTO

Exmo Presidente desta Sessão:
Exma Comissão desta Homenagem:
Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

— Vão para V. Ex.ª, Sr. Presidente, os primeiros agradecimentos pela bondade das suas palavras de louvor, e comparticipação nesta Homenagem.

— Ao Rev.^mo^ Superior deste Seminário das Missões o meu inteiro reconhecimento pela cedência deste Claustro para esta solenidade, e também pela autorização da colocação neste mesmo Seminário, de uma lápide com uma inscrição, designando o local, dia, mês e ano do nascimento do falecido Conselheiro Doutor Ferreira da Silva.

— À Exma Comissão, e Junta da Freguesia, agradeço a honra desta homenagem.

— Aos ilustres Oradores fico muito grato pelos louvores e felicitações que me dirigiram, e que tomo como prémio à minha dedicação e sacrifício por esta terra de Cucujães.

Meus Senhores:

Sinto-me feliz por ver que, nesta minha idade, que já passa muito além do seu zénite, olhando o presente e o passado, posso ainda sentir espirituais consolações pelo dever cumprido e, por fim, ter junto de mim Amigos de perto e de longe a prestarem-me a sua homenagem de respeito e congratulação pelo Bem que fiz a Cucujães.

Estou no poente da minha vida, mas, apesar disso, vejo-me satisfeito por ver nesta manifestação de amizade sincera uma prova de que não desmereci, até hoje, do bom conceito dos Amigos e do povo desta freguesia, com o qual tenho vivido faz hoje 35 anos. E ainda bem que todos fazem justiça às minhas rectas intenções, compreendendo a dedicação que tenho votado a Cucujães, já como pároco, já como cidadão.

E assim:

a) Como abade, vivi sempre de bem com o povo e para o povo.

Posso percorrer Cucujães, de fronte levantada, e tenho a certeza de, com razão, não receber queixumes de quem quer que seja. Também nunca atropelei direitos, nem ofendi pessoa alguma com vontade deliberada: antes procurei seguir sempre o caminho da verdade e da tolerância porque, no fim

de tudo, só triunfam a Verdade e a Justiça, acrescidas da tranquilidade da consciência do dever cumprido. Vivi sempre nas boas graças dos meus Venerandos Prelados, e nas melhores relações com as mais autoridades, quando no exercício das minhas funções civis.

b) Como cidadão procurei viver sempre com dignidade e ser útil a esta terra, tendo contribuído com os meus minguados recursos intelectuais e morais para o seu engrandecimento e bom nome.

Empreguei todos os meios ao meu alcance para tornar esta terra cada vez maior e, portanto, mais conhecida. E devido a esta minha atitude é que Cucujães fica possuindo três monumentos de progresso e de civilização:

1.° A sua História. Três livros sobre Cucujães relatam os factos históricos e sociais mais importantes nela decorridos através dos anos.

2.° O seu Brasão. Este sintetiza os principais factos sucedidos em Cucujães nos tempos medievais. E assim: O Leão rompente, segurando um Báculo de ouro, representa o Mosteiro Beneditino, e o escudete de Armas, o coutamento de Cucujães para o Mosteiro por D. Afonso Henriques.

3.° O Museu. Tendo conseguido reunir alguns objectos demonstrativos da actividade e inteligência do homem que primeiro veio habitar esta região, lancei as bases do Museu Arqueológico e Etnológico que desde hoje, dia da sua inauguração, fica propriedade de Cucujães.

. . . .

A todos os que promoveram, comparticiparam e assistiram à solenidade deste acto

— agradeço cordealmente.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Por último, o Exmo Presidente, Dr. António Luís Gomes, falou das brilhantes qualidades do Reverendo Arede, e bem assim do seu amor ao estudo, e dos altos serviços prestados a Cucujães e à região. E, a seguir, encerrou a Sessão.

NOTA. — Da supradita manifestação cívica fez largas referências o jornal «A Opinião» de Oliveira de Azeméis, de 24 de Agosto de 1935. Dele me socorri para transcrever algumas informações sobre o assunto da mesma manifestação.

XI

Despedida do povo da freguesia de Cucujães quando deixei de ser seu pároco, em princípios de Novembro de 1932.

Voltado para o povo da freguesia, no fim da minha missa última, como seu pároco, proferi algumas palavras e, dentre elas, as seguintes:

«Deixo hoje de ser vosso pároco. Esforcei-me sempre para vos atrair à Igreja, e nunca deixei de vos prègar o cumprimento dos vossos deveres. Todo o povo desta freguesia me encontrou pronto, a toda a hora, quer de dia quer de noite, para o atender e servir, sem aborrecimento, e da melhor vontade. A minha consciência não me acusa de faltas graves para com o povo; em todo o caso, se alguém tiver razão de queixa contra mim, acuse-me com a maior franqueza, que daqui lhe quero pedir perdão.
. . . .»

XII

Lições da vida.

No decurso da minha vida conheci, por experiência própria, magnanimidades, ternos reconhecimentos e amargos ressentimentos, de pessoas que classifico deste modo:

a) *Dedicadas e generosas* para comigo que sempre me consideraram e estimaram. Já dormem todas o seu profundo sono entre cruzes e ciprestes.
b) *Gratas* — que me distinguiram sempre com palavras de afecto e acções dignas de louvor pelos insignificantes favores que, desinteressadamente, lhes prestei.
c) *Ingratas* — todas a quem, com muitos sacrifícios, fiz os maiores benefícios.

Permito-me lembrar, também aqui, um inolvidável Amigo que me distinguiu por uma forma comovente e triste, na proximidade da sua morte, com uma carta que, para mim, foi uma grande surpreza também comovente e triste.

Esse meu Amigo, cujo nome não publico por prudência, foi um erudito literato que deixou obras escritas de valor, e especialmente sobre Gil Vicente, poeta quinhentista, que criou o teatro português.

Dotado de um carácter diamantino, de uma educação esmerada e aliada a uma inteligência clara e aprimorada cultura, foi meu Amigo íntimo, franco, leal e sincero. Também lhe correspondi com igual dedicação por justa e merecida. Conheci-o pessoalmente em Lisboa, onde lhe fui apresentado pelo meu ilustre colega e Amigo — P.e Manuel Gomes Himalaia, sábio mundialmente conhecido por inventos que o celebrizaram, entre os quais o Pirrheliòforo e a Himalaite. Isto em 1915, na ocasião em que a Academia de Ciências de Portugal, de que eu era Sócio Correspondente, foi cumprimentar, oficialmente, o Chefe do Estado, no seu Palácio de Belém. Desde então consagrou-me uma estima e amizade raramente igualadas e, talvez, não excedidas nas relações sociais.

Sobreveio-lhe, porém, um infortúnio na sua vida de negócio e, com este, o desânimo e o desalento que o levaram a sair da vida tràgicamente. E assim o seu temperamento melancólico e nostálgico, com essa contrariedade, recrudesceu e, por fim, impeliu-o a um acto de desespero que praticou com espírito lúcido, firmada intenção, secreta resolução e coragem serena. E isto no dia 22 de Novembro de 1933. E antes de consumar o premeditado acto, quis testemunhar-me a sua afeição e confiança pessoal.

Por documentar um caso psicológico pouco vulgar, transcrevo, a seguir, a última carta que me dirigiu, escrita já com o pé no limiar da eternidade:

«Meu Santo e Bom Amigo:

Acossado pelo temporal dos infortunios que cairam sobre mim, sinto fugir-me a esperança. Perdoe-me. Saio da vida, meu Santo Amigo, porque a adversidade me venceu, depois de eu perder a coragem na luta.

Não me repila. Preciso do seu perdão de Padre e de Amigo querido. .... Lembre-se da minha alma nas suas orações, se lhe fôr possivel perdoar-me, meu Santo Amigo.

Assim Deus me perdoará tambem.

Uma ultima saudade infinita para o meu Amigo e para sua querida Familia.

am.° gratissimo

. . .»

A carta é, pelo seu conteúdo, um documento, se não único, certamente raro. É uma página belíssima, em que, a um tempo, transparece uma intenção sinistra e se espelha uma alma de eleição.

A teologia católica tem princípios rígidos sobre o suicídio. Mas há infortúnios tão grandes na vida, reveses de tal magnitude e sem remédio que, mesmo o crente, de integral observância, se inclina respeitoso perante a vítima da sua própria tragédia.

O suicida, cuja carta anoto aqui, não era um materialista, um agnóstico como tantos homens, aliás ilustres, do seu tempo.

No meio das trevas que o desespero adensou em seu espírito, percebe-se a centelha divina que tenta esbatê-las, embora não logre, alfim, dissipá-las.

O ilustre literato pede as minhas orações e espera de mim o perdão do seu delito. Pede perdão a um Padre seu amigo, talvez por não ousar pedi-lo a Deus.

Quem sabe, se por isso mesmo, a súplica ao Padre não terá tido eco no Coração Divino?

Assim o creio!

Ele não pôs termo à vida por desconhecimento ou desprezo do direito natural e divino.

Foi o atleta que, embora esforçado, sentindo o total esgotamento de suas energias, a impossibilidade de atingir a meta, cai no chão da arena desesperançado de melhores dias, confessando a sua auto-derrota, talvez na esperança de que a sua desventura resgatará o seu delito.

Conservo a sua carta de despedida como pergaminho de rara preciosidade. É para mim sumamente honrosa, porque só podia ter sido escrita e endereçada na base de uma confiança ilimitada.

O inditoso Amigo saiu deste mundo, levando-me no seu coração de ouro, e ficando sepultado no meu, profundamente compadecido, onde arde, em perene chama viva, o círio votivo da minha maior saudade nascida do coração que é fonte do verdadeiro, puro e santo Amor!

De todos os meus Amigos, mencionados em notas e no texto deste trabalho, apenas vivem sete, actualmente. E todos eles — meus Amigos de verdade que não de mentira!

Por fim:

Nas minhas lides com o povo, em mais de meio século, vi que o povo acompanha, quase sempre, a orientação dos seus mentores. E quando esses mentores são sensatos e iluminados pela Fé, e com consciência que julgue apoiada no Alto, o povo é bom, disciplinado e valente.

De contrário, o contrário.

Entendo, aqui, por mentores do povo: pais, párocos e padres amorosos e bons educadores, professores activos e briosos, chefes políticos bairristas e pessoas de elevada categoria social com súbditos, e também outras pessoas que tenham subordinados, posição de destaque, talento e fortuna.

Unde:

O exemplo da vida do lar e social
vem de cima.

Eis o Relato breve da minha longa vida de trabalho aturado — toda ela eriçada de espinhos entremeados com poucas rosas.

JOÃO DOMINGUES AREDE
(abade aposentado de Cucujães)

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

A Grã-Bretanha de Hoje, n.os 101 a 103. Oxford.

Arquivo do Alto Minho, vol. IV, n.º 1. Vila de Punhe.

Boletim de Trabalhos Históricos, vol. X, n.os 3 e 4. Guimarães.

Estremadura, n.º 12. Lisboa.

Mensário das Casas do Povo, n.os 7 e 8. Lisboa.

O Tripeiro, n.os 8 e 9. Porto.

Revista de Guimarães, vol. LVI, n.os 1-2.

Boletim de Estudios Hispánicos — Universidade de Valencia, 1947.

FRANCISCO FERREIRA NEVES — *Aritmética e Álgebra*, para o I, II e III anos dos Liceus, 13.ª edição. Lisboa. 1947.

—— *Álgebra e Trigonometria*, para o IV, V e VI anos dos Liceus, 8.ª edição. Lisboa. 1946.

—— *Aritmética Racional*, para o VII ano dos Liceus, 2.ª edição. Lisboa. 1945.

MIGUEL PORTUGAL — *Tábuas e algumas noções de Aritmética*. Porto. 1947.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

Continuamos acompanhando com o devido interesse a publicação desta importantíssima obra, que atinge a letra M e que incessantemente se valoriza, honrando a cultura portuguesa e a geração que tornou possível esta realização editorial.

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* é merecedora de todo o carinho que o público lhe possa dispensar.

GASPAR SOARES DE CARVALHO — *As formações geológicas mais antigas da Orla Mesozoica Ocidental de Portugal.*

É com muito agrado que registamos a recepção deste trabalho. O Autor, que é da região e que às páginas do «Arquivo» tem emprestado a sua colaboração com alguns artigos sobre a geologia regional, apresentou este trabalho na Universidade de Coimbra para tese de doutoramento em Ciências Geológicas. Por ele, fala a sua aprovação.

Seja-nos permitido, todavia, registar a maneira simples e metódica como é apresentado, o que constitui inovação em trabalhos congéneres. Depois de fazer referência a todos os estudos feitos sobre as formações geológicas que constituiram objecto do seu trabalho, descreve o Autor as suas observações de campo. É o trabalho pròpriamente dito. Bem ordenado e sintetizado, de linguagem fácil, embora técnica, acompanhando as suas descrições com boas fotografias, cartas elucidativas, cortes geológicos, surgem aos olhos do leitor as regiões que o Autor calcurriou desde o Baixo-Vouga até Alvaiázere.

A última parte evidencia a sua aptidão para a ciência geológica e o escrupuloso cuidado na documentação, apresentando uma bibliografia completa.

A. P.





SANTA MARIA DE LAMAS

I

A LUTA travada entre o cristianismo e o paganismo durou séculos. No fim do IV ela durava ainda, mas era já patente o triunfo da cruz por todo o império romano, e portanto, na Península Hispânica. Mais dura era então, e o foi durante séculos ainda, a guerra dentro do próprio cristianismo com os cismas que pululavam por toda a parte, sobretudo com o arianismo, força que em certa época chegou mesmo a ameaçar de extermínio a ortodoxia. Foi Teodósio, o Grande, que, nos últimos quinze anos da sua vida, deu o golpe de misericórdia no paganismo moribundo, combate eficiente aos arianos, força e prestígio aos cristãos fiéis aos velhos preceitos, para os quais se inclinou francamente, cumulando-os de privilégios, enquanto privava os outros de direitos fundamentais. Foi ele que permitiu aos cristãos fiéis qualificarem-se de *católicos*.

É evidente que o cristianismo, tendo-se derramado na Península desde o primeiro século, havia de ter necessàriamente templos para o seu culto. Ao princípio secretos, depois públicos, eles respondiam nas proporções, asseamento e solidez, às condições gerais da época, ao número dos fiéis e, sobretudo, à tranquilidade maior ou menor que lhes davam os imperadores, de acordo com as suas preferências religiosas. À morte de Teodósio, em 396, a vida religiosa católica era intensa. Todos os bispados estavam providos dos respectivos bispos e os templos, afamados pelas relíquias dos santos que guardavam, tinham já a firmeza de linhas e amplitude bastante para todas as exigências da fé triunfante.

Mal andados, porém, os primeiros anos do século V, os bárbaros cobrem o solo peninsular. Eles vinham já largamente cristianizados, mas segundo os princípios do arianismo que lhes punham mais ódio no coração contra os católicos do que todas as outras religiões. Os templos foram destruídos ou incendiados, os bispos perseguidos e obrigados

a trabalhos nas fortificações e construção de templos arianos. Foi o que sucedeu a Elipando, de Coimbra. Os primeiros vinte anos deste século foram verdadeiramente lutuosos para a igreja católica.

Cansados, enfim, os bárbaros de suas guerras cruentas, aquietados os suevos e alanos nas terras que ocupavam, retirados os vândalos para a África, fácil foi a Ataúlfo, rei dos godos e aos seus sucessores, estabelecer sobre a Península um novo império que veio a cobrir todo o seu território com a encorporação dos suevos na segunda metade do século VI, depois de uma vida independente que durou quase dois séculos.

A religião católica sempre encontrou da parte dos suevos decidido favor, podendo dizer-se que em toda a região ocupada por eles, isto é, entre Minho e Mondego, ela dominava seguramente todas as outras crenças. Outro tanto não aconteceu entre os godos, que, aferrados ao arianismo, sobressaltavam frequentemente os católicos, impedindo-lhes o culto e destruindo-lhes os templos. Durante o reinado de Teodorico, rei dos suevos, o catolicismo teve uma época de franca prosperidade após a sua conversão. Vem S. Martinho da França para Braga. Reuniram-se vários concílios onde se firmaram os princípios da fé e combateram as heresias que eram muitas. Foi o tempo de S. Jerónimo, em Jerusalém, de Santo Agostinho na África, cujos conselhos Paulo Orósio trouxe à Península, após a visita que lhes fez. Teodomiro foi entre os suevos, ao findar o século VI, o mesmo que Teodósio entre os romanos, ao terminar o século IV. E, como o deste, também o bem daquele teve pouca duração. Posteriormente à sua morte, o reino dos suevos cai em novas convulsões políticas, que abriram as portas ao cruel Leovegildo, rei dos godos, que pôs fim definitivo à existência política daquele estado em 585. Assim desapareceu outro reino e novas aflições vieram aos católicos. Leovegildo, de acendrado apego a arianismo, perseguiu-os e vexou-os. Muitos prelados foram expulsos das suas dioceses, como Pantardo, de Braga, e Constâncio, do Porto. Mas, também este mal foi de pouca duração. Leovegildo morre em 586 e tudo se modificou. Seu filho e sucessor, Recáredo, tão franco apoio deu ao catolicismo, provendo as prelazias ocupadas pelos arianos, reunindo sínodos, construindo templos e mosteiros, que o final do século VI e todo o século VII são de triunfo para o catolicismo. Os sucessores de Recáredo não foram menos fervorosos do que ele. Sisebuto foi mesmo mais longe, pois abriu a luta contra os judeus, ordenando a expulsão de todos os que se não convertessem. Foram numerosos os concílios, que tomaram gradualmente a forma nova de grandes assembleias legislativas, onde, a par de assuntos religiosos, os reis

quiseram que se discutissem outros de ordem política, no interesse da Nação.

Não sei porque estranhos e impenetráveis desígnios de Deus, as grandes épocas de triunfo do catolicismo são seguidas de graves perturbações de ordem política em que sucumbem os impérios: — logo depois de Teodósio, as invasões bárbaras e a queda do império romano; após Teodomiro cai o reino dos suevos; decorrido um século de glórias curtas, sucumbe o império visigótico e os árabes cobrem o solo peninsular.

A invasão árabe, no seu ímpeto triunfante e avassalador, através de quase toda a Península, não teve o carácter feroz e destruidor das invasões bárbaras, três séculos antes. Mais destruidoras foram as lutas da reconquista, desde Covadonga, em 718, até à tomada de Granada em 1492, quando o pendão católico de novo tremulou triunfante em todas as torres da Península. Fernando e Isabel na Espanha, João III em Portugal. Ao longe, o vendaval da Mancha e Alcácer-Quibir.

Durante o domínio árabe, os cristãos foram mais ou menos livres nas práticas do seu culto. Embora sujeitas a certos tributos, algumas instituições religiosas, como o mosteiro de Lorvão, atravessaram todo o período árabe, para desaparecerem quase nos nossos dias.

É de crer que as populações cristãs dentre o Douro e Vouga, embora de contínuo sobressaltadas e rarefeitas pelas guerras de fronteiras, conservassem os seus templos, quer sob o domínio árabe, quer sob o neogodo. Também é de presumir que na região de Vouga, antes de Santa Maria de Lamas, tenha havido outro ou outros templos. Não temos, porém, elementos seguros para localizá-los e descrevê-los, havendo, assim, de passar logo à *basílica de Santa Maria de Lamas.*

Em 957, Enderquina Pala lega ao mosteiro de S. Salvador de Viseu a vila de Aqualada *(Aguada),* com a sua igreja de S. Martinho, acrescentando ao legado o mosteiro do Marnel, chamado de Santa Maria.

Diz o documento *(P. M. H., Dip. et Ch.):*

«...Ego exigua famula dei inderquina qui et palla ... ideo offero pro remedio anime mee suburbio colimbrie uilla mea propria aqualada cum sua ecclesia uocabulo sancti martini cum omnibus aprestationibus suis cortes cum casas hortales uineas pomiferas aquis aquarum sesigas molinarum terras ruptas uel inruptas exitus montium per ubique determinauimus ab integro concedo et diuidit ipsa uilla cum uilla barriolo per illa lomba inter ambas illas stratas et torna in cubito sinistro ad partem occidente per lomba usque in riuulo certoma et trouce

illum riuulum certoma usque ad illam contestam terrenam que diuidit inter uillam uluariam et pergit usque ad montem et ferit in illa mamola que dividit cum uilla sangalios et torna a parte oriente a rippa riuulo certoma ad illa contesta et troce ibi riuulum et perge per sistum per illas uarzenas directum usque ad illum marcum qui sedet ad radicem montis de aqualadela et pergit per montis usque nascitur ille riuulus et torna a parte aquilonis directum per illam ganderam usque in riuulo aqualada et diuidit cum uilla sancta eolalia troucit illo riuulo et pergit per lomba usque at illas stratas.

Adicio etiam monasterium de marnel *cum omnibus adjunctionibus suis* pernominata sancta maria...»

É, assim, certo que em 957 havia no Marnel um Mosteiro, o qual deve vir de data anterior, pois não diz o documento referido que Enderquina Pala o tenha edificado. Precisamos, antes de mais, de saber o que era um mosteiro nestes tempos, para que a dedução dos factos não seja prejudicada com as modernas ideias de grandeza que esta palavra desperta no nosso espírito. O documento de 1019, relativo ao mosteiro de Sever, diz-nos claramente o que ele era: um pequeno templo e uma casa de habitação para duas ou três pessoas. Quando Almançor, em 997, fez a penúltima incursão, só havia ali uma pessoa em vida monástica — o diácono Sandino, e deduz-se deste mesmo documento que nunca houvera antes mais de duas. Assim devia ser o mosteiro do Marnel. Estes mosteiros, que eram numerosos nesta época, viviam das rendas das terras que lhes eram doadas, das quais se haviam de separar as prestações devidas ao senhor do mesmo mosteiro. Enderquina Pala não fez doação, ao mosteiro do Salvador, da propriedade plena do mosteiro do Marnel, mas das prestações e mais direitos que tinha sobre o mesmo mosteiro. Sobre esta Enderquina Pala direi quando tratar dos Senhores do Marnel. Por agora, basta-nos saber que esta Senhora era pessoa de nobreza, que certamente não viveu em nenhuma das terras que doou. Ela, ou seus antepassados, devem tê-las havido de favor régio, como resulta da confirmação do rei Sancho neste documento de 957, e dos reis Ramiro, Sancho e Bermudo na de 961, a que vou já referir-me. Estes documentos não careceriam de confirmação real, se não subsistissem direitos reais sobre os bens a que se referem.

Onde seria situado este mosteiro do Marnel? No lugar onde mais tarde foi construída a Basílica, isto é, na margem esquerda do rio?

Em 961, a mesma Enderquina Pala faz doação ao convento de Lorvão do mosteiro de vila de Speraindeo e outros

«...In primis uilla speraindeo ubi recondite sunt reliquie sub aula sancti salvatoris et omnes sancti apostoli siue et reliquiarum sancte marie semper uirgo permanens cum suas virgines, ipsa uilla jam dicta cum omnes aiacentiis et prestationibus suis et alias uillas pernominatas, id sunt—talaba uilla noua ubi alium monasterium fundatum est cum omnes adiectionibus suis. Et adicio etiam alia mea uilla sauugosa per suis locis et terminis antiquis et laurosa ferronio et uiñeas quod sunt in ripa pauie et uilla de sancta eolalie cum omnibus prestationibus suis, et suniloni, omnes as uillas in urbis uiseo sunt constructas, et de urbis colimbrie concedimus ad jam supradictum monasterium uilla aqualada quomodo exparte cum barriolo et de alia parte cum auelanas cum sangalias et monasterium de marnelle *que uocitant* sancta maria de lamas cum suas uarzenas et cum omnibus prestationibus suis...» *(Dip. et Ch.)*.

Assim, pelo documento de 957, Enderquina doou o mosteiro de Santa Maria de Lamas ao mosteiro do Salvador, em Viseu, e por este de 961 doou um e outro ao Convento de Lorvão, acrescentando-lhe muitas outras vilas além de Aguada, que também já faziam parte do primeiro.

A doação de Enderquina Pala refere-se só ao mosteiro de Santa Maria de Lamas e não à vila de Lamas. Esta vila não era sua, pois andava dividida entre os herdeiros da Condessa Mumadona—O seu filho Gonçalvo Mendes doou em 981, ao mosteiro de Lorvão, a quarta parte de Paus e de Lamas, declarando que doava «quanto mihi competit inter meos heredes».

Todos os que em seus escritos se têm referido a este templo de Santa Maria de Lamas, ou do Marnel, supõem que ele tinha seu assento na margem esquerda, onde mais tarde, no século XII, foi reconstruído. Parece que lhes assiste razão. Diz o referido documento de 967:—«Monasterium de Marnelle que vocitant sancta maria de lamas cum suas varzenas...» Ora estas *varzenas* são aquelas que ainda hoje ficam adjacentes à antiga igreja de Lamas, construída ou reconstruída em 1170. O mosteiro devia estar junto destas *varzenas*, pois de outro modo haveria necessidade de as identificar, o que não se fez.

Depois destes documentos, não encontrei outras referências ao mosteiro do Marnel. Este silêncio deve ter uma explicação: foram as incursões de Almançor, o terrível general do califa Hian. Quase todas as cidades cristãs foram tomadas e desmanteladas. Em 987 cai Coimbra e depois, durante mais de doze anos, toda a nossa região foi muitas vezes atravessada pelos seus exércitos, que semearam a destruição por toda a parte. «No meio de tantas desventuras»—diz HER-

CULANO — «chegou o fim do século X e do reinado de Bermudo II, falecido em 999. O astro brilhante que alumiara os passos de Pelágio, dos três primeiros Afonsos e de Ramiro II, parece que se imergiu nas mais espessas trevas durante esse longo reinado. Apenas nos desvios selváticos das Astúrias evitaram os cristão a última ruína». A doação do mosteiro de Sever, já referida (*P. M. H.*, doc. CLXXXIV) — diz que os Ismaelitas vieram de Coimbra e devastaram as cidades e lugares santos até ao Douro. Santa Maria de Lamas ficava no caminho que os conduzia ao Norte, e, por isso, não podia escapar à sua fúria. Foi destruída, como foram outras. No testamento de Zalama, em 1018 (doc. CCCXXXIII), diz este: «...edifiquei a basílica de São Miguel no meu quinhão da vila de Recardães...» Edificou-a porque provàvelmente tinha sido destruída. Diz DUARTE NUNES DE LEÃO que o Conde D. Henrique erigiu as igrejas do Porto, Lamego e Viseu, destruídas pelos sarracenos.

A reconstrução destes templos não se fez logo que cessaram as invasões. Fez-se lentamente, durante quase dois séculos. As do Porto, Viseu e Lamego só foram levantadas mais de um século depois. A do Porto foi restaurada por D. Hugo com auxílio do Conde D. Henrique e D. Teresa, no primeiro quartel do século XII. Se isto aconteceu à igreja do Porto e outras de grande importância, não pode estranhar-se que Santa Maria de Lamas, ou do Marnel, só fosse reconstruída em 1170.

Em 1050 Gonçalvo e sua mulher Flâmula fazem inventário de seus bens, e entre eles os que possuíam nas margens do Vouga:

«...Sancta Maria de Lamas mediate integra per suos terminos per ut sparte per illa petra de contensa et de alia parte per illa lagona de sub porto de belli et quomodo diuidit alia parte uauga per cima de illa lacona de sub porto de belli in suo directo diuide cum belli ...» (*P. M. H.*, doc. CCCLXXVIII).

Aqui nos aparece Santa Maria de Lamas. Não se trata, porém, da igreja e seu mosteiro, mas da vila à qual se dão as seguintes confrontações: pelo Norte, Belli — Lagoa de Belli — Rio Vouga; Nascente, com a pedra da Contensa; Sul, com Pedaçães. O mosteiro e templo ficavam entre Pedaçães e a Contensa. A referência a eles seria necessária, se existissem.

Em 1077 a situação era ainda a mesma, pertencendo Santa Maria de Lamas a Pelágio Gonçalves, filho do Gonçalvo anterior. Pelágio fez também inventário, do qual se vê que as confrontações de Lamas eram as mesmas: «... et de auolengo medietate de sancta maria de lamas quomodo diuide cum padazanes per illo sauuqueiro que sta in illa coua de riba

de uauga et de alia parte per illa lagona de susana per illo bico de sub porto de belli et in suo directo trans uauga et de alia parte per petra de contensa...» *(P. M. H.)*.

Em 1143, Afonso Henriques faz doação a Maria Fromarigues da herdade de *padarcanes* (Pedações) «...de mea propria hereditate que vocatur padarcanes in territorio uauga per illos terminos, per quos plantauit eam pater tuus fromaricus gutieriz, scilicet per illum fontanum baoca et uadit per illum sautum et uenit inde ad correga cerual et uadit per illum barril de triluar et reuertitur ad riuulum Marnel...» (REUTER, *Doc.tos da Chancelaria de Afonso Henriques*, pág. 179).

Pelas confrontações dadas a esta propriedade de Pedações, uma parte, se não toda a zona, onde duas dezenas de



A Igreja de Santa Maria de Lamas no seu aspecto actual

anos depois se constituia o passal do novo templo, está incluída nesta propriedade. Se nela houvesse algum templo ou mosteiro, este documento não podia deixar de referir-se a ele.

O silêncio destes dois documentos em relação à igreja do Marnel, a falta de outros que a mencionem, levam-me a acreditar que ela foi realmente destruída nas invasões do Almançor.

Na actual igreja de Nossa Senhora da Assunção de Lamas, na parede da sacristia, há uma lápide com inscrição que foi trazida do velho templo, quando se fez a transferência no decorrer do século XVIII. Diz esta inscrição: *Dedicata fuit haec Eclesia de S. Maria de Lamas ab Episcopo Dom Michaelo Colimbriensi, et per manus Veremundi. Eccle-*

siae Presbyteri, sub era 1208 sexto idus Maij, in festivitate sanctorum gordiani et Epimachi, in honorem Sanctae Mariae Virginis, ano ab Incarnatione Dei 1170 regnante apud Portugale Alphonso comitis Henrici et Reginae Theresiae filio, multorum sanctorum Reliquiae in praefactae Ecclesiae Altaribus habentur, de sepulchro B. Mariae Virginis, et Reliquiae Sanctorum Felicissimi, et Agapiti, S. Sebastiani, et Sanctae Marinae et de Sepulchro Domini; et qui scripsit vivat in aeternum.

O bispo de Coimbra, D. Miguel, sagrou esta igreja no ano de 1170, em 10 de Maio, dia dos santos mártires Gordiano e Epímaco, em honra da Santa Virgem Maria, por mãos de Veremundo, presbítero da Igreja, reinando D. Afonso, filho do Conde D. Henrique e da rainha D. Teresa. Nos altares desta igreja existem muitas relíquias dos sepulcros da Virgem Maria e de Nosso Senhor Jesus Cristo, e dos santos Felicíssimo, Agapito, Sebastião e Marinha; e quem isto escreveu viva eternamente.

Ou construção nova ou reconstrução da antiga, este templo já não foi levantado por particulares como coisa sua, mas pelo bispo com a ajuda dos vizinhos, cujas necessidades ia servir.

Se a construção fosse feita por particular, como tantas dos seculos IX e X, não deixaria a lápide de mencionar o seu nome, nem este consentiria na omissão, pondo em dúvida os seus direitos. Creio assim que o templo foi obra colectiva do bispo e do povo. A freguesia levantava-se para a vida política da nação em sua infância.

A inscrição diz-nos ainda mais alguma coisa. Se a igreja foi sagrada pelo bispo D. Miguel de Coimbra, significa isto que tinham cessado os direitos do Mosteiro do Lorvão, ao qual a igreja tinha sido doada em 961 por Enderquina Pala. Como? É natural que os direitos do Mosteiro de Lorvão, depois da passagem de Almançor, se tivessem tornado precários com a destruição do templo, mas esta circunstância não legitimava os direitos do bispo. Na verdade, estes têm mais sólido fundamento, que foi a doação feita à Sé de Coimbra do Mosteiro de Lorvão pelo Conde D. Henrique «...damus supradictum coenobium cum suis adjectionibus cunctis quae ad illud pertinent, tam ecclesiaria quam laicalia, terras, villas culta et inculta, et omnia quae scripta sunt in testamentis ejusdem Coenobi praedicti...»

O novo templo ficava, assim, integrado na disciplina geral da igreja, na subordinação do bispo, em que se manteve até o seu desaparecimento.

Diz a inscrição que a igreja foi sagrada pelo bispo *per manus Veremundi.* Alguns traduzem estas palavras por *«a instâncias de Veremundo»* para desta maneira dar a

sagração como feita directamente pelo bispo. Não me parece que tenham razão. A significação daquelas palavras é mesmo *por mãos de*, e isto quer dizer que a igreja foi sagrada pelo tal Veremundo, representando o bispo. Igual expressão se encontra noutros documentos, como no da consagração da igreja de S. João de Tarouca por João, arcebispo de Braga, e D. Pedro Sénior, bispo do Porto: — «Era 1207 — 15 kal. Junii — dedicate fuit eclesia ista per manus Joannis Bracharensis Archiepiscopi et Petri 3.° Portugalensis...»

A alma da freguesia, gerada e fortalecida no convívio e desenvolvimento da *vila romana*, sobreviveu ao fraccionamento desta na reconquista, para agora lhe congregar de novo as partes na configuração geográfica com que havia de atravessar os séculos. O bispo D. Miguel, consagrando a igreja de Santa Maria de Lamas, dizia às povoações vizinhas, já de há muito espiritualmente unidas, que aquele templo lhes marcava o seu lugar no reino de Deus, como as confrontações antigas lhe definiam a posição no reino da terra, conquistado e organizado por Afonso Henriques. Deus. Pátria. Rei.

Não devemos estranhar que a igreja não fosse directamente sagrada pelo bispo. Naquele longínquo passado, os bispos pouco tempo assistiam na sede das suas dioceses. Viviam na corte, onde quer que ela estivesse, acompanhando os reis nas suas frequentes viagens. Em Setembro de 1169, D. Afonso Henriques concedeu foral a Linhares. Não diz a escritura o lugar em que foi feita, mas é de presumir que fosse em Coimbra, onde foram outorgados outros na mesma época. A ela estavam presentes, e confirmam, os filhos do rei D. João; arcebispo de Braga; Gonçalvo, bispo de Viseu; D. Mendo, bispo de Lamego; D. Miguel, bispo de Coimbra; D. Pedro, bispo do Porto; D. Álvaro, bispo de Lisboa; D. Soeiro, bispo de Évora. Isto significa que nesta data todos os bispos de Portugal estavam junto da corte. Em Março de 1170, a corte permanecia ainda em Coimbra, porque nesse mês e ano foi concedida a carta de foral aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela, Alcazar, com a assinatura do rei e de seu filho D. Sancho, confirmando os bispos, e entre eles D. Miguel.

Não teve a inscrição intuitos meramente comemorativos, nem foi provàvelmente colocada por iniciativa daquele que a lavrou e aproveitou para solicitar a *vida eterna*. Ela teve, repito, uma significação mais larga: era a afirmação dos direitos e jurisdição do bispo, que era preciso deixar bem gravada, a fim de evitar discussões futuras. As questões que se levantaram entre particulares, e até entre os próprios bispos, sobre a propriedade de alguns lugares santos, foram numerosas e graves. Documentos de Sever de Vouga e

Arouca mostram bem a natureza e repercussão que elas tiveram na nossa região.

Muitos fundadores de mosteiros e igrejas conservavam-nos sob seu domínio, para viverem das suas rendas. Os descendentes dos fundadores do mosteiro de S. Pedro de Águas, Garcia Rodrigues e mulher, D. Dordia, temendo a maldição da escritura contra os que se serviam dos bens da igreja em usos profanos e se tornavam senhores deles, fazem larga doação ao mesmo mosteiro, desistindo de todos os seus direitos (*Mon. Lus.*, pág. 529, vol. VIII).

Os herdeiros dos fundadores ficavam todos com o direito de padroado, que lhes dava especiais regalias, como rações e comedorias. Casos houve, como no mosteiro de Pedroso, em que o número dos padroeiros se tornou tão grande e faziam tais extorsões, que foram necessárias providências régias a fim de evitar que os monges ficassem impossibilitados de atender ao espiritual e temporal.

Os bispos abriram lutas contra este estado de coisas, mas esta luta durou séculos. A inscrição de Lamas é uma manifestação dessa atitude episcopal.

Quem seria este Veremundo que sagrou, ou antes, por cujas mãos foi sagrada a Igreja de Lamas? Se aceitássemos a tradução do *Santuário Mariano,* isto é, que a igreja fora sagrada a instâncias de Veremundo, a inscrição teria uma significação oposta a que lhe atribuo, pois, em tal caso, tudo indicava que o tal Veremundo, presbítero, era o verdadeiro senhor do templo. Mas assim não é, como disse, e este Veremundo foi apenas representante do bispo D. Miguel e seria, porventura, o seu sucessor, que nos aparece sagrado entre 1176 e 1178, falecendo pouco depois.

A igreja sagrada em 1170 conservou-se até ao terceiro quartel do século XVIII, quando foi transferida para Lamas. Desde muitos anos antes da transferência já os serviços que prestava eram restritos, sendo os actos da vida religiosa da freguesia praticados na capela do Santíssimo, de Vouga, também já desaparecida.

O Padre Carvalho diz na sua *Corografia* que o Marnel enchia, passando as águas por cima da velha ponte. Sendo assim, o acesso à igreja, nesta altura, isto é, no fim do século XVIII, devia ficar impedido durante todo o Inverno e ainda parte da Primavera. Para ali chegarem, os fregueses da margem direita teriam de servir-se da bateira.

O que era esse templo sagrado em 1170 e desaparecido setecentos anos depois?

A distância de alguns metros apenas do lugar em que ele se erguia, persiste ainda resto da casa que serviu de residência ao pároco da freguesia. Em volta, as várzeas e montados do passal até hoje não partilhado e em mãos de

particulares. Escrevendo sobre esta residência, diz PINHO LEAL: «Tem três janelas todas para o lado da igreja e dos outros três lados só tem uma seteira em um deles. É de robusta construção como uma fortaleza. A casa, baixa, com uma pequena torre (ou chaminé?) que sobe até a altura do telhado. A porta de entrada é gótica e parece ter sido de peças aproveitadas de um outro arco mais antigo e maior. Supõem alguns que seria tal casa a residência de Enderquina Pala, ou dos antigos senhores da igreja».

Esta casa, que foi de dimensões moderadas, parece ter sido construção do século XVII, e nada teve que despertasse a atenção. A torre a que se refere PINHO LEAL seria sòmente a chaminé da cozinha, que ficava na loja. Foi a residência do pároco enquanto a igreja ali se conservou.

PINHO LEAL chegou mesmo a supor que aquela casa houvesse sido habitada por Enderquina Pala. Em primeiro lugar, Enderquina nunca teria vivido no Marnel; em segundo, ainda que vivesse, não haveria sido naquela casa, em que não se encontrou elemento que atestasse tão grande antiguidade. A entrada gótica, feita de materiais provenientes de outra construção, é contra a suposição de PINHO LEAL, porque o estilo gótico é posterior ao século X, em que viveu Enderquina.

Quanto à igreja, também esta nada tinha de grandioso. Estava ainda de pé quando o P.e CARVALHO escreveu a sua *Corografia*, e muitos outros, antes e depois dele, escreveram sobre Marnel. Nenhum se referiu ao templo, apontando-lhe grandiosidade. É porque a não tinha. A avaliar pela área definida pelos restos dos alicerces ainda existentes, a igreja era mesmo de pequenas dimensões, pouco maior que a ermida do Santíssimo de Vouga. Os materiais que dela foram retirados e aproveitados são comuns, sem quaisquer sinais de imponência. Construída para uma população rarefeita pelas guerras constantes de conquista e reconquista, não tinha necessidade de grandes proporções.

A freguesia de Lamas, a mais pequena do concelho de Águeda, é circundada pelas freguesias de Valongo, Macinhata, Alquerubim e Trofa. Estou certo de que qualquer destas tem hoje mais população do que todas juntas nos meados do século XII. É por isso que não me repugna acreditar a velha tradição de que em tempos muito remotos traziam a enterrar no templo e adro de Santa Maria de Lamas «os defuntos de muito longe, desde Aveiro, de barco, rio acima». Há evidente exagero nesta tradição. Ao tempo em que foi construído o templo, no século XII, é bem possível que algumas vilas vizinhas, ou mesmo relativamente afastadas, ainda não tivessem construído ou reconstruído o seu, e daí o virem a enterrar no adro e nave da nova igreja.

os seus mortos. Acredito, entretanto, que esta tradição tenha as raízes mais à superfície do tempo. Todos os enterramentos se fizeram no adro e dentro da velha igreja até que esta foi transferida. Ora, já nos fins do século XVII o acesso ao templo, em parte do ano, só poderia efectuar-se, repito, para as populações da margem esquerda do Marnel, por barco. É mesmo natural que esta dificuldade e necessidade viessem de muito antes, pois naquele tempo já as grandes inundações passavam por cima da ponte, e para impedir os caminhos de acesso bastaria apenas que elas atingissem dois terços dos olhais. Quer isto dizer que aquela situação apontada pelo P.e CARVALHO levou muito tempo a realizar-se e, assim, não será fora da razão dizer que os enterramentos da parte da freguesia feitos por barco, rio acima, vem de muito antes do século XVII, e nesta prática é que se deve ter originado a tradição referida.

Diz Frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, em *Santuário Mariano*, que a basílica de Santa Maria de Lamas fora templo afamado, com grande frequência de fiéis que vinham de longe trazer as suas oblatas e cumprir, cheios de gratidão e fé, as suas promessas. Não sei onde Frei AGOSTINHO fundamenta a sua informação. De acordo com ela está a tradição.

No século XVII a igreja de Santa Maria de Lamas tinha já perdido o seu antigo prestígio. As relíquias, que fizeram a honra de seus altares, tinham desaparecido. Como, não se sabe. Talvez levadas por particulares e desaparecidas depois que as gerações perderam a memória da sua origem e significação.

No local apenas resta pequena parte dos alicerces, que mais não pouparam o tempo e o alvião. Alguma coisa, porém, mais lá estava e está ainda: é uma ossada, que a enxada impiedosamente remexe, mas não extingue — são as gerações sobrepostas de oito séculos que ali jazem.

Um velho, natural de Vouga, a quem a morte há poucos anos roubou a esperança de voltar à Pátria, contou-me, um dia, esta história:

«Numa noite cálida de Maio de há perto de trinta anos, quando as forças da mocidade guiavam os passos da minha vida e punham diante dos meus olhos o doce jardim da felicidade que ainda agora busco na fúria dos meus sonhos, andava eu alegre e descuidado à pesca nas águas do Marnel. As trovoadas dos dias anteriores tinham feito transbordar os rios e enchido a pateira até perto do Arrabel. O homem da bateira, com larga experiência de sertelar, conduziu-me para um ponto muito próximo do local do velho templo de Santa Maria de Lamas. Era grande a escuridão e o silêncio apenas quebrado pelo chape-chape da água na terra próxima.

Passava da meia noite. Sentimos passos descendo a encosta, fenómeno estranho àquela hora naquele lugar; apurámos os ouvidos e os olhos, esforçando-nos por rasgar a escuridão que nos envolvia. Momentos depois acendeu-se uma luz, e depois outra, e outra, até cinco. Ao clarão delas divisámos cinco vultos, um homem, uma mulher e três mancebos, que, depois de ordenarem as velas em cruz, vestiram sobre as próprias roupas uma espécie de túnica branca, ajoelharam-se e começaram as suas rezas. Ouvia-os distintamente, porque oravam em voz alta. Recordo ainda muitas das suas palavras e súplicas. «Aqui estamos, Santa Maria de Lamas e almas do Marnel, a cumprir a promessa feita por nossos antepassados e escrupulosamente cumprida de geração em



Local da primitiva Igreja de Santa Maria de Lamas

geração, como me ensinaram meus pais, que é como estes a ouviram dos seus. E manda esta promessa que cada geração aqui venha, ao menos uma vez na vida, trazer o alívio das suas orações às almas penadas daqueles que aqui foram sepultos, e as preces, ó Virgem Santa, para que nos não desampareis e a Vossa bênção nos preserve do mal, como preservou os que começaram esta prática piedosa e os que lhes sucederam até nós. A iniquidade endureceu o coração dos homens que levaram para outra parte o vosso templo, deixando ao abandono este lugar santo onde agora crescem as silvas e os cardos. Debaixo dos nossos joelhos, profanadas pelos pés sujos dos homens sem fé e perturbadas na sua paz sepulcral pelo cantar impiedoso da enxada, estão as ossadas que os séculos não consumiram nem consomem,

porque esperam o grande dia. Aqui vim com meus pais muitos anos atrás, e aqui venho agora com meus filhos rogar pelas almas que sofrem a ansiedade do julgamento final, em cumprimento do voto feito e que para todo sempre será lembrado».

As orações e súplicas continuaram por mais de uma hora. Terminadas, despiram as roupas brancas, acomodaram-nas num pequeno saco de chita xadrezada e foram-se pelo mesmo caminho por onde vieram. Não me foi possível reconhecê-los, não sei donde vieram. Dalguma freguesia vizinha, talvez de muito longe. Da minha memória não foi possível apagar a lembrança dessa noite. Aquela voz soa ainda aos meus ouvidos como soou naquela hora. Não é a voz dum homem, mas a de todas as gerações que viveram desde o fundo dos tempos sob a protecção de Santa Maria de Lamas. É a lamentação repassada de amargura contra aqueles que, abalados na fé de seus maiores pelas ideologias fatais de nossa idade, levaram do chão sagrado do Marnel as santas imagens e relíquias perante as quais nossos pais lograram a justiça que jamais pode ser alcançada dos homens. Desde quando vinha esta prática não o sei, mas o povo, que em seus ditos sempre tem alguma razão, continua a dizer, que nas noites escuras da Primavera as bruxas vêm adejar e poisar na terra fria do Marnel, onde concertam com os mortos o mal que hão-de fazer aos vivos por suas maldades.

«Aqui, tão longe da Pátria, já gastas as forças pelos ásperos trabalhos duma vida que não conheceu descanso, mas ascendido o entusiasmo da fé pela nostalgia enervante, também aquela voz me chama a todos os momentos a levar ao Marnel o ardor das minhas orações pela alma de meus antepassados que ali ajudaram a lançar as colunas da minha Pátria, por cuja segurança vela ainda Santa Maria de Lamas. Nesta hora em que os homens, fazendo-se inimigos de Deus e perdida toda a confiança em si, não sabem o que querem, chocam-se e destroem-se na luta vã de procurar o caminho perdido, Santa Maria de Lamas escuta-me e Deus há-de permitir que eu volte à terra bendita do Marnel e lá fique para todo o sempre.»

Mas Santa Maria de Lamas não escutou a sua prece.

*
* *

Nas informações de 1721 dadas pelo Páraco Luís ARANHA COUTINHO ([1]), lê-se: «Não consta haja na igreja matriz desta Freguesia, nem capelas dela, alguma relíquia insigne ou que por tal se venere manifestamente...»

---

(1) ROCHA MADAHIL, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, pág. 317.

Nesta data, a igreja estava ainda no velho local. É o que nos diz o mesmo Pároco: «Há nesta freguesia, além da igreja matriz, quatro capelas, todas do povo desta Freguesia, sem serem de instituidores particulares. Uma delas, situada na vila de Vouga, com a veneração da imagem de S. Martinho Bispo, em a qual está o Sacrário do Santíssimo, em razão de não poder estar na igreja matriz, por esta estar em um ermo e deserto situada».

A razão da transferência do sacrário para a capela de S. Martinho, em Vouga, feita em data desconhecida, não foi sòmente a de ser ermo o lugar em que estava a igreja, mas ainda, e principalmente, a do difícil acesso, sobretudo nos meses de Inverno. Já anteriormente disse o P.e CARVALHO, cuja obra é dos primeiros anos do século XVIII, informa que as águas no Inverno cobriam a velha ponte, tornando-a intransitável; e sendo assim, a igreja ficava cercada de água, com excepção do sector Este-Sudeste. Também é de crer que o templo já então não estivesse em boas condições de conservação e asseio.

O sacrário conservou-se na capela de Vouga durante muito tempo, creio que mesmo ainda depois de feito o corpo principal da igreja nova. Ali mesmo se teriam feito enterramentos, antes de abandonada a igreja velha. As ossadas que aparecem no chão da capela parecem indicar que assim foi.

A construção da nova igreja ficou resolvida em 1771, escolhido o local da Cruz, ao cimo da quinta que ainda hoje conserva este topónimo. A escolha do referido local deu ensejo a discussões que chegaram a irritar os ânimos.

Requerida a licença ao Bispo de Coimbra pelo Prior da igreja, Domingos de Carvalho, estava a capela de N. S. da Assunção em condições de servir ao culto em 1776. Porque a fizeram Igreja de N. Senhora da Assunção, esquecendo a velha invocação de Santa Maria de Lamas, ou do Marnel, não o sabemos. Era uma simples capela, e como esta não satisfazia a todas as exigências do culto, parte deste continuava a praticar-se na capela de Vouga.

Esta situação manteve-se até meados do século XIX.

A Junta de Paróquia, em sessão de 5 de Maio de 1850, resolveu pedir à Câmara Municipal autorização para obter os meios necessários às obras da igreja, que, diz a acta, «bem pode dizer-se que é aquela do Concelho que se acha em pior estado».

Em sessão de 9 de Junho do mesmo ano, resolveu a Junta, para satisfazer o pedido do Governador Civil, mandar ao Administrador uma especificação das obras necessárias e seu orçamento. Foram peritos os carpinteiros Manuel Francisco Corga, de Brunhido, e António Martins, de Vouga.

Eis o orçamento: Tribuna e altar, 120.000 reis; paredes da capela-mor, 60.000 reis; tirantado para a mesma, 9.600 reis; frechais, idem, 1.400 reis; pregos, 3.200 reis; telha, 7.200 reis; forro de castanho, 14.400 reis. Total, 215.800 reis.

Em sessão de 29 de Agosto resolveu-se oficiar à Câmara e Governador Civil, pedindo uma resposta sobre as obras e orçamento.

Tal resposta nunca chegou.

Em 22 de Março de 1854, o Regedor, José Rodrigues de Avivar e Melo, mandou convocar uma sessão extraordinária da Junta, na qual disse:

«... que tinha mandado convocar extraordinàriamente esta Junta para deliberar sobre o seguinte que propunha para se deliberar desde já: Se a igreja desta Freguesia estava ou não estava nas circunstâncias de nela se celebrar o culto divino, e se se pode ou não conservar a Freguesia, e se deve ser suprimida ou não suprimida. Sobre o que deliberou esta Junta, por maioria, que devia ser suprimida. E sendo vencido nesta parte o Reverendíssimo Presidente, José Marques Vidal, por ele foi logo dito que a dita igreja está nas circunstâncias de nela se poder com decência celebrar o culto divino, e que se ela precisa de alguns consertos, como realmente precisa, a maior parte do povo desta Freguesia tem declarado pùblicamente que se obriga a fazer nela os reparos essencialmente precisos...» E assim ficou sem efeito a resolução tomada.

Em 1855, foi feita uma vistoria pelo Administrador do Concelho, cumprindo ordens do Governador Civil, e a propósito desta, em sessão de 22 de Março, diz o referido José Rodrigues de Avivar e Melo: «Agora, para melhor corroborar a informação que o mesmo Senhor Administrador houver de dar a tal respeito, propunha que a Junta deliberasse como entendesse sobre o exposto, e bem assim se convinha ou não a supressão da Freguesia... a Junta deliberou por maioria o seguinte: que esta igreja carecia de grandes consertos e obras novas, que demandam muitas despesas; que não tinha altar-mor, nem trono, nem tribuna onde se expusesse o Sacramento, nem os precisos paramentos... que convinha a suspensão dela. Desta deliberação ordenaram que o Secretário desse cópia ao Regedor desde já».

O Prior, vencido, pediu que se adiasse a decisão para o dia 2 de Abril, no que foi atendido. A Junta, porém, só voltou a reunir-se em 2 de Fevereiro de 1856, mas nem nesta nem nas seguintes sessões tratou das obras da igreja. O Prior continuava o mesmo, mas o Regedor não voltara às sessões.

Na sessão de 2 de Fevereiro foi lido um ofício-circular do Presidente da Câmara, que dizia o seguinte: «A Câmara Municipal, querendo levar a efeito a lei e mais ordens do

Governo de Sua Majestade, que manda construir cemitérios em todas as freguesias, não só para fazer acabar a velha e repreensível indecência de fazer da Casa do Senhor depósito de carne podre, mas para tirar dentre nós esse foco de epidemias e mortalidades, que tão nocivo se torna, agora principalmente, que nos temos achado a braços com o terrível flagelo da cólera-morbus».

E a Junta pessou a tratar do cemitério e conserto de caminhos, até que em sessão de 20 de Janeiro de 1858 foi autorizado o pagamento do forro da igreja com o produto de uma terra nas Arrotas de Cima, desapropriada para a nova estrada real.

Em 1862 são feitos o coro e torre.

Em sessão de 2 de Março de 1868 resolveu a Junta pedir um auxílio à Comissão da Bula da Santa Cruzada para as obras da igreja e paramentos.

Em Novembro recebeu a Junta o auxílio de 100.000 reis. Com este auxílio e uma subscrição voluntária fizeram-se a capela-mor e outras obras.

Em sessão de 30 de Março de 1873 disse o Pároco: «... que, conquanto se tenham feito algumas obras importantes, como a nave e capela-mor nesta igreja, à custa de subscrição voluntária dos fregueses, ainda assim eram precisas outras e importantes obras...» E pedia que se oficiasse ao Conselho do Distrito e Câmara a pedir autorização para uma derrama da quantia «que for orçada para pintura e douramentos da tribuna da capela-mor e de um retábulo que há-de ser colocado no altar do Santíssimo Sacramento; soalho novo e barrotamento do pavimento da igreja; guarnição de paredes interna e externa do templo; ligamento da capela-mor, conserto da casa da sacristia...» E logo nesta sessão se nomearam peritos para os orçamentos, que foram, para o da pintura, Manuel António dos Santos e José António dos Santos, do Beco, e José Luís, da Mesa; para o da alvenaria e carpintaria, José de Almeida Vidal, José de Almeida Vidal Júnior, do Toural, e Manuel Ferreira da Cruz, de Pedaçães. A este tempo era regedor Patrício Marques, e pároco encomendado António Ferreira da Rocha.

Em 1875 as obras do altar-mor estavam prontas e foram executadas pelos artistas José Vidal, entalhador, de Albergaria, e José António dos Santos, dourador, do Beco.

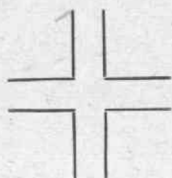
Assim se gastaram 100 anos na construção do pequeno templo.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

A COLOCAÇÃO DAS CAMPAS DAS FUNDADORAS E PRIORESAS DO MOSTEIRO DE JESUS NA CASA DO CAPÍTULO

COMO não há muito referi (1), a prelada que regia a comunidade dominicana de Jesus de Aveiro pelos anos de 1630, reuniu, num carneiro que fez abrir no chão de certa capela, os ossos das freiras fundadoras do mosteiro, e de algumas outras que haviam exercido o cargo de Prioresa nos primeiros tempos da vida conventual.

Para isso foi buscar a outras quadras da clausura oito campas dessas religiosas, com as quais, deitadas de lado, construiu as paredes da cova que, em planta, tinha a forma de uma cruz:



Ao centro, num pequeno caixão de chumbo, colocou as ossadas, e nas pedras da borda do alçapão da entrada fez insculpir os seguintes dizeres:

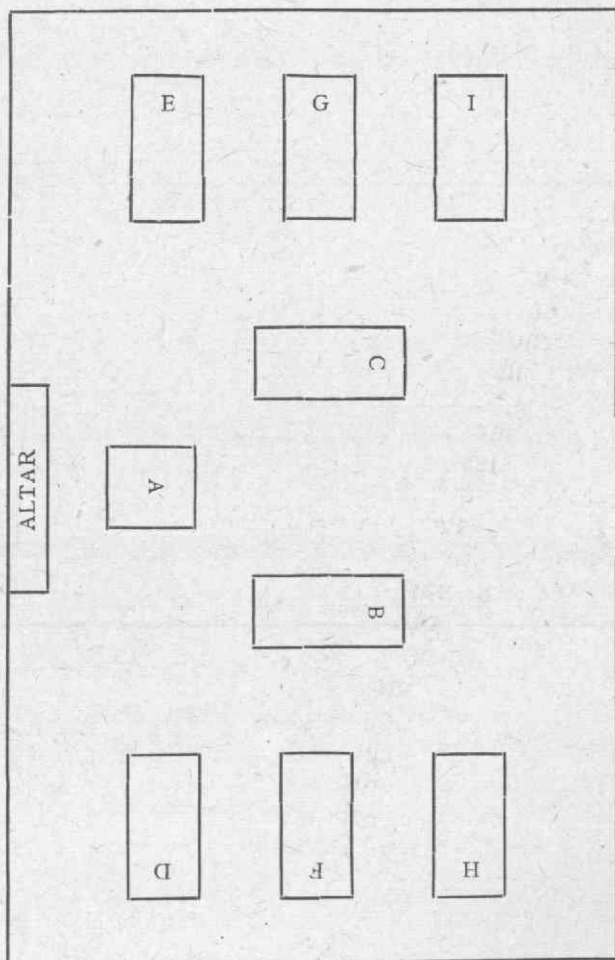
SEPVLTVRA DAS FVNDADORAS E PRELA
DAS DESTE CÕVẼTO . A OBRA DE[S
TA CA]PELA MANDOV FAZER HṼA FREIRA
NA ERA · DE 1630 · ANNOS

---

(1) Vide *As campas das «Fundadoras» do mosteiro de Jesus de Aveiro*, in «Arquivo do Distrito de Aveiro», 1946.

A COLOCAÇÃO DAS CAMPAS DAS FUNDADORAS

No decorrer das obras de adaptação do edifício a museu, foi resolvido inutilizar esse lôbrego ossuário, em verdade já sem razão de ser conservado pois os restos das religiosas



A — D. Brites Leitoa. B — D. Mecia Pereira. C — D. Maria de Ataide. D — D. Leonor de Meneses. E — D. Antónia de Noronha. F.— D. Brites Ferraz. G — D. Guiomar Pinta. H — D. Antónia de Sousa. I — D. Inês de Noronha.

outrora ali depositados, tinham sido levados, segundo ouvi, para o cemitério local, e haver agora ocasião para expor à vista do público frequentador do Museu, e ao exame dos estudiosos, essas campas — duas, pelo menos, interessantís-

simos exemplares da escultura funerária dos séculos XV e XVI — salvando-as do perigoso estado de conservação em que se encontravam causado pela infiltração de águas durante os invernos.

Por amável sugestão do Exmo Director dos Monumentos Nacionais, e de acordo com a Junta Nacional de Educação, tive a honra de propor que todas essas campas, com a da madre Brites Leitoa, que também fora encontrada [1], fossem integradas no ambiente conventual, colocando-as no pavimento da sala capitular, onde primitivamente terão estado, por ser esse o lugar em regra destinado nas antigas casas monásticas para jazida das religiosas que em vida haviam exercido os altos cargos da comunidade, e onde, sem dúvida, estiveram pelo menos as três mais antigas, como nos revela a crónica do mosteiro editada em 1939 com erudito prefácio de A. G. da Rocha Madahil, ilustre Director deste «Arquivo»; dispondo-as, segundo as suas datas: as três góticas, das «Fundadoras» ao centro da quadra, e as restantes a par umas das outras com as cabeceiras para as paredes laterais, começando pela banda do Evangelho, conforme o esquema atrás indicado.

Lumiar, Casa de Nossa Senhora do Carmo, verão de 1947.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

(1) *Idem.*

O AUTO DE ACLAMAÇÃO DE D. MARIA II E DE JURAMENTO À CARTA CONSTITUCIONAL DE 1834, EM AVEIRO

SÃO de sobejo conhecidas, para que haja necessidade ou interesse de as rememorar neste ensejo, as fases capitais das lutas civis em que andaram empenhados e fèrvidamente ardidos os partidários do regime absoluto e os dos credos liberais. Ao iniciar do ano de 1834, o domínio miguelista entrava na agonia. Os apaniguados do absolutismo esgotavam as possibilidades de defesa de uma causa que tinha por si a força de uma tradição fundamente enraizada, e nem a própria defesa individual contra prováveis represálias dos adversários, sujeitos a alguns anos de opressivas intolerâncias e violências, lhes reacendia o fervor combativo. Caíam os últimos baluartes, gerara-se a desorientação e a inquietude, acumulavam-se os erros e desatinos.

Em Janeiro, reconhecido já então o governo de D. Maria II pela França, Inglaterra e Bélgica, Saldanha entra em Leiria; trava-se a batalha de Almoster, um mês depois, e a posição das tropas liberais torna-se nìtidamente dominante. O Minho, nos começos da primavera, entra na posse destas, e, em 8 de Maio, regista-se a ocupação de Coimbra. A Convenção de Évora Monte não tardaria.

Em Aveiro, a cidade onde eclodira o primeiro brado de revolta contra D. Miguel, o desenrolar da luta era seguido com viva e compreensível ansiedade. Desde 1828, os mais devotados prosélitos do liberalismo tinham abandonado a sua terra. A vindicta absolutista justiçara com a pena última alguns dos mais destacados — Gravito, Magalhães Serrão, Clemente de Morais, Manuel Luís Nogueira, Clemente de

Melo Soares de Freitas, João Henriques de Oliveira, nomes de idealistas nunca por demais recordados e venerados na terra que lhes guarda as cinzas como uma relíquia inestimável. Outros, dezenas de outros, seguiram o caminho do exílio, e sentiram-lhe as agruras materiais e morais, ou penaram pelas cadeias. O virus da Liberdade ficara latente entre a população aveirense, aguardando as condições favoráveis para ressurgir, e o humanitário pendor sentimental que irmana os indiferentes com os que sofrem por uma ideia criara novos adeptos. Recalcavam-se os impulsos ante a vigilância rigorosa e atenta das autoridades, mas o íntimo alvoroço esperava tão sòmente a oportunidade propícia para revelar-se.

Com as vitórias sucessivas das hostes constitucionais, já alguns dos emigrados aveirenses haviam tomado o caminho do regresso. Alguns dos presos tinham expiado as penas, ou, à falta de culpas ou de provas concretas de incriminação estavam libertos. A passagem de um contingente militar na cidade, por último, acabou por facilitar, em 12 de Maio, a aclamação de D. Maria II.

Constituiu-se prèviamente uma nova Câmara. Na ausência do dr. Joaquim António Plácido, que servia de presidente no dia histórico de 16 de Maio de 1828, foi investido naquelas funções o dr. Filipe José Pereira Brandão, que interinamente fora designado para juiz de fora e, com as melhores probabilidades, seria parente daquele outro juiz de fora Caetano Xavier Pereira Brandão, em 1823 afastado do seu cargo pela facciosa sanha dos sustentáculos locais do barão de Vila Pouca, e mais tarde eleito deputado, com José Estêvão, pelo círculo de Aveiro.

Pereira Brandão, tomando a presidência da municipalidade a título provisório, convocou para fiscal o alferes Agostinho José Pinheiro, para primeiro vereador o capitão José da Cunha Guimarães, ambos membros da Câmara naquela memorável data, Jerónimo Ribeiro Dias Guimarães e Francisco José de Fontes, que anteriormente haviam também exercido funções na vereação. Dos quatro membros da edilidade, sòmente o último, mais comedido e apagado, embora afecto ao liberalismo, não contava serviços de relevo à causa e não sofrera por ela inquietações de monta. Os demais eram reconhecida e comprovadamente constitucionalistas e tinham experimentado as consequências da sua firme dedicação aos ideais que abraçaram.

No próprio dia em que se instalou a nova vereação, procedeu-se nos Paços do Concelho à aclamação de D. Maria II e à ratificação do juramento da Carta Constitucional. Nomes que andavam votados ao ostracismo e de algumas individualidades regressadas pouco antes do exílio ou do cárcere figuram no auto que adiante reproduzimos e cuja publicação nos

foi sugerida pela que, nesta revista, efectuou o sr. dr. FERREIRA NEVES de um documento da mesma natureza (1).

Em primeiro lugar, tirante a edilidade e o elemento militar, aparece a assinatura do conselheiro Joaquim José de Queirós, figura proeminente de liberal, que, segundo os próprios termos da sentença da Alçada do Porto que o condenou, mostrara «haver sido não só o mais atrevido e ousado conspirador, cabeça e principal autor das tramas e maquinações que usaram e prepararam o horroroso atentado de 16 de Maio de 1828, nas cidades de Aveiro e Porto, mas também incansável e poderoso agente do seu desenvolvimento e acérrimo mantenedor da sua destruidora persistência e deplorável duração». Homisiara-se e assim se furtara à execução da sentença de rigor extremo que, com exacerbado rancor, contra ele ditara a alçada: — «depois de ter sido conduzido com baraço e pregão, pelas ruas públicas do Porto, ser o seu corpo reduzido a cinzas e depois lançado ao mar, bem como posto o fogo ao cadafalso em que lhe fosse decepada a cabeça desse infame, perverso e façanhoso Joaquim José de Queiroz». Andara emigrado pela Inglaterra, França e Bélgica, sujeito aos exílios do patrício e amigo António Barreto Ferraz de Vasconcelos. De volta à Pátria, era no Porto, em 1832, juiz do Tribunal da Guerra e da Justiça, e daí ascenderia à presidência da 2.ª instância. Depois de inúmeros sobressaltos e sacrifícios, regressara à sua terra e não quisera faltar ao acto que simbolizava a restauração dos seus ideais políticos e a satisfação dos seus anseios mais veementes.

Entre os eclesiásticos, vários dos quais assinam indistintamente, com neutro conformismo, qualquer dos repetidos e antagónicos autos de aclamação, saliente-se o nome de José Pereira Bilhano, o futuro e insigne arcebispo de Évora, grande amigo de José Estêvão, que pela primeira vez firma um documento com este carácter; e o prior da freguesia da Glória, padre João José dos Santos, da «Botica» como era geralmente conhecido por se entregar ao exercício das artes galénicas, muito afeiçoado ao conselheiro Queirós e em cuja casa os filhos deste permaneceram durante algum tempo. Também subscrevem o auto de aclamação Frei Alexandre de S. Tomás, que, por suas tendências liberais, estivera alguns meses recluso no convento, e um Frei Joaquim de S. Domingos, qne, por idênticas razões, fora compelido a homisiar-se (2).

Vários dos implicados no pronunciamento de Maio ou dos apenas suspeitos de simpatia pelo frustrado movimento

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, pág. 136.
(2) MARQUES GOMES, *A Revolução de 16 de Maio de 1828*, pág. 20.

sedicioso contra o absolutismo encontram-se ainda entre os signatários do auto, como, por exemplo, os negociantes Francisco Henriques da Maia, Pedro José da Cunha e João dos Santos Resende, o empregado comercial José António Gonçalves Lomba e os operários José dos Santos Silva, correeiro, e Manuel de Pinho, carpinteiro. Apenas o quarto, segundo supomos, não chegara a ser pronunciado, e os dois últimos sofreram mesmo longos meses de prisão.

Aclamada a rainha e jurada a carta, principiou a tarefa de depuração nos quadros da administração local. Os mais encarniçados e destacados miguelistas e os colaboracionistas mais em evidência — como hoje se diria — começaram a ser substituídos. Ainda quando em algum caso se tratasse de funcionários do Estado, o município, invadido de diligente zelo, houve por bem adiantar-se às deliberações do poder central.

Logo no dia imediato ao da aclamação, a Câmara, considerando o público mal contente com o administrador do correio, António Rangel de Quadros, «que alem de ter servido o governo da Uzurpação e ter sido culpado por erros do dito emprego, tem contra si a queixa geral», nomeou em sua substituição, interinamente, e até definitiva resolução governamental, o «negociante e proprietario alferes Agostinho Jose Pinheiro». E nem se estranhe que a nomeação recaisse num dos vereadores, porque também o funcionário destituído entrara em exercício pouco depois da aclamação de D. João VI como rei absoluto, precisamente em Agosto de 1823, quando igualmente fazia parte da vereação.

No dia 16 de Maio reassumiu a presidência da Câmara o dr. Joaquim António Plácido, entretanto regressado à cidade. Intencionalmente ou por mera coincidência, voltava a ocupar o cargo oito anos exactos após a malograda revolução, que ficaria como um dos mais relevantes e honrosos acontecimentos dos anais aveirenses.

Registou-se a partir dessa data uma série de novas nomeações. São os almotacés, bacharel José Joaquim da Silva Santiago, e António Pereira da Cunha; os membros da Comissão para o alistamento dos dois Batalhões Nacionais, António José Gravito da Veiga, Domingos Carrancho e Francisco Henriques da Maia; o recebedor do direito do papel, António Joaquim da Silva, negociante de panos na rua Direita; e são mais o guarda-mor de saúde, o meirinho e guarda-bandeira, o oficial do juízo, os oficiais de diligências: — toda uma radical mudança de pessoal.

No lugar de carcereiro foi provido Custódio Carneiro, porque, alegava a edilidade, «sendo de toda a consideração e confiança nele se supõe — o q̃ não acontesse a respeito do individuo que se acha servindo o m.^{mo} emprego tendo sido

nomiado pelo Juis de Fora e Vereadores do tempo da Uzurpação» — a idoneidade requerida para aquelas funções.

Também o piloto mor da barra não merecia a simpatia nem a confiança da vereação. Ela o demonstra inequìvocamente no auto relativo à sessão em que o exonera e se lhe refere nos seguintes termos: «visto que o actual que esta servindo o dito emprego M.el J.e de Sz.a não he capas de o continuar a ser p.r q̃ alem de ser um aserrimo defençor da Uzurpação tendo dado a este respeito as mais decisivas provas, e do q̃ tem sido, e he contrario ao legitimo governo da Rainha S. D. Maria Segd.a: acresce ainda mais a falta de intelig.a p.a o dezimpenho das suas funções de hum emprego de tanta consideração, e perjuizo como tem acontecido p.r m.tas vezes, sendo a causa de ter naufragado algumas embarcações, e q̃ alem disto mais acrescia a sua má conduta exigindo dos Capitans, e Mestres de Embarcações salarios que lhe não pertencia, e nem devia exigir, e q̃ por todas estas circunst.as» não se fazia merecedor de permanecer no exercício daquele cargo. Não era irrepreensível, ao que parece, o carácter desse Manuel José de Sousa, piloto que pensaria menos em governar a entrada dos navios do que em governar-se a si próprio, nem os seus conhecimentos náuticos o haveriam acreditado muito sòlidamente, mas, decerto, o que mais influiria na decisão camarária era o seu apego às instituições absolutistas. Foi nomeado em seu lugar Joaquim Correia de Lemos, atentas «a sua inteligencia e pratica da Barra e (estamos em crer que primando a todos os demais requisitos) os serviços que tem feito à Cauza da Legitim.e»

Durante mais de um mês sucederam-se as novas nomeações. Recrutavam-se entre as pessoas de mais seguras garantias, ainda que não de inteira ortodoxia liberal, como Bento José Mendes Guimarães, a quem foram confiados os lugares de recebedor das sisas e outros direitos municipais e do cofre da barra. Para cabos do mar — ao tempo competia a um a margem de S. Gonçalo e Vera-Cruz, e a um segundo a do Alboi — foram designados um tal Luís Gaspar Chissa, cujo apelido exemplifica tìpicamente o pitoresco de alguns sobrenomes da classe piscatória aveirense, e Manuel Pereira.

Manuel Martins de Almeida Coimbra, muito em evidência pelo sectarismo miguelista, e ainda mais, porventura, pela sua paixão partidária do que pelas suas inegáveis qualidades de inteligência, cedeu o lugar de cirurgião partidista ao seu colega João Maria Regala. Almeida Coimbra fora nomeado em 1830, registando a municipalidade dessa data, na acta em que anui à sua escolha, com particular e vivo louvor o facto de «ser dotado de todas (nada menos que todas!) as boas qualidades Civis, Moraes e Politicas; de sentimentos, e comportamento Realista, e bons conhecimentos Medicos,

e Cirurgicos, por cujas circonstancias todas, tem merecido e grangeado a aceitação e Estima desta cidade em geral».

João Maria Regala, concorrente às mesmas vagas, parecera então desprovido de convincentes títulos de proficiência e filantropia. Os seus méritos não mereceram apreço que pudesse ser expresso senão com sofísticas alegações de ignorância: «Quanto a ter curado de graça os Pobres e com grande aceitação dos Povos em razão dos seus conhecimentos, e acertada pratica nada pode a Câmara dizer por ser o Supplicante Cirurgião ahinda ha poucos annos, e de pouca pratica, e ter alem disso estado empregado no Partido de Cirurgia da Villa de Ilhavo ha dois annos pouco mais ou menos, não ter dado occazião a fazer conhecidos nesta Cidade os seus conhecimentos cirurgicos». A edilidade descartava-se do intrometido concorrente, simulando escrúpulos onde só queria esconder propósitos de preferência pelo correligionário. Agora, os novos ventos voltavam o caso do avesso.

O bondoso e querido dr. Luís Cipriano, fora alguns dias antes reintegrado no seu lugar de médico do partido. Retirara de Aveiro, segundo a deliberação camarária que o reconduzia, «por cauza da perseguição que os rebeldes lhe fizerão em 1828». Não deixa de ser curioso observar como foi aplicada a classificação de «rebeldes» àqueles que realmente representavam o poder, e combateram e dominaram a «rebelião» de 16 de Maio. Questão de pontos de vista!... Regressava o conceituado facultativo depois de seis anos de ausência no Porto, onde, como se sabe, lhe dera asilo, seguro e insuspeitado, um dos próprios juizes da famosa alçada, afinal seu padrinho, o desembargador José Patrício de Seixas Denis.

Com o filho primogénito de Luís Cipriano, o egrégio José Estêvão, aconteceria mais tarde um facto idêntico. Durante a perseguição que lhe moveram os «cabrais», procurando teimosa e infatigàvelmente forçá-lo a revelar o refúgio, mantido no mais rigoroso sigilo, pontualmente apareceram na Escola Politécnica, por «misteriosas» vias, os atestados médicos justificativos das suas faltas como professor de Economia Política. Só longos meses depois, cansado de viver oculto, o combativo e irrequieto tribuno acabou por indicar a sua morada, um imprevisível asilo com imunidades invioláveis — a residência particular do rei D. Fernando.

E para finalizar este rol de trocas e mudanças, em que tão exuberantemente se justificou o simile dos alcatruzes, e alcançou novos foros de regra nas contingências da política, acrescentem-se ainda mais dois casos: a reintegração de António Marcelino de Sá no exercício da cadeira de mestre das primeiras letras, «em rezão de ter emigrado em 28 e ter sido hum dos Voluntários do Batalhão da Rainha»; e, em expresso reconhecimento da «sua adhezão ao legitimo governo

de S. M. a Rainha», a nomeação, para recebedores, do capitão José da Cunha Guimarães, Francisco Henriques da Maia e Domingos Carrancho, já anteriormente citados e que, pelos vistos, disfrutavam de especial valimento e consideração. Mesmo incompleta já se mostra esta lista suficientemente elucidativa para se avaliarem as repercussões da restauração da carta nos meios aveirenses e na administração local.

EDUARDO CERQUEIRA

AUTO DE ACLAM.ÃO DE S. M. I. A S.A D. MARIA SEGUNDA, E DE RATEFICAÇÃO DE JURAM.TO DE FIDELID.E Á MESMA AUGUSTA SENHORA, E Á CARTA CONSTITUCIONAL (1)

Anno do Nascimento de No/so Senhor Jezus Christo de mil oito centos e trinta e quatro, e aos douze dias do mez de Maio do ditto anno nos Pa/sos do Concelho desta Cidade, e achando-se reunidos em Seção publica o Juis de Fora intrino, e Prezidente Provizorio da Camara Felipe Joze Pereira Brandam, o Fiscal o Alferes Agostinho Joze Pinheiro, e os Veriadores o Capitam Joze da Cunha Guimarens, Jeronimo Ribeiro Dias Guimarens e Francisco Joze de Fontes; E sendo prezentes os Cidadãos que concorreraõ a este Acto solemne por todos foi ditto que achando-se athe agora opremidos pelas forças do uzurpador da Còroa Portugueza, e não se tendo por i/so ainda publicado, nem feito executar neste concelho o Decreto de tres de Março de mil oito centos, e vinte oito agora que se achão livres do jugo da Uzurpação pelos constantes e heroicos esforços de S. M. Imperial o Duque de Bragança Regente em nome da Rainha, e em execução daquelle Decreto aclamão e proclamão a S. M. I. a Senhora D. Maria Segunda Rainha Reinante destes Reinos de Portugal Algarves, e seus Dominios, e jur digo Dominios, e lhe jurão obediencia, e fedelidade como a sua legitima Rainha em com formidade á Carta Constitucional da Monarquia Portugueza, a/sim como a S. M. Imperial como Regente em nome da mesma Augusta Senhora athe á defenitiva rezolução das Cortes, ractecficando de novo o Juramento que prestarão em trinta e hum de Julho de mil oito centos, e vinte e seis, e avendo por nullos, e extorquidos pela força quaesquer Actos que neste Concelho se tanhão praticado contrarios áquele juramento, e a bem do Uzurpador da Coroa Portugueza; e mandam que se tranquem todos os que se fizerão nesta Camara como de formal Rebeliam, e subversibos ás Liberdades Nacionais fundadas naquella Carta Constitucional; e ordenão outro sim que nesta Cidade, e segundo os antigos uzos della se publique o prezente Auto, e aclame S. M. I. a Senhora D. Maria segunda Rainha Reinante Constitucional destes Reinos, e seus Domínios; E para constar mandarão fazer este Auto que assignarão com os mais cidadãos prezentes e Eu Custodio de Pinho Secretário intrino o escrevy e asigney.

Custodio de Pinho

Felippe Jose Pereira Brandão
Jose da Cunha Guim.es; Jeronimo Ribr.o Dias Guim.es
Franc.o Joze de Fontes; Agostinho J.e Pinheiro

---

(1) Livro dos Autos de vereação e acordãos da Cam.a de Av.o, de 10-4-833 a 23-6-1840, Fls. 29 a 32.

Barão do Pico de Celeiro, Brigd.º Gr.or M.or da P.ª do Douro
Ant.º da Costa S.ª, C.el Ar. d'E. M.
Christovaõ Jose Franco Bravo, A. General
Joze Pereira Pinto, Q.el M.e Gen.al
Manuel Maria da Rocha Colmieiro, T.e Cor.el As ordens do E. M. G.
Jose Soares Barbosa da Cunha, Cor.el G.or M.or
João Ribeiro da S.ª Araujo, Ajud.te d'Ord.s
Jose Eduardo Cabral, T.e de Cav.ª ad.º ao E. M. G.
Jose Correia Mon.tro Garjão, Ajud.te de Ordenan.
Macario de Castro, Capp.m Comd.te do 3.º B.am de Gaia
Francisco de Paula de Mendonça, Tenente A/sistente Quartel e Mestre Gen.al
Manoel Fernandes Ca/salho, Cap.am
Henrique Cesar Soares P.to, Cap.am da 4.ª C. da 3.ª Prov.
Pedro Fellipe dos S.tos, capp.am
Antonio Alves da Costa, Tenente
Joze Antonio de Freitas — Ajudante
Domingos Joze Moreira Lisboa
Manoel Françisco Dos Santos, Tin.te da 5.ª Comp.ª
Felix da Fon.ca Morera, Alfr.es da 6.ª Comp.ª
Manoel dias de castro, alferes 8 da comp.ª
Jose Felipes doS santos, Alferes
Joze Franc.º Guedes, Alferes
Manoel de Oliveira, Alferes 4 Comp.ª
Francisco Jose Gomes Monteíro, Alf.es Com.e da 6.ª C.
Alferes da 1.ª Com.ª Joze P.ra da Costa
O Conselheiro Joaq.m José de Queiroz
O Delegado Francisco Alves de Maria Coelho
João Ferr.ª d'Almd.ª Vidal
Manuel Rodrigues Tavares de Araujo Taborda
Jose Pereira Bilhano
O Prior Antonio Dias Ladeira de Castro
O Prior Joao Joze dos Santos
Jose Simões Mostard.ª
O Vig.º do Esp.to S.to Manoel Joaquim da Cruz
P.e Manoel Dias
J.e Lopes V.te
João Soares
Luiz Joze d'Abrantes
Joze Bernardo Mascarenhas
Francisco do Rozario
Jose dos Santos da Silva
Jeronimo Andre Estrella
Jose da Cunha Neves
Joze Joaquim Placido
P.e João de Pinho
P.e Fr. Cazimiro d'Assumpção
Fr. Luis de S. Bernard.º
Fr. Joaquim Manoel de Carvalho
Jozé Maria Godinho Soáres d'Alberg.ª
Joze Maria Branco de Mello
Antonio Nuno de Araujo Cabral Montêz
João Carlos Oz.º de Sz.ª Pizarro
Luiz de Pinho das Neves
Francisco Jose Ribeiro
Joaquim M.ª do Amaral Cardozo
Francisco Ant.º Veri/simo
Jose da S.ª Mello
Antonio Per.ª da Cunha
Jose Joaq.m da S. e S. Thiago

Jose Joaq.^{m} de Souza Montr.^{o}
M.^{el} Luis da S.^{a} G.
Jose dos Santos Rezende
João Baptista de Pinho
Antonio Maria da Silveira Freire
Joze Ferr.^{a} da Cunha
Joaquim Marq.^{es} Sar.^{a} de Figd.^{o}
Fran.^{co} Henrique da Maya
Joaq.^{m} Jozé da Rocha
João Simois Pr.^{a}
Joao Henriques da Maya
Joze Lourenço Per.^{a} Branco
Pedro Joze da Maya
João dos S.^{tos} Regalla
Ignacio F.^{o} M.ª de Fig.^{do}
Bento Joze Mendes Guim.^{es}
Antonio da S.^{a} Nunes
Antonio de Alm.^{da} e Barreto
Joze Maria dos Santos
Antonio Jose Fernz. d'Oliveira
Joze Antonio de Miranda
Agost.^{o} Luiz Ferr.^{a} de Sta Anna, V.^{o} do Reg.^{o} da R.^{a} e Empreg.^{do} na Rep.^{na} do Ajud.^{e} G.^{al} do Ex.^{o} Lib.^{oa}
Jeronymo Saraiva de Fig.^{do}
Jose Joaquim P.^{to} d'Azevedo
João Bernardo Ribeiro
Francisco Alvares d'Almeida
Ant.^{o} Jose da Costa Guim.^{es}
Manoel Alvares da Cunha e Lima, Emigrado de Valença do Minho
Antonio Lopes dos Santos
Fran.^{co} da Crus Mello
Joaq.^{m} Joze Lopes Franco
João Dionizio da Fon.^{a} Lopes
Fr. Alexandre de S.^{to} Thomaz Per.^{a}
Fr. Jozé Peixoto Villas boas, Prior de S. Domingos
Fr. Joze Maria Card.^{o} de Gouvea Corte Real
Fr. Lourenço Justiniano da Costa
Fr. João Chrisostomo
Fr. Joaq.^{m} Manoel
Fr. Joaquim de Almd.^{a}
Fr. João Ribeiro Guim.^{es}
Fr. Antonio de Sta Maria
Fr. Joaq.^{m} de S. Dom.^{es}
Fr. João do Roz.^{o}
Luiz Antonio d'Almd.^{a}
Joaq.^{m} Euzebio de Sta Anna S.^{za} Azd.^{o}
Manoel de Pinho
Joaq.^{m} de Pinho
Jose Antonio Glz. Lomba
Joaquim Joze d'Oliveira

Os q̃ seguem naõ assignarão no m.^{mo} acto por motivo de molestia.

José Lucas de Souza da Siiveira
Sebastião Glz. Moreira
João Agostinho Barbosa Novaes Rangel
Jose Barretto Ferraz de Vaz.^{os}

LOQUELA DOS POVOS DA BEIRA-RIA

(Continuado de pág. 93)

Ê da boa lei — Sem malícia, sem maldade, ingénuo. «Quem quer engana o Elias. Coitado! *Ê da boa lei*».

Eiva — Hábito, costume, maneira de ver ou proceder. «Não me agrada que a Elvira ande sempre a cantar». «Que queres? Sempre teve aquela *eiva* co'ela».

Ela vai direita?! Ela vai torta?! Ela vai boa?! Ela está torta?! Ela está russa?! Ela está parda?! — Expressões de admiração e de desagrado. «Tens que lhe pagar o prejuízo que ele avaliar». «*Ela vai (ou está) torta*, se o tal é certo?!» «Tens que me pagar todas as despesas que fiz na viagem». «Essa agora?!... *Ela vai boa?!... Ela está russa!?*»

Em-barda — Em grande quantidade. «Este ano tive fruta *em barda*».

Embasar — Ir ou vir de encontro, embater. «Quando eu ia a passar, ele saiu de casa acelerado, *embasou* em mim, que me ia chimpando».

Embrulha — Mortalha de cigarro. «Tenho tabaco mas não tenho *embrulhas* p'ra fazer o cigarro».

Empanada — Um lado do palheiro ou construção. «Vou mandar compor a *empanada* do lado norte do meu palheiro».

Empastar — Atirar de encontro a. «O Eurico é um rapaz possante; agarrou no Eugénio e *empastou* com ele d'encontro à parede».

Empègar — Amealhar, ganhar dinheiro, fixar-se. «Ernesto tem-se estado a *empègar* na América e dizem que tem ganho muito dinheiro».

Empègado — Agarrado, interessado, governado. «O Egas está *empègado* com as obras da casa e não há maneira

de o fazer arredar pé de lá». «O Ernesto não precisa de trabalhar porque está bem *empègado*».

Encachado — Ter dificuldade de movimentos, sobretudo, do pescoço. «O Eusébio ficou assim *encachado* depois que teve o ataque de reumático».

Encalhar (a rede) — Chegada da rede à praia. «A rede da companha do Porrão *encalhou* agora mesmo».

Encaranguejar — Entorpecer. «O Ernesto já não pode sair de casa, está *encaranguejado* de todo».

Encascar a rede — Cozer a casca de salgueiro ou de pinheiro manso e pôr a rede nesse cosimento durante algum tempo.

Encorar ou *incorar* — Começar a represar. Quando a maré começa a encher e faz represar a água que ainda vasa, dizem: «A água já *incora*».

Encruzar — Ir às igrejas e capelas no dia 25 de Março, rezar uma oração e seguidamente dizer: no dia da Senhora de Março cem vezes *encruzei* (benzer-se), cem vezes ajoelhei (ajoelhar), cem Avé Marias rezei, levantar-se.

Enfornar — Engolir, comer muito. «Puz-lhe na meza uma cunca cheia de comida e ele *enfornou* tudo».

Engabelar — Juntar em gabelas ou paveias, «*Engabela* o pasto e vai fazendo o molho».

Engaço — Ancinho de ferro de três dentes. «Então não levas o *engaço* para espalhar o moliço?» Foi sempre, e ainda o é, o símbolo do lavrador, trazendo-o quase sempre ao hombro, mesmo quando não precisa utilizá-lo.

Engenhar — Conceber, estar no início da gravidez. «A Engrácia enjoou todas as comidas, anda sempre a gomitar e a 'scupir; com certeza que anda a *engenhar*».

Engulhar — Hesitar, não dar resposta ou explicação rápida e precisa. «Eu disse-lhe o que ele devia fazer e ele começou a *engulhar* e nem p'ra trás nem p'ra diante».

Enguias-machas — Enguias pouco compridas, de pele escura, e um tanto grossa. Brazinos.

Engrimanço — Alto e magro, esquelético. «O Elias é um *engrimanço* que só tem a pele e os ossos».

Enrèstar — Entrelaçar as hastes das cebolas e dos alhos para fazer os cambos ou restes.

Entalir — Não deixar cozer, assar ou frigir bem. «O caldo não se pode comer porque a verdura não está cosida, está só *entalida*».

Enteste — Em frente, pegado. «A horta da Emília fica mesmo na *enteste* da minha terra».

Entralhar — Atar a rede à corda pela qual se puxa quando se dá o lanço para pescar.

Entrapar — Entreter, enganar, aliviar. «Como o jantar bota tarde vou comer um chisco de pão p'ra *entrapar*».

Entremeza — Local à ré do barco onde se senta quem dirige o leme.

Envenenado — Bravo, intratável, áspero. «Não consegues nada do Eurico porque ele tem um génio *envenenado*».

Envergue — Vara grossa à qual é atada a parte superior da vela e que forma cruz inclinada com o mastro quando a vela é içada.

Enxalmo — Muito doente. «A Eugénia é muito doente. É um *enxalmo* e as irmãs são outros tantos *enxalmos*».

Enxalmado — Doente, estropiado. «O Eugénio já não pode trabalhar, está *enxalmado* de todo».

Enxugar a rede — Passar a bebedeira. «O Eusébio já *enxugou a rede*, mas de manhã andava bêbado, a cair».

Não enxugar a rede — Andar sempre bêbado. «O Eurico anda sempre bêbado. Aquele *nunca enxuga a rede*».

Enxumprar — Baptizar à pressa, em casa, e até antes do nascimento e logo que a cabeça da criança aflora à vulva, aspergindo água e benzendo. «Logo que a cabeça da criança apareceu à boca do corpo a parteira *enxumprou-a*».

Ervanços — Ervas daninhas dos campos que se apanham para alimentação dos animais, sobretudo coelhos e suinos.

Esbirote — Pessoa muito alta e magra. «O Eugénio está muito crescido, mas muito magro. Está mesmo um *esbirote*».

Esbrumar — Expelir puz, supurar. «Espremi-lhe o brumeiro que *esbrumou* tudo quanto lá tinha dentro cá p'ra fora».

Escabichar — Comer, aproveitando bem, toda a carne aderente aos ossos ou espinhas. «Não tenho mais que te dar; se queres *escabicha* esse osso da espinha».

Escachado — Muito parecido, tal e qual. «O Egas é muito parecido com o pai. É mesmo o pai *escachado*».

Escaceiro — Negociante de escaço.

Escaço — Peixe ou crustáceos, ou tripas de peixe, geralmente misturados com areia do mar, e que se emprega para adubar as terras.

Escafonar — Limpar e arrumar. «É preciso *escafonar* tudo para quando o médico vier não encontrar nada sujo nem desarrumado».

A escachar — A valer, com impetuosidade. «Dei-lhe pau *a escachar*».

Escalamão — Torno de madeira ou de ferro colocado num orifício do bordo do barco ou bateira ou aí fixo e que se introduz no orifício do remo e à volta do qual este gira, ao remar. Tolête.

A escanar — Em abundância, em grande quantidade. «Ontem, na Torreira, chuveu *a escanar*».
Escaravelho — Traquina, inquieto. «O teu filho mexe em tudo, é um *escaravelho* impossível de aturar».
Escardejar — Arrepiar, tremer de frio. «Estive ao frio, em mangas de camisa e tenho o corpo todo a *escardejar*».
Escogitar — A espreitar, a observar e a ouvir. «A Ester estava atrás do muro a *escogitar* a nossa conversa».
Escorreguento — Escorregadiço. «Toma cuidado, não caias, que o caminho está muito *escorreguento*».
Escrimado — Marcado, ferido. «O Eduardo quis brigar comigo, mas ficou bem *escrimado*».
Escum'assim — Já agora, visto isso. «Fazia conta d'ir hoje à Torreira, mas como está a chuver, *escum'assim*, vou lá ámanhã, de manhã».
Escurecer — Esquecer, perdoar. «O senhor Eduardo tem razão, mas perdoe ao rapaz... *escureça* isso».
Esforriqueira — Defecações frequentes de feses líquidas.
A esgaçar — A valer, grandemente. «Dei-lhe pau *a esgaçar*».
Esgalgado — Possuído de, dominado por. «Quando cheguei a casa vinha *esgalgado* com fome».
Esganar — Castigar. «Não foste hoje à escola, mas quando chegares a casa *esgano-te*».
Esganagatas — Pequeninos peixes que quase só têm espinhas e que aparecem nos charcos e pequenos regatos.
Esgoto, *esgotadouro* ou *escuadouro*—Espécie de pá, de madeira, com que os barqueiros esgotam a água que se junta entre as cavernas ou ali deitam a do rio para lavarem o barco.
Esmeração — Coisa boa, perfeita. «A sardinha do nosso mar é uma *esmeração* comparada com a sardinha da traineira».
Esmocar — Fazer mossas, rombos. «Os garotos a arrebolar pedras à porta, têm *esmocado* a cantaria toda».
Espalombado — Cansado, destrambelhado. «Fui à Senhora da Saúde da Serra, a pé, mas quando cheguei a casa vinha *espalombado* de todo».
Espamado — Admirado, surpreso. «Estou *espamado* p'rá minha vida. Uma coisa assim nunca se viu».
Espelhos — Pequenos losangos de pano, cosidos à vela do barco, formando linha transversal e onde são cosidos e fixos os rizes.
Esperar boga — Esperar ocasião propícia. «Não compres já, não tenhas pressa. É melhor *esperar boga*».
Espetada (de peixe, geralmente enguias) — Pequena haste de cana em que são espetadas e enfiadas algumas enguias que em seguida são fritas e postas em molho de escabeche para serem vendidas nos mercados e feiras.

Espolinhar — Brincar desordenadamente. «Então ainda não estás farto de andar a *espolinhar* todo o dia?! Só pensas em brincar».

Estadulho — Pessoa fraca, ordinária. «Então já lá viram o *estadulho* do homem a querer entremeter-se comigo?»

Estafoirado — Esbaforido. «Foi num pé e veio noutro, mas chegou a casa todo *estafoirado*».

D'estalo — Coisa boa, ótima. «O Ernesto tem lá um vinho muito bom. Aquilo é que é um vinho *d'estalo*».

Estampar — Impelir ou projectar de encontro a. «Deitou-lhe as mãos à cinta e *estampou* com ele d'encontro à costa do palheiro».

Estar na horta e não ver as couves — Ter as coisas à vista e não as ver ou compreender. «Vejo que não percebeste o que ele queria dizer! Parece que *estás na horta e não vês as couves*».

Estar de molho — Estar de cama doente. «Estive de molho trez meses, com febre».

Estar nêscio — Estar inocente, de boa fé. «Olhe que não fui eu que lhe roubei as laranjas! Veja quem foi porque eu *estou nêscio*».

Estar de pais e avôs — Estar tranquilo, descuidado. «*Estava de pais e avôs* a conversar com o Eduardo e veio um calhau desmandado, bateu-me na testa e chimpou-me».

Estar na sesão — Estar no momento propício. «Só se mistura o marmelo na calda do açúcar quando *está na sesão*».

Estar uma moça ou *um moço* — Estar jóvem, perfeita, bonita. «A Ester *está uma moça* que desbanca».

Estar de volta com — Estar na companhia de. «Viste o Eugénio?» — «*Estava* na praça *de volta com* o Eurico».

Estercalar ou *estrecalar* — Cheirar muito mal. «Aqui está alguma coisa podre, porque cheira que *estrecala*».

Estercar — Encher, ocupar. «A rede vinha tão cheia de peixe que, logo que o saco se arrombou, a borda ficou toda *estercada* de peixe».

Esterlicar — Dar estalos com os dedos. «É um regalo ver a Ester a dansar e a *esterlicar* com os dedos».

Estipático — Esquisito, exigente. «O Ernesto custa muito a aturar porque é muito *estipático*».

Estivar — Aliviar, passar. «De manhã tinha uma grande dor no peito que nem me deixava respirar, mas agora *estivou* mais».

Estonar — Cortar a espiga do milho ou outros cereais. «Foram à minha terra da Saldida e *estonaram* uma porção de pés de milho».

Estoquiar — Tosquiar (corrutela?). «*Estoquiei* hoje as minhas ovelhas».

Estripar — Esticar, estender. «Puxa! *Estripa* a corda com toda a força, Zé» «Olha p'ra aquilo! Quando não há trabalho no mar, os homens estão todos *estripados* na areia, a dormir».

Estourada — Bordoada, pancada. «O Eugénio começou a remorder, mas eu dei-lhe uma *estourada* com o bordão que ele ficou p'ra assar».

Estrampar — Destruir, desfazer, cansar. «O carro vinha desalvorado, estampou-se d'encontro à costa do palheiro e *estrampou* tudo». «Estive a tocar à bomba toda a tarde p'ra regar os feijões d'atripe e estou *estrampado* de todo».

Estremontado — Prevenido, precatado. «Se eu não estava *estremontado* ele pregava-m'a bem pregada».

Estugado — Cansado, afadigado. «O Eduardo foi à feira da Oliveirinha a pé, mas chegou a casa todo *estugado*». «O Egas anda todo *estugado* a ver se ainda hoje lavra a terra toda».

Estuporar-se — Zangar-se, enfurecer-se. «*Estuporou-se* todo quando lhe disse que tinha d'ir já à Torreira».

Essa é que é essa!... — Exclamação de obrigação imperiosa. «Eu se fosse a ti não ia ao mando dele!...» — «Não, que se eu não vou, ele manda-me embora e não me paga. *Essa é que é essa?!...*»

É servido? — Deseja compartilhar da nossa refeição ou bebida? Resposta e agradecimento: «Que lhe preste». «Que lhe saiba e faça bem».

Eu cá p'ra mim ou *eu cá por mim* — Quanto a mim, pelo que me diz respeito. «*Eu cá p'ra mim* entendo que devia ser como o Eurico propoz». — *Eu cá por mim* concordo».

Excomungado — Furioso, irado. «Quando foi ao quintal e viu que lhe tinham furtado as laranjas ficou *excomungado*».

Extremar — Conhecer, distinguir. «O Eurico e o Eugénio são tão parecidos que eu não os *extremo* bem um do outro».

F

Faceira — Carne do pescoço do porco. «A carne de porco de que eu mais gosto é a da *faceira*».

Façoila — Carne do porco, abaixo das orelhas. «A carne do porco abaixo das orelhas — a *façoila* — é muito saborosa».

Falca — Táboa colocada e fixada ao longo da parte média do bordo do barco para evitar que a água entre nele quando ele vai à vela e se inclina muito pela acção da rajada do vento.

Falquear (o barco) — Pôr a falca ao barco. «Tive de *falquear* o barco para poder arribar à Bestida e ainda assim meteu muita água».

Fardar — Enganar, ludibriar. «Toma cuidado com o Fausto que não é sério. Em todos os negócios que tive com ele, *fardou-me* bem fardado».

Farfalheira — Rumores brônquicos. «Tenho uma *farfalheira* no peito que, de noite, não me deixa dormir».

À farpa — Estar de lado em observação atenta. «Puz-me *à farpa* a ver o que eles faziam».

Farpão — Engaço. Uma doença dos olhos—Pterigion. «Leva o *farpão* para espalhar o estrume».

Fazer a acção — Aceitar o convite ou a oferta. «Eu sempre como um biscoito para *fazer a acção*».

Faz conta — Frase com que o leiloeiro entrega o objecto ou as coisas leiloadas. «Dez mel'rês . . . dez mel'rês . . . dez mil e cento . . . dez mil e cento . . . e cento . . . *faz conta*».

Fazer conta — Tencionar, estar resolvido. «Fazia conta d'ir, mas visto isso, já não vou».

Fazer mentes — Tencionar, pensar, recordar. «Vais à feira dos 15?» — «Estou a *fazer mentes* d'ir lá vender as vitelas». — «Não ouviste dizer que é preciso dar o gado em conta?» — «Não ouvi! Não tenho *mentes* d'isso».

Fazer ver — Para que se saiba e admire, exibindo ou apresentando superioridade ou grandeza. «Não viste a Flávia na festa, toda chibantona e no luxo, a *fazer ver*?»

De felpe — Instantâneo, súbito. «Estava de pais e avôs a conversar com a família e deu-lhe um ataque *de felpe* e tem estado às portas da morte».

Fervilhar — Comichar, sentir tililações. «Sinto a mão direita a *fervilhar* muito».

Ferrado — Agarrado, preso, dominado. «Quando entrei no quarto ele estava *ferrado* a dormir e não deu celébre».

Ficar a assar ou *para assar* ou *ficar* ou *andar queimado* — Ficar muito magoado, aflito, arreliado, incomodado. «Dou-te uma tareia que *ficas a assar*». «Quando lhe contei o que se passou ele ficou *queimado*».

Ficar morto ou *para morrer* — Ficar sucumbido. «Quando viu a vaca com a perna partida *ficou morto*».

Fidúcia — Mulher atrevida e pouco séria. «Eu logo vi que só a *fidúcia* da Feliz é que era capaz de fazer isso».

Fífia — Rapariga desengraçada e de pouca confiança. «Se a Felismina me vier procurar, diz a essa *fífia* que não estou em casa».

Filoca — Pássaro pequeno parecido com a carriça.

Fio desmentido — Ligamento ou tendão torcido ou distendido. «Fiz muita força com o braço direito e está-a doer-me muito, naturalmente tenho algum *fio desmentido*».

Finco — Corda fina, mas resistente, colocada dentro da bainha ou dobra em toda a volta da vela e que é para segurar bem as moscas (pontos).

Fisgão — Haste de ferro ponteaguda, cravada num pau e que serve para espetar na terra à procura dos marcos muito enterrados. E também vara de barco tendo na extremidade um ferro em forma de: A.

Fogo — Arraial noturno. «Nós vamos todos ao *fogo* de S. Paio».

Foição ou *foução* — Lâmina de ferro romba, comprida e curva na extremidade, montada num pau, com a qual se apanham enguias na maré baixa, nas pequenas valas e sargetas da ria, cortando sucessivamente o lodo ou lama. Quando o *foição* atinge alguma enguia, projecta-a para seco.

Folheto — Canado pequeno. «Tenho de mandar fazer um *folheto* maior porque este já não leva o leite todo que a minha vaca pinta dá».

Fôna — O último em qualquer jogo (botão, pião, etc.). «Eu sou rei (1.º), tu és o segundo e o Fausto é o *fôna*».

Fônas — As aparas ou tiras que os carpinteiros tiram ao aplainarem a madeira. As partículas de cinza que esvoaçam quando se sopra ou abana ao lume. «Ó Felicidade! Vai ao mestre carpinteiro buscar um braçado de *fônas* p'ra acender o lume». «Não assopres ao lume com tanta força que enches tudo de *fônas*».

Fornada — O milho que se entrega ao moleiro ou a farinha que ele traz. «O moleiro deve vir hoje trazer (ou buscar) a *fornada*».

Forretice — Mesquinharia, acção de forreta. «Dar-me só dez tostões por este serviço, é uma *forretice* que não se acorda!»

Fresco p'ra assar — Mau, de má índole. «Não me gabes o Fausto!... É *fresco p'ra assar*».

Fressureiro — Pessoa suja, pouco limpa. «Eu tenho nojo de comer em casa do Faustino porque é um grande *fressureiro*».

Fumarego — Pequena fogueira feita ao ar livre e à volta da qual brincam e saltam as crianças.

Fungão — Repontão, resmungão. «O Frederico nunca está satisfeito, tem sempre que respostar, é um *fungão* que custa a aturar».

Fustiga — Pessoa alta, magra e fraca. «O Francisco é um *fustiga* que não presta p'ra nada».

Futurar — Pensar, imaginar, convencer-se. «Eu não fui porque futurei que não era preciso eu estar presente».

(Continua)

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

INVASÕES FRANCESAS

(MAIS NOTAS PARA A SUA HISTÓRIA NO DISTRITO DE AVEIRO)

I

COM a ocupação da cidade do Porto pelo exército de Soult em 29 de Março de 1809 e as escassas defesas que havia no país, em especial do Mondego para cima, o rio Vouga voltou a ter, de momento, uma importância capital.

Como na parte inferior do curso corta as comunicações entre o Porto e Coimbra sensìvelmente a meia distância; e tem na sua foz um estuário que se prestava a desembarques, o Vouga era excelente base para operações que, dada a curvatura desde o Caima a Cacia, proporcionava uma útil convergência de esforços para ofensiva (1).

Assim, das primeiras medidas saídas do tumulto consequente à má notícia da chegada do exército francês ao Porto e ao conhecimento de que, no dia seguinte, a cavalaria lançara as suas avançadas até Oliveira de Azeméis e a infantaria ocupava a Feira e Ovar, veio a decisão de mandar o coronel inglês Trant para o norte com as tropas que em Coimbra reunira no intuito de obstar, tanto quanto possível, ao progresso da invasão.

Nos primeiros dias de Abril começou esse avanço cauteloso; e em 11, na gândara da Mourisca, verificou-se que as forças às ordens do diligente oficial inglês orçavam por 4:500 e tantos homens em que só cerca de mil eram de tropas regulares (2). Foram ocupadas as posições convenientes na margem esquerda do Vouga e exploradas, com a devida

(1) Ver, neste mesmo *Arquivo*, os meus artigos no vol. II a pág. 245 e no vol. VIII, a pág. 161, em que afloro estes problemas.
(2) A. P. Taveira, *A Campanha de Soult em Portugal*, pág. 105.

urgência, as estradas para o norte — em cujo trabalho muito se distinguiu o Batalhão Académico de Coimbra [1]; e assim durante um mês se manteve em respeito o avanço de Soult não se sabe se por inércia deste se por motivos de ordem militar e política.

Isto é conhecido geralmente e não repetirei o que é de fácil consulta.

Como quer, porém, que remexendo há tempos na documentação do Arquivo Histórico Militar, onde há sempre novidades, encontrasse notícia de pormenores que julgo pouco conhecidos ou, quem sabe, inéditos, pensei em os apresentar, simplesmente, como quem acarreta material ligeiro e mais ou menos usado.

Na verdade, serão bagatelas que pouco tiram e pouco põem à história das lutas contra os incómodos invasores; mas podem, ao menos, dar algum interesse local e, quem sabe, qualquer achega para o estudo dos nossos serviços hospitalares de campanha.

«Maxima de nihilo nascitur historia...» disse Propércio, se me não engano.

* * *

Quando Trant teve a sua gente em Águeda e região, nos começos de Abril, prevendo grande número de doentes que cresceria com a acumulação de tropas, resolveu criar, naquela vila, um hospital ou, se fosse necessário, dois. E como na reduzida Divisão havia um professor universitário, doutor em medicina, mandou-o chamar e confiou-lhe o encargo.

Era este professor o Dr. Francisco José de Sousa Loureiro que, havia cerca de 15 anos, regia cadeira na Faculdade onde era 5.° lente de medicina e havia onze anos praticava nos hospitais conimbricenses. No momento era major do Corpo Militar Académico que, com tanto entusiasmo, se formara na cidade universitária [2].

Nascera em Coimbra em 1772. Cursou a Faculdade de medicina em que se graduou no ano de 1795 com 23 anos incompletos, e logo começou «a reger uma das cadeiras de prática como substituto extraordinário» [3]. Ocupou suces-

---

(1) Cfr. D. Maria Ermelinda do Avelar Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*.

(2) Cfr. as *Memórias* do Dr. Fragoso de Vasconcelos, publicadas integralmente na obra *Coimbra e a Guerra Peninsular* já cit., vol. II, pág. CXXVII.

(3) Mirabeau, *Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina*, pág. 278.

sivamente outros lugares na Faculdade até que chegou este ano de 1809 em que foi desviado do serviço docente na cadeira de matéria médica, para outro em que o seu saber e a sua actividade iam ser, mais ou menos, postos à prova como veremos.

Alistou-se, então, no Corpo Académico e apresentou-se com farda e espada e um cavalo que sustentou; concorreu para as despesas da sua companhia e não se recusou a serviços de qualquer ordem (1).

Era pessoa resoluta, dedicada ao serviço de que se encarregava e capaz de arcar com responsabilidades — o que nem sempre acontece (2).

Ora o caso da instalação do hospital militar em Águeda é o próprio professor que no-lo conta em documento que julgo inédito até prova em contrário.

Trata-se dum ofício que, em 8 de Maio, dirigiu ao ministro D. Miguel Pereira Forjaz e que transcrevo por ser elucidativo e ser curioso para avaliação das dificuldades da época e dos hábitos oficiais que parece não terem mudado muito (3).

«Il.mo e Ex.mo Snr.

«O Coronel Trant apresentou-se neste ponto de Agueda e Vouga, nos principios de Abril, com uma pequena divisão de tropas de que fazia parte o Corpo Academico em que eu então servia como capitão e hoje como major.

«O Coronel Trant vendo que nas suas tropas havia muitos doentes; que o numero destes cresceria à medida que crescesse a tropa e durasse a campanha, quiz que houvesse um hospital para os enfermos. E sabendo que eu era um dos lentes e professores de Medicina na Universidade e tinha onze anos de uso de hospitais, me encarregou do estabelecimento e inspecção de um hospital militar em Agueda, e dos mais que viessem a ser

(1) *Livro Mestre do Registo do Corpo Militar*, ms. publicado na *Coimbra e a Guerra Peninsular* cit., vol. II, pág. XV e seg.

(2) Parece que este professor se notabilizou não só como médico mas também por cultura geral apreciável. Em 1822 foi nomeado mestre do Infante D. Miguel; foi depois director geral da Academia das Belas Artes e vogal do Conservatório e publicou algumas obras sobre assuntos literários e artísticos, das quais, uma ou outra discutida. A seu respeito veja-se: Rodrigues de Gusmão, *Memórias biográficas dos médicos e cirurgiões portugueses* (Lisboa, 1858); M. Bernardo A. Serra de Mirabeau, *Memória* já cit.; *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio F. da Silva; José Liberato F. de Carvalho, *Memórias*, pág. 117 nota; etc., etc.

(3) É o documento n.º 29, fls. 1-3, da caixa 166 (1.ª Divisão, 14.ª Secção) do Arquivo Histórico Militar.

precisos nas tropas ou exercito do seu comando que então tomava o nome de Exercito ou Divisão de Entre-Douro e Mondego.

«Deu-se-me uma carta que me autorizava, datada do dia 17 de Abril e deram-se-me as ordens que pareceram necessarias.»

A carta a que o professor se refere é a seguinte:

«Nicolau Trant Governador de Coimbra e Comandante da Divisão Entre Douro e Mondego.

«Para que aos doentes da Divisão do meu comando não faltem os auxilios que podem ser aplicados para o restabelecimento dos mesmos, entre as providencias que esteve em meo poder o dar, nomeio ao Doutor Francisco de Sousa Loureiro lente da Universidade de Coimbra, e Major do Corpo Militar Academico para que tome a seu cargo a inspecção do Hospital e enfermarias, e confio do seu zelo e experiencia que ele me fará saber tudo o que se podér fazer e couber nas prezentes circunstancias para arranjo dos mesmos doentes.

«Quartel General de Agueda em 17 de Abril de 1809.

(a) *N. Trant*»

Esta carta, anexa ao ofício do Dr. Loureiro conserva ainda, embora ligeiramente estragado, o selo de lacre vermelho.

Estava, pois, o professor Sousa Loureiro nomeado director dos hospitais, deixando, por esse facto, o cargo de major do Corpo Académico; e como, decerto, traçou o seu plano, expô-lo ao comandante inglês e enumerar-lhe-ia as dificuldades que tinha e o que necessitava para levar a bom termo a sua missão. Continua ele:

«Representei as necessidades e as faltas. Mas este Comandante, julgando que tudo estaria d'antes providenciado, e que eu, por mim mesmo e pela sua nomeação, poderia remover todos os embaraços e aprontar todo o necessario, disse-me que fizesse eu o que me parecesse, contanto que o fizesse bem e logo.»

Trant, como se vê, era mais militar do que higienista; e empregou uma fórmula excelente, na aparência lisongeira, de que muitos chefes se servem para alijarem responsabilidades, embora possa ser, neste caso, a maneira de dar completa liberdade ao organizador.

Mas o Dr. Loureiro não se satisfez com esta espécie de carta branca:

«Repliquei sobre meios e recursos; mas como o Quartel General e o Estado Maior se não podião achar completamente organizados, e haver o necessario expediente para tudo; como o embaraço e os cuidados deste Exercito na sua perigosa e arriscada situação começáram a aumentar-se, e todos os comandantes e empregados a não terem um só momento de descanço, tornou-se-me quasi impossível o comunicar-me com o Coronel Trant.

«Comecei com tudo a trabalhar, como logo direi a V. Ex.ª e julguei que devia dirigir-me ao Físico-Mór do Exercito para me dar os meios e as providencias; e para me apontar recursos ou para me autorizar a lançar mão deles.

«Não recebi, até agora, resposta alguma a tres oficios que lhe fiz; devendo-se-me enviar ao menos, pelo Regulamento, um Almoxarife ou um delegado do Contador Fiscal, para me fazer aprontar logo os objectos de primeira e maior necessidade, e depois cuidar no resto.»

Vê-se que a máquina não trabalhava bem; os comandos militares ainda não tinham consistência; as hesitações eram constantes e o Físico-mor, como alto burocrata, fez ouvidos de mercador. O Dr. Loureiro, porém, não se deixou desanimar:

«Nestas circunstancias, vendo que tinha tudo a ordenar e estabelecer logo um Hospital, e a cuidar de um grande numero de doentes, sem casa, sem roupas, sem camas, sem louças, sem lenhas, sem coisa alguma e sem haver um só Ministro na terra e na Comarca; tomei a resolução de por mim mesmo, sosinho e em poucos dias, fazer aprontar e arranjar tudo o necessario. Dirigi-me ao Provedor de um Hospicio que aqui havia, destinado a recolher os passageiros; dirigi-me aos parocos e aos juizes dos lugares circunvisinhos e a algumas pessoas mais que me facilitaram alguns socorros. Em quatro ou cinco dias aprontei as casas, por ora suficientes, aprontei camas, roupa, louça, lenha, botica e alguns provimentos mais em que me foi tambem preciso dispender todo o dinheiro que tinha e que trazia.»

O Hospício a que se referia deveria ser o hospital da Misericórdia que julgo «o único estabelecimento de caridade»

que existia então em Águeda (1). Este hospital sob a invocação da S.ª da Boa Morte era antigo na vila; nos meados do século XVIII o Provedor dizia que fora instituído «para albergaria dos pobres passageiros» (2) e modernamente está anexo à Misericórdia, que é de mais recente fundação.

Era, decerto, a esta instituição beneficente que o Dr. Loureiro se dirigiu com a melhor e mais decidida das boas intenções.

Os recursos, porém, eram poucos (3) e a concentração de tropas agravava a já de si má situação sanitária.

> «Porém, estes meios e estes recursos (continua o Dr. Loureiro) pela sua própria natureza, acham-se esgotados: estes lugares são pobríssimos; e mesmo aos sãos custa a chegar o cómodo e o alimento. A chegada de muitas outras tropas vai a tornar o sítio mais escasso. Eu não tenho já meios para entreter o arranjo e a sustentação da casa: é preciso que V.ª Ex.ª sem dilacção alguma, determine os meios para eu poder mantê-la ou me autorize para eu poder tomar recursos e expediente.»

À falta de recursos materiais juntava-se o problema do dinheiro; havia quem o reclamasse pelo seu trabalho e o professor Loureiro parece embaraçado mais com isto do que com as dificuldades de outra ordem. Continua:

> «Ou V.ª Ex.ª me faça enviar logo pelo Físico-Mor do Exército um Almoxarife encarregado de prover aos objectos de indispensável necessidade; ou V.ª Ex.ª expeça à Tesouraria Geral das Tropas uma ordem para se me aprontarem os meios necessários; ou V.ª Ex.ª me autorize para eu poder abonar despesas ou para que a Tesouraria me abone a mim as despesas de que eu der conta. Num estabelecimento destes há cirurgiões, ajudantes, enfermeiros, serventes, e todos estes empregados tem certos emolumentos sem os quais não servem e os quais eles não podem vencer ou receber sem que V.ª Ex.ª mande expressamente que se contem na Tesouraria ou na Administração Geral dos Hospitais, pelos Almoxarifes e pelo Contador Fiscal. Porém queira V.ª Ex.ª prover já as coisas de primeira necessidade, que as outras se ordenarão com mais sossego.»

---

(1) Assim afirmou MARQUES GOMES na monografia *Águeda*, a pág. 457 e seg. do vol. I da *História do Municipalismo em Portugal* (Lisboa, 1888).
(2) MARQUES GOMES, *ob. cit.*, pág. 603.
(3) «Escassos eram os seus haveres...» (M. GOMES, *ob. cit.*, pág. 604).

Depois vem novo problema: a possibilidade da marcha do exército para norte e a consequente mudança dos serviços hospitalares com novas exigências de despesas — às quais o Dr. Sousa Loureiro se propõe sacrificar com patriotismo:

«Há outro ponto relativo ao mesmo objecto que é o da mudança de posição que pode tomar brevemente esta Divisão. Será necessário ir assentar em outra parte este mesmo arranjo. Para isto também preciso ser por V.ª Ex.ª autorizado. A este novo posto me é necessário ir fazer novas despesas. Quem me há-de prover a elas? Eu não tenho dúvida alguma em continuar a fazê-las à minha custa; mas então queira V.ª Ex.ª permitir-me que eu chegue a minha casa, que eu de boa vontade irei empenhar ou vender alguma coisa que me reste e virei gostoso dispender tudo no serviço do Príncipe Regente.

«Eu não quero poupar-me a trabalho, ou a incómodo: por isso me sacrifiquei com o Corpo Académico que primeiro se aprontou e marchou de Coimbra no dia 30 de Março. Também nesta repartição em que me pôs o Coronel Trant, não quero negar-me a trabalho, antes quero que V.ª Ex.ª me confirme a nomeação que ele me fez de Físico ou Primeiro Médico deste Exército e Inspector dos Hospitais Militares de Entre-Douro e Mondego, as quais coisas não vêm bem especificadas na nomeação que remeto a V.ª Ex.ª e a qual mesmo me não parece ser suficiente e julgo necessária a de V.ª Ex.ª ou a do Exmo Marechal General.»

É interessante notar esta atitude do professor universitário. Boa vontade, sem dúvida; mas não parece haver, também, certa dose de ingenuidade? Apesar dos desenganos que já tinha não contaria com outros? Estava convencido de que, se empenhasse ou vendesse qualquer dos seus bens pessoais, o indemnizariam depois no final da campanha? Parece boa fé demasiada que, aliás, só pode reverter em seu louvor.

Termina, finalmente, o longo ofício com mais um apelo curioso:

«E pelo meu sacrifício, pela minha nomeação, anterior a toda e qualquer outra nestas Províncias e neste Exército, e pela minha graduação académica, superior à de outro qualquer depois do Físico-mór, eu me animava a pedir a V.ª Ex.ª ser confirmado e continuado nela, ficando à minha inspecção os Hospitais Militares e a saúde dos Exércitos da Província da Beira ou de Entre-

-Douro e Mondego. E mais me anima ainda a fazer a V.ª Ex.ª esta rogativa o ter eu conhecimento local das principais terras e lugares desta Província, dos rios, montes, campos, que se acharem nela e poder assim escolher e apropriar com mais vantagens os terrenos ou as posições aos Hospitais.

«Deus guarde a V.ª Ex.ª muitos anos. Quartel General de Águeda: 8 de Maio de 1809.

«Il.mo e Ex.mo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz.

(a) *Francisco de Sousa Loureiro.*»

Vê-se, pelo ofício transcrito e descontando o que possa haver de pessoal, que o Dr. Sousa Loureiro não era homem para se atrapalhar com embaraços; a sua acção neste curto período, bastante crítico, foi correcta e oportuna e foi além daquilo que é hábito observar-se em casos semelhantes. Honra lhe seja. O pior é que superiormente parece que os seus serviços não foram devidamente considerados.

O Hospital funcionaria melhor ou pior. Não encontrei elementos para avaliar a sua eficácia nem mesmo o seu normal funcionamento. No meio da barafunda, ninguém se lembrou de fixar quaisquer elementos para a história; parece, contudo, que cumpriu conforme foi possível a sua obrigação beneficente durante o pouco tempo que as tropas estiveram na região, pois as referências posteriores deixadas em outros documentos pelo Dr. Loureiro assim o dão a entender.

A 12 de Maio, o exército aliado, já debaixo do comando de Sir Artur Wellesley e depois dum avanço firme embora cauteloso, entrou no Porto quase por surpreza e obrigou Soult a fazer uma retirada apressada e, de começo, pouco organizada.

Com este avanço veio a necessidade de transferir mais para o norte os hospitais; e de novo o Dr. Loureiro se viu a braços com sérias dificuldades. Logo no dia imediato à entrada no Porto, expôs ao ministro Pereira Forjaz os seus trabalhos e insistiu pelos recursos que julgava necessários em ofício que não deixa de ser curioso transcrever. É também elucidativo das dificuldades encontradas e de alguma indiferença das estações superiores perante os serviços hospitalares possìvelmente considerados de menor importância (1).

---

(1) Doc. n.º 29, fls. 4, na colocação cit. O documento é minuta do ofício. Não tem assinatura.

«Depois que no dia 8 puz na presença de V.ª Ex.ª os meus desejos e os meus trabalhos na importante comissão de que estou encarregado, juntou-se o exército em Águeda nos dias 9 e 10, partiu no dia 11 e entrou no Porto a 12.

«Seguindo as ordens do Coronel Trant e segundo o que determina o regulamento, fiz marchar com o exército um hospital ambulante, botica, cirurgiões e instrumentos que fiz situar em Grijó e que hoje cuido em fazer transportar ao Porto; e mudei o hospital fixo ou permanente para Ovar, cinco léguas adiante de Águeda. Como o exército inglês tinha ocupado todos os transportes, achei muitos embaraços; mas à força de deligência e com algumas despesas pude efectuar toda esta obra nos dois trabalhosos dias de 11 e 12.

«Torno a repetir a V.ª Ex.ª as dificuldades e embaraços em que me vejo, a falta de meios e providências e torno a requerer a V.ª Ex.ª queira prover neste caso como lhe parecer mais acertado. Nas Divisões que ficam próximas às do coronel Trant não sei que haja inspector ou físico português: por isso torno também a lembrar a V.ª Ex.ª os meus requerimentos e a minha vontade de servir a S. A. R. nesta repartição, mas querendo V.ª Ex.ª dar as ordens e as providências.

«Deus Guarde a V.ª Ex.ª muitos anos. Quartel General do Porto: 13 de Maio de 1809.

«Il.mo e Ex.mo S.r D. Miguel Pereira Forjaz.

«O Físico do exército de Entre-Douro e Mondego Inspector dos Hospitais.»

Este documento dá a impressão de que, a respeito dos serviços de saúde, havia alguma coisa a desejar. E quanto à situação do Dr. Loureiro parece que as suas palavras e os seus pedidos ficaram letra morta.

O tempo passou; e em Julho quiseram nomeá-lo para médico do exército de observação na fronteira da Beira — ao que ele opôs certas dúvidas e fez observações em novo ofício de 18 daquele mês para o mesmo ministro D. Miguel Pereira Forjaz, do qual destaco estes passos:

«. . . Eu sou lente da Universidade há nove anos: tenho além disso os serviços desta campanha como major do Corpo Académico; e fundei e sustentei um mês o Hospital militar de Águeda.

«S. A. R. tem já começado a sustentar os estudantes: é provável que queira recompensar também os lentes que os acompanharam [. . .] Eu sou major de um Corpo que tem servido muito e muito bem: saí com ele de

Coimbra, fiz todo o serviço em Águeda: entrei no Porto: &c. Os majores dos Corpos de Milícias e Voluntários têm soldo: porque se me não declarará a mim também o soldo? Creio que também é justo.

«. . . . .

(a) *Francisco de Sousa Loureiro.*» [1]

Pobre Dr. Loureiro! No mesmo dia, naturalmente depois de expedir o ofício supra, recebeu ordem para seguir para Pinhel; e ainda nesse mesmo dia 18 de Julho escreveu novo ofício para o mesmo destinatário, acusando a recepção da ordem, observando que necessitava entregar os hospitais a seu cargo aos sucessores antes de partir, e renovando o pedido de regularização das contas antigas.

Transcrevo uns passos deste segundo ofício [2]:

«Tenho a receber as contas dos hospitais de Águeda e de Ovar, cobrar as suas despesas que fiz como já participei a V.ª Ex.ª e que ainda não recebi por embaraços na Tesouraria e não posso partir sem isto.

«Depois, é necessário que o Governo tenha comigo alguma contemplação visto o sacrifício que vou fazer e o género de serviço em que vou entrar. E se V.ª Ex.ª quer absolutamente que eu parta, com sua nova ordem partirei, fazendo-me V.ª Ex.ª a mercê de [....] mandar-me pagar as contas de Águeda e Ovar: e declarar-me se com efeito V.ª Ex.ª aprova que o Governo tenha comigo alguma contemplação e eu então direi a V.ª Ex.ª com todo o respeito qual a pertendo e espero.»

Ficou, certamente, à espera de resposta. Depreende-se que não havia organismo que superintendesse no assunto pois ainda no Porto, em 30 de Julho, novamente oficia para o ministro Pereira Forjaz, antes de partir em 1 de Agosto para Almeida, a respeito das contas de Águeda e Ovar!

«...Eu deixo completas [diz ele] e concluídas as contas de Águeda e Ovar [...] todas até ao fim de Junho: e isto porque todos os interessados e empregados sabendo que eu me retirava, pediram e requereram o que se lhes devia e havia duas portarias anteriores do coronel Trant para eu assinar despesas e arbitrar ordenados com o que

(1) Doc. cit. n.º 29, a fls. 8.
(2) Doc. cit. n.º 29, a fls. 10.

se conformavam algumas ordens e ofícios de V.ª Ex.ª e do Físico-mór a mim e à Tesouraria.» [1]

Diz ainda que entrega tudo ao sucessor e que está convencido de que não excedeu em nada o que lhe foi determinado em matéria de administração.

Apenso a este ofício há o seguinte verbete:

> «O D.or Fr.co de Sousa Loureiro, que partiu do Porto p.ª Almeida no 1.º de Agosto, dá parte com data de 30 de Julho do que praticou antes da sua partida. Se errou sujeita-se em tudo às correcções e preceitos de S. Ex.ª / »

Como se liquidaram as contas dos hospitais de Águeda e Ovar não sei; não encontrei mais documentação — o que não quer dizer que a não haja. Mas quero crer que se não ligou grande importância aos ofícios do professor Loureiro e que a barafunda da guerra não deixaria olhar a sério para essas ninharias.

Em 1810, passado um ano, ainda um outro ofício para D. Miguel Pereira Forjaz vem lembrar as dívidas do Estado para com ele e o pouco caso que fizeram dos seus serviços. Tem a data de 14 de Maio e foi datado de Coimbra quando já liberto oficialmente do serviço militar desde 9 de Fevereiro anterior, ao tempo em que estava na Figueira «ocupado em coisas muito importantes pelo Físico-mór e pelo Ex.º Snr. Marechal Beresford» [2].

Nesse ofício pede que lhe paguem o que se lhe deve! E não só dos ordenados mas também das «despesas de dinheiro e abonações minhas em Águeda, Ovar, no Porto . . .» etc. etc. E terminava desta maneira:

> «...Não peço recompensas, nem obséquios da parte de S. A.: peço só aquilo que ele me prometeu e que se me deve. Deus Guarde a V.ª Ex.ª muitos anos.
>
> «Coimbra, 14 de Maio de 1810. De V.ª Ex.ª — o mais reverente, atento e humilde subdito
>
> (a) *Francisco de Sousa Loureiro.*»

E aqui está como terminaram os entusiasmos e a dedicação do Dr. Loureiro ao planear um hospital em Águeda capaz de socorrer os feridos e doentes, ao abonar do seu

---

(1) Doc. cit. n.º 29, a fls. 12.

(2) Arquivado no processo individual do Dr. Francisco de Sousa Loureiro (Arquivo Histórico Militar: *Processos individuais*).

bolso as primeiras despesas, ao querer vender propriedades para acudir às necessidades dos serviços mais urgentes, etc. etc.

Decerto lhe custaria, como homem bem intencionado, a escrever o final deste ofício. Mas a série de desilusões recebidas obrigou-o a decidir-se:

— Não quero recompensas; só quero que me paguem o que me devem!

E ter-lhe-iam pago?

Fica de pé este problema que, como certas preocupações filosóficas de Fradique Mendes, «precisava ser mais desembrulhado...»

II

Na manhã do dia 27 de Setembro de 1810 caía, sobre a serra do Buçaco, um nevoeiro denso. Os valeiros do nascente, em especial, estavam encobertos por completo; e a vista do observador não conseguia descortinar o que os ouvidos lhe davam a perceber.

Lá de baixo, chegavam ruidos de vozes e do movimentar de viaturas, abafados decerto, mas trazidos em confusão através da espessa neblina; presentia-se movimentação de vulto por todas aquelas encostas da frente e nos espíritos dos combatentes do exército anglo-luso, prostado ao longo da cumeada, surgiria a anciedade que o imprevisto sempre provoca, mormente na perspectiva de combate.

Nos dias anteriores, perante a invasão do exército francês de Massena, o anglo-luso do comando de Wellington retirára pela Beira sem grande pressão do adversário; esta atitude do generalíssimo napoleónico não apertando a retirada, deu aso ao comando britânico para poder manter certa coordenação de movimentos e boa escolha de posições retardadoras de modo a evitar grandes reacções, ou até recontros de êxito duvidoso, de harmonia com a sua compreensão ou sistema de campanha. De lance em lance, o exército aliado veiu até à posição do Buçaco onde, em 25 do mesmo mês, ocupou linha extensa que ia dos contrafortes do Salgueiral, ao norte, até aos cabeços sobranceiros ao Mondego, no corte profundo de Entre-Penedos; e isto sem contar com as forças de cavalaria de Cotton que, da Mealhada a Avelãs do Caminho observavam as passagens da serra e cobriam, tanto quanto possível, a ala esquerda do exército que ficara um pouco em falso.

Contra este conjunto defensivo é que, a 26, o comando contrário lançou reconhecimentos em especial ao longo dos dois eixos de marcha, ou sejam as velhas estradas que se dirigiam à serra: uma à portela de S.[to] António do Cântaro, outra às alturas da mata dos carmelitas descalços.

Assim se chegou à manhã nevoenta de 27 de Setembro em que se iria ferir a batalha conhecida e muito falada, ou talvez melhor, se iriam ferir as duas batalhas do Buçaco — pois foram quase independentes as duas acções que Massena lançou em horas diversas contra a posição defensiva de Wellington.

É sabida a linha geral desta notável acção. Massena quis forçar a passagem para Coimbra que lhe parecia tomada pelo adversário e não avaliou bem a força do exército com que teria de se bater, assim como a importância topográfica da posição que ia atacar; homens habituados a encontrar poucas resistências e a ver sob o comando directo de Napoleão certas vitórias na aparência fáceis, os generais franceses teriam em pouco preço a capacidade combativa do exército inglês e muito menos ainda a do quase bisonho exército português — de modo que depois de discussões que não provam muito a unidade de comando nem o prestígio do chefe, o generalíssimo francês ordenou o ataque à serra por dois pontos, os correspondentes às passagens pelas quais se alcançava a grande estrada Porto-Lisboa.

Foi, como se sabe, bem renhida a luta em qualquer dos sectores: os atacantes não eram homens que se impressionassem com a imponência da encosta que teriam de vencer, nem com a possibilidade de alguma resistência; e na defesa havia tropas mais ou menos experimentadas em outras acções, com hábitos de disciplina e carácter sereno que enquadravam outras inexperientes mas já preparadas por instrução aturada e perfeitamente integradas nos deveres que a situação melindrosa lhes impunha. O ímpeto do ataque levado com brio, quer num quer noutro ponto, deu aparência de êxito; mas o embate dos dois sistemas (o do ataque em coluna, dos franceses e o da defesa em linha, de Wellington) veio dar a vitória ao comando que melhor soube aproveitar as qualidades das suas tropas e dar a mais inteligente adaptação ao terreno, isto é, veio a vencer o general inglês que soube opor ao entusiástico impulso, mas sem grande base, dos homens de Massena, o cálculo frio dos fogos e o jogo certeiro das reservas.

Em S.to António do Cântaro, Foy, à frente da sua impetuosa brigada, alcançou a crista da serra mas ficou coacto perante a intervenção de oportunidade e eficácia notáveis duma divisão inglesa.

Em frente da mata, na direita, as brigadas de Ney lançadas com o vigor costumado tiveram sorte idêntica perante contra-ataques feitos com precisão; e não houve, daí por diante, possibilidade de tentar reconstituição das unidades para novo ataque.

O prestígio da defesa impôs-se com todo o seu valor moral. A batalha perdera-se para o exército francês.

Ora isto veio para aqui como simples razão de ordem para contar com mais pormenores a parte desta memorável batalha desenvolvida em terras do distrito de Aveiro.

Como se sabe, o concelho da Mealhada abrange ainda grande área da serra do Buçaco — onde se unem os distritos de Coimbra e de Viseu. E exactamente na parte correspondente à freguesia de Luso se desenrolou um dos actos mais violentos do combate da ala esquerda aliada para explicação e compreensão do qual posso aqui dar notas inéditas que a boa sorte, em dia feliz, me deu a conhecer.

* * *

A esquerda da posição era ocupada pela Divisão ligeira de Crawfurd que dominava, com a brigada portuguesa de Pack, a encosta a leste do muro da mata do mosteiro; esta brigada ligava aquela divisão com a de Spencer (que formava o centro da defensiva) e ficava fronteira à estrada de Mortágua que seguia sensìvelmente pelo traçado que hoje segue a estrada nacional. Havia duas batarias de artilharia e o conjunto de todas estas forças orçava por 6:500 homens.

Foi contra este agrupamento, colocado em terras do actual concelho da Mealhada, que o Corpo de Exército de Ney se lançou ao ataque sem a coordenação recommendada pelo comando já na altura em que Reynier se convencera de que lhe não era possível forçar a passagem da portela do Cântaro; o ataque foi entregue às divisões de Loison (pela direita, contra Crawfurd) e de Marchand (pela esquerda, contra Pack).

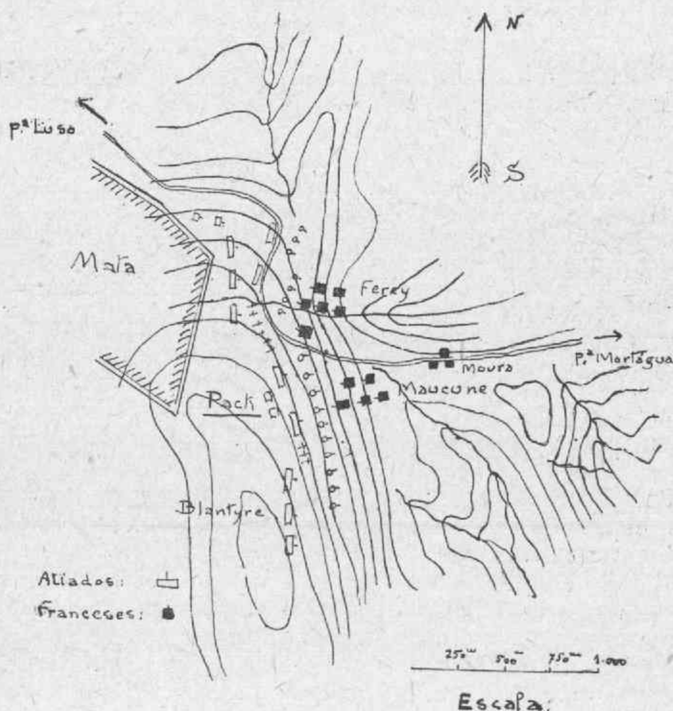
Loison mandou a brigada de Ferey; e Marchand mandou a de Maucune a um e outro lado da estrada, ao assalto das posições aliadas (¹). Aquela brigada, apesar dos estragos que lhe causavam a artilharia de Crawfurd e os tiros de parte de Caçadores 4, levou adiante de si as forças aliadas, mas teve de recuar perante duas cargas, uma de dois regimentos ingleses da Divisão Ligeira e depois outra do 1.° batalhão do regimento português n.° 19, que a obrigaram a retirar para os lados de Moura, ao abrigo da protecção de Mermet. A outra brigada, a de Maucune, largou pela encosta do lado da povoação de Moura, um pouco mais tarde, quando se pronunciava a retirada de Ferey; ia exposta ao fogo da artilharia e ao de Caçadores 4 português, mas o ímpeto inicial

---

(¹) Para melhor compreensão: o 6.° Corpo de exército, de Ney, tinha 3 divisões de Infantaria: de Marchand (brigadas Maucune e Marcognet); de Mermet (brigadas Bardet e Labassé); e de Loison (brigadas Simon e Ferey); uma brigada de cavalaria de Lamotte; artilharia; etc.

foi de tal ordem que a escalada ia seguindo com certo êxito obrigando a defesa a recuo, embora com ordem.

O momento, porém, para o atacante foi, segundo uma testemunha, um dos mais difíceis do dia (1); mas para a defesa esse momento também não foi dos mais fáceis. Os nossos soldados de Caçadores 4, talvez no seu baptismo de fogo,



Buçaco: sector da brigada de Pack::

tiveram que ceder perante o avanço seguro e violento dos franceses.

Diniz Pack, o comandante da brigada portuguesa (2) responsável pelo sector para que se dirigia o ataque de Maucune, compreendeu a situação perigosa a que poderia levar o êxito da investida. Era urgente não deixar consolidar esse êxito, pois trazia consequências que se não poderiam prever. Decerto saberia já do desastre de Reynier na direita; e via

---

(1) GUINGRET, *Relation historique et militaire de la campagne de Portugal*, pág. 60.

(2) Constituída por Infantaria n.º 1 e n.º 16 e por Caçadores n.º 4.

ali perto o mau resultado do ataque de Ferey; as vantagens tácticas e sobretudo psicológicas poderiam perder-se com rapidez, tanto mais que os franceses viriam excitados pelas notícias dos outros sectores e ter-se-ia de contar com o seu valor e hábitos de vencer em toda a parte.

Perante todos estes factos, o brigadeiro inglês mandou chamar um major português de Infantaria n.° 1 e ordenou-lhe, com breves indicações, que «fosse imediatamente ganhar o terreno que os piquetes tinham perdido» e que, depois de ganho o terreno, defendesse «aquela posição até à última...» Isto é: o major português com um batalhão ou força equivalente, teria de se haver com uma brigada que vinha triunfante, cheia de impulso combativo, e desejosa de se sobrepor às outras que não conseguiram alcançar o seu destino; e teria que se opor com tropas ainda mal afeitas à luta e influenciadas, decerto, pelo prestígio que rodeava os atacantes, a essa gente desprezadora de perigos e habituada a encontrar poucas resistências.

O problema para o major português era grave e complexo. Felizmente (ou talvez propositadamente) esse major, embora com dezanove anos, idade em que se começa a vida, chamava-se João Carlos Saldanha de Oliveira Daun. Comandava um dos batalhões de Infantaria n.° 1 onde assentara praça e não deixara o regimento em toda a campanha deste ano de 1810; tornara-se notado pelas qualidades militares reveladas, especialmente pela viveza de inteligência que lhe proporcionara cultura apreciável, pela rapidez de observação e facilidade de adaptação a toda a variabilidade de sucessos. Os comandos ingleses distinguiram-no da maioria dos oficiais portugueses que ficaram no país depois da sangria da *Legião;* e com certeza esta nomeação feita pelo brigadeiro Pack viria mais dos méritos reconhecidos (apesar da pouca idade) do que do facto de Saldanha ser, nessa manhã, o oficial superior de dia.

O certo é que o major João Carlos com os seus 19 anos viu-se, num momento, perante responsabilidades que nem todos assumiriam, entregue a si próprio, ao seu maior ou menor poder de acção. Haveria, na encosta da serra, em frente, ainda restos de neblina a que o fumo das descargas contínuas, de parte a parte, aumentaria a espessura; o mato alto que cobria a encosta ajudaria a esconder os movimentos dos adversários que, por esse facto, poderiam dar impressão de maior valor; e assim o problema aumentaria de gravidade que não passaria despercebida ao moço Saldanha apesar da sua pouca experiência.

Emocionado, certamente, mas dominando-se, o major João Carlos dirigiu-se para os seus soldados com a decisão de que sempre, depois, em longa carreira militar, não deixou

de dar provas; esses soldados com que iria tentar uma aventura muito séria, deveriam ser os das companhias de granadeiros dos batalhões (gente antiga e por consequência mais sólida) com os quais constituiria força mais capaz de acção do que a formada pelo próprio batalhão ainda pouco experiente. O prestígio do moço oficial era grande e vinha já desde 1808, desde o começo da resistência aos invasores; no regimento, a sua vontade era aceite sem objecções — de modo que as vozes dadas aos homens de Infantaria n.º 1 para avançar, com a viveza natural da idade e o entusiasmo de que se sentiria possuído pela diligência que ia cumprir à vista de tanto observador estrangeiro, fizeram com que o vigor do avanço fosse levado a ponto de exceder o objectivo marcado de antemão: «não só ganhámos o terreno perdido mas ainda muito mais...». E tanto que o brigadeiro inglês teve que mandar recuar um pouco a nova linha para (como hoje se diz) rectificar a frente.

E Marchand, como os outros comandantes franceses, perdera também a partida.

João Carlos Saldanha, o futuro marechal vencedor de Almoster, dera as primeiras provas sérias do que poderiam ser capazes as suas reais qualidades militares que souberam assumir, com prontidão e energia raras, responsabilidades graves em momento melindroso. E contudo, as histórias não falam desta intervenção de umas centenas de portugueses que levavam à frente um major com 19 anos.

O que as histórias nos contam, firmadas nos relatórios inglêses e pouquíssimos testemunhos nacionais é que à brigada de Pack coube a resistência ao avanço de Maucune e que o fogo das unidades que a constituíam foi tal que o avanço se tornou impossível. Os relatórios dos chefes britânicos eram circunspectos, não entravam muito em pormenores, mormente se estes punham em evidência os bons aliados lusitanos.

E assim este pequeno capítulo da história da batalha da serra do Buçaco continuaria ignorado se não fosse o conhecimento feliz duma carta que João Carlos Saldanha escreveu a sua Mãe, D. Maria Amália de Carvalho Daun, no dia 28 de Setembro, datada do «Campo do Buçaco», na qual fez quase um relatório da parte que tomou na acção memorável da véspera, com certeza ainda debaixo da comoção que lhe causariam as peripécias mais ou menos vivas em que foi actor consciente e decidido ([1]). Por ela se reconstitui, com a maior

---

([1]) Esta carta pertence a um grande núcleo de correspondência de Saldanha, durante a campanha da Península, não só dirigida a sua Mãe como ao Irmão mais velho, pertencente à casa Rio Maior, cuja leitura o seu actual possuidor, o Exmo Sr. Marquês de Rio Maior me facultou com generosa e compreensiva gentileza.

facilidade, o que foi esse episódio perdido no conjunto da batalha; mas neste lugar deverá ter certo interesse por dar a conhecer que foi em terras do distrito aveirense que o ilustre militar, depois marechal Saldanha, teve a sua primeira acção de vulto, onde revelou as qualidades pessoais de comando resoluto e oportuno (1).

* * *

A batalha perdeu-se para os franceses. Massena viu-se na contingência grave de ceder terreno, o que seria pouco próprio para generais napoleónicos, ou procurar nova solução para o problema que surgira com o desastre.

Essa solução foi-lhe dada, depois de vários e rápidos reconhecimentos feitos pela Cavalaria, por Sainte-Croix, general de brigada do 8.° corpo de Junot, que denunciou, embora sem pormenores, a existência de passagem, algum tanto difícil, pela direita, pela qual o exército francês se escoaria na direcção de nordeste e, depois de contornar a posição dos aliados, poderia surpreendê-los com vantagem (2).

Em 28, Montbrun foi mandado, com a sua boa divisão de Cavalaria, reconhecer a passagem conforme as indicações de Sainte-Croix; e decerto esse reconhecimento, acompanhado de brigadas de sapadores para o que desse e viesse, foi largo; deveria abranger toda a zona e ter explorado à esquerda do eixo de marcha o valor da vigilância aliada, que, diga-se de passagem, não teve peso no episódio.

Assim, chegados à portela de Boialvo de onde se avistam os vales do Cértima e do Agadão, cheios de verdura fecunda, os franceses viram que, com facilidade, por caminhos mais suaves, largos e de piso arenoso, alcançariam as baixas férteis por onde a estrada do Porto passava. Estava resolvido o problema: o terreno era mau até à portela, mas estava livre; a cavalaria britânica não seria obstáculo (como realmente não foi) à passagem noturna dos vencidos da véspera; e este abandono de vigilância e segurança por parte dos aliados, deu azo a que a vitória alcançada com tanto encarniçamento na serra, fosse anulada tão depressa.

Montbrun ocupou, pois, as saídas do caminho e Junot, com o seu 8.° corpo, foi o que, de noite, iniciou a marcha e

---

(1) Tenho quase concluído um vasto trabalho, em breve possivelmente publicado, que intitularei *As ideias militares do Marechal Saldanha*, onde, com mais largueza, este episódio notável é contado e explicado.

(2) Para o leitor curioso indico um pequeno estudo meu acerca deste episódio, publicado na *Revista Militar*, vol. 90.°, a págs. 258 e segs. com o título *O Caminho de Boialvo.*

que, na manhã de 29, acampou em Avelans de Cimá (hoje concelho da Anadia); foi marcha difícil que parece ter exasperado a soldadesca habituada a trabalhos menos incómodos. A seguir foi Ney com o 6.° corpo que levou os milhares de feridos da batalha, em dolorosa fiada de macas improvisadas, em andilhas nas garupas dos cavalos, nas viaturas que resistiram ao mau estado dos caminhos. E em último lugar, o 2.° corpo de Reynier que foi obrigado a fazer a marcha já sobre a tarde, com mais dificuldades ainda, forçado a remover viaturas escangalhadas e a recolher feridos que os da frente, no afã da marcha, iam desumanamente abandonando.

Em Boialvo, então, Massena ordenou a Ney que, com uma das suas divisões ficasse constituindo a guarda da rectaguarda; e reunindo em várias povoações da zona de Avelãs ao Sardão (concelho de Águeda) todas as divisões ao abrigo da cavalaria de Montbrun que repeliu para os lados de Coimbra as brigadas da cavalaria inglesa, organizou a marcha contra sul pela estrada Porto-Coimbra com a rapidez que as circunstâncias consentiram.

Wellington, pressentindo a manobra, ordenou a imediata retirada. A vitória do dia 27 para pouco servira e o exército francês recuperara, até certo ponto, a liberdade de movimentos; e nesse pequeno período em que, desde Boialvo às proximidades de Coimbra, as divisões de Massena se espraiaram pelas vilas e aldeias — a destruição e todo o género de malefícios foram constantes. A soldadesca e a própria oficialidade, irritadas por tanta contrariedade, mostraram à larga os maus instintos e praticaram toda a sorte de rigores que a benevolência de certos apologistas da força desculpa com as necessidades militares.

Por toda a parte onde passaram os exércitos, deixaram os tristes sinais do que vale esse tremendo fenómeno a que já se chamou, no próprio meado do século XIX, espada de justiça divina ou escudo da misericórdia de Deus [1].

De todos esses males deixados pela campanha, ainda há alguns documentos contemporâneos, cheios de vida, transparentes de certa comoção: refiro-me às relações dos párocos das freguesias mandadas organizar superiormente para avaliação dos prejuízos.

Relativas às freguesias do distrito aveirense, há pouco, muito pouco: apenas uma da Vila Nova de Monsarros, do concelho da Anadia, e três do concelho da Mealhada: Vacariça, Luso e Pampilhosa. Escritas quase a seguir aos sucessos, algumas dessas relações de que há dezenas no Arquivo

---

(1) Veuillot, *La Guerre et l'Homme de Guerre*, pág. VI.

Universitário (¹) transmitem a dolorosa impressão dos terríveis dias com grande intensidade, e deixam transparecer bem às claras o que foram esses momentos tristes.

Ficam agora arquivadas as quatro relações referidas — documentos que não tiram nem põem à história geral mas que sem dúvida esclarecem passos da história local e alguns até do próprio desenrolar da campanha com certos pormenores até agora desconhecidos ou porventura suspeitados.

Coimbra, Junho de 1947.

BELISÁRIO PIMENTA

DOCUMENTOS

«Relação das mortes, roubos, inçendios; e atrocidades cometidas pello Exercito Frances comandado pelo Gn.al Maçena que contem circunstançiadam.te todos os roubos e sacrilegios comettidos nos Templos, cazas incendiadas; e os endividuos de hum eoutro sexo assassinados com suas respetivas id.es do Arçipreztado de Mortagoa.

«FREGUEZIA DA VACARISSA

«Esta freguezia padeçeo m.to com o Exerçito Ingles e Portugues no tempo que se esteve combatendo no Bussaco; e m.to mais depois que o Exercito Frances passou por ella principalmente os lugares inferiores desta freg.a que são Mialhada eos proximos a Elle.

«Pessoas mortas pellos Francezes nesta freguezia:

«Matarão os Francezes nesta freg.a seis pessoas a saber quatro homens e duas mulheres, huma destas chamada Maria Du.te (?) da Vacarissa de id.e de outenta annos foi assassinada com bastante atroçid.e rasgando lhe a boca pellos lados athe o pescoso ficando dependurado o queixo infrior athe o peito. A outra m.er chamada Isabel Duarte edo lugar da Povoa da Mialhada de ed.e de 85 annos e sega foi assassinada com golpes de traçado. José Pr.a da Maia da Mialhada foi morto a tiro de balla e lhe cortarão as mãos de id.e 60 annos. Os mais acharãose mortos ecomo passarão dias bastantes depois que os matarão não se sabe bem como foi a morte delles; por estarem corrutos quando os acharão.

(¹) Pertencem a uma grande colecção de documentos do Cabido da Sé que foi o encarregado da distribuição do Subsídio Britânico no Bispado e hoje arquivada e catalogada no Arquivo da Universidade de Coimbra.

«Roubos

«Os lugares desta freg.ª que forão roubados inteiram.te de frutos são os [fls. 1 v.º] os da Mialhada, Sernadello, Povoa da Mialhada, Reconco e Travassô, pode-se dizer que ahinda antes de virem os Françezes já os frutos destes lugares estavão quaze consumidos pella Devizão de Cavalaria Ingleza do Gen.al Spençer que esteve aquartelado na Mialhada emquanto durou o combatte do Bussaco com os Francezes (1), edepois acabados de consumir alguns poucos restos que estavão pellos campos pello Exerçito Frances comandado pello Gn.al Maçena que esteve tres dias aquartelado neste m.mo lugar da Mialhada ena Rezidençia de mim Arcipreste (em que tambem tinha estado sobred.º Gn.al Ingles Spençer) tudo o que tinha ficado de frutos e roupas nas cazas tudo se foi.

«Sacrilegios

«Na Igreja não cometerão os Francezes cacrilegio algum; mas nos santos do lugar da Mialhada degolaram a Snr.ª S.ta Anna, e despedaçarão S.ta Isabel.

«Roubos sacrilegos

«Na Igreja a cassula de prat'a (pessa bem esti[ma]vel pello bom gosto comque estava travalhada) hum calix de prata; e mais nada. Nas cappellas, na de Mialhada de Snr.ª S.ta Anna roubaram duas alvas já uzadas des toalhas do altar e sinco amittos, e duas vestimentas uzadas destruirão equeimarão o altar de todo as portas travessas do lado esquerdo e a huma janella do coro o solho todo; eas gavettas do caixão etambem os confesionarios avalua se o perjuizo feito nesta capella em cento e vinte mil rs. Na cappella de S. Sebastião do mesmo lugar furtarão duas alvas tres toalhas do altar duas vestimentas e tres amittos. Na cappella do lugar de Travassô toda a roupa branca e as vestimentas melhores tres. Na do lugar de Sernadello roubarão huã alva e hum amitto e alguma distruição no caixão, mas pouca couza.

«Incendios

«Incendiarão no lugar da Mialhada huma caza; e no lugar de [fl. 2] de Sernadello incendiarão tres moradas de cazas que ahinda não estavão bem acabadas e quaze metade de outras ese avalua a perca destas tres moradas em mais de hum conto de reis.»

. . . .

[fls. 12 v.º] «FREGUEZIA DA PAMPILHOZA

«Entrárão nesta freguezia por vezes os vinte ou trinta Francezes arroubar ecom effeito roubarão tudo o que hera dinr.ºs roupas principalmente [fls. 13] brancas.

«Mortes

«Matarão huma mulher ded.e de 50 annos.

---

(1) O páraco enganou-se. O general comandante de cavalaria inglesa era Cotton e os comandantes das suas três brigadas chamavam-se Slade, Grey e Anson. Spencer comandava o centro da linha defensiva no alto da serra.

«Roubos

«Roubarão como asima já disse alhuns dinr.[os] fatos principalmente roupas de linho, e tambem m.[tas] galinhas e carne de porco que acharão por algumas cazas.

«Sacrilegios

«Na cappella deste lugar da Pampilhosa quebrarão a pedra d'ara.

«Roubos sacrilegos

«Na Igreja o areliquairo de pratta em que se levava o sagrado viatico aos enfermos e na cappella o calix de pratta com sua patena e toda roupa que havia na egreja e cappella, como se explica o Paroco que tudo poderia valer setenta mil rs. a saber quarenta mil rs. a Egreja e trinta a cappella.

«FREGUEZIA DE VILLA N.A DE MONSARROS

«Tam som.[te] dous lugares desta freguezia forão calcados pellos Francezes que são Monsarros e Grade.

«Mortes

«Matarão os Francezes no lugar da Grade hum homem de sincoenta annos.

[fls. 13 v.º] *«Roubos*

«Os moradores destes dous lugares forão roubados em duas cazas não ficando absolutam.[te] couza alguma comestivel, e de roupa principalmente de linho eque os moradores, os que fugirão, não levarão consigo.

«Roubos sacrilegos

«No lugar de Grade furtarão hum calix de pratta e as toalhas do altar e na cappella de Monsarros tão som.[te] do calix o copo q̃ hera de prata deixando o pé por ser de estanho, e tambem algumas toalhas.

«FREGUEZIA DE LUSO

«Esta freguezia não foi calcada pello Exercito Frances em razão de estar defendida pella montanha do Bussaco ahonde estava o Exercito Angolo Portugues a defender esta pasaje; mas retroçedendo o Exercito Frances p.[a] p.[te] do Norte e pella estrada de *Boialvo* sempre quando derão a volta alguns Francezes couza de trinta entrarão nesta freguezia mas não consta que fizessem algum estrago se be[m] que se acharão os roubos e sacrilegios seguintes

«Sacrilegios

«Na cappella da Snr.[a] do Carmo do lugar de Monte novo quebrarão a pedra d'ara.

«Roubos sacrilegos

«Na capella de S. João da Fonte roubarão as alvas amittos e cordoens e tambem as vestimentas. E na cappella de S. Sebastião do lugar de Barrô, hũa alva e toalhas do altar, a bolça dos corporais, duas estollas, e hum manipulo. E na cappella do Encarnadouro do Bussaco desfizerão o altar.

«Não se duvidando que esta freguezia ficou estragada com a estada do Exercito Ingles e Portugues ahonde esteve sinco dias acampado emquanto os Francezes não fugirão.»

[fls. 15] *Mappa das Pessoas assassinadas pelo Exercito Francês do Arciprestado de Mortagua.*

N.º	Nome das freguesias	Homens mortos: De hum anno athe dez	Homens mortos: De dez athe vinte	Homens mortos: De vinte athe sincoenta	Homens mortos: De sincoentn p.ª sima	Mulheres mortas: De hum anno athe dez	Mulheres mortas: De dez athe vinte	Mulheres mortas: De vinte athe sincoenta	Mulheres mortas: De sincoenta p.ª sima	Totalidade dos mortos
1	Vacarissa			2	2				2	6
	. . . .									
25	Pampilhosa								1	1
26	Villa N.ª de Monsarros				1					1
27	Luso									0

[fls. 16] *Mappa dos vazos sagrados que os Francezes mandados pelo Gn.al Maçena roubarão no Arciprestado; como tambem dos Dezacatos feitos nas Sagradas Formas; e dos lugares e cazas inçendiadas pelos m.mos e dos livros dos Asentos que se extraviarão em algumas freguesias.*

N.º	Nomes das freguesias	Vasos sagrados	Ambulas	Custodias	Calices	Dezacatos	Povos incendiados	Casas	Livros extraviados
1	Vacarissa	1			1			4	
	. . . .								
25	Pampilhosa	1			1				
26	Villa N.ª de Monsarros				2				
27	Luso	0							0

POR TERRAS DA FEIRA

FOLCLORE DO VALE

«VIDA DE AMOR: AMOR A DEUS E AMOR À TERRA»

Vai-te carta venturosa,
Nas azas dum rouxinol,
Os olhos que te hão-de ler,
São tão lindos como o Sol!

A NORDESTE da nobre Vila da Feira, representada, pelo seu brasão, das mais formosas vilas de Portugal — fica a terra do Vale, que tem por orago Nossa Senhora, sob o título tão expressivo e tão significativo de *Santa Maria.*

Santa Maria do Vale: nome de boa terra, de gente simples e laboriosa com características acentuadamente originais como não há outras em Portugal. As minhas recordações ligam-me muito ao Vale, já desde a minha infância. Sinto por esse recanto uma afeição de verdadeiro filho adoptivo. Por ali passei quase toda a minha vida. Esta terra sempre muita simpatia me inspirou, não só pelas suas belezas naturais, mas também pelas numerosas e distintas pessoas que sempre me têm distinguido pela sua singular amizade. Todas aquelas paisagens me são familiares: *Pessegueiro, Póvoa, Cedofeita, Louredinho, Serralva, Vale* pròpriamente dito, e tantas outras... É também pela volta dos meus catorze anos que faço os primeiros romances em que brilham olhos femininos... Os primeiros versos, a alegria das festas de *Vila Seca, S. Brás, Santo António, a Páscoa* que tão linda é, e as rifas de *Pessegueiro!*

Tudo são recordações, sonhos de infância, devaneios, saudades românticas inesquecíveis!...

Em quase todos os habitantes desta freguesia tenho um amigo — e pelo amor à terra das minhas saudades, por onde tenho passado os dias mais felizes da minha vida, coligi, leitor amigo, este rosário de cantigas, na região mais linda de Portugal — nas Terras de Santa Maria.

O folclore: poemas, cantigas, bailes, indumentária e orações antigas, têm muito de representativo para o estudo psíquico da índole do nosso povo. *Cantigas populares,* surpreendem pela graça e o mais subtil da intimidade do povo das nossas aldeias.

Recolhê-las e conservá-las, sem alteração, é sentir-se a grandeza duma existência feliz, verdadeiramente tradicionalista, inconfundível, de tudo quanto hoje se chama Restauração Nacional.

Do Vale — trilogia do amor:
trabalhar, rezar e *cantar!*

Rir e cantar no tempo em que vivemos, é como que uma ironia desfechada às vicissitudes, à tragédia da vida actual, em que ninguém se entende — que o negrume pagão do culto da força afundou o Mundo em ondas de sangue e em pavores apocalípticos de ruínas!

A vã glória, para quê? «Quem te não conhecer que te compre» dizem os rústicos da minha terra. O povo deixa o girar dos orbes: canta e ri...

«Quero cantar ser alegre,
Que a tristeza não faz bem;
Inda não vi a tristeza,
Dar de comer a ninguém»

Hei-de cantar, hei-de rir,
Hei-de regalar a alma;
Hei-de morrer solteira,
Levar o ramo da palma.

Mais adiante, pelas esfolhadas, um grupo de rapazes ao som da viola começa a cantar:

Este lugar onde eu moro,
Não é vila nem cidade:
É um lugar pequenino,
Muito da minha vontade.

O lugar do *Vale,*
Hei-de o mandar dourar,
Com biquinhos de alfinete
Para o meu amor passear.

Entra o amor nas suas derivações imediatas de inspiração e beleza:

Maria, Minha Maria,
Tu és o meu ai Jesus!
Quem me dera dar um beijo
Onde o lenço faz a cruz.

Esta terra não é minha,
Se eu quiser minha será,
Se contigo tomar amores
Terra minha ficará.

Entra agora, em cenário, o lugar da *Pena*, velho castro e antiga *civitas* do Vale, por uma sátira filosófico-escarninha:

Adeus ó lugar da *Pena*,
Encosto dos mandriões,
Onde se cortam baetas,
Panos finos e algodões!

Continua o mesmo maldizer:

Já cantei uma cantiga,
Já com esta vão em dez;
Ainda hei-de cantar uma
Que te hei-de calcar aos pés!

Um outro tema — a mocidade dos campos, nas aldeias, com a sua epistolografia amorosa: —

Vai-te carta venturosa,
Nas azas dum rouxinol,
Os olhos que te hão-de ler,
São tão lindos como o Sol!

Você diz que me não quere,
Nem por isso boto dó;
Muito fraco é o navio,
Que tem uma amarra só!

Menina que anda de luto,
Diga-me, quem lhe morreu?
Se lhe morreu o marido,
Nas faltas dele estou eu.

Ó meu amor, meu amor,
Ó meu amor coitadinho!
Andas coberto de penas,
E mais não és passarinho.

Minha mãe para me casar,
Prometeu-me quanto tinha;
Depois que me viu casada,
Deu-me as penas que ela tinha.

Entra um outro maldizer dos de Pessegueiro para os de Rebordelo [1]:

Manuel de *Rebordelo*,
Fita verde nos calções,
Com sentido nos amores,
Deixou-lhe esturrar os fajões

---

(1) Esta aldeia pertence à freg. de Canedo, muito vizinha ao lugar de Pessegueiro do Vale, e situada na costa ocidental da serra de Lavercos, ramificação da serra da Ossa. Fica a E. N. E. do Vale e tem uma capelinha dedicada a S.ta Bárbara, muito antiga, à qual fazem uma festa na 1.a oitava da Páscoa. No sopé, corre-lhe o rio Inha, que a 3 quilómetros de distância desagua no rio Douro. É tradição histórica esta povoação, no século XIV, pertencer à extinta freguesia de Parada, hoje lugar da freg. de S. Vicente de Louredo.

Outras cantigas de sabor religioso, sobem no espaço à Sr.ª da Saúde de Vila Seca:

Ó Senhora da Saúde,
Dai saúde à minha gente:
Que lá s'tá em minha casa,
Uma sã, outra doente.

Ó Senhora da Saúde,
Minha mãe, minha madrinha!
Eu já fui à Vossa casa,
Minha mãe, vinde à minha!

Senhora da Saúde,
O caminho pedras tem;
Se não fizesses milagres,
Não iria lá ninguém.

Ó Senhora da Saúde,
A romaria 'stá 'acabar!
Senhora, dai-me saúde,
Para o ano cá voltar!

Senhora de *Vila Seca,* (1)
Não hei-de ir à Vossa festa,
Que me tiraste a merenda
À mais a hora da sesta!

Agora, voltam os de Rebordêlo para os seus rivais de Pessegueiro, com uma alegoria ao vinho, caso de parabens para o sr. Dr. Samuel Maia. Eis o seu prémio de consolação:

Em *Pessegueiro* (2) também há
Dos tais da minha paixão:
De que eu imenso gosto,
E amo com atenção.

Cantai moças e cachopas,
Guardai o que vosso é;
Quem não canta nem dança,
Também lhe escorrega o pé.

Debaixo desta ramada,
Não chove nem cai orvalho;
Menina, se há-de ser minha,
Não me dê tanto trabalho.

São dos tais *peixinhos,* (3)
Que eu caço nas minhas redes,
Dormem encostados às árvores
E encostados às paredes!...

Hei-de-te fazer correr,
Como a água da fonte,
Hei-de-te fazer chorar
Lágrimas de monte a monte!

Subi ao Altar-mór,
Acender velas no trono,
Coitadinho de quem ama
Amores que já têm dono!

---

(1) Referência ao vizinho lugar de *Vila Seca,* da freg. de S. Vicente de Louredo, da Feira, onde se venera, numa interessante capela, a Senhora da Saúde de Vila Seca, ou só a Senhora de Vila Seca, cuja festa se realiza a 7 de Setembro.

A imagem é curiosa e digna de museu. É de pedra granítica do século XIII. Também é invocada sob o nome de Senhora da Saúde.

(2) Os lugares da freguesia do Vale, cuja toponímia tem grande valor como auxiliar de estudos diversos, são: *Serralva, Pessegueiro, Costa-Má, Vale, Louredinho, Arial, Pena, Pena-d'Além, S.ta Cristina, Sagufe, Carvalhas, Póvoa, Cedofeita, Ponte, Torre, Quinta, Arilhe, Paradela, Prezinhas, Chã* e *Oliveira.*

Outrora, os lugares mais afastados estavam sujeitos à jurisdição dos párocos do Vale e dos párocos vizinhos. Assim, *Serralva* e *Pessegueiro,* meeiros do *Vale* e *Canedo,* passaram integralmente para o *Vale* — por sentença episcopal de 27 de Março de 1920.

(3) Referência aos ébrios que aqui se denominam de *peixinhos* e *santinhos.*

O lugar de *Serralva*,
De pequenino tem graça;
Tem uma fonte no meio,
Dá de beber a quem passa.

O lugar de *Sagufe* [1]
É pequenino, mas tem tudo:
Soldados para a Guerra,
E estudantes para o estudo.

O lugar lindo do *Vale*,
É a paz da minha alegria
Para onde os meus olhos,
Navegam noite e dia.

O lugar de *Pessegueiro*,
Ao longe parece vila;
Tem um cravo na entrada
E uma rosa na saída.

A freguesia do *Vale*,
É terra de muitas flores;
Também tem nos seus lugares
Belos e formosos amores...

Quem quiser amar a Deus,
Não diga que não tem tempo,
Pode andar no seu trabalho
E trazê-lo no pensamento.

Entre patrões e criados: —

Quatro coisas quer a patroa,
Da criada que a serve:
Levantar cedo, deitar tarde,
Comer pouco e ser alegre.

O almoço quer-se cedo,
O jantar abreviado.
A merenda não esqueça;
Com a ceia o maior cuidado.

Diante deste oiro sobre azul de poesia popular — as tristezas não pagam dívidas, diz o dictério popular, segundo as despedidas, dum dia de trabalho alegre e reconfortante que o nosso povinho faz a rir e a cantar...

Adeus *Vale*, ó minha pátria,
Onde o pároco se encontra,
É gente mais estimada
Que se julga em outra conta.

Adeus *Torre* [2], não me desprezes,
Assim por qualquer maneira,
Viva também um bocado
Que me pertence em *Oliveira*.

Adeus, Adeus *Pessegueiro*,
Ó quem me agora lá dera;
A culpa tive-a eu,
S'tava lá, não me viera.

Adeus *Areal* e *Póvoa*,
Arilhe e *Cedofeita*;
Adeus *Torre* e *Prezinhas*
Que é uma vila perfeita.

---

(1) Este lugar, eclesiàsticamente, antes de 1858, pertencia à freguesia de Canedo. Hoje é do Vale e tem uma só família. *Sagufe*, é nome muito antigo e parece derivar de *Sagufes*, nome de homem. Um grande número de nomes tópicos são tirados dos nomes pessoais dos proprietários ou senhores das vilas, quintas ou granjas.

(2) Lugar do Vale, que conta, actualmente, doze famílias, quarenta varões e 22 donzelas. Quando se fundou esta povoação, apenas a *Casa da Torre* denominava nesta região. Seria a casa que deu o nome à Torre? Aqui nesta Torre arruinada, viveram os *Albergarias* que se uniram por casamento aos *Soares de Azevedo*, de *Paradela*, de *Fermedo*. De *S. João de Rei*, veio *D. Isabel de Azevedo Coutinho* casar com *Diogo Soares de Albergaria*, Senhor dos vínculos da *Torre*, *Quinta*, e *Paradela*. Desta ilustre família procederam os do *Buraco*, *Couto de Cucujães*, *Albergarias*, *de Cambra* e *Vasconcelos* de *Vila da Feira*. Em *Fermedo* são dignos representantes *Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, arqueólogo e historiador; Soares de Azevedo, escritor católico e representante da Imprensa*

Tenho dentro de meu peito
Duas rodas de moer:
Uma anda, outra desanda,
Nem sei o que hei-de fazer!

Do *Vale de Santa Maria*
A Igreja tem quatro cantos;
Nela passeia o meu amor,
Domingos e dias Santos.

A FONTE DOS MOUROS E A LENDA

Os sonhadores de tesouros, das antigas mouras encantadas, julgam grandes preciosidades escondidas entre a Marmoirinha e Fontela.

Muito convencidos dizem:

Entre a Marmorinha (1) *e Fontela*
Está o tesouro da Manguela (2)
Carrega sete burros azemeis
E outros tantos, se quereis.

RECEITAS, REZAS E ESCONJUROS

Nomeadamente no Vale, principalmente em *Pessegueiro* e *Costa-Má, Pena* e *Marmoirinha,* abundaram sempre as *intrujonas,* que vivem de *talhar o mal ruim,* servindo-se da *intrujice* como exploração da pacovice ignorantona. A *Amélia do Tista,* vai à Bruxa à *Pena* e a Olívia Duarte vai ao Bota-cartas da *Pena d'Além.* A *Tista* gasta à tripa-fôrra com o Bruxo de *Pessegueiro* — para lhe tirar *uma dor de barriga,* a que o Bruxo receita:

Salva, acintro, alecrim, ortelão, poejos, rosmaninho, murtinhos, canela, rosas, belta-luz, erva doce e *uregos.*

Tudo reduzido a pó, emplastado em vinho e aplicado sobre o ventre.

Para a moça fazer andar sempre o rapaz à corda, até que se resolva a casar com ela: —

Sobre o peito esquerdo, pregado no colete, traz numa bolsinha um osso dum cão, outro dum gato e outro dum

---

Vaticana na América do Sul. Vive no Rio de Janeiro. P.e Domingos S. de Azevedo, prègador afamado. Mgr. Alcino Gonçalves de Azevedo e *Alfredo G. Soares de Azevedo, professor e publicista;* e outros desta família vivem no baixo concelho de Arouca e Vila da Feira.

(1) É um lugar do Vale. Relaciona-se esta palavra com *Marmoiral* ou *Marmorial* (Memorial), que é a mesma coisa que *Moimento (Monumento),* túmulo medieval em forma de arco, como no *Burgo (Arouca).*

(2) Nome duma *Senhora, rica de Serralva,* já falecida há muito, mas de cujo apelido existem ainda reminiscências, e até o lugar da *Manguela,* em *S. Vicente de Louredo,* perto da *Marmorinha.*

defunto, com um pouquinho de *trena* do caixão do mesmo com três folhas de *ruda*, três de alecrim e um alho verde.

Desde as pontas dos pés e das mãos, da esquerda para a direita e dos da direita para a esquerda — lavar bem o corpo em cruz, e com esta água dar ao *dito cujo* café ou chá, tudo bem preparado com açúcar, e... finalmente, ovos fritos, partidos no cachaço dela e aparados no... fundo das costas.

Para sair uma má vizinha que entra em nossa casa:

Queimar debaixo do rescaldo da lareira uma vassoura, remédio eficaz para que a má vizinha nem ralhe nem se demore.

Para se fazer escárnio das bruxas e feiticeiras:

Trincar e mastigar, todos os dias ao levantar da cama, um bocadinho de *alho verde.*

Para as dores de peitos de mulher:

Deitar água numa ferradura quente, que tenha servido em pata de mula, e lavar com essa água o peito, sendo remédio experimentado e de bom resultado.

Para esconjurar desordens nas casas:

Não tão salutar e eficaz como um bom marmeleiro, mas é coisa simples:

Meter três raminhos de alecrim, em cruz, debaixo da cinza, na lareira da casa, mas tudo feito sem que o percebam as pessoas zangadas.

Para dor de dentes:

Naquele monte, mal assente,
Estava São Climente;
Nossa Senhora lhe disse:
— «Que tens to ó *Quelimente?*»
— «Doi-me o queixo e mais o dente!»
— «Queres que tu benza, Quelimente?»
— «Quero, sim, minha Senhora».

—«Põe as tuas cinco *pulgadas*
Sobre essas tuas pontadas,
Que elas serão abrandadas».
Padre Nosso, Avé Maria. Paz teco. Aleluia.
(Isto diz-se 3 vezes).

Para talhar a bertueja:

O doente coloca o peito sobre uma bacia de água, e a benzedeira toma uma estriga, estende-a sobre as costas do doente, correndo sobre ela um pente, e diz: —

«*Homem manso,*
Mulher brava,
Casa alagada,
Cama de palha,
Cabeceira dalbarda,
Este mal por donde entrou por aí saia.»

Para o pão se levedar depressa:

«*Pega nas calças de um homem (que não use ceroulas) vira-as do invez e põe-nas sobre a massa, com umas contas benzidas em cima.*»

Para aborrecer o vinho:

Pegar numa cobra viva e deitá-la em meia canada de vinho. Se não for tempo de cobras, uma enguia, faz o mesmo efeito.

Quando o bêbado pedir vinho, dar-lhe o desta receita. Ao cabo de 24 horas, não pede mais vinho!

Para nascerem sòmente pitas:

«*Serão os ovos lançados por uma criança ao ninheiro, um a um, e dizer tantas vezes quantos forem os ovos:*

Em louvor de S. Salvador todos saiam pitas e um só galador.»

Para curar panarícios:

Meter o panarício no ouvido de um gato, ou metê-lo num saquinho cheio de minhocas vivas, ou em óleo de enxofre.

ORAÇÕES:

Graças vos damos, meu Pai,
Pela fartura de feijões e milhos;
Que este anno Vos dignastes
Dar aos vossos ingratos filhos.
Eu vou á frente de todos
Pois que ouviste o meu pedido;
Eu já estou acostumado
A ser por Vós atendido.

Valei-nos, Eterno Pai,
Fazei-nos tudo mais baratinho
Vede o alto preço tambem
A que chegou o nosso vinho.
Valei-nos emfim em tudo
Vós que tudo sabeis bem;
Mandai-nos a vossa tabela
Desde já p'ra sempre. Amen.

Publicada no *Correio da Feira* do Sr. D. J. de Oliveira, já falecido. (Sereno) poeta popular.

S.to ANTÓNIO DO VALE
(responsos)

Ó meu beato S.to António,
Pelo monte assubistes,
O Santo Abreviário perdestes,
Para traz em procura dele volvestes;
Três vezes da Virgem Maria ouvistes:
António, António, António,
O perdido seja achado
E o esquecido alembrado
E o vivo arrecadado.
— Pelo poder de Deus e da Virgem Maria,
Padre-Nosso e Avé Maria.

(É preciso dizer-se esta encomendação 3 vezes, ou nove, sem engano).

(Recitado por M. M. R. G. T. da C.ção)

Estando S.to António a prègar o seu sermão,
Veio um anjo do Céu e anunciou:
António, hás-de crer que o teu Pai vá padecer por sete sentenças falsas!
António que tal ouviu,
Para Lisboa — partiu.
E logo nele encontrou a justiça com toda a gente e disse:
¿Onde levais esse Homem a morrer tão inocente?
Este homem matou outro e enterrou-o no quintal. E ele disse:
Vamos à campa do morto, que ele jurará a verdade.
E o morto se levantou,
Vestido e calçado
Como no Mundo andou.

E disse: este Homem não me matou nem tenho sinais.
O homem que me matou,
Na companhia o levais!
O Sagrado Messias pede
Que o não descubra mais!

Senhor Pai e Senhora Mãe,
Bote-me a sua benção,
Quero ir prá minha terra
Acabar o meu sermão
Que o povo que eu lá deixei
Falta me acharão.

(Continua)

ALFREDO GONÇALVES DE AZEVEDO

A DIOCESE DE AVEIRO

UM DOCUMENTO DE 1778

(EXTRAÍDO DO «LIVRO DAS PASTORAIS»)

PELO Breve *Militantis Ecclesiae Gubernacula* de Clemente XIV, datado de 12 de Abril de 1774, e a instâncias do Marquês de Pombal, foi criada a diocese de Aveiro, sendo nomeado poucos dias depois, a 18 do mesmo mês e ano, o seu primeiro bispo, D. António Freire Gameiro de Sousa, que foi sagrado em Lisboa a 25 de Setembro de 1777 pelo Arcebispo de Évora, D. João Cosme da Cunha.

Desde a criação da diocese e da sagração do bispo até ao início da sua actividade pastoral, decorreu um demorado interregno de quatro anos, que veio a terminar em 1 de Julho de 1778 com a sua entrada na sede episcopal.

Enquanto, porém, em Angeja se dava acabamento às obras em curso para o arranjo da projectada residência, veio ele instalar-se no antigo palácio dos Tavares Távoras.

Parece que muito pouco tempo (¹) chegou a habitar aquela residência, passando o antigo palácio a ser a residência definitiva da 1.ª série dos bispos da diocese de Aveiro.

Escolheu o preclaro Bispo para Sé Catedral a Igreja da Misericórdia, que distava do Paço apenas uns poucos de metros.

Em 13 de Março de 1778, pouco antes, portanto, de ingressar em Aveiro, é expedida pelo Dr. José de Abrantes Ferreira, Provisor do Bispado, uma Carta Circular em que se declara que sejam adoptadas na nova diocese as Constituições e Pastorais da diocese de Coimbra, esclarecendo-se mais que o Prelado se decidira a proceder desta forma por reconhecer a inconveniência de celebrar imediatamente

(1) *Angeja*, pág. 34, de RICARDO N. SOUTO (1937).

Sínodo, ou expedir Pastorais, sem que prèviamente tivesse conhecimento do modo de agir pelo interesse e necessidades espirituais das paróquias.

Por oportunidade, direi que durante o pontificado da 1.ª série dos bispos da diocese, foram readoptadas as mesmas Constituições, bem como as do Bispado do Porto para os casos omissos.

Vamos resumir cada uma das oito, como direi? prescrições ou determinações em que está dividido o documento que, com autorização do Prelado, devia desde logo entrar em execução, enquanto se não ordenasse o contrário.

Na 1.ª prescrição delega-se nos sacerdotes seculares e regulares, segundo a sua hierarquia, a faculdade de darem aoo fiéis constituídos *in articulo mortis*, a bênção e a indulgência plenária, em conformidade com as determinações de Sua Santidade Bento XIV.

Na 2.ª estabelece-se que seja adoptado o Ritual de Paulo V, instando-se pelo seu uso, bem como pela observância cuidadosa das rubricas, sob pena de poderem ser aplicadas, aos párocos transgressores, penalidades segundo o critério do Prelado.

Na 3.ª prescrição marcava-se o tempo em que devia ser administrado o sacramento do Baptismo às crianças, estatuindo-se que nunca ele fosse demorado além de oito dias após o nascimento, cominando, com as penas decretadas na Constituição, aquelas pessoas que tivessem a seu encargo e vigilância essas crianças e o cumprimento desse grave dever.

Pela 4.ª prescrição são os párocos incumbidos de instruir e admoestar os esposos, afim de realizarem os seus casamentos no prazo de 20 dias, quando lhe não obstasse quaisquer impedimentos e, havendo-os, indicar-lhes o recurso ao Prelado que lhes ampliaria o prazo para poderem remover o obice. Não cumprindo eles as instruções recebidas, determinava-se que fossem excluídos dos ofícios divinos, até que se resolvessem a contrair o matrimónio e a pagarem uma multa em benefício da Confraria do Santíssimo.

Ainda que o documento não seja explícito, parece que aquele prazo de 20 dias se deve referir à data do contrato esponsalício.

Na 5.ª determinação são os párocos prevenidos de que, no exercício do seu ministério, não aplicassem arbitràriamente as multas pecuniárias, mas, sim, em conformidade com o Direito, como seja para a Sé, ou para o Meirinho.

Quando as Constituições não especificassem, seriam destinadas pelo Prelado à paróquia.

Na 6.ª São encarregados os párocos de admoestarem os cônjuges que têm vida marital separada, a que dentro de

dois dias passem a viver conforme as leis do consórcio. Não cumprindo eles, ordena-se que fossem notificados com a pena de prisão, se dentro de três dias se não apresentassem ao Vigário Geral afim de receberem as instruções necessárias para a salvação das suas almas.

Na 7.ª prescrição impõe-se aos confessores, sob pena de suspensão das suas ordens, a obrigação de reformarem as respectivas licenças dentro de quinze dias, a contar do prazo que lhes fora concedido pela antiga licença.

A 8.ª onera os capelães com o ensino da dourina às crianças e ao povo.

Segue o documento:

«O D.r Joze de Abrantes Ferr*ei*ra, Prior da Parochial Igreia de Santa Marinha de Alcherubim, Provizor, Juiz dos cazamentos e habilitassoens *de genere vita et moribus* nesta cid*ad*e e Bisp*a*do de Av*ei*ro pelo Ex.mo Rev.mo Snr. D. Ant*oni*o Freire Gameiro de Souza, por mercê de D*eu*s e da Santa Sé Apostolica, prim*ei*ro Bispo de Av*ei*ro do Concelho de Sua Mag*estad*e Fidelissima que D*eu*s g*uar*de, etc...

Fasso saber a todas as pessoas assim ecleziasticas como seculares deste m*esm*o Bispado que, conciderando Sua Ex.ª Rev.ma por hua p*ar*te a urgente neçeci*da*de de estabeleçer leis saudaveis, conforme aos sagrados canones e deciplina da Igreia para o bom regimen da Sua Dioceze, e, pela outra, nam lhe he possivel prezentem*en*te Selebrar Synodo, nem ainda formar e expedir Pastorais sem que prim*ei*ro lhe conste por inform*açõ*es exatas e com maior certeza por conhecim*en*to proprio dos estados das parochias, p*ar*a lhes aplicar as providencias segundo a neçeçi*da*de em que se encontrarem, p*ar*a o que tem detriminado dar prinçipio com a possivel brevi*da*de (ilegivel) Pastoral. Entre tanto, que não executa aqueles proprios e importantes meyos com a tenção em que esta sua Dioceze foi desmembrada por beneplacito Regio e Authoridade Apostolica da de Coimbra, assás cultivada pelas sabias instrussoens do seu actual vigilante prelado, me detremina o m*esm*o S*enho*r q*ue*, por esta Carta Circular, lhes participe q*ue* tem deliberado adoptar as cons*tan*tes Pastorais do m*es*mo Bisp*a*do de Coimbra no q*ue* estiver em via e manda se observem emq*ua*nto não ordenar o contr*ari*o e que especialm*en*te declara o seguinte = Que delega aos Rev.dos Parocos perpetuos e amoviveis, encomendados, curas, coadjutores e bem assim aos prelados das Relegioens e a todos os saçerdotes actualm*en*te aprovados p*ar*a ouvir confissoens, assim seculares como regulares, e confessores ordinarios das Religiosas de qualquer instituto deste Bispado, a facul*da*de de poderem dar a benção e aplicar a indulgencia plenaria aos moribundos, observando a forma da sua aplicação prescripta pelo Santo Padre Benedito decimo quarto, para cuja delegação empetrou o m*es*mo S*enho*r graça da Sé Ap*ostoli*ca, havendo os m*es*mos moribundos reçebido os sacram*en*tos, e, nam os podendo receber, invocarem comtritos o S*anti-si*mo nome de Jezus com a boca, ou não pudendo com o coração.

= Que os referidos Parocos na administração dos sacram*en*tos uzem do Ritual de Paulo quinto, instruindo-se nas rubricas preçedentes a cada um delas prescriptas no mesmo Ritual, com a cominação de que não observando a lei, se lhe dar em culpa e serem punidos ao arbitrio do mesmo S*enho*r. = Qne não consintão os mesmos Rev.dos Parocos se dilate o Baptismo nem ainda a impuzição dos S*an*tos Oleos ás crianças por mais de outo dias, por qualquer protexto que seia e que, no cazo de omissão culpavel, executem a pena da Const. nas pessoas obrigadas. = Que os m*es*mos Rev.dos Parochos admoestem os espozos respectivam*en*te ás suas freguezias a que

contraihão matrimonios no *termo* de vinte dias nam obstando impedimento ou justa cauza para se dilatarem, e havendo cauza ou impedimento recorram os mesmos espozos ao *dito* Snr. ou ao seu Provizor *para* se lhe conceder tempo que se julgar *necessario* para a sua expedição, e que, não o cumprindo assim, os *mesmos* Rev.dos Parochos os ivitem dos *oficios* divinos the se aprontarem *para* receberem e pagarem quinhentos reis cada hum deles, sendo ambos remissos, e não o sendo mais que hum, contra este procederão na sobredita *freguezia*, cujas penas pecuniarias serão aplicadas ás *confrarias* do Santissimo das proprias parochias e que, se ainda assim não obedecerem, dem conta os *mesmos* Rev.dos Parochos ao Provizor que mandará proceder a mayores penas, parecendo-lhe justo e *necessario*.

= Que havendo os Rev.dos Parochos de executar as penas pecuniarias estabelecidas e determinadas nas Constituições ou pastorais, as nam apliquem a seu arbitrio, mas sim na forma que se acharem aplicadas, como por exemplo *para* a Sé ou Meirinho, ou *parte para* a Sé e *parte para* o Meirinho, e que nam se achando aplicadas, o *mesmo Senhor* as aplica á fabrica da respectiva Parochia, e que de nenhum modo multem, por authoridade propria a qualquer pessoa ou por qualquer desordem, em penas pecuniarias e fora dos expressos nas ditas *Constituições* e Pastoraes. (...) = Que constando aos Rev.dos Parochos que alguns conjuges, seus respectivos freguezes vivem separados e por (pro)pria authoridade, os admoestem a que se ajustem e vivam no conçorçio e, nam obedecendo eles no *termo* de dois dias, os notifiquem e fassam nothificar com pena de prizão *para que* no de tres comparessam cada hum deles com o seu respectivo consorte na prezença do D.r *Vigario Geral*, a fim de que o *mesmo* ministro lhe mande e prescreva o que julgar mais conducente ao serviço de *Deus* e salvassam de suas almas, segundo os meyos e dispozissoens do *Direito*. E darão conta ao *dito menistro* remetendo-lhe as cer.tes de que foram nothehcados e que assistindo nas suas parochias algumas pessoas das quaes conste por certeza ou fama que sam cazados e nam vivem com suas consortes dem conta sem demora ao D.r *Vigario Geral*.

= Que os Rev.dos confessores seiam obrigados, depois de se lhe finalizarem as *licenças*, a obter novas no *termo* de quinze dias, fiquem suspensos do exercicio de suas ordens salvo impetrarem recurso ou dispença dentro do *mesmo* tempo, e que os Rev.dos que se acharem dispensados se aprovarem confessores ou com recurso aprezentem os seus papeis, ao mesmo são dentro de hum mês *(roto, o doc.)*

= E que os capelaens não desistam explicar aos meninos e mais povo a doutrina christãn, como lhes está, e que nam o cumprindo assim, os Rev.dos Parochos em virtude e formal obediencia dem conta ao D.r *Vigario Geral para* que se proçeda contra eles, como for justo.

E *para* que venha a noticia de todos mando ao escrivão da Camara *Eclesiastica* reziste esta Carta Circular, e depois se envie aos Rev.dos Parochos *para* que a tresladem no livro das Pastoraes e a leiam no *primeiro Domingo* ou dia Santo, estando o povo junto.

Dada em Aveiro sob o meu signal e selo das Armas de Sua Ex.a Rev.ma aos treze de Março de mil e setecentos e setenta e outo.

E eu P.e *Francisco* da Silva, escrivão da Camara ecclesiastica o subscrevy = Joze de Abrantes *Ferreira* = Selo = Lugar do selo + = *Ferreira* = Carta Circular de Adopção das *Constituições* e *Pastoraes* do Bispado de Coimbra no que estiver em uzo *para* se observarem neste de *Aveiro* emquanto Sua Ex.a Rev.ma nam mandar o contrario = Conferida = Sylva.»

P.e JOÃO VIEIRA RESENDE

COSTUMES E TRADIÇÕES DA REGIÃO DE ÁGUEDA

A ABERTURA SOLENE DA PATEIRA DE FERMENTELOS À APANHA DO MOLIÇO

AINDA vem longe o Astro-Rei que há-de vir iluminar e aquecer a Terra naquele dia caloroso de 25 de Agosto de 1947, já os habitantes das terras ribeirinhas da Pateira de Fermentelos vêm convergindo em massa para os seus portos marginais.

Entre aqueles povos, trabalhadores da terra, vai travar-se naquele vasto campo aquático uma das maiores competições do trabalho da região — a abertura solene da Pateira de Fermentelos à apanha do moliço, fechada do primeiro de Janeiro a 10 de Março e de 8 de Julho a 25 de Agosto.

Uma nuvem de barquitos regionais, moliceiros e caçadeiras, ancorados às margens, aguardava desde a véspera a chegada de seus proprietários, armados das alfaias próprias (ancinho, vara e pá) para a faina do moliço.

Poucos momentos antes do sinal convencional para a largada, cada homem toma o seu pequeno moliceiro e com o pé no bordo e ancinho em punho, parece um soldado em posição de sentido, à espera da ordem do começar da batalha.

Dá, por fim, sinal de largar, o sino de Fermentelos, freguesia mais próxima e titular da Pateira.

Num instante, como por encanto, esta fica invadida e coalhada de minúsculos barquitos, que, movimentando-se dum lado para o outro e vistos ainda à luz ténue do romper da madrugada, mais parece um jogo de bonecos animados num fundo escuro, que uma parada de laboriosos homens destros para a luta pela vida. Ao mesmo tempo, gritos de

incitamento, vindos da multidão trabalhadora do interior das águas e da multidão espectadora que se aglomera nas margens, ressoam por aquela imensa massa líquida, onde disputam a flora que lhe atapeta o fundo as povoações marginais de Fermentelos, Ois da Ribeira e Espinhel, freguesias usuárias e frutuárias daquele baldio de água. E a luz do sol que até aí tinha faltado para iluminar o grandioso quadro de beleza que é a Pateira de Fermentelos neste seu dia festivo, começa também a enviar por detrás das colinas que a muralham pelo nascente, os primeiros arrebóis matutinos que vêm saudar aquela gente trabalhadora, cuja algazarra se transforma, naquele instante, num hino de saudação ao sol e ao Trabalho.

E agora já nada falta ao artista para pintar aquela tela maravilhosa: luz, movimento, som e cor combinam-se ali tão harmoniosamente que o pintor lá encontra a fonte de inspiração mais bela que imaginar se pode.

Até o poeta, esse constante enamorado da Beleza, pode ali abrir largamente as portas à Poesia, cujo manto diáfano cobre, àquela hora, toda a Pateira de Fermentelos.

Homem e Natureza formam, naquele momento, um conjunto tão cheio de encanto e tão belo, que ANTÓNIO NOBRE, que tanto se inspirara na edénica paisagem do Águeda, poderia novamente cantar:

«Que ilusão viajar! Todo o planeta é zero.
Por toda a parte é mau o homem e bom o céu.
Américas! Japão! Indias! Calvário... Quero
Mas é ir à Ilha orar sobre a cova do Antero
E a Águeda beber a água do Botaréu»...

Assim NOBRE exclamaria ainda outra vez, se ressuscitasse e voltasse a passar as férias em Águeda, concelho a que pertence esta fonte de riqueza e beleza que é a Pateira de Fermentelos. Como a nós lhe apeteceria dizer, naquela serena manhã de Agosto:

«Que é dos pintores da minha terra
Que não vêm pintar?»...

Mas, se lá não estavam pintores para pintar, não lhe faltaram até turistas estrangeiros (americanos e ingleses), que, trazidos pela fama da Pateira de Fermentelos naquele seu dia festivo, a fixaram em todos os seus mais lindos aspectos com as objectivas das máquinas fotográficas de que vinham munidos.

E não há dúvida de que, depois de a percorrerem de lés a lés num barco de passeio, iam maravilhados com aquela

chusma de barquitos a transbordarem de moliço que cobria e enegrecia quase totalmente as águas tranquilas e doces, onde aqueles, quase inteiramente mergulhados, deixavam apenas emergir os inúmeros montículos de estrume, dando-nos, à vista, a impressão dum vasto arquipélago de ilhotazinhas, constantemente a deslocarem-se e a reflectirem-se sobre o espelho cristalino das paradas águas da Pateira. E, a pouco e a pouco, se viam aumentar os montes de moliço nos portos marginais, onde os moliceiros, depois de cheios, eram despejados, voltando novamente para o interior a recolher mais estrume, que os pachorrentos carros de bois transportarão das margens directamente para as terras, que, assim adubadas, se irão desentranhar em cereais, frutos e hortaliças com que se abastecem os mercados circunvizinhos.

Quem poderá, pois, pensar, como alguém já pensou, em secar e destruir a Pateira de Fermentelos, uma das maiores fontes de riqueza e beleza das regiões do Vouga, Águeda e Cértoma?

Bem haja o povo de Fermentelos que a defende de alma e coração, como defende a própria vida.

Se o homem é, em parte, produto do meio geográfico em que vive, a gente de Fermentelos está incluída nesse número. Ela traz na menina dos olhos a cor das mansas águas da Pateira, onde se reflecte, como em superfície lisa de cristal, a luz aurifulgente do sol. Se é a Pateira que lhe fertiliza os fartos milharais, batatais, feijoais, nabais, enfim, toda aquela densa folhagem que lhe afoga as casas e os campos num mar de verdura; se é dela que eles tiram o saboroso peixe com que se alimentam e ainda abastecem as terras vizinhas, ninguém poderá ignorar que o povo de Fermentelos defenderá a sua Pateira com armas na mão e até ao sacrifício da própria vida, o que ainda se deu no verão de 1944.

Continuava a desenrolar-se em morticínio e fome a sangrenta guerra mundial.

Entre os víveres que rareavam no mercado e atingiam o preço do ouro, destacava-se o arroz, cereal bastante cultivado nas margens do Cértoma, especialmente na povoação de Perrães, vizinha da Pateira de Fermentelos.

A estiagem canicular, parece que mais intensa nesses anos de guerra, teimava em deixar morrer à sede este precioso alimento. Então, os habitantes de Perrães, proprietários das marinhas do arroz, tentados pela abundância das águas da Pateira que ao lado brilhavam e lhe aguçavam o apetite, e, sabendo que elas se encontravam a um nível superior e apenas separadas daquelas pela estrada municipal que liga esta povoação a Águeda, abrem uma enorme vala por onde se começa a escoar a Pateira de Fermentelos para as marinhas do arroz de Perrães.

Não se faz esperar muito a reacção do povo de Fermentelos, que manda logo tocar o sino a rebate.
Rápida como o fumo, uma multidão armada de varapaus, pistolas e outras armas, começa a correr de Fermentelos para o local do conflito onde se intrincheiram, dispostos a uma luta de morte.
Valeu, porém, ali, a serenidade e pacatez do povo de Perrães, que, retraindo-se, fora obrigado a jurar solenemente perante a população levantada de Fermentelos que nunca mais voltaria a tocar nas águas da Pateira, tudo acabando, finalmente, em paz e sem vítimas.
É assim que a Pateira é defendida pela laboriosa e unida gente de Fermentelos que tem naquela o seu laço de união e até a sua escola de educação.
A' Pateira é quem lhe dá o pão. Por isso os fermentelenses lhe têm um amor de mãe, mãe de fartura e de beleza que eles contemplam desde o nascimento à morte, nela trabalhando, nadando, cantando, sofrendo, amando e por vezes até, nela se sepultam, parecendo amá-la ainda mais quando se afogam nas suas águas.
Depois, é ainda a Pateira que lhes dá o nome e a fama à sua terra natal. Se não fosse aquela, Fermentelos não seria conhecida em Portugal e até no mundo, se é que pudesse existir sem ela. Sem aquele interessante acidente geográfico, ali à beira, Fermentelos não passaria de uma insignificante freguesia do concelho de Águeda como o fora, em tempo, do concelho de Oliveira do Bairro, para o qual uma grande parte da freguesia, por motivos de ordem política, desejaria voltar.
Quanto a nós, baseando-nos apenas em razões de ordem geográfica e psicológica, cremos, com a maior imparcialidade, que Fermentelos deverá continuar a pertencer ao concelho de Águeda. E as nossas razões são as seguintes:
Toda a paisagem verde e húmida da freguesia de Fermentelos é de tipo Águeda e não Cértoma.
A paisagem, típica deste, parece acabar em Perrães. Esta é a paisagem do vinho maduro da Bairrada, dos vinhedos de cepa baixa e gorda, dos terrenos amarelentos do calcáreo e da argila.
Ora Fermentelos, por forma alguma pode estar incluída nesta espécie de terreno; a terra aqui é preta, areenta, maleável; o vinho quase verde, de menor grau, de cepa alta, é cultivado em corrimão e latada em terrenos baixos.
Quanto à psicologia do povo de Fermentelos, nota-se-lhe uma tendência acentuada para a religião predominando neles as tendências espirituais, enquanto nos povos da Bairrada pròpriamente ditos, predominam as sensuais. Até no corpo, a gente de Fermentelos, homens e mulheres, apresenta uma

cor de pele mais branca e assetinada, isto é, mimosa como a paisagem do Águeda.

Portanto, ainda que a distância de Fermentelos a Oliveira do Bairro seja menor que a Águeda, a geografia e psicologia daquela freguesia contrasta muito com a geografia e psicologia da Bairrada.

Eis os motivos que nos levam a dizer que Fermentelos, regional e administrativamente, deve pertencer ao concelho de Águeda e não ao de Oliveira do Bairro, como alguns pretendem.

ERCÍLIA PINTO

A «EXPOSIÇÃO ALUSIVA À RIA DE AVEIRO» PROJECTADA EM 1896 PELO BARÃO DE CADORO E PELO ENGENHEIRO MELO DE MATOS

O BALANÇO exaustivo e a história pormenorizada do que foi a actividade local dessa extraordinária geração de aveirenses — aveirenses pelo nascimento, mas aveirenses também pela sua leal integração no meio, que inteligente e devotadamente serviram — vinda do penúltimo quartel do século XIX *até nossos dias, não tentou ainda, talvez por demasiado próxima da actualidade, nenhum historiador contemporâneo.*

E todavia, sobre os aveirenses de hoje se estende, benéfico, o seu potente reflexo, e do seu esforço de inteligentes pioneiros usufruímos nós, não apenas a recordação gloriosa, mas o próprio ambiente cultural e material que é possível, apesar de tudo, descortinar em determinados sectores da vida citadina de hoje em dia.

É, por consequência, de gratidão ou reconhecimento a dívida que a actual geração aveirense mantém em aberto para com a memória veneranda dos homens que a precederam. Uma ou outra figura da plêiade admirável tem sido incidentalmente recordada, mas falta por completo o estudo de conjunto dessa obra invulgar e notabilíssima, onde avultam aspectos sociais e culturais de primeira categoria em qualquer meio onde surgissem, e que na história aveirense constitui nitidamente uma época distinta, um período à parte.

Não cabe a nós, longe do ambiente onde se formou e eclodiu esse glorioso movimento, e onde melhor ele se documenta e

compreende, tentar estudo de tamanho vulto, nem aos aveirenses de nascimento desejamos de modo algum sobrepor-nos nessa, aliás, gratíssima realização, impedindo-lhes o prazer de reconstituirem uma época de tão grande significado nos anais da cidade que o Destino generosamente lhes outorgou por berço.

Da interessantíssima floração bibliográfica dessa excepcional geração, que em variados sectores ficou a documentar o seu magnífico esforço construtivo, permitimo-nos, no entanto, exumar desde já uma espécie da mais extrema raridade e real valor originada justamente no pensamento de dois componentes ilustres daquela brilhante plêiade de animadores e de inegáveis realizadores.

Já em 1933, ao procurarmos fundamentar e fixar plano que reunisse condições de exequibilidade para o Museu Etnográfico do município ilhavense, que veio a ser inaugurado quatro anos depois e que até ao presente se tem mantido, dentro da sua forçada modéstia, com geral agrado e público louvor, tivemos ensejo de estudar essas páginas valiosas adaptando quanto da sua doutrinação interessava ao ponto de vista em que deliberámos colocar-nos.

Formulámos então o voto de que viesse a ser reeditada essa obra de tão «grande alcance e inteligente regionalismo» (1).

Muito grato nos é, 14 anos volvidos, retomar o assunto e reeditarmos nós, visto ninguém mais o haver ainda feito, o raríssimo opúsculo regional intitulado Exposição alusiva à Ria de Aveiro. *do Engenheiro* Melo de Matos, *pois outra não é a espécie bibliográfica posta em causa nas presentes linhas.*

Estava-se em 1896; a Etnografia e o Folclore ensaiavam então os seus primeiros passos no País, sem sistematização definida, ainda, limitando-se à recolha de material e ao confronto, timidamente apresentado, dum ou outro elemento com fenómeno idêntico de além fronteiras.

É desse mesmo ano a primeira tentativa séria de compreensão e de isolamento da Etnografia no quadro das ciências, que em Portugal se regista; provocou o seu aparecimento a celebração do centenário do descobrimento da Índia, projectada para o ano imediato, e subscreveu-a o professor F. Adolfo Coelho, *intitulando-a singelamente:* Exposição Ethnographica Portugueza — Portugal e Ilhas adjacentes (2).

São estas as primeiras palavras dessa ainda hoje valiosíssima sistematização, muito pouco vulgar também:

«*Apesar de existirem várias publicações que têm por objecto o estudo do povo português sob diversos aspectos,*

(1) Etnografia e História — Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo. Ílhavo, 1933.

(2) Lisboa, Imprensa Nacional, 1896. 46 págs.

pode afirmar-se resolutamente que a nossa etnografia se acha na infância, já porque muitos desses aspectos, entre os quais alguns da maior importância, têm sido apenas levemente tocados, já porque a muitas daquelas publicações falta a precisão científica.

Carecemos nós, sobretudo, de um trabalho de conjunto suficientemente completo, impossível de organizar pela ausência de numerosos dados que a diligência dum só investigador ou até dum pequeno grupo de investigadores associados não teria capacidade de reunir.

O estudo do povo português sob o aspecto físico está apenas iniciado: o que falta fazer, ainda dentro dos limites do estrictamente indispensável, é quase tudo!»

Pormenoriza seguidamente aquele sábio etnógrafo como «a habitação portuguesa é um objecto, por assim dizer, intacto», como «a alfaia e o mobiliário domésticos esperam ainda um estudo que não seja um fragmento», como «o vestuário das classes populares não foi ainda descrito e desenhado no seu conjunto, comparativamente, na sua distribuição geográfica».

Carecemos de conhecer o trabalho popular nas mais diversas formas; «os meios de transporte tradicionais, carros, embarcações marítimas e fluviais, etc., esperam ainda um estudo compreensivo, assim como o comércio nas suas formas populares.»

«As belas artes populares, pròpriamente ditas, salvo a poesia, não foram ainda estudadas a sério. A música tem sido objecto de várias publicações destinadas, ao que parece, a darem dela ideia falsíssima.»

...«No domínio da poesia popular, dos contos, das superstições, dos jogos, das festas e outros actos solenes do nosso povo» ...«bastante resta averiguar para conhecimento completo dessas tradições e doutras». Etc.

O problema não passara despercebido à grande geração aveirense, e, assim, em 30 de Maio daquele mesmo ano de 1896 o Campeão das Províncias, *bi-semanário local de honrosas tradições, insere, no seu n.º 4574, uma* carta dirigida ao Il.^mo^ e Exmo Sr. Barão de Cadoro acerca de uma exposição alusiva à Ria de Aveiro, *que em seguida circulou em separata de pouquíssimos exemplares.*

Firma-a e data-a de 22 de Maio o nome dum estudioso de elevado critério, que, sem ser natural de Aveiro, aos problemas marítimos locais dedicou, repetidas vezes, labor verdadeiramente científico e altamente construtivo: o engenheiro dos serviços hidráulicos, Melo de Matos.

O Barão de Cadoro, que logo nas primeiras linhas da carta referida se fica sabendo ter encarregado Melo de Matos «da honrosa missão de organizar um programa para uma

exposição dos produtos da ria de Aveiro», era aveirense de nascimento (1849-1917), romancista e jornalista, e foi o grande animador (e reeducador, *podíamos dizer também) da sociedade aveirense da sua época, em benefício da qual prodigalizou os avultados meios de fortuna que possuía, não se alheando de problema algum, cultural ou social, que à cidade interessasse, tornando possíveis iniciativas que para sempre ficaram memoráveis.*

Pessoa do mais fino trato, distintíssimo, conheci-o ainda, embora já a caminho da decadência em que veio a terminar, no belíssimo palacete em que vivia e que generosamente franqueava, em festas brilhantíssimas, de grande estilo, por largo tempo recordadas.

Melo de Matos, esse (1856-1915), pela sua notável dedicação à cidade, que dedicadamente serviu, grangeou direito incontestável a ser incluído também nessa geração de aveirenses famosos que a esta época sem igual ligaram imperecìvelmente o seu nome. Nascido no Porto, veio para as obras da Barra e da Ria de Aveiro em 1887 chefiar a 2.ª circunscrição hidráulica como engenheiro que era, após ter participado nos trabalhos da linha férrea da Figueira da Foz a Alfarelos e ter dirigido a construção da ponte de Vila Velha do Ródão.

Em Aveiro dirigiu, igualmente, a construção do farol da Barra e da estrada marginal para a Costa Nova, notabilizando-se em serviços distintos que lhe valeram louvor especial do Governo português.

O Estado francês condecorou-o com a «Legião de Honra» pela assistência inteligente que prestou por ocasião do naufrágio do torpedeiro Avant-garde, *daquela nacionalidade.*

Após 11 anos da mais prestável permanência aqui, este aveirense honorário deixou a cidade, em 1898, para assumir o lugar de Director das Obras Públicas no distrito de Braga (1). *Mas a Aveiro pertenceria a quase totalidade da sua valiosa obra de escritor; constituída principalmente por separatas de revistas diversas, conseguimos laboriosamente reunir as seguintes espécies que dispomos pela sua ordem cronológica:*

— Laboratório marítimo de Aveiro. *Porto, 1894; 82 págs. e 1 gráfico desdobrável — (É separata dos N.os 9 a 11 do vol. 3.º da* Revista de Ciências Naturais e Sociais).

---

(1) Da parte da sua carreira pública decorrida já fora de Aveiro, apurámos ainda ter desempenhado, após a estada em Braga, os cargos de Chefe de Secção na Repartição das Estradas, Director das Obras Públicas no distrito do Funchal (1900), Chefe de Repartição da Propriedade Industrial, Director do Montepio Oficial, Membro da Comissão de Explosivos e da Comissão de Verificação de Pontes.

— Os trabalhos recentes acerca de Piscicultura em Portugal. *Porto, 1895; 16 págs.—(Sep. do N.º 12 daquele vol. 3.º).*

— Questões aquícolas. Resposta a uma apreciação. *Porto, 1895; 16 págs.—(Sep. do N.º 13 do vol. 4.º daquela mesma revista).*

— Questões aquícolas; *s. l. 1895; 4 págs. — (sep. do n.º 14 daquele vol. 4.º).*

— Carta dirigida ao Il.^mo e Exmo Sr. Barão de Cadoro acerca de uma exposição alusiva à Ria de Aveiro. *Aveiro, 1896; 8 págs. — (sep. do n.º 4574 do* Campeão das Províncias».

— Exposição alusiva à Ria de Aveiro; *s. l. n. d. 12 págs. (sep. da* Revista Florestal, *de 1896).*

— Assistance maritime — Les «*Compromissos*» de la côte d'Algarve. *Paris, 1904, 22 págs. (tese apresentada ao Congresso Marítimo Internacional de Lisboa, daquele ano).*

De data que nos é difícil de precisar, *possuimos ainda:*

— Aproveitamento dos tanques; *s. l. n. d. 4 págs., sep. da* Revista Florestal.

— La Pisciculture pratique — Bulletin des sociétés de pêche et de pisciculture de France; *s. l. n. d. 2 págs.*

— *No almanaque aveirense para 1896 «Â Beira Mar» há* «Uma carta de Melo de Matos», *de págs. LVII a LIX, propondo solução para o problema do hospital aveirense indevidamente localizado no centro da cidade.*

— *Nos* «Subsídios para a História de Aveiro», *de Marques Gomes, anda igualmente uma carta de Melo de Matos sobre o Forte da Barra.*

— *Na Revista* Engenharia e Arquitectura, *(1.º e 2.º vols., de 1891 a 92) publicaram-se também artigos seus acerca de* Laboratórios marítimos.

— *Em* O Instituto. *de Coimbra, vols. 38 e 39, de 1891 a 92, encontro ainda* «Algumas observações acerca dos §§ 3.º e 4.º do artigo 380.º e outros do Código Civil Português».

— *Na Revista de Obras Públicas e Minas, vol. e ano que não posso neste momento precisar, publicou ele uma memória sobre a arborização das dunas da Ria de Aveiro.*

E não sei, finalmente, se a Melo de Matos se não deva atribuir a autoria duma esplêndida e bem fundamentada

«Representação aprovada no comício que em 3 d'Abril de 1893 se realizou na cidade d'Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na Ria da mesma cidade», *impressa em Aveiro naquele ano, em 11 págs. de grande formato. Assina-a, como Presidente,* CASIMIRO BARRETO FERRAZ SACCHETTI; *como Secretários,* EDMUNDO DE MAGALHÃES MACHADO *e* JOSÉ MARIA DE MELO DE MATOS; *ora o exemplar da nossa colecção apresenta dedicatória manuscrita ao Visconde de Balsemão, Governador Civil do Distrito, traçada,* indubitàvelmente, *pela mão de* MELO DE MATOS, *embora o oferecimento seja de* A Commissão promotora do Comicio; *se o indício não é decisivo para a identificação que sugerimos, o teor da representação e os valiosos conhecimentos técnicos aduzidos reforçam a nossa suposição* [1].

Ao Barão de Cadoro e a MELO DE MATOS *se deve, pois, esse projecto de exposição alusiva à Ria de Aveiro, lamentàvelmente não realizada, por motivos que de todo desconhecemos, mas dignamente pensada e proveitosamente possível, ainda hoje, tal qual era proposta, apesar dos grandes progressos conseguidos na técnica e na sistematização da ciência etnográfica de então para cá.*

Sobretudo — e é este um dos mais elevados merecimentos do projecto — MELO DE MATOS *sentiu a* unidade geográfica e etnográfica *da Ria e região envolvente, por ela condicionada, realidade a que nem sempre se tem devidamente atendido em arrumações territoriais de que, aliás, aqui não cumpre tratar.*

Trazendo de novo a público o magnífico programa duma exposição que se não realizou ainda e que, não obstante, encerra em si as bases reais dum autêntico Museu regional, grato nos seria se com estas páginas despertássemos na moderna geração aveirense, a que não falta cultura nem possibilidades de realização, o ânimo necessário para corporizar o elevado pensamento de MELO DE MATOS, *do mais puro regionalismo ribeirinho, que das páginas imediatas brilhantemente ressurge em perdurável ensinamento a todos nós.*

---

(1) Oportunamente reeditaremos esse valioso texto local nesta mesma colecção de reimpressões patrocinada pelo *Arquivo do Distrito de Aveiro.*

EXPOSIÇÃO ALUSIVA À RIA DE AVEIRO

I

EM carta de 22 de Maio último expus ao Exmo Sr. Barão de Cadoro as vantagens que adviriam para a ria de Aveiro e regiões a ela adjacentes se se pusesse em prática a ideia, aventada por Sua Ex.ª, referente a uma exposição, por meio da qual se desse a conhecer a ria de Aveiro em todas as suas manifestações.

Não permite o espaço de que disponho fundamentar o que dizia na referida carta, mas convém observar que a secção fluvial do Ginásio Aveirense, adoptando as minhas propostas para execução da ideia do Exmo Sr. Barão de Cadoro, vai tentar aquele certame, para o que já nomeou uma comissão composta dos Ex.^mos^ Srs. Barão de Cadoro, Mário Duarte, Virgílio Braga, Paulo de Melo de Magalhães, Manuel Moreira, Augusto Reis e do autor desta nota.

Para que a exposição se torne tão proveitosa quanto possível, dando noções exactas referentes à ria, aos seus habitantes e aos costumes deles, aos produtos industriais e artísticos da região, trata-se de adquirir o maior número de desenhos, mapas, estampas, fotografias e modelos, cada um dos quais será acompanhado de uma breve indicação escrita, contendo o nome do objecto, os seus usos e modo de fabricação, a sua importância industrial e uma indicação bibliográfica a ele referente. Cada visitante, por consequência, só pela leitura dos cartões alusivos a cada objecto tem como que um resumo da história natural dele, completando-a pelo catálogo descritivo e ilustrado profusamente que se projecta publicar, de maneira que esteja completamente impresso quando se abrir a exposição.

O programa que propus para esta exposição e a que darei oportunamente o desenvolvimento que ele comporta, é o seguinte:

I — PESCARIAS (a) *Pesca marítima:*
Modelo de barco de pesca de sardinha e da respectiva rede.

Modelo de barco de pesca do caranguejo.

Plantas e fotografias das instalações das companhas de pescaria no Furadouro, na Torreira, em S. Jacinto e Costa Nova.

Fotografias das diversas fases da pesca desde que se deita o barco ao mar até que a sardinha é vendida ao mercantel.

Modelo de barco mercantel transportador de sardinha.

Modelo ou fotografia do carro que leva a sardinha para a serra, tanto puxado a cavalos como a bois.

Fotografia ou quadro representando uma arrematação de peixe na praia ou em Aveiro.

Fotografia ou quadro de uma espera de barcos em Aveiro para tomar vez para a contagem e empilhamento da sardinha. Contagem. Empilhamento.

Fotografia de um ajuste de transporte de sardinha da praia para o barco mercantel.

Lavagem da sardinha. Empilhamento de canastras na Estação do caminho de ferro.

Fotografias das romarias de S. Paio da Torreira, Senhora das Areias em S. Jacinto, Senhora da Saúde na Costa Nova, Senhora dos Navegantes na Barra, Senhora da Nazaré na Gafanha. Ex-votos.

Trajes dos pescadores e dos arrais em dias de festa e de trabalho. Bastões distintivos dos arrais. Trajes de mulheres.

Fotografia ou quadro de um *acordo* ou *apanhia*.

Indústria dos escassos resultantes das *escuchas* e do azeite de peixe.

Exemplares de fauna marítima litoral.

b) *Pesca fluvial:*

Modelo de barco da Murtosa ou de Aveiro contendo todos os aparelhos de pesca, a esteira, a caldeira, o fogareiro e a cama na proa do barco com a nomenclatura respectiva.

Modelo de redes flutuantes, varredouras e fixas. Esteira para pesca. Anzóis, fisgas, sertelas, bolsas, dragas ou engenhos, ancinhos de ferro, candeia e sua trempe.

Piscinas, cestos para remessa do peixe. Enxalavares.

Exemplares da fauna da ria.

II — COLHEITA DE MOLIÇO:

Modelo de barco moliceiro aparelhado com todas as peças que o compõem.

Exemplares das pinturas ornamentais dos barcos moliceiros.

Plantas e fotografias de portos ou praças de moliço.

Barcos transportados em carros para a ria.

Exemplares de moliços colhidos na ria.

III — INDÚSTRIA DO SAL:

Modelo de uma marinha de sal com a nomenclatura e proporções das diversas partes que a compõem. Planta da mesma.

Instrumentos usados no amanho de uma marinha.

Exemplares de sal. Sal de espuma. Exemplares de ândua e de areia para espalhar nos meios de fazer sal.

IV — CULTURA DO JUNCO:

Exemplares de junco devidamente classificados.

Indústrias locais em que o junco é matéria prima. Exemplares e, sendo possível, artistas executando trabalhos em que o junco é matéria prima.

V — INDÚSTRIAS DIVERSAS:

Exemplares e fabrico de mantas de farrapos.

Trajes, alfaias e jóias usadas pelos habitantes de Ovar, Murtosa, Cacia, Canelas, Ílhavo e Gafanha.

Fabrico de algodões de Ílhavo.

Descasque de arroz (indústria de Ovar). Modelo de moinho e maquinismo.

Produtos cerâmicos de Arada, Angeja, Aveiro, Ovar, S. Bernardo, Póvoa do Valado, Costa do Valado, Eixo, etc.

Produtos cerâmicos das fábricas da Vista Alegre, Fonte Nova e outras.

Construção naval, modelos de embarcações para navegação na ria e água acima. Barcos de tolda. Enviadas. Saleiras. Bateiras. Caçadeiras. Barcos de recreio, etc.

Modelos de velas usadas nas embarcações da ria.

Indústrias locais diversas, tais como cestos, canastras, ceirões, chinelas, tamancos, faixas, barretes, chapéus, lenços, chailes, mantéus, doces, conservas de peixe, etc.

VI — MODELOS DE CASAS E MOBILIÁRIOS na Murtosa, em Pardilhó, em Ovar, na Torreira, em Aveiro, em Ílhavo, na Gafanha, no Areão, na Costa de Mira, nas marinhas. Última aplicação das proas das saleiras.

VII — PLANTAÇÕES PARA FIXAÇÃO DE DUNAS:

Modelos e plantas dos trabalhos executados pelo Estado e por particulares.

VIII — DOCUMENTOS GRÁFICOS:

Plantas da ria, fotografias, desenhos, livros, etc.

II

O Sr. Rodrigues de Freitas, num estudo acerca das crises, conclui que elas são como que reguladores do crédito e, após elas, se tornam mais seguras as operações comerciais. As crises representariam portanto, para com o comércio, o mesmo papel que as trovoadas em relação à atmosfera.

Ora uma das vantagens da crise económica em que o país se debate desde 1891, foi o atrair as atenções do público para o que possuímos.

Com efeito a lei económica que se exprime pelo axioma *a moeda má expulsa a moeda boa*, fazendo encarecer o preço do ouro, reservando-o apenas para as transacções com o estrangeiro, obrigou a suprir produtos de outras nações ou passando por isso, por manufacturas nacionais.

De resto, o país estava preparado para aceitar, senão de bom grado, pelo menos sem repugnância, o que era nosso. As escolas industriais, cujo grande desenvolvimento data de 1887, trouxeram para Portugal muitos artistas de mérito que começaram a pôr em relevo os nossos produtos e as nossas obras de arte, de maneira que já muita gente admitia, antes de se manifestar a crise económica, a possibilidade de mobilar, ornamentar e até construir uma casa sem ir buscar modelos suíços, russos, suecos, turcos, egípcios ou franceses. Um artista nosso, Rafael Bordalo Pinheiro, com rara intuição, ornamenta a nossa exposição em Paris, em 1890, com artefactos nacionais e em Madrid faz outro tanto sem se repetir. A maioria dos portugueses, vendo o apreço que o estrangeiro dá a estas manifestações, começa também a achá-las de bom gosto, admitindo os arreios alentejanos e não destinando os tapetes de Arraiolos, que ainda há espalhados pelo país, para rodilhas de esfrega de casas, conforme teve ocasião de observar o autor destas linhas. É para notar todavia que mais uma vez se repita um fenómeno que sugeriu uma observação curiosa a um romancista nosso, Júlio Diniz, que escreveu algures que só depois que a Inglaterra apreciou o nosso vinho do Porto e a Alemanha o nosso Camões, é que nós começámos a falar em ambos, contentando-nos até aí com beber um e com ler o outro socegadamente.

O ensejo, portanto, para expor coisas portuguesas, com probabilidades de que o público lhes ligue atenção, é oportuno, mormente porque o espírito nacional, inclinado a procurar inspiração em assuntos populares, verá com agrado manifestações originais de trabalho, de arte e de poesia em uma região que se distingue de todas as demais de Portugal.

Nesta ordem de ideias, a exposição alusiva à ria de Aveiro terá por efeito chamar as atenções do país para localidades

quase ignoradas, para costumes que têm resistido até agora à tendência uniformizadora da civilização, para indústrias caseiras dignas de apreço e em vésperas de se extinguirem, porque já quase que se podem classificar como modos de viver que não dão para viver, para formas de construção naval que talvez que, em breve, se percam de todo, para manifestações artísticas populares reveladas nos vestuários, nas jóias, nas festas e nos barcos, enfim, darão ensejo a comparar estas povoações com as do resto do país, mostrando que elas consideram as águas como os serranos olham para os baldios, tanto que chamam mato às plantas que só medram em terreno húmido e as aplicam precisamente, como nas terras altas aos matos, para camas de gados.

Diz o Sr. Ramalho Ortigão, no seu *Culto da arte em Portugal*, que ninguém mais artìsticamente do que o português sabe vestir a mulher, arrear o cavalo, engatar a mula e moldar a vasilha, do que se pode concluir que, no carácter nacional, está o desejo, comum de resto às raças latinas, de ornamentar tudo quanto aprecia, de tornar agradável tudo quanto precisa e lhe é de utilidade. O barco moliceiro, que se pode considerar como a casa de alguns dos habitantes desta região, não foge à lei estabelecida e, como prova, lá estão os documentos iconográficos que ornamentam as proas deles. As suas formas elegantes, tão bem adequadas ao fim a que se destinam estas embarcações, são outra prova de que é o português que sabe dar uma forma artística aos barcos sem que eles, por isso, deixem de ter condições de navegabilidade muito notáveis, correndo à vela quase tanto como os batéis que importamos do estrangeiro. De resto, é lamentável sob o ponto de vista artístico, que a guerra naval tenha obrigado a pôr de parte as naus de três pontes, as corvetas, as fragatas, que, de velas pandas, pareciam querer dominar os mares, para as substituir por barcos que mal se vêem ao de cima de água, de formas dissimuladas e sonsas, cujo ideal parece ser o torpedeiro, espécie de faquista, que só se move com auxílio do vapor, traindo-se ainda pelo fumo do combustível; mas, talvez em breve, quando a electricidade resolver o problema dos acumuladores, conseguindo chegar-se ao pé do inimigo, agachadamente, ferindo-o à surrelfa, anavalhando-o e fugindo como qualquer fadista.

III

Voltando porém ao assunto deste estudo e cingindo-me mais de perto ao problema que se trata de resolver, é preciso que a exposição que se projecta, conforme disse na carta a que já me referi, seja tão sugestiva, tão intuitiva quanto pos-

sível, de modo a patentear bem o que é a ria de Aveiro, não só àqueles que a conhecem de nome apenas ou por a avistarem quando passam na linha férrea ou por se demorarem algumas horas em Aveiro; mas ainda aos que vivem de há muito nesta região. Para isso, é preciso que o visitante, que percorrer, ainda distraidamente, a exposição, tenha, em resumo, uma ideia geral da ria, dos seus habitantes, dos costumes deles e dos produtos industriais e artísticos da região, nos termos indicados sucintamente no primeiro artigo deste estudo.

Além disso, um catálogo descritivo e ilustrado profusamente, completará a instrução que o visitante colher do que viu, para o que se torna indispensável que tal escrito fique completamente impresso quando se abrir a exposição, a fim de não suceder o mesmo que se dá na maior parte dos nossos certames artísticos ou industriais, em que os catálogos se publicam, e isso nem sempre, muitos meses depois de encerradas as exposições. Tem inconvenientes este processo que propus, não só porque demora a abertura da exposição, mas porque não permite que fàcilmente se adicionem objectos, integrando a descrição deles nas suas respectivas classes. Esta última imperfeição atenuar-se-ia porém imprimindo tantos suplementos ao catálogo quantos se reconhecessem necessários e, para que o visitante soubesse onde estavam descritos esses objectos, seria cada suplemento impresso em papel de cor diversa da do catálogo e, na indicação escrita acompanhando cada objecto exposto a que alude o primeiro artigo, empregar-se-iam cartões de cor igual à das folhas do suplemento referentes àqueles objectos. Os que quisessem aproveitar o catálogo para estudos ulteriores, nele escreveriam as indicações que julgassem úteis em ordem a seguir uma classificação que, de resto, poderia ser publicada pouco antes de encerrada a exposição e quando ela estivesse completa.

Demais convém observar que as classificações, em casos como aquele de que se trata, não são fáceis e podem variar de muitas maneiras, conforme o ponto de vista que se adopte. Assim, o sr. Adolfo Coelho, para a exposição etnográfica portuguesa que projecta realizar em 1897 em Lisboa, estabeleceu uma classificação que se compõe de quatro ramos principais, a terra, o homem, a história e a vida hodierna. Cada um destes ramos se divide em várias classes, seis para o primeiro, duas para o segundo, três para a história e quatro para o último ramo. Por ser o mais complexo de todos o que se ocupa da vida actual, as classes indicadas, que designa pelos nomes de formas da vida prática, artística, religiosa e especulativa, dividem-se em várias sub-classes; cada uma das quais, por seu turno, se subdivide noutras ramificações,

observando o autor que o mesmo objecto pode figurar em mais de uma divisão, segundo o modo como se encarar, assim como sucede noutras classificações.

Isto posto, justificada está a classificação que adoptei e que vai mencionada no primeiro capítulo deste estudo. Com efeito, a ria de Aveiro pode ser considerada como centro de pesca tanto marítima como fluvial e, neste último caso, de espécies de água doce e de água salgada. A produção de moliço é uma das mais importantes, senão a mais importante dela, já pelo número de barcos que emprega, já pela sua influência no desenvolvimento agrícola de toda esta região, estendendo-se ainda a bastantes quilómetros para além da zona alagada. O sal é também uma das indústrias que consente uma vida relativamente desafogada a uma pequena parte da população operária de Ílhavo e de Aveiro. A cultura do junco estende-se a toda a ria e é importantíssima na economia rural. As indústrias diversas e os modelos de casas constituem documentos etnográficos interessantíssimos e que ajudam a conhecer de tal maneira os habitantes desta região que não podiam ser desprezados, quando se pretende dar notícia completa do que é a ria de Aveiro. A plantação das dunas e os documentos gráficos, que formam o sétimo e oitavo capítulos do programa que propus, estão por si sós justificados; quase que se referem a trabalhos oficiais, alguns pouco conhecidos e outros que nunca passaram das repartições, mas que é preciso que se mostrem para se avaliar a soma de trabalho dispendido por aqueles que têm aqui exercido cargos públicos e que, conforme escrevi em carta já citada, mandados para aqui em comissão de serviço e não tendo interesse algum que aqui os prenda, procuram dedicadamente e quanto lho permitem os moldes burocráticos em que se pode exercer a sua actividade, promover o bem estar e o progresso desta terra, cônscios tão sòmente da verdade daquelas palavras que um dos nossos mais distintos homens de letras insere em um seu recente livro: «E' pela arte que o génio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental e se afirma não só pela sua especial compreensão da natureza da vida e do universo mas pelo trabalho colectivo da comunidade na literatura, na arquitectura, na música, na pintura, na indústria e no comércio.»

IV

Há quem afirme que em Portugal as artes decorativas não têm desenvolvimento, porque o país não oferece assuntos que fixar em painéis ou estátuas.

Pondo de parte os trajes de Viana do Castelo e da Maia que, pela sua garridice, podem parecer um pouco de ópera cómica, as povoações do litoral dão margem a quadros interessantes quer com largos horizontes, com céus de tonalidades variadíssimas, quer perspectivas planas extensíssimas na ria de Aveiro, quer quadros de género de uma grande originalidade. Fases há da vida marítima que dariam margem a pinturas e esculturas de primeira ordem. O arrasto de uma rede de pesca, por exemplo, o trabalho de deitar o barco ao mar, o lançar uma funda a uma rede em riscos de se perder, as arrematações do pescado e do transporte, a lavagem da sardinha, a espera dos barcos mercanteis sobre a Ponte de S. Gonçalo e às Pirâmides e muitas outras fases da faina da pesca, constituem assuntos para muitos quadros bem caracterìsticamente portugueses e com grande sobriedade nas cores dos trajes.

Do mesmo modo, as romarias e as procissões da Senhora da Saúde, do S. Paio e da Senhora das Areias, com o destaque das opas sobre o areal batido pelo sol, rodeando as imagens pequeninas em andores que parecem destinados a crianças, forneceriam ensejo para o estudo das tonalidades do claro, não menos interessante do que os tons negros dos quadros de Rembrandt e que, nas mãos de um pintor de talento, produziriam intensamente a sensação cálida das *Glaneuses* de MILLET.

Longe iria se tentasse desenvolver este assunto, mas a enumeração, que acaba de ler-se, na sua própria aridez, demonstra o grande contingente de assuntos que a ria de Aveiro e o litoral são capazes de fornecer aos artistas que visitem esta região.

Não são contudo apenas os pintores ou os escultores que acharão aqui fontes de inspiração. Também os literatos encontrariam no viver destes povos muito que dizer, sem buscarem as suas inspirações nos volumes que, a três francos e cinquenta, se recebem de Paris. Como prova do que poderiam fazer os novos, vivendo pacatamente em Aveiro ou estudando, com não menos recato em Coimbra, mas preferindo apresentarem-se literàriamente a falar de prazeres que não gozaram, de champanhe que não beberam, de comoções que não sentiram, de *quartier* Breda que não frequentaram, vem de molde um trecho de um livro recente do sr. BARÃO DE CADORO. Trata-se de descrever as últimas fases do arrasto de uma rede de pesca:

. . . .

— Um esforço supremo e estava salvo o lanço!

— Valia dois contos de reis! assegurava um negociante de sardinha, um avisado mercantel.

— Ó... ó... ó... Vá, riba, riba, riba. Vá! Vá! Vá! gritavam os arrais já enrouquecidos de tanto berrar para incitar a companha.

— Ó . . . ó . . . ó . . . Vá, riba, riba, riba. Vá! Vá! Vá!

Mas bois e pescadores retesavam os músculos, davam uma passada e paravam sem poder mais, enterrando-se na areia que lhes falseava o ponto de apoio.

— Eh! raios do diabo! Puxa, puxa, puxa!

— Vá riba, riba, riba. Eche! Eche!

A estes gritos incitadores, homens e bois avançavam uma migalha e paravam outra vez sustidos pelo despropositado peso do saco que parecia um ventre enorme de baleia agitada por convulsivo tremor ([1]).

Outro exemplo, no campo da poesia, não deixa de vir a propósito. É uma descrição, de uma fidelidade notável e de uma singeleza encantadora, devida ao sr. dr. SANCHES DA GAMA:

Nos milhos verdes há maré cheia,
Nos milhos verdes há praia mar,
Densa folhagem, que se encadeia,
Em leves ondas, a ondular.

Depois das ondas esmeraldinas
Surgem, mais longe, brancas, de cal,
Tendas de neve, entre as salinas,
Para as campanhas do Ideal.

E além, na Ria, da outra banda,
Vogam de manso, por entre as motas
Pequenos barcos de vela panda,
Serenamente, como gaivotas.

De um modo estranho, vago, indistinto,
Aonde a vista pode alcançar,
Diviso as casas de São Jacinto,
Sobre as areias, junto do mar ([2]).
. . . .

---

(1) V. *Portugueses Cosmopolitas*, pág. 8.

(2) A composição completa, inserta, mais tarde, no volume de poesias intitulado *Pela Vida fora* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932), inclui mais a seguinte quadra:

Impressiona-me esta paisagem
No horizonte leve, esbatido,
Como a simbólica, etérea imagem
Dum sonho artístico, indefinido.

O Poeta SANCHES DA GAMA, cuja memória honrada de Mestre e grande amigo evocamos sempre com a maior saudade, desempenhou em Aveiro o cargo de Comissário de Polícia, após a sua formatura em Direito, e antes de concorrer ao lugar de Professor de Geografia e História do Ensino Secundário que serviu até os últimos tempos da sua vida.

Grande admirador da paisagem aveirense, dele são igualmente as quadras que a seguir transcrevemos, pelo merecimento folclórico que inegável-

Um conto de ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO [1], referente à viagem de uma *enviada* desde Aveiro até Lisboa, tripulada apenas por um arrais, é também um exemplo digno de ser apontado para demonstração do que fica dito, em que se pretende evidenciar apenas o muito que pode esperar-se de uma tentativa como a da exposição projectada para tornar conhecida a ria de Aveiro, tanto sob o ponto de vista dos interesses materiais, como ainda encarando-a pelo prisma da arte.

V

Passarei agora a dar conta dos trabalhos da comissão designada no primeiro capítulo desta notícia.

Convinha, em primeiro lugar, procurar obter subsídios que fizessem face às despesas a efectuar e, ao mesmo tempo, angariar as boas vontades e o auxílio de todos quantos poderiam auxiliar este empreendimento. Nestes termos, dirigiram-se já ofícios às Câmaras municipais de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Cantanhede (a quem foi anexado o concelho de Mira), Estarreja, Oliveira de Azemeis, Ovar e Vagos, a todos os deputados eleitos pelo distrito de Aveiro,

---

mente encerram, algumas das quais caíram, mesmo, na tradição popular, sendo frequente ouvirem-se cantar na Beira-Ria:

CANTIGAS DE AVEIRO

I

Que feliz não era eu
Sendo qual ave do mar,
Subir às nuvens do céu,
Sobre as ondas descansar...

II

Ó Senhora das Areias
Da costa de São Jacinto,
Lá forjei estas cadeias
Deste amor que por ti sinto.

III

Deu-vos por certo, uma Fada
A graça das Sevilhanas;
Tricanas, lindas tricanas,
Quem vos não viu, não viu nada.

IV

São Roque dos pescadores,
São Roque da Beira-mar,
Onde vejo os meus amores
Pela tardinha, a lavar...

V

Fui pescar ao *botirão*
No meu batel encantado;
Encontrei meu coração
Lá no mar, abandonado.

VI

Senhora dos Navegantes
No altar, cheia de flores!
Quem protege os pescadores,
Melhor protege os amantes...

VII

Adeus, marinhas do sal
Que em Junho sois tão garridas!
Lembrais mesmo um arraial
De capelinhas fingidas ..

VIII

Adeus, ó som da guitarra,
Da viola e do pandeiro...
Adeus, ó Farol da Barra,
Adeus, ó Ria de Aveiro!...

(Nota de ROCHA MADAHIL)

(1) No descritivo intitulado *Tipos da minha Terra — O Tomé Ronca*, a pág. 211 das *Notas — Ensaios de crítica e de Literatura;* Coimbra, 1881.

(Nota de ROCHA MADAHIL)

aos ministros do reino, fazenda, marinha e obras públicas, ao presidente da comissão executiva do centenário da descoberta da Índia e a muitos outros cavalheiros, que têm prestado serviços a esta região ou que, pela sua posição oficial, podem auxiliar os intuitos da comissão, que resolveu, para poder preparar-se convenientemente, que a exposição, que se projecta, se realize por ocasião da feira de Março, em que aflui muita gente a Aveiro e onde, decerto, concorrerão tantos visitantes como se ela tivesse lugar em Setembro, conforme propus, para aproveitar a afluência das pessoas que se encontram nas praias de Espinho, Granja e Figueira da Foz. Grande é o trabalho que está a cargo da comissão promotora da exposição; mas, além da esperança que a anima de mostrar a vasta região que se denomina a ria de Aveiro de um modo condigno, tem a incitá-la a magnitude do empreendimento a que se abalançou e a persuasão, em que está, de que ele será o início de progressos e melhoramentos de toda a ordem para esta região, demonstrando ainda o quanto bem merece e o muito que faz para ser útil essa simpática agremiação, onde predominam os novos, que se denomina Ginásio Aveirense.

MELO DE MATOS
Engenheiro

Dissemos acima que no mesmo ano de 1896 em que MELO DE MATOS *corporizava, no programa agora reimpresso, o pensamento do Barão de Cadoro, a quem se deve a ideia da exposição em Aveiro, publicava também o professor* ADOLFO COELHO *a sua sistematização de Etnografia Portuguesa, com destino, igualmente, a uma exposição, a realizar no ano imediato em Lisboa, integrada nas solenizações do centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.*

De facto assim foi, e MELO DE MATOS, *na justificação que faz do seu programa, neste opúsculo* Exposição alusiva à Ria de Aveiro, *mostra ter conhecimento do trabalho de* ADOLFO COELHO *(pág. 256 da presente reimpressão); antes, porém,* MELO DE MATOS *publicara, no* Campeão das Províncias, *uma* carta *dirigida ao Barão de Cadoro, como também referimos já, que tem a data de 22 de Maio, e não alude, como seria natural e depois fez, ao plano de* ADOLFO COELHO; *para se ajuizar da originalidade do esquema proposto para a Ria em relação à sistematização de* ADOLFO COELHO, *muito interessava determinar-se com exactidão se aquela carta é anterior à publicação de Lisboa; já hoje não será muito fácil averiguá-lo, em virtude da carência*

de data no opúsculo de Adolfo Coelho, *que apenas diz ter sido impresso em 1896; a forma, porém, como* Melo de Matos *se lhe refere na sua segunda publicação, onde o relatório é muito mais extenso do que na carta inicial, e onde houve, manifestamente, a preocupação de se justificar, leva-nos a inclinar-nos para a prioridade do projecto aveirense, o que não é, evidentemente, destituído de interesse local.*

Para melhor e com mais independência se poder apreciar o merecimento e a originalidade do trabalho de Melo de Matos, *aqui se junta a reprodução da carta de 22 de Maio, na parte que pode interessar.*

CARTA DIRIGIDA AO IL.MO E EX.MO SR. BARÃO DE CADORO ACERCA DE UMA EXPOSIÇÃO ALUSIVA À RIA DE AVEIRO

Ill.mo e Ex.mo Sr. Barão de Cadoro.

Meu respeitável amigo.

Encarregado por V. Ex.ª da honrosa missão de organizar um programa para uma exposição dos produtos da ria de Aveiro, venho hoje dar conta dos trabalhos de que V. Ex.ª se dignou incumbir-me.

Devia escusar-me desta empresa, não para fugir a trabalho, mas porque, medindo as minhas forças, as encontro inferiores ao cometimento. Lembrando-me, porém, que dizendo alguma coisa do que me ocorre acerca das indústrias da ria, do modo de viver dos seus habitantes, tentando coordenar as suas indústrias caseiras, os documentos iconográficos estampados nas proas dos barcos moliceiros, que sulcam estas extensas águas, fixando as formas, talvez em breve perdidas, das embarcações desta região, as velas que as movem, as redes com que exploram a fauna das suas águas, as casas em que se abrigam aqueles que vivem aqui, traria o meu contingente revelador das actividades das povoações com quem, por dever de cargo, estou em contacto. Por isso, permita-me V. Ex.ª que lhe signifique o meu pensar acerca de uma exposição alusiva à ria de Aveiro e regiões circunvizinhas e do que disser fàcilmente se deduz o programa dos trabalhos a empreender.

Antes, porém, de tratar desse assunto, parece-me conveniente fixar a data da abertura da exposição e indicar os fins que ela tem em vista.

Um dos principais intuitos desta empresa deve ser tornar conhecida a ria de Aveiro àqueles que só a avistam ao passar na linha ferrea ou àqueles que apenas a conhecem de nome. Para isso a exposição deve ser tão sugestiva, tão intuitiva quanto possível. Torna-se indispensável que qualquer visitante que a percorra, ainda distraìdamente, tenha em resumo uma ideia geral da ria, dos seus habitantes, dos costumes deles, dos produtos industriais e artísticos da região. Por isso os modelos em relevo, os desenhos, os mapas, as estampas e as fotografias devem ser pròdigamente expostos a par dos objectos. Uma breve indicação escrita do nome do objecto, dos seus usos, do seu modo de fabricação, da sua proveniência, da importância dele e uma indicação bibliográfica acompanharão cada objecto, modelo ou estampa, de modo que possa, com a simples leitura dos cartazes, qualquer pessoa ficar com uma ideia clara do que viu.

Um catálogo descritivo e ilustrado profusamente completará a instrução que o visitante colherá da exposição; mas é preciso que o catálogo esteja completamente impresso quando se abrir a exposição, para que não suceda o mesmo que na maior parte dos nossos certamens artísticos ou industriais em que os catálogos só aparecem muitos meses depois de encerrada a exposição. É certo que este método demora a abertura das exposições e mal consente que se adicionem objectos aos expostos. Pouco provável é que haja lacunas naquela que vai tentar-se; mas, a darem-se, imprimir-se-iam tantos suplementos ao catálogo quantos fossem precisos e esses suplementos seriam vendidos ao mesmo tempo que se expusessem os objectos a eles referentes. Para que o visitante soubesse que os objectos se não achavam descritos no catálogo, mas em suplemento, os cartazes, de que acima se fala, seriam escritos em papel de côr igual áquela em que fosse impresso o suplemento.

A compra do catálogo juntamente com o bilhete de admissão, seria obrigatória, pois que só uma grande tiragem do catálogo e a venda dele intensamente conseguiriam cobrir-lhe as despesas de impressão, que devem ser avultadas.

Resta por isso, antes de terminar esta revista das questões prévias que sugere a exposição, determinar a época mais azada para a realização dela.

A V. Ex.ª que nos seus livros tem procurado tornar conhecida esta região e que abre o mais recente de todos com a descrição da saida de uma rede de sardinha na Costa Nova, mostrando assim que fonte de poesia desprezada se encontra no nosso viver nacional e indicando por esta forma aos jóvens literatos daqui o sacrilégio que cometem «dando-nos uma poética exótica de climas nevoentos, anti-meridional», conforme diz o sr. Ramalho Ortigão, quando lhes seria fácil, se

descessem ao viver dos pobres e dos humildes, continuar uma escola portuguesa de poesia, cuja manifestação moderna teve realização em João de Deus, a V. Ex.ª escusado se torna ponderar o quanto é útil que à exposição, que se projecta, concorra o maior número de visitantes e por isso é da máxima conveniência que ela se efectue quando a estação balnear *bat son plein* em Espinho, na Granja e na Figueira, para que os forasteiros, que concorrem àquelas praias, venham, que mais não seja por desfastio, observar, embora dentro de umas salas, este recanto de Portugal aprendendo a amá-lo como aqueles que, em comissão de serviço, são para aqui mandados e que, não tendo interesse algum que aqui os prenda, procuram dedicadamente e quanto lho permitem os moldes burocráticos em que se pode exercer a sua actividade, promover o bem estar e o progresso desta terra, cônscios tão somente da verdade daquelas palavras que um dos nossos mais distintos homens de letras insere em um seu recente livro: «É pela arte que o génio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental e se afirma não só pela sua especial compreensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho colectivo da comunidade, na literatura, na arquitectura, na música, na pintura, na indústria e no comércio»,

Ora a ria de Aveiro e especialmente as populações de Ilhavo e da Murtosa conservam ainda «com uma energia prodigiosa que sobrevive a todos os desdens e a todas as opressões que a esmagam» as tradições de muitas indústrias caseiras, muitos costumes locais, muitos trajes característicos, que não devem perder-se e que é preciso que honremos, porque constituem o nosso património nacional, a expressão da nossa vida artística popular.

Do que acabo de escrever é fácil concluir qual o programa da exposição que se pretende realizar, e por isso, sem entrar em justificações do que vai seguir-se, apenas farei a relação do que se me afigura dever-se fazer.

Segue-se, a rematar a carta que fica transcrita, o plano que Melo de Matos *propunha para a exposição. Omitimo-lo aqui em virtude de não fazer diferença sensível do que, posteriormente, por ele foi incluído no opúsculo* Exposição alusiva à Ria de Aveiro *e que já acima vai reimpresso; só a memória justificativa sofreu alterações, como se vê, em superfície e em profundidade; explicamos o facto pela circunstância, que presumimos ter-se dado, de, após a publicação da* Carta dirigida ao Barão de Cadoro, *aparecer a importante sistematização etnográfica de* Adolfo Coelho, *que suplantava quanto até à data se havia escrito,*

apesar de na literatura etnográfica portuguesa de então figurar já a importante tentativa de Teófilo Braga (O Povo português nos seus costumes, crenças e tradições), *de 1886, obra preciosa pela quantidade de materiais que recolheu, mas, na verdade, de arquitectura discutível.*

Nela se encontram registadas umas quantas observações da vida popular aveirense, como era de esperar.

Melo de Matos *terá então justificado o esquema por ele proposto como sendo o mais racional para o fim em vista, diligenciando até certo ponto mostrar a sua concordância com a metódica apresentada por* Adolfo Coelho.

Portugal dispõe presentemente, como é sabido, duma classificação etnográfica bastante completa e metòdicamente organizada, que ao paciente labor e à notável competência de Leite de Vasconcelos *se ficou devendo; deixa, evidentemente, a perder de vista todas as anteriores tentativas de sistematização etnográfica, pois, além do seu valor intrínseco, beneficia, como bem se compreende, da própria época em que apareceu e dos trabalhos que a precederam. Prestando-lhe, muito embora, a homenagem da nossa grande admiração pela monumentalidade da obra, nem por isso logramos esquecer o substancioso e claro ensaio de* Adolfo Coelho, *nem, a dentro do seu restrito âmbito, o esquema simples e prático de* Melo de Matos *para a documentação etnográfica da Ria de Aveiro.*

É curioso notar que o engenheiro Melo de Matos *não se apoia em autor algum da nossa literatura etnográfica, citando apenas* Adolfo Coelho *à segunda vez, na ampliação do seu projecto de exposição primeiramente apresentado na* Carta, *parecendo ele próprio querer significar que produziu obra inteiramente pessoal, o que se nos afigura muito de aceitar.*

Leite de Vasconcelos *conheceu a* carta, *que, a pág. 22 do 2.º volume da sua* Etnografia Portuguesa, *classifica, parcimoniosamente, como sempre usava em referências a trabalhos alheios, de* mui curiosa; *não fala, porém, na subsequente* Exposição alusiva à Ria de Aveiro, *objecto principal desta reimpressão, o que nos leva a crer que não terá conhecido o opúsculo.*

É, na verdade, como acima dizemos, espécie de extrema raridade, e na Revista Florestal, *de que é separata, fàcilmente terá passado despercebido ao comum dos leitores.*

A exposição não se realizou, como, aliás, se não realizou também a que Adolfo Coelho *projectava para Lisboa em 1897.*

Aveiro firmara, com a grande exposição distrital de 1882, *promovida pelo* Grémio Moderno, *e com a de* Arte Religiosa, de 1895, *no colégio de Santa Joana (de cuja*

comissão participou justamente MELO DE MATOS*), posição tão eminente nessa modalidade cultural, que neste lapso de mais de cinco décadas se não obliterou ainda; a exposição etnográfica teria sido o mais digno coroamento que a grande geração aveirense poderia arquitectar para o seu notabilíssimo esforço realizador, e a melhor homenagem a esta região sem par. O programa de* MELO DE MATOS *aí fica a documentá-lo eloquentemente.*

Executá-lo hoje, tal como há 50 anos foi projectado, exaltaria o seu elevado pensamento original, memorando os homens e a mentalidade da época, e dignificaria os aveirenses de nossos dias que tornassem realidade o formosíssimo e instrutivo espectáculo.

Seriam duas gerações que se completavam: no serviço duma ideia, na dedicação a uma causa, na merecida homenagem a uma região distinta de todas as mais.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

UM BASTARDO DO ÚLTIMO DUQUE DE AVEIRO

DISSE na *Explicação Prévia* da minha obra genealógica *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, que ela não era, nem podia ser, uma obra completa embora estivesse convicto de ser a mais completa que via a luz da publicidade.

De antemão sabia que com o decorrer do tempo outros descendentes portugueses daquele Rei, de mim ignorados, haviam de vir ao meu conhecimento e alguns mesmo surgiriam no decorrer de investigações que em nada se prendessem com o assunto daquele meu trabalho.

Foi de facto por um feliz acaso que, há meses, pelas *Habilitações «de Vita et Moribus» (Ordens) da Câmara Eclesiástica de Lisboa* que se guardam na Biblioteca Nacional, tive conhecimento de haver tido o 8.º Duque de Aveiro e 7.º Marquês de Gouveia, D. José Mascarenhas, um filho natural de nome Manuel José Mascarenhas.

É minha intenção, se Deus me der vida e saúde, publicar num futuro mais ou menos próximo um *Suplemento* àquela minha obra em que será mencionado tudo quanto até então tiver chegado ao meu conhecimento (e para ele já muito material possuo) e onde terá o seu lugar o bastardo do justiçado de Belém.

Dado porém que não venha a ser possível realizar aquele meu intento e porque suponho ser ignorado o ter tido, o Duque de Aveiro, aquele bastardo, pensei, já que o caso mo revelou, dá-lo desde já a conhecer através de qualquer publicação.

E porque se tratava do Duque de Aveiro, em nenhuma outra poderia ficar melhor arquivada esta notícia do que no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, tanto mais que já o mesmo arquivara a minha opinião, aliás desprovida de autoridade, sobre a pessoa em quem recaia hoje o direito ao uso do

título de Duque de Aveiro e à representação da Casa Ducal de Aveiro (1).

Aqui deixo, pois, transcritos os dois documentos que constam do processo 15 arquivado no Maço 15-M das mencionadas Habilitações da Câmara Eclesiástica de Lisboa.

São eles o requerimento do referido Manuel José Mascarenhas, pedindo para ser admitido a *«prima tonsura»*, e a certidão do assento de baptismo, pelo mesmo requerida, que se encontra junta.

O primeiro é do teor seguinte:

Emm.º Senhor

Diz Manuel José Mascarenhas filho natural de D. José Mascarenhas que foi Marquez de Gouvea e Duque de Aveiro e de May incognita q. elle sempre teve grande vocação e desejo de servir a Deos no Estado Ecleziastico e porqe Sua Magde por sua real piedade houve por bem de lhe tirar a prohibição q. por suas reaes Ordens tinha por causa do dito seu Pay por seo real Aviso remetido a V. Emmcia pertende que V. Emmcia o haja de admitir á prima tonsura havendo por bem por sua natural benevolencia de o dispensar das deligencias e papeis do estillo: portanto

P. a V. Emmcia seja servido por
serviço de D.s determinar
assim se fôr de seo agrado.

O referido requerimento tem lançados os dois seguintes despachos:

— Infre o Paro com juramento em carta fechada sobre o procedimto do Supp.te sua vocação e freq.a de Sacramtos.
Junqu.a 25 de 8br de 1784.
(rubrica do prelado)
— Matricule p.a Prima Tonsura com effeito
Junqueira 3 de Novbro de 1784
(rubrica do prelado)

O segundo documento é do teor seguinte:

Exmo e Rev.o Snro

Diz Manuel José de Mascarenhas filho natural de D. José Mascarenhas que foi Marquez de Gouvea e Duque que foi de Aveiro que p.a sertos requerimtos que tem se lhe faz preciso o tior da certidão do seu Batismo portanto

Pede a V. Excia seja servido mandar
que o Rdo Parrico da Fga de Sam
Miguel de Alfama lhe pace por
certidão o que constar do dito
asento

E. R. M.

---

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1945.

No verso tem lavrada a certidão requerida nos seguintes termos:

O Pe Joaquim Manoel de Carvalho Prior da Parochial Igreja de S. Miguel de Alfama desta cidade certifico que revendo os livros dos baptisados desta Igreja no que teve o seu principio no anno de mil setecentos e vinte seis e findou no anno de mil setecentos e quarenta e sete a fls 285 V° se acha hum assento cujo tior he o seguinte = Aos trinta dias do mez de Outubro de mil setecentos e quarenta e seis baptisei e puz os S.tos Oleos a Manuel filho natural de D. José Mascarenhas Marquez de Govea e de Mai incognita. foi padrinho João Luiz do termo de Coimbra e a Snra do Rosario e para constar fiz este assento que assignei era ut supra. O Prior Francisco Martins = E não se continha mais no dito assento ao qual me reporto. Lxa 11 de Novembro de 1784.
O Prior Joaquim Manuel de Carvalho.
Reconheço a letra e sinal assima do Rdo Prior nele conteudo.
Lxa 11 de Novembro de 1784
(sinal do tabelião)
Em Test° De ser vde
Igncio de Sza Pavia Sarda

Nada mais consegui saber deste Manuel José Mascarenhas, ignorando portanto se chegou ou não a tomar ordens.
No entanto, aqui fica dada a notícia da sua existência e talvez outrem, mais feliz do que eu, possa vir a desvendar o que para mim constitui mistério.

FERNANDO DE CASTRO DA SILVA CANEDO
Tenente-Cor.el

SENHORES DO MARNEL

DIZ BRANDÃO, na *Monarquia Lusitana* (vol. 7.°, pág 371): «Destes filhos dos Infantes, a quem se dava o titulo de Infanções, pode ser que alguns vieram morar na terra de Santa Maria, que chamamos da Feira, na Comarca do Porto, que algum tempo se chamou Cidade de Santa Maria; porque (como se colhe de escrituras do Mosteiro de Pedroso) esta terra foi habitada de gente ilustrissima pelos anos de novecentos até mil, quais foram o Duque, ou Capitão Mem Guterres e o Conde Mem Lucídio, e os Senhores do Marnel, mui chegados todos em parentesco aos reis de Leão».

O *Livro Velho de Linhagens* diz: «D. Egas de Sousa foi casado com D. Gontinha Gonçalves filha de D. Gonçalo Trastamires e de D. Mécia Godins, e fez em ella D. Mem Viegas, que casou com *D. Teresa Fernandes, filha de D. Fernão Gonçalves do Marnel*».

Os outros livros de Linhagens (o *Antigo*, o *do Colégio dos Nobres, e o de D. Pedro)* divergem um pouco deste, pois, segundo estes, D. Mem Viegas casou com D. Elvira Fernandes, filha de Fernando Afonso, que foi de Toledo e casou com D. Urraca Gonçalves filha de *D. Gonçalo Viegas do Marnel.*

Ou se chamasse Teresa Fernandes ou Elvira Fernandes, o que não há dúvida é que se trata de uma mesma pessoa.

A referência de BRANDÃO na *Mon. Lus.* e as passagens dos Livros de Linhagens, antes transcritas, constituem toda a base da história dos Senhores do Marnel. Foi sobre estes frágeis apoios que se arquitectou a existência de numerosos e ricos Senhores que sobre o Monte Marnel ou nas imediações tiveram seu palácio de suntuosidade condizente com a sua riqueza e poderio. Assim se exprime PINHO LEAL, no seu *Dicionário*, sob a rubrica *Marnel:*

«Houve aqui em tempos antigos a vila chamada de Lamas ou do Marnel, cujas ruínas ainda hoje se vêem ao Sul — (aliás a N.) — das ruínas do antiguíssimo mosteiro de Santa Maria

de Lamas, ou Santa Maria do Marnel, pois também se lhe davam ambos os nomes.»

«Na vila existiram os paços dos nobres e famosos senhores do Marnel (vide Feira) que tantos e tão assinalados serviços prestaram a Portugal durante os reinados dos nossos primeiros monarcas; os de Fernão Gonçalves do Marnel e depois de sua filha D. Teresa Fernandes do Marnel e de sua sobrinha D. Flâmula; os de Enderquina Pala e os de outros nobres cavaleiros — os Sousas do Marnel eram dos mais nobres fidalgos deste reino. Descendiam dos reis de Lião e desta família tratam — a *Hist. Gen. da Casa Real* — a *Hist. Gen. da Casa de Sousa* — *Mon. Lus.*, parte 3.ª, L. II — cap. 10.º, págs. 317 e 320; *Benedict. Lusitana*, 1.º 2.º tract I — parte 1.ª, cap. 18; *Flores de Hesp.* e outros muitos livros.»

Sob a rubrica *Feira:*

«O que é certo é que no ano de 990, reinando em Castela D. Bermundo II (o gotoso), dois ilustres condes chamados Mem Guterras e Mem Lucídio, juntos com os Senhores do Marnel (todos do sangue dos reis de Leão), estando Lancóbriga abandonada e quase destruída, a reedificaram e povoaram de cristãos, construindo-lhes então (ou reedificando-lhe) o seu nobre castelo, fortíssimo para aqueles tempos em que ainda não havia artilharia . . .».

Pinho Leal fala-nos em Fernão Gonçalves do Marnel, para falar depois em Enderquina Pala, parecendo indicar que esta viveu depois daquele. Vamos ver quem foram estes senhores para os colocarmos em suas épocas e ver que relação eles tinham com os tais Senhores do Marnel.

Brandão fala-nos nos duques Mem Guterres e Mem Lucídio, mas não nos diz quem foram e o que foram. Apoia-se num documento de Pedroso. Na verdade, um documento de Pedroso refere-se a um duque Mem Guterres, que foi casado com Enderquina, irmã de Elvira, mulher de Ordonho I.

Assim diz o documento «. . . Heo quod ego gondesindus prolis erus et adosinda acepit mulier in coniumgio nomine enderquina conmento pala filia dux *menemdus gutierizi* et ermesinda iermana de domna geluira regina que fuit mulier de ordonius rex . . .»

Este rei Ordonho I faleceu em 866; a escritura referida é de 897; a este tempo já Enderquina Pala tinha falecido deixando quatro filhos criados. Seu pai, se era vivo, devia ser velho em 897. Não pode saber-se onde viveu este conde Mem Guterres, se entre Minho e Douro, se entre Dôuro e Vouga. É certo que nesta última região era senhor de muitos bens, nos quais fez mosteiros (. . . et facimus monesterios in nostras uillas que sunt inter durio et uauga». Antes de Mem Guterres, foi duque do Porto e Tui, Hermenegildo Guterres,

pai do Conde Guterres Mendes, e avô de S. Rosendo. Estes viveram em uilla — Salas — (Minho) «...in qua Comites palatium suum habitabant» *(vida de S. Rosendo)*.

Durante todo o século X não encontrei outro Mem Guterres, governando em Portugal.

Na primeira metade deste século foi governador de Tui e do Porto Hermenigildo Gonçalves Mendes, casado com a célebre Mumadona que fundou o mosteiro de Guimarães ao começar a segunda metade do século X.

Mem Lucídio foi conde com Afonso V que reinou no primeiro quartel do século XI, falecendo em 1027. Foi este rei que reconquistou as terras dentre Douro e Mondego, tomadas por Almançor. Mem Lucídio foi seu companheiro de armas. No inventário que fazem de seus bens D. Gonçalvo e mulher D. Flâmula, em 1050, diz o documento: «...quomodo diuisi illas dom gunzaluo quando sedia in monte maiore per manus de rex domno adefonso et per sua persolta et per ueritate et per manus de ille *comes Menendus Luci* qui illa terra imperabat» (*P. M. H.*, Doc. CCCLXXVIII).

Comparando este documento com o DXLIX, verifica-se que a divisão e inventário do documento anterior foram feitos em 1017, estando portanto Mem Lucídio neste ano em Montemor, onde já era Conde governador. Diz o documento «In era M.ª L.ª V.ª (1017) si ganaui domno Gundisaluo iben egas et domna Flamula ereditates in riba de uauga in diebus domno adefonso rex quando sedia in monte maiore de manu de ille rex...).

Assim os dois Condes Mem Guterres e Mem Lucídio viveram em séculos diferentes, o primeiro no fim do século IX, o segundo no princípio do século XI.

Estes Condes, como todos os outros, foram senhores de muitos bens em toda a região dentre Douro e Vouga, todavia, em nenhum encontramos o título de Senhor do Marnel.

Por todo este século X encontramos homens ricos senhores de numerosas vilas entre o Douro e Vouga, entre as quais muitas nas imediações do Marnel. Estes ricos proprietários constituíam sem dúvida a nobreza da região, os homens bem nascidos, alguns deles descendentes dos Condes governadores que por aqui ficaram e foram tronco de numerosas famílias cuja fidalguia atravessou os séculos da história de Portugal. Vou referir-me apenas a alguns daqueles que possuíram terras nas proximidades do Marnel, pois só estes interessam à nossa investigação.

O documento de 897 fala-nos de uma Enderquina Pala. Não é desta, porém, que trata Pinho Leal, pois já era falecida em 897 e foi casada com Gondesindo.

A Enderquina a que se refere Pinho Leal aparece-nos em 957, data em que doou ao mosteiro de S. Salvador de

Sperandei—Viseu—a sua vila de Aqualada (Aguada de Baixo) e o mosteiro do Marnel «Ego exigua famula dei inderquina qui et palla... ideo offero pro remedio anime mee suburbio colimbrie uilla mea propria aqualada cum sua ecclesia uocabulo sancti martini... Adicio etiam monasterium de marnel cum omnibus adiunctionibus suis pernominata sancta maria...» (Doc. LXXIII, *P. M. H.).*

Esta doação é feita só para remédio de sua alma. Não fala na de seu marido Suário nem este assina, o que me leva a supor que nesta data a Enderquina, que também se chama Pala, era ainda solteira.

Em 961 esta mesma Enderquina doou ao mosteiro de Lorvão o mosteiro de Esperandei, com Aguada e Santa Maria de Lamas do Marnel, que lhe andavam agregadas pela escritura anterior, acrescentando-lhe muitas outras vilas «...concedimus ad jam supradictum monasterium (Lorvão) uilla aqualada quomodo exparte cum barriolo et de alia parte cum auelanas et cum sangalias et monasterium de marnelle que vocitant sancta maria de lamas cum suas uarzenas...» *(P. M. H.*, Doc. LXXXIV).

Esta larga doação é feita para remédio da sua alma e da de seu marido Suário Sandino. Era, pois, casada em 961.

Em 976 volta a fazer nova doação ao mosteiro de Lorvão de uma terça parte da vila de alualat «...Ego Enderkina qui et palla... Annuit atque conuenit spontanee mee uolumptatis electio ut concederem atque contestarem uobis tertia de uilla de alualat...» *(P. M. H.*, doc. CXVII). — Esta doação é feita em benefício de sua alma e da memória de seu falecido marido Suário «...pro memoria perenniter conseruanda de uiri meo pie memoria domno suario». Era viúva em 976.

Parece que em 981 era ainda viva, porque neste ano Gonçalvo Mendes, de que falaremos em seguida, fez doação de Lamas e Paus ao mosteiro de Lorvão. Na confrontação de Paus diz «...et diuidet per montis meison frido et per uilla de hanni *quod est de domna palla.*

Se diz que a Vila de hanni (nas terras que ficam adiante da Gândara de Serém, junto à estrada velha?) pertencia a D. Pala, é porque esta era ainda viva a esse tempo.

Quem era esta Enderquina Pala, viúva de Suário Sandino? As escrituras de 957 e 961 foram confirmadas pelo rei Sancho, o gordo, e a de 961 pelos reis Ramiro III e Bermudo II. Se esta confirmação lhes foi neceessária é porque havia possíveis direitos reais. Isto mesmo resulta das palavras de Ramiro III ao confirmar a segunda escritura: «Ranemirus rex unc factum quam fecerunt auios et parentes nostros ego confirmo». Enderquina, por si, devia, assim, ser pessoa muito chegada à corte, senão parente destes reis, como também pode inferir-se do documento de 976 de Alualat. — Nesta

doação, que é apenas de uma terça parte, não há confirmação real, porque ela mesmo confessa que recebera esta 3.ª parte de seus pais e avós, cabendo-lhe em partilha com seus irmãos: «Et abui ipsa uilla de parte parentum uel abiorum meorum...» Ora uma terça e mais uma terça da terça já pertenciam ao mosteiro de Lorvão por lhe terem sido doadas em 935 por Gundemirus e Susana. Nesta escritura não houve confirmação real, mas houve-a naquela de 933 pela qual os dois doadores compraram a outros a terça e terça da terça (*P. M. H.*, doc. XXXIX e XL).

Também o rei Ramiro II tinha quinhão na vila de Albalat, pois em 943 doou ao mesmo mosteiro de Lorvão duas partes da mesma vila «... Ego Ranemirus rex... donaremus atque contestaremus uobis duas partes de uilla de *alualat*».

Todas estas circunstâncias, e ainda a de Enderquina possuir vilas e mosteiros situados em regiões diversas, como Marnel, Coimbra, Viseu, nos convencem de que ela foi pessoa grada. Não foi uma *fidalga do Marnel* e viveu talvez em Sever, donde penso que era seu marido Suário.

Outro nome frequente nos documentos desta época relativos à região do Marnel é Gonçalo Mendes. — Este Gonçalo Mendes era filho de Mumadona e de Hermenegildo Gonçalves Mendes Conde de Tui e do Porto e governador da província de Entre Douro e Minho. Em 950 Mumadona era viúva e fazia partilha dos bens do casal com seus filhos Gonçalvo — Didacus — Ranimirus — Onecha — Nunum e Arriane (*P. M. H.*, doc. LXI).

O filho Gonçalo Mendes, foi senhor da 4.ª parte da vila de Lamas e da vila de Paus, que doou ao Mosteiro de Lorvão em 981 — (*P. M. H.* doc. CXXXII).

Os cristãos possuiram, mais ou menos pacìficamente, a região entre Douro e Mondego, durante os três primeiros quarteis do século X. O último, porém, foi todo preenchido com as guerras de Almançor, que recuaram os limites dos estados cristãos até às serranias das Astúrias. Foi sobretudo com a de 997 que aquela região entre Douro e Mondego, para Oeste de Caramulo e Gralheira, se perdeu inteiramente. Coimbra tinha caido em 987 e também Lamego e Viseu. Mas pouco tempo dominaram os árabes nesta estreita faixa, porque os documentos que a ela se referem mostram que ela já estava sob o domínio cristão nas duas primeiras décadas do século XI. Porque foi a última a perder e a primeira a recuperar a autoridade cristã, não é facil sabe-lo, mas parece-me que só poderá ter sua explicação nas condições de guerra de então. Os árabes em suas incursões à Galiza procuraram sempre os caminhos através de Leão ou por Coimbra, Viseu, Lamego. A zona marítima ficava sempre ao

abrigo destas destruições e isto, certamente, porque não era zona fortificada, não havendo nela castelos a tomar que pudessem ao mesmo tempo servir de apoio na retirada. Qualquer incursão por este lado, deixando de pé a linha fortificada de Coimbra, Viseu, Lamego, não deixaria de ser perigosa. Em 997 está linha estava seguramente em poder dos árabes, e desta maneira a incursão pôde fazer-se pela região costeira, até o Porto, onde as forças se juntaram às que vieram pelo mar, para o ataque a Compostela. Foi precisamente esta incursão que levou o terror e a destruição à zona do Vouga. Assim diz um documento de Sever de 1019: «... et tunc surrexerunt in ipsis temporibus filii perditionis gens ismaelitarum et prenderunt ipsam terram in qua erat illud monasterium ipsam et aliam de dorio usque in cordoba...» (Doc. CCXLII).

Neste tempo vivia em suas terras dentre Douro e Vouga Egas Erotis («... eo quod auitabit egas erotez in terram portugalensis cum gens sua in logo predicto inter doiro et uauga per plures annos et consurrexerunt filii ismaelidarum super christianos et exiuit ipse dommo egas de sua terra...» (Doc. CCCLXXXIV *P. M. H.)*. Quando surgiram os ismaelitas fugiu de sua terra para a terra de seu cunhado Froia casado com sua irmã Adosinda, à qual comprou a vila Viariz. Passados alguns anos voltou às suas terras de entre Douro e Vouga. Este Egas Erotis foi senhor de numerosos bens entre Douro e Mondego. Seu filho Gonçalo Viegas (Gundisalvus iben Egas) casado com Flâmula fez inventário de seus bens, em 1050 (doc. CCCLXXVIII. *P. M. H.)*. Diz o inventário «herdades que ganhou dom Gonçalo e D. Flâmula nas margens do Vouga». E menciona: Sali; Santa Maria de Lamas; Fereganes; Castrelo; Arravel; Valongo; Fermentões; Serém; Jafafe; Cedrim; Paradela; Pedações; Segadães; Bolfear; Paradela de Barrô; Fermentelos; Aurentana; Recardães; Aveiro.

Em 1077 — Pelágio Gonçalves filho ou neto de Gonçalo Viegas e sem dúvida seu herdeiro, fez também inventário dos seus bens nas margens do Vouga. Menciona as mesmas do anterior. Por este documento se verifica que Gonçalo Viegas adquiriu ou readquiriu aquelas herdades em 1017, no reinado de Afonso V. sendo governador da terra o Conde Mem Lucídio. «... In era M.ª L.ª V.ª si ganaui domno Gundisaluo iben egas et domna flamula ereditates in riba de uauga in diebus domno adefonso rex quando sedia in monte maiore de manu de ille rex et diuisi illas tam de auolenga quam etiam de ganantia...» (Doc. DXLIX *P. M. H.)*. Já antes me referi a estes documentos, para localizar Mem Lucídio.

Em tempos de Fernando Magno, 1059, governavam Portugal com o nome de Infanções, três Condes: Gomes Echigas — Mem Gonçalves — Godino Viegas — (Doc. CCCCXXI).

Em 1064 — Fernando Magno retomou Coimbra aos Mouros e fez governador de toda a província de entre Douro e Mondego a Sesinando, que o ajudara naquela empresa. Sesinando procura repovoar este vasto território e para isso faz largas doações a seus afeiçoados. Aqui nos começam a aparecer novos Senhores de terras, amigos e protegidos de Sesinando. Mas não encontrei documentos referentes às terras do Marnel, o que indica que estas terras continuavam na posse dos herdeiros de Pelágio Gonçalves, como foi determinado na escritura de 1077 atrás referida. Apenas um — João Gondesindes com sua mulher Ximena Forjaz, compraram em 1101 a Diogo Pires e Mulher as porções que estes tinham nas vilas de Valongo, Melares e Laneses, no Marnel. (*Doc.*[tos] *Medievais* — pág. 42). Ximena Forjaz fez doação destes mesmos bens, em 1110, à Sé de Coimbra (*Doc. Medievais* — pág. 319). Este João Gondesindes, durante a última década do século XI e primeira do século XII, isto é, durante o governo do Conde D. Henrique e parte do de D. Teresa, comprou na terra de Santa Maria, e sobretudo em Lafões, inúmeras propriedades que o tornaram um dos mais ricos Senhores da região. Todavia, não foi Senhor do Marnel.

Disse antes, que no reinado de Fernando Magno em 1059, fora Infanção em Portugal Gomes Echegas, filho do Conde Echego. Gomes Echegas casou com D. Gontrode Nunes neta de D. Fernando. Deste casal nasceu o filho Egas Gomes de Sousa que casou com D. Gontinha Gonçalves, filha de Mem Gonçalves, o lidador. Seu filho Mem Viegas casou com Elvira Fernandes, neta de Gonçalo Viegas do Marnel. Quem era este Gonçalo Viegas do Marnel?

Diz o *Livro de Linhagens de D. Pedro* no tít. XLIII: «E dona ouroana Reymondo sua irmã foi casada com Anrrique Fernandes o Magro. Em tempo de El-rey D. Afonso, o que filhou Toledo, havia um Mouro em Cordova que era rico homem e mui fidalgo e de grande campanha e era mui bom cavaleiro darmas e veio-se para el-rei dom Afonso referido, e el-rei dom Afonso o rogou tanto que o houve a tornar cristão, e baptisou-o e foi seu padrinho pôs-lhe o nome dom Fernando Afonso e herdou-o muito bem e casou-o com D. Urraca Gonçalves filha de D. Gonçalo Viegas do Marnel. Em aquele tempo este dom Fernando Afonso fez em esta Urraca Gonçalves um filho e uma filha; a filha houve nome D. Elvira Fernandes e o filho D. Henrique Fernandes, o Magro.»

Este rei Afonso que tomou Toledo é Afonso VI e o acontecimento deu-se em 1085. O mouro Fernando Afonso, que ele catequizou, baptizou, herdou e casou com D. Urraca Gonçalves filha de Gonçalo Viegas do Marnel, é homem do seu tempo. *Gonçalo Viegas é portanto, da geração ante-*

rior, da geração do rei seu pai, Fernando Magno, e avô Afonso v.

Ora vimos anteriormente que o filho de Egas Erotes, Gonçalo Viegas, senhor de muitos bens nas proximidades do Marnel e de muitos entre o Douro e Vouga, que lhe tinham sido confirmados por Afonso v em Montemor em 1017, pediu ao rei Fernando, em 1053, que o confirmasse e integrasse na posse de Viariz que lhe andava usurpada pelos primos filhos da tia Adosinda, o que o rei fez. Em 1017 já este Gonçalo Viegas era casado, devendo, portanto, em 1053, ter mais de cinquenta anos. Neste mesmo ano de 1053, Gonçalo Viegas e um Pelágio Gonçalves confirmam uma escritura de doação ao mosteiro de Vacariça das vilas Pedrosa, Maniozi, Scapanes e Cidi *(P. M. H.*, doc. CCCLXXXV). A confirmação de Gonçalo Viegas era necessária, porque ele era quinhoeiro de todas ou de algumas destas vilas, como se vê do doc. CCCLXXVIII.

Talvez pela mesma razão, Gonçalo Viegas esteve presente a uma escritura de doação ao mesmo mosteiro da Vacariça das vilas de Palatiolo e Santa Cruz — em 1057 (doc. CCCCI). No mesmo ano de 1057 assinam escritura de doação de umas salinas em Esgueira — Gonçalo Viegas e Pelágio Gonçalves *(P. M. H.*, doc. CCCCV).

Numa doação de data incerta, mas deste reinado de Fernando, fazem parte dos bens doados Arravel e Recardães, onde também é quinhoeiro Gonçalo Viegas. Este confirma essa doação.

Em 1077 — é Pelágio Gonçalves que pede a D. Fernando que confirme os descendentes de Gonçalo Viegas nos bens que foram confirmados a este em 1050. Esta confirmação parece ter-se tornado necessária, por alguma atitude hostil de Sesinando, nomeado governador de toda a terra do Mondego ao Douro por D. Fernando, após a tomada de Coimbra, pois Pelágio declara que ele era seu inimigo.

Sem dúvida, este D. Gonçalo Viegas foi pessoa poderosa e de alta linhagem em tempo de Afonso v e D. Fernando. Egas Erotes, que teve de fugir à invasão de Almançor, abandonando as terras dentre Douro e Vouga em que vivia, foi acompanhado naturalmente pelo filho, que voltou depois com Afonso v a combater os mouros e a retomar as terras de seu pai e outras que o rei lhe deu. Na confirmação de 1017, deste rei Afonso v, foi feita pelo Conde Mem Lucídio a separação das herdades que lhe vieram de herança de antepassados, daquelas que ele adquiriu. E ou por alguma acção dele nestas lutas de reconquista junto ao Marnel, ou, o que é mais provável, porque tivesse sua habitação neste local ou proximidades, chamou-lhe o *Livro de Linhagens* Gonçalo Viegas do Marnel. Inclino-me francamente para esta última conjectura em virtude dos *Livros de Linhagens* identificarem

frequentemente as pessoas com a referência ao lugar em que habitavam.

Gonçalo Viegas teve filhos que lhe sucederam nos bens: Pelágio Gonçalves, Urraca Gonçalves e porventura outros. Mas porque esses filhos, casando, não viveram na casa de seu pai, não houve neles a referência ao Marnel. Urraca Gonçalves casou com o Mouro Fernando Afonso e deste casamento vieram os filhos D. Elvira Fernandes e Henrique Fernandes. Elvira casou com o Conde Egas Gomes de Sousa; Henrique Fernandes o Magro casou com Ouroana Reymondo. Estes foram os maiores troncos da fidalguia portuguesa.

Gonçalves Iben Egas, filho de Egas Erotes, companheiro de armas dos reis Afonso V e Fernando, terá sido pois o grande Senhor do Marnel.

E o palácio? Bem podem os curiosos procurar-lhe os alicerces: naqueles séculos os fidalgos não conheciam palácios. Quando muito, casa assobradada. No sobrado a habitação, por baixo celeiro, adega e muitas vezes currais do gado. Entre as obrigações dos vizinhos impostas nos forais, aparece algumas vezes a de carregar a palha para a cobertura do pálácio do rei.

Rio de Janeiro.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

CURIOSIDADES DO PASSADO AVEIRENSE

II

RELANCE SOBRE A EVOLUÇÃO DA SECULAR «FEIRA DE MARÇO»

NO desenfadado esmerilhar de velhos manuscritos em que, por vezes, entretenho algumas demasias do tempo, na indiscreta propensão de desaquietar e devassar menosprezados livros e registos burocráticos caídos em longa hibernação e ao comum desinteresse relegados, vão-se-me deparando as «curiosidades do passado aveirense», que o meu bairrismo se compraz em rebuscar e fazer transpor à letra de forma.

Pecado de egoísmo seria considerar exclusivo motivo de prazer pessoal as minhas intermitentes investidas por estes domínios de rememorativa exumação de algum caso mais ou menos recuado da vida de Aveiro que me suscite a atenção. Pelo gosto que experimento ao topar uma fortuita referência a qualquer acontecimento apenas emergente da chã banalidade quotidiana, simples facto menos trivial, mero incidente na provinciana rotina do burgo pacato de há umas quantas dezenas de anos, afoito-me a avaliar do interesse alheio. Ao meu aveirismo, cujas raízes procuram buscar cada vez mais fundo as seivas que lhe alimentam a devoção e mais se agarram e firmam nos tempos de antigamente para lograrem novos estímulos e fervores, não posso atribuir a singularidade presunçosa de não ter parceiros neste mesmo aspecto de inclinação saudosista pelas pequenas coisas sem decisiva repercussão no futuro da cidade, no seu desenvolvimento ou no seu prestígio, e ainda menos suponho exageros de craveira que qualquer não atinja ou sobreleve.

Desta feita caberá a vez, num descontínuo bosquejo a que não pude preencher, por falta de elementos, estiradíssimas lacunas, mas contribuirá entretanto para apreender a sequência de uma tradição local, à velha «Feira de Março» — o secular mercado aveirense cuja perduração sobreexcedeu, ainda que à custa de transformações e modernizações, a de quaisquer costumes e usanças e a de quase todos os testemunhos do passado local.

Não encontramos referência à data em que foi instituída nem à sua primitiva organização. Feira medieval, incontestàvelmente, e com as características peculiares às suas congéneres, ultrapassa, porém, o meio milénio. Uma prova nos assegura dessa certeza. D. Duarte, conforme repetidas vezes foi mencionado (1), conferiu à vila de então um revelador privilégio, concernente à feira — idêntico, aliás, ao de diversas outras feiras do país e que representavam uma estimuladora garantia de paz e segurança. Por ele se tornava defesa, nos nove dias da sua duração, a prisão de qualquer delinquente e a citação por dívidas de quem quer que à feira viesse como vendedor ou comprador, salvo se nela mesmo praticasse novo delito ou nova dívida contraísse.

Essa prerogativa sobejamente lhe documenta a antiguidade e se, porventura, não constitui preceito de diploma régio que a houvesse criado — facto que não pudemos averiguar, por falta de referência elucidativa — equivaleria, então, provàvelmente, à consagração oficial do desenvolvimento que tinha alcançado. Nada custa a admitir, aliás, que existisse no período de reedificação da vila pelo Infante D. Pedro — quem sabe se em resultado mesmo da iniciativa e do impulso renovador do esclarecido príncipe que vagamundeou as Sete Partidas, nas suas digressões atentas e proveitosas se afez a maior largueza de horizontes e tão grande desvelo dispensou à sua vila de Aveiro (2) — e veio, assim, a atravessar todo o período áureo da vila.

Pouco se assemelharia então ao que é em nossos dias. Eram diferentes os hábitos, as necessidades mais limitadas e

---

(1) Marques Gomes, in *Memórias de Aveiro*, pág. 84, e *O Distrito de Aveiro*, pág. 112, e na sua esteira outros autores mencionam com a data de 1430 o privilégio citado. Deve haver confusão, pois D. Duarte começou a reinar em 15-8-1433.

(2) A Senhora Doutora D. Virgínia Rau, nos seus *Subsídios para o estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, obra muito completa e prestimosa, dá notícia de que o Infante D. Pedro foi autorizado por seu pai, D. João I, a fazer uma feira franca anual na sua vila de Montemor, em 1426, obtendo idêntica concessão de D. Duarte para a vila de Penela (1433). Seria também a feira de Aveiro mercê de D. João I ou de D. Duarte ao infante, e a rogo dele criada? Fica a pergunta em suspenso, aguardando investigações ulteriores.

não havia surgido ainda o sistema de comunicações terrestres que só pelo século XIX adiante favoreceria a grande afluência de forasteiros. Aveiro, todavia, graças às magníficas vias de acesso que lhe ofereciam a laguna e o Vouga, não sofria tão cerrado isolamento como outros centros e até outros portos nacionais de média importância e disfrutava, por consequência, de uma situação privilegiada. Como elucidativamente notou o comandante ROCHA E CUNHA «a vila concentrara todo o seu esforço nos trabalhos e tráfico do mar; porém a actividade agrícola da região fornecendo as subsistências ao grande agrupamento urbano, e alargando assim a própria capacidade de compra, prestara sólida colaboração à actividade mercantil» ([1]). A via fluvial favorecia as trocas e as relações entre mareantes, pescadores, marnotos e artífices e os agricultores, num nível relativamente intensivo e com um carácter de estável regularidade. A feira anual deveria, pois, forçosamente, atrair as populações marinhoas e a gente do Baixo Vouga, logrando um movimento e uma importância pouco comuns. Ainda pelos começos da segunda metade do século XV caberia à vila o apodo de «reffece» e em relação ao ano de 1472, dela se podia afirmar que «em aquelle tẽpo era esta uylla muy prove e desapoboada de gente e moradas» ([2]). Mas o agregado urbano, em pleno período de enriquecimento e prosperidade, subiria em crescente aumento até uma população de cerca de 12.000 habitantes, entre os quais se contavam, estacionando em bairro próprio, numerosos comerciantes estrangeiros — «afora muita gente estrangeira que nella de continuo reside», dizia D. João Soares, bispo de Coimbra, na sua provisão de 10 de Julho de 1572. Deste modo, já por sua mesma sedução de burgo florescente e animado, já por quantas novidades da estranja recebesse pela barra, tentaria os povos da região, nesses nove dias que, além de toda a casta de bujiarias e utilidades de concreto interesse, lhes proporcionariam ainda as distracções peculiares aos grandes ajuntamentos.

Com outra que desobrigava os pescadores e mareantes de concederem aposentadoria em suas casas, anda citada ([3]) uma provisão de D. João II pela qual aos fidalgos era também vedado o acesso à feira durante o tempo em que aqueles, afastando-se para as suas fainas profissionais, na pesca ou nas marinhas, deixavam sós e desprotegidas suas mulheres e filhas. Essa prudente providência, que zelosamente acautelava a honra

---

([1]) ROCHA E CUNHA, *Relance da História Económica de Aveiro*, pág. 16.

([2]) *Crónica do Mosteiro de Jesus, de Aveiro*, e *Memorial da Infanta Santa Joana*, pág. 107 da leitura de ROCHA MADAHIL.

([3]) ROCHA E CUNHA, *ob. cit.*, pág. 17.

da gente do povo de quaisquer funestas consequências resultantes de malévolas e calculadas liberalidades tentadoras — sempre foi imprevidência deixar a estopa ao pé do lume! — fornece-nos uma segunda prova da antiguidade da feira secular. E, simultâneamente, traz consigo a implícita revelação de que por essas alturas não faltavam já os artigos próprios para obsequiar e cativar as graças das moças namoradeiras ou mesmo alguma mulher casada de menor apego aos rectos deveres conjugais. Não se gastariam, de facto, muitos passos na sua procura. Quando mais não fosse, encontrar-se-iam nos ourives, e apenas nestes com segurança se poderá afirmar, já que não nos chegou notícia descriminada e positiva das mercadorias vendidas pela generalidade dos tendeiros e mercadores e não podemos, por conseguinte, particularizar as bugigangas e atavios que expunham aos femininos olhos cobiçosos.

Segundo parece poder presumir-se, a feira de Março abria antigamente no dia 19, mais tarde reservado exclusivamente a peças e utensílios de madeira, com a «feira de S. José», hoje chegada à última decadência. Confundiam-se numa só as duas feiras de agora, embora o tempo destinado à venda das madeiras, pelo menos a partir de certa altura, fosse mais limitado? Assim o fazem crer, de certo modo, tanto o aranzel velho como o de 1854, pois ambos englobam com as madeiras todos os demais artigos, sem deixarem transparecer qualquer destrinça, e ainda com maior evidência o incidente que nesse último ano se verificou, e na altura própria será narrado. Não é, todavia, de rejeitar a hipótese de haver já uma só designação para uma feira que se desdobrava.

Também a área destinada ao importante mercado anual diferia consideràvelmente, por essas alturas, da dos nossos tempos. O Rossio, com o seu velho pelourinho fronteiro à rua de Veneza (hoje de Trindade Coelho) e atravancado desde o princípio do século XVII com a sua capela de S. João, ainda se não havia alargado para a marinha Rossia, só expropriada em 1850 e bastantes anos mais tarde totalmente aterrada e terraplanada. Estendiam-se, pois, os feirantes, ao longo da rua do Cais, até à Praça; ocupavam os Arcos (Balcões, na designação da época, que perdurou até há poucas dezenas de anos); os merceeiros instalavam-se na própria ponte da Praça, sem grande transtorno do trânsito, apesar de ser a única existente e não exceder a largura da actual ponte das Almas; e os ourives iam assentar as suas tendas na ruela estreita que corresponde ao início da actual rua de Viana do Castelo. «Detras da fonte», prescreve o antigo aranzel, e deve observar-se que a fonte da Praça encostava então ao cais, obrigando a tomar pelos Arcos quem dessa acanhada rua pretendesse seguir para o Rossio. E muito



Um aspecto do centro da cidade durante a «Feira de Março», cerca de 1870.

A ponte dos Arcos encostava ainda à fonte. As três casas seguintes à ponte foram demolidas; a primeira, após a concessão, em 1874, da licença para o caminho de ferro americano, que partiria da Praça do Comércio para a estação do caminho de ferro; e as outras duas em 1932. A edificação alta que se nota à direita era um antigo «torreão» da muralha, mais tarde encorporado na casa do barão de Almofala — a «casa do Leão» — e demolido depois de um incêndio que, em Maio de 1887, destruiu o prédio, então ocupado por uma hospedaria.

provàvelmente toda a feira se efectuaria da banda de Vila Nova, nos mencionados pontos, todos pertencentes à actual freguesia da Vera Cruz, porque a vila pròpriamente, cingida pelas muralhas, não deixava espaço para a exposição das madeiras, e extra muros parece que se não dispunha de recinto regularizado e suficientemente amplo.

Para ajuizar do que seria a feira nesses recuados tempos, não será desprovida de interesse a transcrição do aranzel pelo qual se regulou, com toda a verosimilhança, durante mais de três séculos. Encontra-se registado de folhas 166 a 168 v., do livro dos Termos de Vereação da Câmara dos anos de 1727 a 1730, num traslado do que teria sido o original e está exarado da forma seguinte:

TreSlado do Aranzel por onde Se deve Regullar a Cobrança dos ASentos da feira de Março

Taboado de Solho a duzia a des Reis	010 rs.
De forro a duzia a Sinco Reis	005
CouSeiras de Castanho de Sete palmos e para Sima desta a Sincuenta Reis a duzia	050
E de outto palmos para Sima a duzia a trinta e Sinco Reis	035
E de Seis palmos para bayxo a duzia a quinze Reis . .	015
E aSim o Taboado do mesmo Castanho na Forma aSima	
Esteyras a Sinco Reis	005
Rodeyros a vinte e Sinco Reis	025
Rodas a des Reis	010
Eyxos cada hum a Sinco Reis	005
Arados a Sinco Reis	005
Grades a quinze Reis	015
Carretas a trinta Reis	030
EnSinhos a duzia a des Reis	010
Gamellas a duzia a vinte Reis	020
TripeSas de Castanho a duzia a quinze Reis	015
E de Pinho a duzia a des Reis	010
Caixas grandes de Castanho cada huma outenta Reis	080
E De Pinho cada huma SeSenta	060
De castanho mais piquenas cada huma Sincoenta Reis .	050
E De pinho mais piquenas cada huma trinta Reis	030
Tamboretes a duzia a SeSenta Reis	060
O feixe de varas de Castanho a des Reis	010
De lata o feixe a Sinco Reis	005
Gamellas grandes de amaSar cada huma a Sinco Reis .	005
ADoella a duzia a quarenta Reis	040
Madeira de Castanho de Casca a mayor e mais groda a duzia a vinte Reis	020
E De Ripado a vinte Reis	020
E a mais piquena a des Reis	010
Frichais a des Reis	010
Arcos bastardos o feixe a Setenta Reis	070
De Pipa a trinta Reis	030
Leytos armados cada hum a SeSenta	060
Sapateiros canastra grande a cem Reis	100
E Das piquenas a SeSenta Reis	060
Picheleiros por cada banca cento e Sincoenta Reis . .	150

Saralheiros por cada banca cento e Sincoenta Reis . .	150 rs.
Ferreyros por cada Esteyra onde poem a ferragem cento e Sincoenta Reis	150
Marchantes ou quem vender couros cortados por cada pano quarenta Reis	040
EsPadeiros cada hum trezentos Reis	300
Latoeyros cada hum duzentos Reis	200
Os que vendem Sollas e couros nas Ruas cento e vinte Reis	120
Sombrareiros por cada canastra duzentos Reis . .	200
Violeiros cada hum cento e vinte	120
Ourives detras da fonte mil e duzentos Reis. . .	1.200
Os que occupão os LanSos de Taboado e de mercadores e Tendeiros quatro centos Reis	400
E os das Mezas Só duzentos Reis	200
As Tendas de merSearias na ponte cada LanSo quatro centos Reis	400
As Tendas debaixo dos Balcoens cada huma mil e duzentos Reis.	1.200
As que occupão LanSos de Taboado de mercadores e Tendeiros quatro centos Reis	400
A caza da arrecadaSão pello que ajustar com as partes o Rendeiro.	

De que mandarão Fazer Este Aranzel que aSignarão os veriadores e Eu Andre Botelho Deça Telles Escrivão da Camara o Escrevy «Barata» «Varella» «Teyxeira». E não Se continha mais em o dito aranzel que aqui Foi Tresladado do proprio a que me Reporto Andre Botelho Deça Telles Escrivão da Camara o Escrevy.»

Posteriormente, no propósito evidente de lhe conferir mais sólidas garantias de autenticidade, fez a Câmara confirmar o traslado, com a seguinte declaração, aposta na sequência daquele assento, e devidamente assinada (1):

«Como este Aranzel ainda que seja o Verdadeiro e o do costume immemorial, e por ele Sempre Se Regulou a Feira inda que houve o descuido da parte do Escrivaõ da Camara Andre Botelho de Essa Teles da Sobscriçaõ deste Treslado p.ª ficar Curial a Confirmaçaõ e Ratéficaçaõ p.ª se continuar na Sua observancia; Aveiro Em Camara de Jan.º 13 de 1796.

Caiz (?), Mendez, Mar.cos, Sobral, Faria.»

Como nota para o conhecimento dos usos da época e até da data em que tomou, inteiramente, carácter público o passeio para o qual encontrámos já a designação, num documento do século passado, de «Adebaixo dos Arcos», acrescentaremos que até aos princípios do século XVIII os alugueres dos terrados dos feirantes que ali montavam as suas tendas eram cobrados pelos proprietários dos prédios respectivos. Só a

(1) Livro dos Termos de Vereação da Câmara, de 1727 a 1730, fl. 168 v.

partir de 1728 lhes foi recusado esse direito, como se infere do agravo levado, por esse facto, para a Relação do Porto, pelo Padre Dionísio da Roza da Fonseca, sacerdote do hábito de S. Pedro, como procurador de Maria Rosa, Teresa Lemos, João Simões, espadeiro, e Manuel Jorge, todos com casa nos Balcões. A Câmara toma notícia em 8 de Maio daquele ano do agravo formulado pelo aludido sacerdote [1]

...«em Rezam de que estando os seus constituintes com poSe quieta e paSifica per Si e Seus anteSecores com tempo imemorial de alugarem e Receberem os alugueres dos mercadores e tendeiros que armam na feira de Março de baixo de seus Balcões e terrados de Suas Cazas que este Senado fora servido este anno emandar e noteficar os ditos Mercadores e tendeiros que nam pagacem a elles aggravantes couza alguma que com elles tinham ajustado, mas sim Pagace e Se avieSem com o procurador do ConSelho a quem pagaram privando a elles aggravantes da Sua antiga poSe em que se conservavam»...

O secular mercado, com a melhoria das condições económicas da cidade a partir da fixação da «barra nova», não deixou, por certo, de ser influenciado pelo ressurgimento que em todas as actividades locais se esboçou, acusando na primeira metade do século XIX alguns sintomas de progresso. Uma ou outra deliberação acudia a restabelecer regras caídas em desuso ou imprimia certas modificações na sua organização. Assim, em 1816 [2], a Câmara, anuindo a uma sugestão do Corregedor da Comarca, acordou em que nos anos futuros se não vendessem na feira de Março madeiras de pinho ou de castanho antes do dia de S. José «e que só neste dia, e nos dias vinte e vinte e hum se venderia ao público, e nunca aos Revendoens, salvo ao Rematante da Feira, a quem se podia vender a necefsaria para estabelecimento das Barracas». No ano de 1829, os correeiros foram transferidos da rua do Cais para o Rossio, a requerimento do influente cirurgião Manuel Martins de Almeida Coimbra. Para essa mudança se alegavam como mais ponderosas razões a estreiteza da rua, o embaraço que causavam ao desembarcadouro do cais e, além do grande aperto e rumor, resultante da muita concorrência, o prejuízo que os proprietários dos prédios fronteiros sofriam com as cordas que se costumavam amarrar às mesmas casas. Almeida Coimbra, que tanto se evidenciara na detracção do prestimoso e notável engenheiro Luís Gomes

(1) Livro de Termos citado, fl. 105.
(2) Termo de Vereação de 30-3-1816.

de Carvalho e pelos serviços à causa legitimista, e por estes aliás não deixou de receber o prémio compensador — sugeria a mudança «para outro lado, no Citio que mais comodo parecer no Campo largo, afim de que fique livre e dezembaraçada aquella Rua que é a principal para a entrada da Feira, e que comunica com a Praça, afsim como desembarcadouro do Cais» (1). Seria ocioso acrescentar que um pedido justo, patrocinado por tão qualificado vulto das hostes miguelistas, foi prontamente deferido. A Câmara levou mesmo o seu desejo de agradar ao ponto de responsabilizar-se por qualquer prejuízo do Rendeiro, no caso de algum dos correeiros não aceitar o local que fosse determinado para instalar a sua barraca.

O grande mercado anual merecia particulares atenções de edilidade, pois representava uma das suas primaciais fontes de receita. Em 1834, a vereação, reunida em sessão conjunta com a nobreza e povo estimava «o rendim.to da feira de Março o primeiro do interefse da Camara e sem ó qual não podia saptisfazer as despezas ordin.as» (2), resolvendo arrematar por um período de seis anos a respectiva renda, no intuito de animar os possíveis concorrentes a lançar mais avultada importância.

Por essas alturas, porque o movimento da cidade aumentasse, tornando inconveniente a instalação de feirantes quer nos Arcos e na Praça, quer na ponte — para não dizer nas pontes, pois eram já duas desde 1780, ou pouco depois — ou porque, com condições novas, se houvessem criado novos hábitos, começaria o Alboi a ser utilizado para a venda das madeiras. A primeira menção a este bairro, como local aproveitado para uma das secções do velho mercado, aparece apenas em 1836 nas actas camarárias. Na sessão de 3 de Fevereiro desse ano, com efeito, «demarcarão o terreno aonde hade ser feita a Feira de Março daqui em deante pela forma seguinte que a Feira de Madeira de Pinho Castanho e Carvalho seria no Cítio do Alboi pela parte detras do Palheiro da Mizericordia comprehendendo todo o espafso q̃ vai do Cais que principia a ponte athe o outro Cais novo e a feira do Abaracamento madeira de Canal e todos os mais genoros principiaria do Pelourinho em diante estendendo-se em todo o largo do Rofsio athe a ponte q̃ vai para as piradamas digo para as piramas»... (3)

Onde se levantava o palheiro da Misericórdia não podemos determiná-lo com exactidão. Ficava, porém, a poente

---

(1) Termo de Vereação, de 7-3-1829.
(2) Termo de Vereação, de 12-XI-1834.
(3) Auto de vereação de 3-2-1836.

da casa da Alfândega, pois a «praça da ortellice se achava demarcada da esquina da Ponte ao correr para o lado da Alfandega», conforme consta de um acórdão municipal em que, nessa época, se proibia a venda de géneros hortícolas em cima da mesma ponte.

Somos levados a crer que no ano seguinte uma novidade com foros de sensação assinalou a feira. José António de Resende «requereo em nome de Francisco Abrilom Director de huma companhia equestre foce intimado o arematante da Feira de Março ou o Director do Abaracamento para demarcar no largo do Rofsio o sitio em que o mesmo aBrelom podera formar seu sercolo olimpio». É de presumir, repetimos, que se tratasse de um divertimento novo e de relevante interesse, tanto para a edilidade como para os munícipes, de um facto sem precedentes, pelo menos próximos. Na realidade, não estava previsto local para uma instalação desta natureza e com área tão considerável, e daí lògicamente se infere que não fosse usual. Na ausência do arrematante e em resultado de se declarar o encarregado do abarracamento sem competência nem poderes para proceder à demarcação indicada, foi a própria municipalidade efectuá-la, interrompendo a sessão de 8 de Março de 1837 para, com esse fim, ir ao Rossio. Não fosse perder-se a oportunidade de disfrutar o atraente e apetecido espectáculo! O arrematante, Manuel António Loureiro de Mesquita, numa divergente atitude de desmancha prazeres testarudo, no estreito viso egoísta de acautelar suas receitas, garantidas por um contrato concebido sem previdência, pretendeu opor-se à montagem do reputado circo. A vereação, todavia, nem perante a ameaça de um recurso para as instâncias superiores e dos consequentes incómodos, arredou um passo da decisão tomada. O renome do Circo Olímpico, demais, ainda mesmo quando outros já houvessem precedentemente visitado a cidade, deveria ter despertado entre os aveirenses uma ansiosa espectativa, uma geral e viva curiosidade. Artista e empresário com o sentido oportunista dos gostos e preferências populares, Avrilon, levando à cena, em heróico estilo, a figura de D. Pedro IV, soldado e símbolo da causa liberal, alcançara um clamoroso êxito. Chegara, decerto, o eco dos entusiasmos que provocou até Aveiro, tão ciosa e ufana de se haver assinalado como Berço da Liberdade, e imagina-se, assim, o ardente desejo da gente da cidade, o seu empenho de aproveitar mais esse pretexto para dar larga e vibrante expansão aos sentimentos políticos. E o benefício de um, foi lògicamente preterido em favor do geral... prazer.

O tempo de duração da feira não era acatado com inteiro rigor, por essas alturas. Assim o deixa depreender uma representação dos negociantes aveirenses à Câmara, então

presidida por Mendes Leite, solicitando que o demarcasse com precisão. Do auto de vereação de 23 de Março de 1839 consta que «se acordou e mandou afiquiçar a pustura pedida» para esse efeito, e cuja execução começaria no ano imediato. Não nos foi possível consultar essa postura, mas muito provàvelmente não traria grandes alterações às datas tradicionais.

Acentua-se de cada vez mais o progresso do grande mercado anual. Novos artigos se apresentaram, com o decorrer dos tempos; maior afluência se registava de vendedores e compradores. Aveiro enveredava em nova fase de ressurgimento e começava a beneficiar de alguns melhoramentos. Soprava um vento de renovação, passado o largo período de lutas civis. Aligeira-se o ritmo das realizações, uma nova mentalidade começa a lançar raízes e, a par das obras materiais, surge a necessidade de actualizar, nos diversos domínios da administração municipal, as antiquadas posturas, de colocá-las em conformidade com as circunstâncias sobrevindas.

Na sessão camarária de 24 de Janeiro de 1854, pelo bisavô do signatário desta notícia, Francisco António do Vale Guimarães, então vereador-fiscal, «foi ponderado que o regulamento ou aranzel da Feira de Março pelo qual se costumava receber os preços dos lugares, e abaracamentos da dita feira era antigoisimo e despoporcionado não só entre si mesmo mas tão bem com os preços dos lugares e abaracamentos das feiras principais do reino como erão Vizeu, Coimbra e outras, pelo que entendia que o referido Regulamento devia ser reformado com orgência visto que o tempo da feira estava próximo e ainda ella se não tinha arrematado».

Foi, assim, por sua iniciativa, aprovado o novo regulamento. Estabeleceram-se preços mais elevados para a generalidade dos artigos mencionados, mas, porque houve a pretensão de adoptar um equilibrado critério de justiça, não se hesitou em depreciar os assentos para alguns outros. Nessas condições, se, por exemplo, o tabuado de solho subiu a taxa de 10 para 15 reis; as couceiras de castanho de 35 e 50 para 120 e 300, as gamelas de 5 para 40, os ancinhos de 10 para 20, os tamboretes de 60 para 120, e muitos mais em idênticas proporções; mantiveram-se os preços dos assentos para os espadeiros, os sapateiros, picheleiros, serralheiros e latoeiros; e certos artigos, como o ripado, beneficiaram de uma baixa de 20 para 15 reis, do mesmo modo que os ourives passaram a pagar apenas dez tostões. Foi este o preço máximo que se estabeleceu para as barracas com dez palmos de comprimento, sete de largo e dois e meio de largura e sòmente aplicado também aos negociantes de panos e caldeireiros. Aos livreiros, pela primeira vez mencionados neste regulamento, e ferrageiros, negociantes de cobertores,

chapeleiros e a toda a sorte dos demais feirantes atribui-se uma taxa de 600 reis, e aparece, também como novidade na tabela municipal, a citação de barcos e bateiras, aos quais se fixava o imposto da licença entre 480 e 240 reis.

Seria fastidioso e de todo nos parece desnecessário enumerar cada uma das rubricas do novo aranzel, tanto mais que a breve prazo sofreu alteração e ampliação, e não incluía tantos novos títulos que afectasse de algum modo a feição da feira. Registe-se apenas o facto de ficar subsistindo o costume de os negociantes do concelho poderem montar barracas à sua custa, satisfazendo sòmente metade do assento correspondente aos lanços ocupados, desde que nesse sentido requeressem até ao dia 1 de Março.

A quinze dias da abertura da feira desse ano, depois de aprovado um aditamento à relação «dos alugueis dos lugares dos objectos que se vendem na feira de março fora das barracas», que «ainda faltava taxar e impor», o mesmo Fiscal, Francisco António do Vale Guimarães, observando que não houvera concorrentes à construção das barracas com dez palmos de comprimento, propôs que este fosse reduzido a nove palmos, idêntico ao usado na Feira de Viseu e conforme com o tamanho corrente das tábuas que apareciam à venda. Estes acórdãos do município foram devidamente aprovados pelo Conselho de Distrito, como a lei exigia. Não está na índole do contribuinte, todavia, deixar-se afectar nos seus interesses sem reacção e protesto. E a reacção surgiu, com efeito. Os interessados interpuseram recurso para o citado Conselho de Distrito e este, com toda a descerimónia, mandou suspender o novo regulamento «e vigorar interinamente o antigo athe a revizão do recursso».

Da parte da municipalidade, que achou não dever conformar-se com aquela deliberação, manifestou-se a contra-reacção imediata. Reunida em sessão no dia seguinte, fez sentir ao governador civil que não lhe parecia da competência daquele organismo, mormente sem prévia audiência da Câmara, suspender a tabela de preços que, aliás, não havia ainda dois meses aprovara. Demais, «a referida tabella fora publicada Editalmente e pela vós do Progueiro e contra ella se não reclamara ou recorrera» e, cumpridas estas formalidades, fora posta «em astea publica a arematação dos alugueis dos terados que por muitos dias andarão em praça e forão afinal entregues a Jeronimo Pereira Campos». Este, conforme era público, já, por seu turno, cobrara pela nova tabela uma grande parte dos alugueis e, como era de uso, se avençara com quase todos os restantes donos das madeiras expostas à venda na feira.

A inopinada suspensão causou compreensíveis perturbações, pois, no meio da confusão, uns feirantes exigiam o

reembolso da diferença entre o aranzel antigo e o moderno; negavam-se outros terminantemente a pagar preços superiores aos que aquele estipulava; e, aproveitando-se da propícia barafunda, uns tantos, menos presos a escrúpulos, procuravam eximir-se inteiramente ao pagamento que lhes competia.

Por todas estas pesadas razões, a edilidade entendia que fora menos considerada pelo Conselho de Distrito aquela suspensão e desde logo «protestava contra a responsabilidade moral ou qualquer outra das perdas e danos que della infalìvelmente hiam resultar ao Municipio», aventando que um só meio restava para atalhar àqueles prejuízos — a revogação imediata da intempestiva suspensão do novo Regulamento.

Deliberou, por último, nessa sessão remeter ao Conselho a cópia do aranzel antigo, e sobre propostas alterações à nova tabela responder nos termos seguintes:

> «Primo — que nesse aranzel feito a mais de trezentos annos faltavão mais de dous terços dos objectos de madeiras que hoje se vendião. Segundo — que devendo ser lancadas as contribuiçõins com rellação aos valores das mercadorias e sendo antigamente muito mais baratas as madeiras nestes citios do que são hoje porque o progreſso da agricultura tem deminoido as matas Pinhais e devezas herão hoje as madeiras muito mais caras e por iſso desperpesionados os preços dos terrados. Terceiro — que tanto isto era verdade que já pela pratica estava a muitos annos aumentados os preços do aranzel e fora para evitar os abusos dos arematantes que levavão aos donos das madeiras os preços que lhe pareſsiam que esta Camara reconheceo a neceſsidade de confecionar a tabella nova. Quarto — que a eſsa confeção preſsederão mineſsiosas informaſsoins de peſsoas que esta Camara reconheſseo por mais entendidas nos valores e qualidades das madeiras da feira. E que finalmente não fora o anemo de vexar os povos ou restringir o comercio o que prezidira a formaſsão da nova tabella mas sim a regularidade e legalidade della em armonia com os intereſses do Municipio cujas rendas erão tão escaſsas que mal chegavão para as suas despezas obrigatorias como todos sabião.»

De nada valeu o firme protesto da Câmara Municipal. O Conselho de Distrito estava renitente e não lograram os ponderosos argumentos invocados levá-lo a reconsiderar e transigir. A menosprezada edilidade sentiu-se lògicamente ofendida nas suas prerrogativas e no seu brio. Melindrada e indignada, voltou a reunir, em sessão extraordinária, no

dia 20, e, por unanimidade, tomou a deliberação que integralmente extratamos da acta respectiva:

«Considerando que os preços dos alugueis dos terrados onde se vendeſ-em madeiras na actual feira de Março forão arrematados sulenemente em astia publica por esta Camara em conformidade com a nova tabella dos mesmos preços que fora confirmada pelo Conselho de Distrito e convenientemente promulgada. Considerando que na o cazião da feira quando já orrematante tinha feito parte da cobrança dos ditos alugueis e se tinha avancado com os restantes donos das madeiras o Conselho de Distrito suspendera a execuſsão da nova tabella e mandara fazer a cobranſsa pelo antigo aranzel que era muito diverſso. Considerando que daquella suspenção resultarão logo grandes perdas e danos a Camara por que trouxe ao arrematante a duvida sobre se devia cobrar pela nova tabella, e ao mesmo tempo colucou esta Camara na incerteza sobre se deveria directamente cobrar huma contribuição cujos direitos tinha transferido para o arrematante por hum contrato sulene que se o puder judicial podia ressindir. Considerando mais os outros malles que daquela suspensão rezultarão já ponderados na acta da seſsão anterior. Considerando mais que sempre a esta Camara competio e a mais ninguem mandar lanſsar o pregão para que as madeiras Expostas a venda na feira pudeſsem levantar se o que sempre e sómente se fazia depois da cobrança feita dos alugueis dos terrados. Considerando mais que tendo a Camara mandado lanſsar pregão no comeſso da feira para que ninguem levantaſse madeiras sem ordem da mesma Camara que facultaſse levantalas o Administrador deste Conselho no dia dezanove do corrente mandou de seu moto proprio e sem se ter feito a cobranſsa da renda lanssar pregão por digo pregão na feira para se levantarem as referidas madeiras. Considerando mais que por eſsa razão ellas se levantarão logo sem se cobrar arrenda do Municipio sendo transportadas em carros e barcos cujo trafico era prohibido neſse dia dezanove pelas posturas desta Camara por ser Domingo ([1]). E considerando finalmente que de tudo isto rezultara ao Municipio a perda de cento sete

---

([1]) Uma das «Posturas para regular a policia e bom regimen da Cidade e Concelho de Aveiro», de 13 de Maio de 1843, aprovadas por acórdão do Conselho de Distrito n.º 472, de 11-1-1844, era, com efeito, redigida nos seguintes termos: «He prohibido nos Domingos e dias Santos, carregar nos barcos, ou descarregar d'elles quaesquer generos, ou mercadorias sob pena de 1.200 reis».

mil nove centos e sincoenta reis que era o preço por que a renda se arematara porifso declararão o mesmo Prezidente Fiscal e mais Vereadores que solemente (sic) protestavão contra todos aquelles que foram a cauza desta perda para o Concelho, afsim como protestavão haver em Nome do Municipio a sua reparação de quem houvefse direito.»...

Chegado a estes termos, não podia já sanar-se, sem quebra de prestígio de alguma das partes, o agudo e melindroso conflito. Quebraria, lògicamente, a questão pelo mais fraco dos litigantes — e o Conselho apoiava a sua arbitrária perseverança num acordo, pelo menos tácito, do governador civil — mas a pundonorosa vereação era, positivamente, mais de quebrar que de torcer. E nem perante o facto consumado, nem por dispor de menor autoridade se conformou com a abusiva invasão de poderes. Não se decidiam a reconhecer as justas razões que lhe assistiam, a reparar os agravos à sua austera dignidade, a ressarcir a Câmara dos graves prejuízos sofridos, mas nada a levaria a pactuar com a arbitrariedade! Então, tomou uma denodada e decisiva atitude...

No dia 21, recalcando a veemente indignação, ocultando com hábil e polida elegância o pretexto real da sua inabalável resolução, reuniu de novo — quase se conservou em sessão permanente! — acordando em enviar a «Sua Magestade El-Rei Regente em nome do Rei» uma representação do seguinte teor:

«Senhor = O Prezidente e Vereadores da Camara Municipal de Aveiro abaixo afsinados, tendo servido no biennio que decorreo de mil oito centos e sincoenta e dous a mil oito centos e sincoenta e três forão reeleitos para o corrente biennio, em elleição que se fes no dia vinte e sinco de Dezembro do anno preterito. Pela Portaria de dous de Março de mil oito centos e trinta e nove não podião os suplicantes ser obrigados a servir segundo biennio, e fundados neste direito tinhão tenção de pedir a sua escuza, como porem se publicou o Decreto de trinta e hum de Dezembro de mil oito centos e sincoenta e tres que annexou o Concelho d'Eixo ao d'Aveiro, os suplicantes convencidos de que com brevidade se mandaria proceder a Elleição de uma nova Camara que reprezentasse todo o concelho, feita pelos Elleitores de Aveiro e Eixo, que começaram depois da promulgação do Decreto, a ser um só concelho, — e por outro lado não dezejando incomodar os povos com uma nova Elleição no concelho antigo d'Aveiro, cujo rezultado só poderia valler por alguns dias até á elleição da Camara feita pelos Elleitores

do novo concelho, por iſso continuarão a servir, esperando de dia para dia que se mandasse proceder a esta Elleição — Constou aos signatarios que pelo Governador Civil deste Distrito foi diversas vezes reprezentado a Voſsa Magestade a urgencia de nova elleição da Camara — Os mesmos suplicantes já reprezentarão a Voſsa Magestade esta neceſsidade, expondo a confuzão e anarquia, com que se achava a arrecadaſsão dos impostos Municipais do Concelho de Aveiro, por iſso que sem este concelho perceber rendimento algum do antigo concelho d'Eixo, já os moradores deste se utilizavão das izempções, que competem aos habitantes do concelho d'Aveiro. Porem athe hoje nenhuma providencia foi dada sobre a Elleição da Camara do novo Concelho. E como deste modo os suplicantes tem estorvos insuperaveis na administração Municipal do Concelho de Aveiro — e por outro lado entendem que de direito não reprezentão nem podem reprezentar o novo Concelho composto de Aveiro e Eixo, porque os signatarios tendo servido um biennio não podem ser obrigados a servir outro biennio, poriſso muito submiſsamente rogão a Voſsa Magestade se digne aceitar lhes a sua escuza de Vereadores, e mandar proseder á elleição de Camara para o novo concelho de Aveiro e Eixo. E finalmente mui respeitosamente declarão a Voſsa Magestade que se athe o dia da festa do Futuro mes de Maio não houver Camara nova que tome conta da Administração Municipal do Concelho de Aveiro, os signatarios deſse dia em deante não funcionarão mais. Por estas razões os suplicantes pedem que Voſsa Magestade Aceitando-lhe a sua escuza, se Digne Mandar dar as providencias que este objecto á longo tempo urgentemente demanda. E Recebem Mercê = O Prezidente, Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães = Fiscal, Francisco António do Valle Guimarães = João José Fernandes = Francisco Alves de Almeida.»

Se bem o disse, a briosa vereação melhor o cumpriu. Mantendo, inflexível, a sua decisão, deixou, com efeito, de reunir desde 5 de Abril. Substituiu-a uma comissão administrativa da presidência do dr. João de Moura Coutinho, cuja posse se verificou em 6 de Junho.

O aranzel antigo estava, porém, flagrantemente desactualizado e não restavam dúvidas a ninguém — nem certamente ao próprio e teimoso Conselho de Distrito — de que carecia de reforma. Tratou-se, pois, de elaborar um novo regulamento que, ao mesmo tempo satisfizesse às circunstâncias e conciliasse as divergências suscitadas pelo de Janeiro. Segundo parece, interveio na sua organização o governador

civil do distrito, que em 31 de Outubro o sujeitou à apreciação do Município. Não conseguimos obtê-lo, para estabelecer confronto entre os dois, mas não deveria, decerto, acusar profundas alterações àquele que tanta celeuma provocou, pois «examinado meudamente, em seguida resolveu a Camara adoptar como seu o dito regulamento», apenas com ligeiras modificações de pormenor. E a Câmara, efectuadas entretanto as eleições, era nessa altura presidida por Pedro Augusto Rebocho Freire de Andrade e Albuquerque e tinha de novo a exercer as funções de fiscal Francisco António do Vale Guimarães, o autor da primeira remodelação do aranzel, que por ela galhardamente renunciara ao seu cargo na edilidade e não anuiria a concessões muito substanciais.

Entretanto, aconselhada pela experiência e porque o seguro, com suas cautelas e receios, morreu de velho, prevenia-se a vereação contra a possível repetição de qualquer incidente congénere do que ocorrera nesse ano. Com essa finalidade, fez incluir entre outros aditamentos ao regulamento proposto uma cláusula, segundo a qual «o baraqueiro não podera aromar os feirantes em suas lojas sem que estes primeiro lhe apresentem o bilhete de terem pago no cofre da Camara o preço dos lanços que pertenderem oucuparem».

O antigo costume de cobrar apenas metade da taxa correspondente ao terreno ocupado pelos comerciantes da cidade ou do concelho que instalassem barracas à sua custa mantinha-se ainda no impugnado regulamento de 24 de Janeiro. A Câmara entendeu levar mais longe, desta vez, a regalia concedida aos seus munícipes, desobrigando-os completamente de pagar o assento quer de barracas ou mesas, quer do simples lugar onde expusessem à venda os géneros ou mercadorias do seu ramo de negócio.

Pudera o velho aranzel subsistir ao longo de três estirados séculos, tão insignificantes haviam sido as transformações operadas nos costumes, na economia e no ritmo da apagada vida local, profundamente afectada, nesse extenso período durante o qual quase asfixiaram as actividades mercantis e estiolou a próspera urbe de quinhentos, em consequência das vicissitudes de uma barra errante e sempre precária. Outro tanto não sucederia com o novo regulamento. Entrara-se numa época rasgada ao progresso, menos rotineira e mais intensa, com uma natural instabilidade de conceitos, uma desenvoltura maior de reformar o que se tornara acanhado e sediço e de legiferar sobre as circunstâncias criadas pelo novo espírito renovador. As necessidades surgidas pelas novas condições de desenvolvimento impuseram revisões a curtos espaços. Volvida apenas uma dúzia de anos depara-se à Câmara um problema que a obriga, na defesa dos seus réditos e na dos interesses do arrematante

do abarracamento — ainda por essa altura, e por dilatados anos, o mesmo Manuel António Loureiro de Mesquita — a estatuir uma nova postura relativa à feira. Alguns comerciantes, rompendo com o velho costume, deixaram de estabelecer-se no recinto que desde há séculos era destinado àquela, preferindo ocupar algumas casas contíguas.

A municipalidade, precavendo-se dos prejuízos que lhe advinham de tal procedimento e apoiando-se na precedente atitude das suas congéneres de Coimbra e Viseu, onde idênticos factos se haviam verificado, proibiu, assim, a todo o comerciante, morador ou não no concelho, que abrisse «novos estabelecimentos nesta Cidade, ou nas casas vizinhas do campo da feira de Março, durante o tempo da mesma feira» (1). Em casos especiais concedia licença para a utilização das referidas casas, mas dificultava-a, onerando-a com taxas bastante superiores às das barracas.

Decorrida outra dúzia de anos, ao estabelecer novas posturas (2), o município regulou com maior minúcia as obrigações dos vendedores de madeira, dando maior generalidade às taxas, que passaram a ser de 200 reis para a madeira de pinho, 300 para a de canal e de 500 para a de nogueira, castanho e outras. Qualquer causa que ignoramos levou a reduzir as licenças para a venda de barcos e bateiras, respectivamente a 200 e 100 reis. Haveria diminuído a afluência à característica «feira dos barcos» e tentar-se-ia atraí-la, deste modo, ao pitoresco e singular mercado?

A tentativa da vereação de 1866 de evitar que os comerciantes preferissem as casas vizinhas da zona da feira aos incómodos abarracamentos não obteve o desejado resultado. Foram, por esse motivo, aprovadas as taxas de licença para todos os estabelecimentos abertos desde o Rossio até à Praça do Comércio, durante o antigo mercado anual. E por um critério que, para os costumes de hoje, parecerá despropositado, cobrar-se-ia menos por uma loja ao rés-do-chão do que por um primeiro andar — no primeiro caso 9.000 e no segundo 12.000 reis. Prever-se-iam as contingências das cheias, algumas vezes verificadas nos começos da primavera, ou consideraria a Câmara um motivo de preferente agrado, para a freguesia, subir uns lanços de escadas? Mas avançava-se ainda mais nas medidas proteccionistas, porque aos próprios negociantes estabelecidos naquele local com carácter de permanência, desde que continuassem a vender naquele período, se exigia o pagamento das mesmas taxas. Sòmente se exceptuavam «os estabelecimentos de mercearia, tabernas e lojas

(1) Sessão de 5-1-1866.
(2) Sessão de 5-12-1878.

para a venda de vinhos e bebidas alcoólicas e géneros de consumo». Nem ao menos uma botica, se alguém naquela área se lembrasse de a instalar...

Julgaríamos agora qualquer disposição desta natureza um clamoroso abuso de autoridade, um verdadeiro atentado contra os interesses e os direitos dos contribuintes do concelho. Entretanto o princípio não despertou resistências tenazes pois as reclamações parece terem incidido particularmente sobre as taxas fixadas. Alteraram-se estas em sessão de 25 de Janeiro de 1879, sob um critério mais equânime, dentro do qual se tomava como base o número de portas ou janelas, tanto em lojas como em primeiros andares, tabelando cada uma pelo preço único de 4.500 reis.

A um recurso de Miguel Ferreira de Araújo Soares para o Conselho de Distrito objectava a municipalidade, justificando a deliberação tomada [1]:

> «Foi esta modificação feita em virtude dum requerimento e muitas reclamações dos interessados que foram presentes à Câmara, nas quais se evidenciava a injustiça de fixar uma única taxa para todos os estabelecimentos. A Câmara convenceu-se que efectivamente existia desigualdade relativa na primeira postura e resolveu a modificação, buscando a única base possível, que era a das portas ou janelas, à semelhança do que se adoptou no abarracamento, em que também a taxa de licença é regulada pelo número de lanços que mede cada barraca. A não estabelecer esta base a Câmara ainda hoje está convencida que não é possível achar outra mais aceitável, sendo de muito pouca importância para o caso, a circunstância que se alega do maior ou menor fundo dos estabelecimentos, porque o que deve atender-se é ao maior ou menor número de compradores que eles comportam (especioso, não é?, este argumento que despreza a extensão de uma das dimensões para o cômputo da lotação de um recinto!), sendo também esta a base que é igualmente adoptada para estes casos, em toda a parte, e até nos países estrangeiros (oh! a viajada e ilustrada vereação!) onde existem impostos semelhantes. Vexame não pode razoàvelmente admitir-se que haja em obrigar-se à licença os estabelecimentos que durante a feira preferem as casas particulares ao abarracamento. Haveria, ao contrário, grave injustiça em isentar estes de qualquer imposto, sugeitando ùnicamente ao pagamento dos lanços os que armam na feira, em barracas, e das quais o muni-

---

(1) Acta da sessão de 9-3-1880.

cípio, desde muitos anos, percebe uma das avultadas verbas das suas receitas.»

Com vexame ou sem ele, com maior ou menor relutância dos interessados, a medida entrou em vigor. E a feira continuou a singrar, sem sintomas de decrepitude na sua crescente longevidade, antes com tendências de remoçado vigor e expansão.

O incremento tomado nesse período impôs uma nova actualização do regulamento. Tomou essa iniciativa o vice-presidente do município, dr. Elias Fernandes Pereira — professor que por muitos traços de um marcado e singular temperamento ficou gravado na memória de sucessivas gerações de estudantes do liceu e que na sua passagem pelas cadeiras da vereação deixou assinalada uma inteligência preclara, quer, para não citar outros exemplos, revendo e modernizando as posturas, quer criando uma escola industrial, embora de efémera duração, ou, antecipando-se a ulteriores empreendimentos de idêntica natureza, estabelecendo pensões para os bombeiros voluntários, temporária ou permanentemente incapacitados para o trabalho, em acidentes ocasionados na sua humanitária missão. Em 1887, exactamente a 2 de Junho, propôs à atenção da Câmara, a necessidade de, dada a confusão e cáos em que se encontrava «a legislação municipal a respeito do importante mercado anual, denominado Feira de Março, se regulamentar com a conveniente meticulosidade o referido mercado, reunindo num só corpo de doutrina tudo o que deva adoptar-se a tal respeito». Por essa sua proposta foram aprovadas as posturas que, para esse fim, cuidadosa e sistematizadamente elaborara.

No extenso diploma, que compreende 42 artigos e 5 tabelas anexas, pela primeira vez se fixam expressamente datas e prazos e se atribuem distintas designações às duas feiras que desde início coexistiam ou, pelo menos, vinham sendo englobadas numa única denominação. «A feira que anualmente tem lugar na cidade de Aveiro, conhecida pela denominação de «Feira de Março» — estipulava o minudente regulamento — compreende dois períodos: um que vai de 13 a 19 de Março, e outro que, começando a 25 desse mês, não poderá estender-se além do dia 8 de Abril seguinte. O primeiro daqueles dois períodos tem o nome de «Feira de S. José», e o segundo é conhecido pelo nome de «Feira de Nossa Senhora de Março».

Define cada um dos dois mercados parcelares e determina com rigor os locais que lhes são destinados. O primeiro abrangia, na freguesia da Glória, todo o terreno compreendido entre o cais e as casas fronteiras, desde a ponte da Praça à ponte da Dobadoura, com excepção da parte macadamizada

da estrada, e ainda a rua das Barcas, até à travessa do mesmo nome; e, na freguesia da Vera Cruz, toda a área da praça do Comércio, bem como do terreno que se achava entre o cais e as casas fronteiras, até ao largo do Rossio, a intestar no bairro João Afonso, ficando contudo exceptuada uma faixa de terreno adjacente às mesmas casas, suficiente para o cruzamento de dois carros.

À Feira de Nossa Senhora de Março ficava reservada a área da freguesia da Vera Cruz delimitada para a Feira de S. José. Por este facto se infere, com evidente nitidez, a amplitude e importância que esta última atingia nessa época, e não pode deixar de impressionar que, mercê das serrações mecânicas e outras facilidades da técnica moderna, ela quase de todo tenha perdido a função e se restrinja à ocupação de meia largura da entrada da rua das Barcas — hoje com o nome do abnegado «lobo do mar» José Rabumba, o heróico «Aveiro» — e apenas ao dia 19.

Repetidas vezes, sempre afinal que o dia 25 de Março coincidia com Quinta ou Sexta-feira Santas, o município, a solicitação dos feirantes, adiara a abertura da feira — em geral para o domingo de Páscoa, mas algumas vezes para data posterior, pois chegou, por exemplo em 1875, a inaugurar-se em 5 de Abril. Com as novas posturas ficou este assunto por uma vez regulado, ficando previsto o adiamento da inauguração sempre para o dia de Páscoa e a consequente prorrogação da data do encerramento, nessa hipótese transferido para o segundo domingo seguinte. Não se prevenia apenas algum fortuito caso de força maior. E já, se não noutros, uma vez surgira, no ano de 1886, em consequência «das muitas chuvas e continuadas tempestades que tem havido e cheias no Rossio». O arrematante do abarracamento viu-se dessa feita impossibilitado de concluir os seus trabalhos na data convencionada e só no dia 1 de Abril pôde iniciar-se o popular mercado. Casos desses, então como hoje, constituíam uma raridade. Não valia a pena considerá-los e por si mesmos representavam uma imperativa necessidade de adiamento.

Não nos alongaremos com a escusada citação de pormenores do longo regulamento, apesar de por ele ainda hoje se reger, nas linhas gerais, o velho mercado. Não deixaremos, porém, de apontar que fixa para o primeiro dia da Feira de Nossa Senhora de Março a data, ainda hoje mantida, para a venda de barcos e bateiras, para cujas taxas de licença conservou as importâncias de 200 e 100 reis, determinando para o local da venda «a parte da ria que se estende das Piramides e malhada dos Santos Martires até à extremidade da ria, no Cojo e malhada da Fonte Nova». Nos dois dias anteriores nenhuma embarcação poderia entrar nos canais abrangidos

no quadro acima delimitado, sem o prévio pagamento da taxa de licença, salvo os saleiros que reconhecidamente o escolhessem para simples ancoradouro.

Os preços, embora actualizados, não sofreram agravamento considerável, mas mencionam-se artigos que não apareciam nos regulamentos anteriores, tais como carrinhos para conduzir crianças, canastras burriqueiras, objectos de cristofle, etc. A taxa de cada lanço de barraca oscilava entre 1.300 reis para picheleiros, violeiros, chapeleiros, correeiros, sapateiros, tamanqueiros e caldeireiros, e 1.800 para os negociantes de panos, subindo já a 1.700 reis para as quinquilharias, estampas ou livros, rouparia branca e bordados, ourives e relojoeiros. Os vendedores que ocupavam terreno não abarracado beneficiavam de uma tabela mais baixa, com um máximo de 1.000 reis por metro quadrado para «dentistas, vendedores de águas medicinais ou de toucador, com ou sem folhetos de receituário». A imposturice dos exploradores da ingenuidade popular, mascarada com enganadora verborreia e arteiras pantominas, e a concorrência ao afreguesado Pamporrilhas, o tira-dentes local de mais confiança, pagavam a deslavada charlatanaria com o tributo mais oneroso.

Entre os vendedores ambulantes estão referidos «os de bazares, rifas ou jogos em que haja de sair à sorte um objecto de pouco valor, tal como copo, garrafa, boneco e em geral objecto de valor inferior a 120 reis» — os percursores das tômbolas com jogos de panelas e das colchas, dos últimos anos — e «os expositores de cosmoramas ou de quaisquer outras máquinas ou aparelhos chamados de vistas». Para «taberna, botequim, casa de pasto ou de espectáculos públicos, já com simples exposição de figuras, ou animais de qualquer ordem, já com representação dramática, já com cavalinhos, fantoches, pim-pam-pum, etc.», a taxa era de 60 reis o metro quadrado, tendo as barracas as dimensões consideradas necessárias. Pode afirmar-se que nenhuma particularidade escapava. Tudo estava devidamente previsto e localizado e tinha uma taxa determinada, quer fossem artigos para venda quer diversões. A mera leitura do regulamento proporcionava uma descrição da feira, com a aridez de uma enumeração, mas bastante esclarecedora.

Durante os seguintes quarenta anos, embora com crescentes sintomas de decadência, o importante mercado anual nem na sua função nem no seu aspecto sofreu alterações de vulto. A demolição da capela de S. João, em 1912, permitiu o estabelecimento de mais uma rua de barracas. Os restantes abarracamentos continuavam a estender-se numa fila mais longa pela rua do Cais até próximo da praça do Comércio e, no «campo largo» — para utilizarmos uma expressão usada outrora — alinhavam-se por vários arruamentos paralelos as

diversas especialidades. Na área correspondente à antiga marinha Rossia, então como hoje, ficava o recinto destinado aos divertimentos.

Nos princípios do novo século dispôs a feira de um motivo de excepcional interesse e sensação para a gente de Aveiro. Anos sucessivos trouxe-lhe a sua participação a companhia Dalot, um conjunto teatral de apreciável qualidade que contagiou nos entusiasmos pela arte dramática a generalidade da população e cuja memória ainda perdura em saudosas evocações, servindo aos que dobraram o meio século como prova eloquente para o elogio dos seus tempos moços e o detrimento das ulteriores gerações. Permanecia a aplaudida companhia, instalada no Rossio, aos três meses em cada ano, com êxitos sucessivos, com enchentes ininterruptas, exibindo um reportório variado, em que alternavam as mágicas com as comédias, as tragédias com as operetas, os dramas com as revistas do ano.

Os artistas popularizaram-se, tornaram-se figuras familiares na terra, e as peças, repostas com indecrescido agrado ano após ano, conheciam-se quase de cor. Alguns espectadores atrever-se-iam a pontar sem auxílio do texto a «Porteira da Fábrica», «Os dois garotos» ou «As duas órfãs» e poderiam contar-se aqueles que antes das cenas de culminante sentimentalismo não houvessem já sacado o lenço da algibeira para enxugar as irreprimíveis lágrimas doloridas. Com o ouvido musical peculiar aos aveirenses, representaria uma excepção quem não reproduzisse, da entrada à última nota, a partitura dos «Sinos de Corneville», da «Mascotte», do «Processo do Rasga» ou do «Moleiro de Alcalá». E se alguma contrariedade da última hora impedisse o contra-regra de desempenhar a sua missão coordenadora, remover-se-ia a dificuldade sem embaraço de maior, pois entre os amadores mais assíduos não deixaria de aparecer algum que, com infalível exactidão, se encarregasse mesmo de dirigir e concatenar a movimentação sumamente intrincada de algumas mágicas espectaculosas, como o «Castelo de Fogo», a «Pera de Satanás» ou «O Raminho de Oiro».

Recordam-se ainda os artistas nos seus tiques pessoais, nos pequenos incidentes das suas relações particulares, no seu aspecto físico e nas extravagâncias destituídas de preconceitos, nas intimidades mal acobertadas e nas intrigazinhas nascidas da emulação de camaradas. A pacatês fastienta de um burgo onde todos eram vizinhos e quase procediam por comum modelo, e o picante do fortuito escândalo rareava, deparava com fácil alimento para o anseio pela novidadezinha borbulhante e variado conduto para a mordacidade do comentário. Ficaram na tradição o actor Domingos — actor, cenógrafo, algumas vezes autor da revista do ano, sucessor do

velho Dalot na direcção da «troupe»—; o Santos e a Lola, sua mulher e «partenaire» — pais de Ricardo Santos Carvalho, então estreante em episódicos papéis de criança —; José Vítor e seu irmão Henrique Tainha, que, além de comediante, substituiria o maestro Simaria na regência da orquestra — e pai de Ausenda de Oliveira, futura estrela de opereta a tentar os primeiros passos de uma brilhante carreira —; a bela Maricotas e o seu aventuroso rapto; o Joaquim Tainha, que viria a acabar os seus dias, apagadamente, em Aveiro. Nunca



Em 1910, o abarracamento da Feira de Março, à esquerda; e a Feira de S. José, à direita.

tão forte e tão largo vibrou o gosto pelos espectáculos teatrais na população da cidade e nunca também a Caixa Económica de Aveiro contou com clientela mais numerosa e dissipadora na sua secção prestamista. Entre as classes populares penhorava-se o supérfluo e o necessário para não faltar ao Dalot, numa febre alta, num inconsiderado delírio que acabou por perturbar a economia de muitos lares de morigerados hábitos, onde, até aí, os gastos havim sido rigorosamente condicionados aos parcos ganhos. A feira, passado este acontecimento mais saliente e de mais funda repercussão no calmo ambiente local, que nem o famoso Circo Olímpico, de Avrilon, lograra abalar com tamanha intensidade, regressou ao seu ritmo normal, e uma ou outra nova atracção, mal satisfeita a curiosidade dos primeiros dias, decaía a curto trecho no nível da banalidade conhecida.

Em 1910, três semanas após a implantação da República, vários cidadãos — nesse período de ardoroso e ingénuo idealismo as preocupações igualitárias impunham que, expressa-

mente, assim se designassem todas as pessoas mencionadas nas actas das sessões camarárias — ou mais exactamente, «vários cidadãos concorrentes à Feira de Março» requereram à edilidade que a feira passasse a abrir no dia 19 e terminasse no primeiro domingo de Abril. A Câmara anuiu, voltando, segundo o que nos julgamos habilitado a concluir, à data dos primeiros tempos, mas, logo no ano imediato, reconheceu os inconvenientes da alteração e revogou a deliberação tomada [1], ainda a feira estava no começo. A primitiva tradição extinguira-se, enquanto outra se inveterava nos hábitos de algumas gerações. As intenções da primeira vereação republicana, talvez com pretensões de inovação mas afinal caídas na mera ressurreição de um costume mais remoto ainda, malograram-se, e o dia 25 continuou a vigorar para a inauguração.

E depois foi a feira da minha infância — a feira dos meus encantos e da minha saudade. Lá namorei, com extasiados olhos cobiçosos, o triciclo com que um dia corresponderam à mais exigente das minhas aspirações e me proporcionou alguns momentos de pleno triunfo nos torcicolos audazes que, incitado pelo aplauso carinhoso do dr. Joaquim de Melo Freitas ou de algum outro respeitável cavalheiro *habitué* da Arcada, descrevia em torno dos canteiros da Praça do Comércio. Lá comprei um desnorteante brinquedo, conhecido pelo esdrúxulo nome de bússola, que foi o meu espanto de muitos dias na sua inconcebível obstinação de apontar irremissìvelmente a mesma direcção; e também a espada de lata que me hierarquizou nas eminências do comando de uns tantos garotos traquinas da vizinhança, soldados rasos, com sabres de ripa, da batalhoa desinquieta que causava o desassocego e o destempero do plácido largo, à sombra da complacência de uns cívicos benignos e bonacheirões. Por lá entretive as minhas irreverentes gaiatices a arremedar o Zé Manhanhas, o das bichas de rabiar e dos toscos berços para bonecas — bercos, anunciava o desafortunado velho na tabuleta de letras desajeitadas — a mais risível caricatura de homem que algum dia o Creador concebeu para albergar a alma de um pobre diabo. Oh! o sádico, o cruel prazer com que assolávamos os irados desmandos do cómico velho, valetudinário e curto de vista, a demandar-lhe a irritação, com capciosa ingenuidade, infindáveis vezes, numa cega-rega sarnenta, sempre a repetir a mesma impertinente e atormentadora pergunta: — Tem bercos?!

E pasmei com o arrojo e as habilidades, para mim inéditas, dos saltimbancos pelintras do exuberante Zé das Men-

(1) Sessão camarária de 23-3-1911.

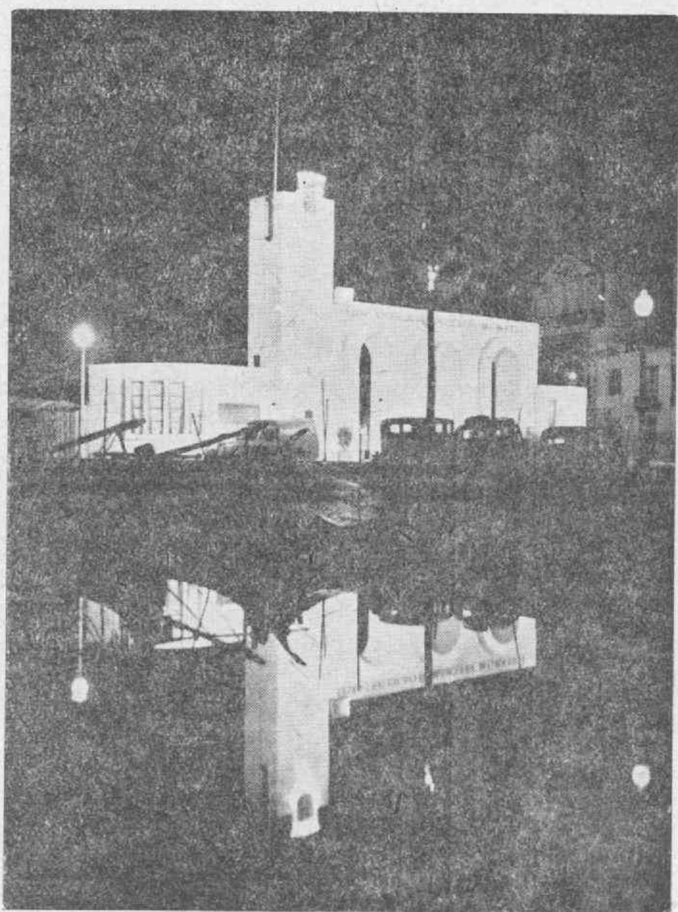
tiras; estoirei de riso com as suas facécias grossas. Por uns magros cobres admirei as vistas das grandes capitais europeias, por um óculo... E só não vi o Papa às janelas do Vaticano, também eu, porque Sua Santidade, segundo asseverava na sua parlapatice especuladora o empresário da barraca... acabara de retirar-se. Aprendi de còr os diálogos fanhosos dos façanhudos «robertos»; mirei em respeito a soberba juba e os caninos afiados de um sonolento leão enjaulado, o primeiro que os meus olhos miraram em carne e osso e, daí, para sempre, o mais impressionante e majestoso. Lembro, com rigor fotográfico, o «Bazar Turco», sei lá com quantas maravilhosas bugigangas, de muito dúbio gosto, porventura, para as minhas exigências de agora; o «Bazar dos três vintens», com uma mole inesgotável de brinquedos para todas as inclinações, ao preço único estipulado, acessível a qualquer, que recobriam longas prateleiras, mas não saciariam a minha desmesurada ambição.

Fixei, com indelével nitidez o «Silva 5», antonomásia que ganhara, com a reputação da sua marca, cuteleiro que era já um atributo da feira e — sei lá bem! pelos dentes maciços e raros, um bigode obsoleto, um todo de homem voluntarioso e aberto, um jeito de falar destoante da pronúncia de Aveiro — personificou na minha imaginação infantil os veteranos das guerras civis, a que alguma vez ouvira aludir nos serões burgueses da botica do meu avô Ala. Quantas remeniscências inesquecíveis! O infalível oculista que experimentava o alcance da vista dos clientes fiéis no circunspecto «Comércio do Porto»; a tranquila mulher das flores de papel, tão garridas e tão frescas, tão ornamentais no enfeite dos oratórios modestos, e tão pretendidas, que se esgotavam inevitàvelmente antes do encerramento da feira. Os grandes tachos de cobre reluzente; os queijos da serra sobre os listrados cobertores de papa; os algibebes com as mirabolantes e eternas artes de provar que um mesmo fato assentaria como uma luva a qualquer pau de virar tripas ou ao mais pantafaçudo latagão; os correeiros de Penafiel; os homens dos barquilhos e dos caramelos; a barraca das feras, com o ramerrão fatigante do realejo e a nauseabunda pestilência que espalhava em torno; uns farroupilhas com coragem de heróis que enguliam espadas e tochas acesas. A feira de Março! Posso considerá-la inútil porque desmereceu em utilidade prática? Não sei eu que outras crianças estão colhendo agora, e receberão amanhã, idênticas impressões, com outros motivos embora, mas tão sedutoras e perduráveis como as da minha infância?

Um ano, em 1919, — oh! decepção! — já as barracas estavam montadas, não houve feira. O tifo exantemático, que estava ceifando centos de vidas no Porto, alarmou as auto-

ridades, e os rapazes da minha idade, alheios às prudentes razões sanitárias e ignorantes do perigo de que algum feirante poderia tornar-se veículo, foram privados dessa ansiada alegria.

Dois anos depois registou-se um acontecimento de grande realce e apreço. Iluminou-se a feira com luz eléctrica, que



Aspecto nocturno do pórtico-fachada da feira em 1947

pela primeira vez aparecia na cidade ao ar livre e para regalo público. Instalou-a graciosamente, montando um pequeno gerador numa das barracas, a Empresa Auto-Metalúrgica, pouco antes fundada pelo tenente Francisco António Soares. A iluminação eléctrica da cidade só se inauguraria cerca de meio ano depois.

A partir de 1936, graças à arejada iniciativa de Carlos Aleluia e à coadjuvação que dedicadamente lhe prestou o chefe da secretaria municipal, Cipriano Neto, a câmara do dr. Lourenço Peixinho transformou a feira, que então apresentava alarmantes sinais de senilidade, imprimindo-lhe um ar mais civilizado, moldando-a numa fisionomia mais consentânea com a época e com a função que hoje lhe está mais indicada. Evolucionou na disposição topográfica, formando um recinto pràticamente fechado, com um pórtico-fachada de amplas proporções voltado ao centro da cidade. Instalou serviços de informações turísticas e de propaganda sonora, com altos-falantes potentes — excessivamente potentes, por vezes — a entremear música gravada com reclamos comerciais; abriu um pavilhão de «chá». Encheu-se de luzes, renovou uma grande parcela do abarracamento, dispôs de alguns «stands» para exposição de produtos da indústria distrital, proporcionou festivais de diversa natureza. Reanimou-se e chamou nova e maior afluência de forasteiros, tornando-se um vivo cartaz das actividades regionais e do turismo local.

E, naturalmente, para em todos os aspectos ficar actualizada, subiram também as tabelas do abarracamento. O novo está hoje taxado em 130$00 o lanço, e o antigo, comprado naquela ocasião aos arrematantes dos quinze anos anteriores, Domingos João dos Reis e seu filho Artur dos Reis, e relegado às ruas mais escusas, em 110$00. Por seu turno, para as tendas e barracas de diversões foi estabelecida a taxa genérica de 1$00 por metro quadrado. Produz, assim, a feira uma receita próxima de trinta contos. Como está longe este rendimento dos 107.950 reis de 1854! E, todavia, como está longe também de constituir «o primeiro interesse da Câmara», conforme o classificava a vereação de 1834! Regulará agora pela centéssima parte apenas dos réditos da municipalidade, e é, em certos anos, totalmente invertido nas despesas com a própria feira.

O famoso mercado fora uma necessidade para a população da cidade e seu alfoz, e a sua organização visara o fim utilitário de ocorrer a toda a sorte de precisões e aos gostos dispares dos frequentadores. Deixando de corresponder a essa necessidade, houve de modernizar-se para não se extinguir por carência de função. Instituído com o propósito de uma simples feira para comércio de utilidades, para tirar proveito dos hodiernos hábitos e facilidades de comunicação e conquistar a atenção dos estranhos, teve de acrescentar, paralelamente, o aspecto de certame e centro de atracções. Tornou-se, por conseguinte, um pretexto para visitar Aveiro. Não que cessassem as transacções dos artigos tradicionais. O negócio continua a ser compensador e a atestá-lo está o

facto de os feirantes não desanimarem nem desertarem. Comprar, porém, para os forasteiros de mais longe, cifra-se num mero acidente de jornada ou numa enganadora justificação para sair de casa. O que principalmente importa é participar no bulício do compacto aglomerado de numerosas e diversas gentes, não desperdiçar os ensejos de distracção, mudar de ambiente nos dias santos ou nos fins de semana, vir de longada à capital do distrito ou à cidade da ria celebrada.

A feira, popular, alacre e movimentada, é, sobretudo, da gente nova, suscitada pela tentação dos divertimentos, e é uma parada de belezas femininas nos dias de mais intensa animação. Por isso não interessa sòmente à gente das redondezas, mas chama visitantes longínquos. Se o tempo incerto da quadra não decorre com feição de carrancudo empecilho, o Rossio é o centro de reunião obrigatório durante quase o mês de duração do longevo mercado — de 25 de Março a 15 de Abril se prolonga, segundo a colectânea de posturas municipais de 1945, e pode exceder esse prazo quando a Câmara o julgue conveniente. Em nenhuma época do ano se passeia tanto em Aveiro, nem tanto se estreita a convivência. Há uma comunicabilidade mais espontânea, uma trégua nos resistentes hábitos provincianos de retraimento, e um primaveril bafejo de optimismo traz à rua as recatadas famílias aveirenses, para uma vida social mais desempoeirada.

O sugestivo carácter de feira-exposição introduzido há uma década e que presentemente, passadas as dificuldades resultantes da última guerra, a vereação presidida pelo dr. Álvaro Sampaio está em animadoras vias de restaurar, fez remoçar e revigorar a secular «feira de Março». Se esse carácter se fixar, como tudo aconselha e permite crer, e se com ele se conjugarem empreendimentos de extensa projecção como o do memorável cortejo folclórico de 1939 — uma audaciosa aventura que o espírito multifacetado do dr. Alberto Souto concebeu, efectivou e pôde impor como a mais bela parada etnográfica até hoje realizada em terras de província — ela prosseguirá, certamente, sobrevivendo a novas gerações, semeando saudades, apertando elos de dedicação bairrista, contribuindo para intensificar e enriquecer a vida de Aveiro. E porventura topará pena menos rombuda e froixa para alinhar os novos elementos relevantes e os contar a leitores mais afortunados.

EDUARDO CERQUEIRA

LOQUELA DOS POVOS DA BEIRA-RIA

(Continuado de pág. 202)

G

Gabiarra — Gavião pequeno, milhafre.
Gadanhão — Ancinho de dentes compridos para apanhar o moliço. É proibido.
À Gagosa — À custa ou à conta dos outros. «O Gonçalo não quer trabalhar porque anda sempre *à gagosa*».
Gajes — Lucros, vantagens. «Não quero esse negócio, porque não dá *gajes* nenhumas».
Galhardo — Homem reles. Diabo. «Ó meu *galhardo!* Se te apanho, racho-te». «Vai p'ró *Galhardo,* grande maroto!»
Gamardo — Pau tendo fixa na sua extremidade uma roda de madeira e que, introduzido através duma rolha de cortiça, que tapa a boca do cântaro, serve para bater o leite, nele contido, para fazer a manteiga. É o processo primitivo, mas ainda usado.
A gana — A parte anterior do pescoço. «Deitou-lhe as mãos *à gana* que se não lhe acodem esganava-o».
Gancha — Pequena foice, bastante curva, pregada na extremidade duma vara e que serve para deitar abaixo ramos de pinheiro e pinhas. «Vai buscar a *gancha* p'ra irmos à lenha».
Garateia — Chincha pequena. Rede.
Garganta — Palavriado. «O Gaudêncio só tem *garganta,* diz sempre que faz tudo e não faz nada».
Garfas da madre — Ovários. «Sou muito doente das *garfas da madre,* porque quando sou assistida tenho muitas dores».

Gargular — Gargarejar. «Tenho andado mal da garganta e fui ao médico e ele receitou-me um remédio para *gargular*».
Garrifa — Regueifa. «Fui à festa e comprei lá estas *garrifas* p'rós pequenos».
Garragina — Gaivota pequena. Parece-nos interessante referir o seguinte pormenor: quando uma gaivota vê uma *garragina* apanhar uma sardinha, persegue-a até que ela a largue ou vomite e logo a apanha e come.
Garroa — Chuvada acompanhada de vento. «Fevereiro é o mês das *garroas;* agora chove, logo já faz sol».
Garroar — Chover às garroas. «Hoje tem estado sempre a garroar».
Gibanca — Bezerra já grande. «Amanhã vou começar a ensinar as minhas *gibancas* a andar ao carro».
Gírio ou *jírio* — Meio maluco, esquisito, incompreensível. «O Gonçalo é *gírio* de todo! Imagina, que não quer regar a horta com água-choca».
Gonga — Jogo de pedras. Coloca-se uma pedra pequena no chão e atira-se, a distância, com outra maior. Não acertando, perde.
Grã — Escalracho. «A minha terra da Saldida não dá nada porque está cheia de *grã*».
Graixa — Castigo, pancada, gordo ou gordura. — «É uma cegueira para o fazer trabalhar!». — Chega-lhe *graixa* e verás como ele trabalha ligeiro». «Não gosto dos rijões do entretinho, porque tem muita *graixa*».
De grande — Com intensidade, a valer. «Eu costumo dar-lhe só um bofete ou dois, mas hoje castiguei-o *de grande*».
Grandulo ou tão *grandulo* — Muito grande. «Ai! Que *grandulas* que são as ameixas que o Gabriel tem no aido de cima!»
Grèlhido — Algazarra, barulho de vozes. «O povo a arrematar o peixe fazia um *grèlhido* que atroava longe».
Grilo — O pénis das crianças. «Esconde o *grilo* que pode vir o capador e cortar-t'o».
Griteira — Gritaria. «O povo fazia nma *griteira* na praça que atroava os ouvidos».
Grual — Grande pássaro bravo da ria.
Gulfiões — As duas saliências de madeira que se vêem sobre a proa do barco e que são o prolongamento das duas extremidades da caverna interior da proa para a frente da qual fica o pique.
Groleta ou *Gruleta* — Espécie de gaivota pequena.
Guardar castidade — Guardar dieta. «Por causa da minha doença do estomago não posso comer de tudo, tenho de *guardar castidade*».

H

Há-de-ires, há-de-fazeres, há-de-levares, etc. Por: has-de fazer, ir ou levar. «*Há-de-fazeres* hoje serão», etc.
Há-de mister—É preciso. «*Há-de-mister* tu ires buscar vinho».

I

Imbida — Cordão umbilical do recém-nascido. «A *imbida* do meu menino só caíu aos oito dias».
Immalhar — Ficar preso nas malhas de rede (peixe). «A rede do Porrão trazia muita sardinha *immalhada*».
Imparar-se — Casar-se. «Tu assim sòzinho não estás bem, deves *imparar-te* p'ra teres quem trate de ti e da tua casa».
Impelegado — Muito parecido, autêntico. «É muito parecido com o pai, é mesmo o pai *impelegado*».
Impos (aos...) — Aos saltos. «Quando os cães levantaram a lebre e ela meteu ao caminho, era vê-la correr aos *impos*».
Inço — Varrasco. «Então já levas a porca ao *inço*?! Ainda é muito nova p'ra criar filhos».
Incheirais — Lugares suspeitos e de bisbilhotice. «Se queres ser considerado como uma pessoa séria e honesta não deves frequentar esses *incheirais*».
In-cruz — Encruzilhada, cruzamento. «Vai por ahi adiante que ele mora na casa que está na *in-cruz* dos caminhos».
Infintas — Propósitos, tentativas, tenções. «Tem feito várias *infintas* para me comprar a casa, mas não lh'a vendo».
Ingar — Provocar, intrometer. «Estás sempre a *ingar* comigo, mas se me chega a zina levas uma lapada que te escacho».
Ingeminado — Sabedor, competente. «Vai consultar o Dr. Ilídio que é um advogado *ingeminado*».
Ingrilar — Espreitar, olhar disfarçadamente. «Não saias agora que estão a *ingrilar* p'ra aqui».
Ingrimanço — Pessoa alta, magra e desajeitada. «O Inácio assim alto e magro é um *ingrimanço* que mete medo».
Ingrime — Que só tem um testículo. «A Ilda não tem filhos porque dizem que o marido dela é *ingrime*».
Inorar — Estranhar, admirar. «Toda a gente *inora* que o Inácio fizesse semelhante coisa».
Inrudo — Intrincado, complicado, difícil. «O professor dá sempre uns problemas muito *inrudos* para a gente fazer».

Inxerido — Infesado, raquítico, encolhido. «O teu pequeno anda tão magro e amarelo... Anda mesmo *inxerido* de todo». «Ando *inxerido* com tanto frio».
Ir acompanhar — Ir ao enterro. — «Não *vais acompanhar?*» — «Quem morreu?» — «Então não sabes que morreu o Elias?!»
Ir à feira — Ter relações sexuais.
Ir impor — Ir acompanhar, despedir-se. «*Vou impor* a Estarreja o Ilídio que embarca hoje p'ra Lisboa».
Ir de volta — Ir na companhia. «*Fui* a Estarreja *de volta* com o Inácio impor o Ilídio».
Ir por ele — Ir buscar. «Não tenho azeite em casa e tenho *d'ir por ele* p'ra temperar a caldeirada».
Ismar — Cismar, pensar. «Estive toda a noite a *ismar* naquela grande disgrácia qu'assucedeu».
Isso nem se fala — É coisa assente, nem se discute. — «Então estás contente com as vacas?» — «*Isso nem se fala*. Nunca tive coisa tão boa».

J

Já'gora — Já que, visto que. «*Já'gora* que estou aqui perto, chego lá».
Jalbeira — Algibeira. «Oh! Mulher! Mete o dinheiro na *jalbeira* que pode-lo perder».
Jorsa ou *jossa* — Trapalhada, embrulhada. «Ele esteve a contar-me a questão que teve com o Jacinto, mas aquilo é uma *jorsa* de que não fiquei a perceber nada».
Jirre — Milheira (pássaro). «Andei ontem aos ninhos e achei um de *jirre* com dois ovos».

L

Labaça — O contraforte do bordo do barco ou bateira onde assenta e roça o remo.
Labacheira — Charco, lodaçal. «Choveu tanto que se formaram *labacheiras* por toda a parte».
Lago — O local do mar, a pequena distância da borda, onde não quebram as ondas e há relativa tranquilidade e remanso das águas. «O barco da companha teve de estar parado bastante tempo no *lago* à espera de maré para poder arribar».
Lagumeiro ou *galumeiro* — Árvore dos cômoros de vedação, havendo alguns exemplares bastante desenvolvidos que dão linda madeira para mobília. Corrutela de *lamigueiro?*

Lambaz — Pau com trapos pregados na extremidade que se emprega na limpeza do barco.
Lançamento (das marés) — As marés vivas, mais altas. «O bota-abaixo do navio é no *lançamento* do S. Bartolomeu» (Agosto).
Lanceiro — Que corre, gira ou deslisa com facilidade. «O ferrolho agora está *lanceiro* porque lhe deitei bastante azeite».
Lanço — É, não só, o peixe pescado, mas também o circuito que faz a rede para pescar.
Lapada — Bofetada, estourada. «Estava a fazer pouco de mim e eu cheguei-me ao pé dele e dei-lhe um par de *lapadas* bem dadas».
Laracha — Espécie de sardinha pequena e de pele branca. «Hoje o mar só deu *laracha*».
Laraus — Ceroulas largas de linho ou pano cru e que não passam abaixo do joelho.
Lascar — Defecar. «Quando ele passou não me viu porque eu estava a *lascar* detrás do muro».
Latada — Bofetada. «Dei-lhe uma *latada* que lhe fez espirrar o sangue pelo nariz».
Lavradeira — Alvéola.
Leite massado — Leite desnatado. «Eu não gosto de *leite massado*».
Levado — Apressado, dum lado para o outro. «O Lauro andou *levado* toda a tarde à procura de açúcar e não encontrou».
Levantado — Leviano, nada ponderado. «A Luísa é muito *levantada* e por isso há-de ser difícil ela amparar-se».
Librar-se — Expulsar a placenta. «A Lídia teve um menino muito bem, mas custou muito a *librar-se*».
Lição — Escola. «O meu pequeno começou a ir para a *lição* ainda não há um ano e já sabe ler».
Licenço — Pequeno abcesso superficial, furúnculo. «Espremi-lhe o *licenço* que se lhe formou no braço e esbrumou muita matéria».
Limpar ou *alimpar* — Tirar, extorquir, levar. «Por me compor o relógio teve o descaramento de me *limpar* 20 escudos». «Foram esta noite ao meu quintal e *limparam-me* as laranjas todas».
Limpo — Teso, sem dinheiro. «Eu também queria ir à feira de Março, mas estou *limpo* de todo».
Loba — Comedor, glutão. «O Luís come muito. Aquilo é uma *loba*».
Loda (água...) Turva, suja. «A água não sendo *loda* não vale a pena ir à ceitela, que não dá nada».
Lota (isto não é...) — Isto não é para quem quer e lhe apetece. — «Tu dás-me esta laranja p'ro meu pequeno?»

— «Pouse! Que *isto não é lota*, custaram-me dez 'stões cada uma».

Lumêdros — As ancas, os quadris. «Trago umas dores nos *lumêdros* que não me deixam andar nem dobrar».

Lupar — Olhar, espreitar. «Toma cuidado que o Luís está a *lupar* p'ra aqui a ver o que tu fazes».

Luza — Límpida, lisa. «Quando a água é *luza* não vale a pena ir à seitela que não dá nada».

Ao luzir do buraco — Ao romper do dia. «Eu levanto-me cedo. Logo *ao luzir do buraco* ponho-me a pé».

M

Maçadia — Agitação ou balanço das águas. «A *maçadia*, sempre a bater contra o valado da praia, desfê-lo todo».

Maçola — A moela das aves. «O meu Manel é derramado por a *maçola* da criação».

Macola — Taboleiro de madeira onde os pescadores conduzem o peixe à praça para a venda. «Hoje o peixe estava muito caro. Chegaram a vender-se *macolas* de enguias a 100 escudos».

Maçolar — Bater com força. «Agarrei-lhe por um braço e *maçolei-o* a valer».

Maçôlos e *Maçolinhos* — Passarinhos novos e novinhos. «Achei um ninho de jirre com *maçôlos* e outro de filoca com *maçolinhos*».

Machado — Doença subita, ataque. «Deu-lhe aquele *machado* de felpe e tem estado às portas da morte».

Magalo — Tipório, matuto. «É preciso cautela com o Macário porque é um *magalo* de alto lá com ele».

Mál-o — Mais o, na companhia. «Fui à festa *mál-a* Maria».

Maloio — Mole, descuidado, de pouca confiança. «O Mateus não serve, que é muito *maloio*».

Mamoa — Que quer estar sempre a mamar. «A minha filha é uma *mamoa*, quer estar sempre com a chucha na boca».

Manga — Saca. «À cautela, leva pão na *manga* que logo podes ter fome».

Manear-se — Andar depressa, trabalhar com desembaraço. «Então levas tanto tempo a fazer isso mulher!... *Manei-te*, que é tarde».

Manila ou *manilha* — Corda feita com uma qualidade de cisal mais resistente.

Maninho — Terreno próprio para produção de erva para o gado. «O que me tem valido é a erva do *maninho* da Saldida, senão não tinha que dar à criação».

Máquina — Octoedro ôco de madeira, dentro do qual se deita o leite e que, girando à volta dum eixo, por acção duma manivela, se emprega para fazer a manteiga.
Maré (...de moliço) — A barcada de moliço. «São precisas três *marés* de moliço para estrumar a minha terra do Muradal».
Maresia — Agitação do mar ou da ria. «Viemos embora porque a *maresia* era muita e não nos deixava pescar».
Mar e marinha — Muitos sítios, muita parte. «Corri *mar e marinha* p'ra arranjar feijão d'atripe p'ra semear».
Mar ruim desfeito — Mar muito bravo. «O *mar é ruim desfeito* como nunca o vi».
Masarulhos — Caroços ou cachuços das espigas do milho. «Este ano as espigas do milho não têm quase grão nenhum, é tudo só *masarulhos*».
Margido — Terreno arenoso, alto, seco e só próprio para centeio, cevada e aveia».
Mascobio — Falso, que não merece confiança. «Não encarregues disso o Macário que é *mascobio* e engana-te bem enganado».
Massame — Dinheiro. «O Malaquias é muito rico, tem *massame* em barda».
Mastura — Farinha de centeio que habitualmente juntam à farinha de milho quando cosem o pão. «O pão desta fornada não ficou saboroso, porque levou pouca *mastura*».
Matulote — Rapaz já bastante desenvolvido. «O filho do Matos é já um *matulote*».
Matinar — Pensar, fazer esforço para se recordar. «Estou farto de *matinar* a ver se me lembro, mas não há maneira».
Matola — Homem e barco moliceiro da Gafanha. «Os *matolas* vêm agora todos p'ra aqui apanhar o moliço e guardam o da Gafanha p'ra a plantação da batata».
Maual — Mangual.
Meia-volta — Com frequência, a miúdo: «*meia-volta,* apareço constipado».
Mèlamua — O jogo do eixo. «Vamos todos quatro jogar a *mèlamua*».
Menino-macho — Menino. «A Micas teve hoje um *menino-macho*».
Mentes (fazer... ou botar...) — Fazer tensão, pensar, contar. «Eu estava a *fazer mentes* que tu também ias mal-a gente». «Eu estive toda a noite a *botar mentes* a ver se devia ir ou não».
Mercantel — Negociante de pescado ou escaço. «Este ano os *mercantéis* não ganharam nada porque o mar deu muito pouco peixe».

Mês do S. João — Junho.
Mês do S. Tiago — Julho.
Mês do S. Bartolomeu — Agosto.
Mês do S. Paio — Setembro.
Mês do S. Simão — Outubro.
Mês dos Santos — Novembro.
Mês morto — Dezembro.

Mexer as papas bem mexidas — Urdir, combinar ou dispor bem as coisas. «Descansa que o Mário é competente e tem arte para *mexer as papas bem mexidas* a teu favor».

Mijacão — Pequeno abcesso superficial que contém uma serosidade e quando espremido, expele um jacto dessa serosidade.

Mijarrela — Vinho ou bebida reles — Coisa reles. «O Macário nunca tem à venda vinho bom, tem sempre uma *mijarrela* que até faz mal à gente».

Mijona — Arraia pequena. «Ando com desejos duma boa arraia com molho de pitau, mas o mar só tem dado *mijonas*».

Minhoqueiro — Minhocas enfiadas numa linha e dobradas em forma de meada para pescar enguias à sertela.

Mirante — Natural de Mira. «O noivo da Micas é *mirante*. Só em Mira é que encontrou quem a quisesse».

Miscar — Espreitar, observar ardilosa e recatadamente. «O Malaquias estava a *miscar* a ver se tu ias às peras».

Mitrado — Rábula, finório. «Não te metas com o Matos!... Olha que ele é *mitrado* e engana-te pela certa».

Missa — Simpatia, amizade. «O Macário não vai à minha *missa*. Não gosto dele».

Modo — Sinal ou indício de sardinha, no mar. «Depois do S. Paio, não se vendo *modo*, é quitado ir ao mar que não se pesca nada».

Molho de pitau — Molho picante especial empregado na preparação de certas caldeiradas e muito apreciado, sobretudo, na de arraia.

Momento (levantar o...) — Resa que os padres fazem junto ao cadáver antes da saída do préstito. «Ao *levantar o momento* os filhos faziam um pranto tal que toda a gente chorou».

De montes em fontes — Por muita parte, por muitas terras. «Andei *de montes em fontes* para arranjar um criado e não consegui».

Mona — Pião de dois bicos. «A minha *mona* anda melhor que o teu chapéu e que a piorra do Manel».

Moscas — Os pontos dados na bainha que encerra o finco, à volta da vela.

Mosquear — Coser com fio forte a bainha que encerra o finco.
Mouro ou *moiro* — Pequenos peixes de cor escura e que se empregam como ótimo adubo das terras.
Mujos — Tainhas pequenas.
Munha — Excremento de boi ou de cavalo, seco e que muitas pessoas pobres colhem para queimar em substituição da lenha.
Muleta — Vara comprida de eucalipto cuja extremidade mais grossa tem uma forquilha que se adapta à ré do barco e com ela os pescadores empurram o barco, impelindo-o para o mar. Está suspenso à ré do barco por uma corda que o arrais do mar solta quando o barco começa a ser impelido pela acção dos remos.
Muro — Paralelogramo de madeira à volta do qual se passa o fio na fabricação manual das redes de pesca e que é a medida da grandeza da malha.

(Continua)

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

AS MARINHAS DE SAL DE AVEIRO

(Continuação)

OS dois documentos que adiante vão publicados, em continuação do que já escrevemos no *Arquivo* (vol. x, pág. 295) sobre «As marinhas de sal de Aveiro», vão-nos revelando, no seu contexto, nomes, factos e condições da vida social de algumas famílias que, à data da ocorrência dos acontecimentos neles narrados, se deram na antiga vila.

Ao compilador de subsídios para a história de Aveiro não deve ser indiferente coligir e arrumar, com outros documentos de mais importância, estes pequenos nadas agora postos à luz do dia. O conjunto de todas as fontes de informação regional, ainda que insignificantes, como estas que os documentos subministram, irão plasmando nas suas minudências o que outrora foi a fidalga vila de Aveiro.

Um desses documentos tem a data de 1626, e o outro é de 1637.

Comprimindo a narrativa, diremos que no primeiro se realiza um contrato de compra e venda de dois meios e um quarteirão da marinha denominada as «Cancelas» que, segundo o documento, ficava no limite e termo de Esgueira.

Foi seu comprador Francisco de Oliveira, casado, com mulher e filhos, e vendedores Miguel da Fonseca Homem e sua mulher Antónia Cota da Fonseca.

No segundo documento entram como partes contratantes o mesmo Francisco de Oliveira, comprador, e como vendedores Manuel Tavares e sua mulher Bernarda Pacheca, que transmitem àquele outros dois meios e um quarteirão da dita marinha das «Cancelas».

O preço do contrato em cada um dos documentos, respectivamente de 1626 e 1637, foi de vinte cinco mil reis,

dinheiro de contrato, tostões e reais, moedas de prata da era corrente de seis ceitis ao real.

Todas as individualidades contratantes e constantes dos documentos tinham a sua morada em Aveiro. Ainda hoje são bem conhecidas as únicas duas marinhas das «Cancelas», que actualmente são pertença do sr. António Cunha e família, também residentes em Aveiro.

Os quatro meios e dois quarteirões, pois, da marinha que naquela época se dizia ficarem no termo de Esgueira, constituem actualmente duas marinhas a confinarem pelo poente com o Esteiro dos Frades, cerca de 1.500 metros ao norte da ilha de Sama, no limite da Gafanha da Nazaré.

É ainda pela descrição e confrontações indicadas nos dois documentos, que fomos levados a crer e à convicção de que Francisco de Oliveira comprando separadamente e em diferentes datas as duas fracções de marinha, já acarinhava possìvelmente o pensamento de as reunir em uma só e única marinha. Não há outra nas «Cancelas», e hoje está dividida em duas, novamente.

Desde 1637 ficava ele dono de quatro meios e dois quarteirões com todos os seus direitos, pertenças, logradoiros, entradas, serventias, muros, eiras, caldeiras, antecaldeirões, mandamentos, cabeceiras e águas vertentes.

Era assim, tão simplesmente e com poucas variantes, que eram designadas as partes constitutivas das antigas marinhas, designação que já se verifica em documentos dos princípios do século XVI, e que ainda se mantém por todo o século XVIII. Essas partes constitutivas das marinhas e as suas subdivisões com a sua nomenclatura, têm sofrido ùltimamente diferentes e múltiplas modificações.

Se não nos escassear tempo e disposição, e também a permissão da direcção desta Revista, abordaremos com mais latitude em artigo subsequente este assunto, que não deixará de despertar interesse e curiosidade.

Por agora, voltemos às individualidades que interferiram nos documentos em tese, e recordemos que todas elas pertenciam à vasta plêiade dos antigos nobres de Aveiro que, já em 1687, tinham dispersos pelas frontarias das suas casas, muros e 270 sepulturas com legendas, os seus brasões heráldicos.

Revivem e repetem-se nestes documentos inéditos, mais uma vez, os nomes dos Oliveiras, dos Pachecos, dos Tavares, dos Fonsecas, dos Homens, que, em larga representação, nos legaram os registos nobiliárquicos da antiga e muito notável e nobre vila de Aveiro.

Ainda há pouco tempo, o Sr. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO dissertou largamente sobre os Oliveiras, ao apresentar

no *Arquivo* (vol. XI, pag. 17) a nomenclatura muito completa dos Oliveiras Barreto, por alcunha — os *Getas*. Enquadra-os ele no número da nobre estirpe de Aveiro, e aí os vemos entroncados com outros nobres — os Ribeiros — descendentes dos Senhores de Figueiró e Pedrógão, segundo diz LUÍS DA GAMA.

Tendo nós apresentado na *Monografia da Gafanha* e nesta Revista a personalidade de Luís da Gama Rangel de Quadros e Maia, como sendo um dos nobres de Aveiro em falência, devemos esclarecer que ele descendia, por uma série de gerações, do casamento de Gaspar Dias Ribeiro com Antónia Ribeira, cuja filha, a Ana, veio a casar com Mateus Fernandes de Oliveira Barreto.

Neste casamento se fez a fusão genealógica dos Ribeiros com os Oliveiras.

Expondo e relacionando factos que possìvelmente se podem ligar com o nosso assunto ou caso do Francisco de Oliveira, comprador da marinha das «Cancelas», esclareceremos que aquela Antónia Ribeira, enfiteuta da marinha o «Remoinho» ou «Trancho» que era pertença da capela de S. Vicente, na igreja matriz de S. Miguel de Aveiro, teve que sustentar duro litígio para não ser desapossada da dita marinha, que ela possuía por aforamento desde 1626.

Nesse aforamento desempenharam papel importante seu filho Manuel Ribeiro e seu genro Mateus Fernandes de Oliveira que, como escrivão da Câmara de Esgueira, fez o treslado do documento enfitêutico.

Ultimamente, por sentença da Relação do Porto, é ainda o neto da enfiteuta, o licenciado Pedro Ribeiro de Oliveira casado com Luísa da Gama, quem toma posse da marinha que José Carneiro Magalhães, administrador da capela, indevidamente tinha incluído entre os bens sonegados à dita capela.

Por esta exposição, é fora de toda a dúvida que as famílias dos Ribeiros, dos Oliveiras, dos Gamas, ou pessoalmente, ou com representação dos seus membros próximos ou remotos, tomavam interesse pelas marinhas.

Por estas e outras razões, mas sem a pretensão de querer excluir Francisco de Oliveira de outras ascendências igualmente nobiliárquicas, tais como a dos vários Oliveiras e a dos Oliveiras Perestrelos, todos residentes em Aveiro muito antes e depois do século XVI, inclinamo-nos a que ele teria pertencido à família dos Oliveiras Barretos, ou seja dos Ribeiros de Oliveira.

Como estes, residia Francisco de Oliveira em Aveiro e dali fazia convergir com acuidade os seus capitais para as marinhas da laguna vouguense, como era timbre quase exclusivo dos Institutos religiosos, da nobreza, dos filhos de alguém nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Concluiremos que, tendo decaído na sua maior parte as grandes Casas e a nobreza de Aveiro nos fins do século XVIII, o comprador da marinha das «Cancelas» vivia ainda em prosperidade nos anos de 1626 e 1637.

Outro tanto não acontecia aos vendedores Miguel Francisco Homem com sua mulher Antónia da Cota Fonseca e a Manuel Tavares com sua mulher Bernarda Pacheca, que nos antigos nobiliários vinham registados com os nomes de: — os Homens, os Pachecos, os Tavares, os Fonsecas.

Todos eles, entre tantos, estavam anotados na longa lista dos homens grandes e ilustres de Aveiro, podendo nós conjecturar, baseados nos dois documentos, que naquelas datas já eles entravam em decadência.

Transcrevemos os documentos:

1.º DOCUMENTO

Saibão Coamtos este Instromento de Carta, pura e firme uemda deste dja pera todo sempre virem que, no Anno do nacimento de nosso Senhor e Jesus *Crisp.*to de mil e seis cemtos e vimte e seis Annos, aos vimte dias do mez de outubro do dito Anno, nesta notauel uilla de Auejro e pouzadas de Miguel da Fomsequa Homem, Aomde elle estaua prezemte de huã parte com sua mulher, Amtonja Cota da Fomsequa, e de outra Framsesquo de Olivejra, todos nesta dita uilla moradores, pessoas conhecidas de mim Taballião, que dou fee serem os proprios aqui nomeados. E pello dito Framsesquo de Olljuejra me foi aprezemtada a sertidão de siza de que o treslado he o seguimte: «João Porto, Juiz do Crime, Sizas e Direitos Reais, ordinarjo em esta uilla dEsg*u*ejra e seus termos o Anno prezemte, etc. ... Fasso saber aos que a prezemte Certidão uirem em como por parte de Framcisquo dOlliuejra, morador na villa de Auejro, me foj dito que compraua a Miguel da Fomsequa Homem, da dita uilla, dous mejos e hum quoartejrão de marinha que está aomde chamão As Camsellas, termo desta dita uilla, que parte de hua bamda com marinha de Framsesquo Homem e da outra com marjnha de Manoel Tauares, ambos de Auejro, por preco de uimte e simquo mil reis, de que ueio a Siza de Sua Magestade dous mil e quinhemtos reis, os quoais resebeo Amdre Pires, depozitarjo dos bens de rais desta uilla e seu termo, e asinou no lliuro comigo, domde mamdej a prezemte que asignej com o dito depozitarjo e escrjuão do cargo que por meu mandado a fez em Esg*u*ejra aos quinze dias do mez de outubro.

Luiz Ribejro da Costa, escrjuão das Sizas, por sua Magestade a fez.

Anno do nacimento de nosso Senhor e Jesus Christo de mill e seis cemtos e vimta e seis annos. // Desta quoremta reis. // Luiz Ribejro da Costa. // João Pimto. // Andre Pires. // E tresladada a dita Certidão de Siza, como dito he, logo pello dito Miguel da Fomseqna Homem e sua mulher Amtonia Cota da Fomsequa foj dito, peramte mi Taballião e testemunhas ao deamte nomeadas, que elles tinhão e pessuhião os dous meios e hum quoartejrão de marinha que está aomde chamão As Camssellas, termo da uilla dEsg*u*eira, que estão mistiquos com outros, e partem com as confromtasoins e deuizoins decllaradas e espessifiquadas na Certidão de Siza atraz. E assima emcorporada e erão seus, liures e dezembargados e que, hora delles, de suas propias e liures vomtades, sem força nem constramgimento de pessoa allgua que a isso os movesse, nem constramgesse, estauão concertados e comtratados com o dito Framsisquo de Olliueira, comprador delle, uemder os ditos dous meios e hum quoarteirão da marinha nomeados

e comfromtados na dita Certidão, com todas suas pertenssas, muros, calldejras, e antecalldeiroins, e mandamentos, e cabessejras, agoas vertemtes, e tudo o mais que lhe pertemsser, assim e da manejra que ategora os pessuhião, e melhor, se melhor puder ser. E isto por preço e comtia de vimte e simquo mill reis, forros de todos os direitos pera elle uemdedor porque os pagara o comprador, os quoais logo o comprador deu e pagou e emtregou parte delle. E o mais comfessarão os uemdedores terjão em si recebjdo em dinhejro de comtado, tostoins e realles, moedas de prata da hera corrente neste Rejno, de seis ceitis ao reall. E por os terem resebidos disserão elles vemdedores, lhe dauão, como de feito derão, por muito bem pagos, emtregues e satisfeitos. E ao comprador e a seus bens e erdejros por quites e lljures de hoje para todo sempre, até o fim do mundo, dizemdo mais elles uemdedores que por bem desta uemda trespassauão de si todo o direito, dominio e senhorjo que nos ditos dous mêios e hum quoartejrao de marinha tinhão. E tudo derão, cederão e trespassarão na mão do comprador; e lhe derão poder que de hoje em diamte delles tome a posse autuall, reall, ciuil e corporall, e fará delles como de couza sua, propia que he, de hoje em diamte. E, em quoamto a não tomarem, se constetuirão por seu simplles collonos, imcllinos, pessuidores da sua mão, prometemdo elles vemdedores fazer, a elle comprador, esta uemda boa e segura e de paz de toda a pessoa ou pessoas que lha tolher, demandar ou embargar quizer, damdo sse a tudo por autores e defemssores em juizo e fora delle e diamte ho juiz de fora desta villa, ou de quem seu cargo servir, e ahj pagar o preço desta vemda com todas as bemfeitorias que estiuerem feitas, pera o que se desaforarão de juiz de seu foro, e que renumsiauão todos os privileigos que tenhão e possão vir a ter, ainda que emcorporados seijão em direito. E erão comtemtes não serem ouuidos, nem a direito admetidos, em juizo nem fora delle comtra esta escritura, sem primejro depositarem o presso desta vemda na mão do comprador ou seus erdejros, que o resseberão sem fiamssa allgua, posto que se lhe pessa. E por isso o hauião por abonados. E eu taballião lhes fiz pergumta na forma da lej dos depozitos, se outrogauão nesta cauza, ao que respomderão que si*m* e que se puzesse, e que a menos disso lhe fosse denegada toda a aucão reall e pessoall que fassa em seu fauor de que não querem uzar, amtes tudo comprir, por suas pessoas e bens que obrigarão. E em testemunho de uerdade o outrogarão, e de todo (ilegivel) foi feito este instromento de uenda nesta nota que eu tabelleião, como pessoa publljqua, aseitamte, estipulamte, o aseitej e estipulej pera quem toquar possa, não prezemte, e o assinarão os uemdedor, uemdedora, por sua mão por saber escreuer, semdo a todo testemunha prezemtes, Rafaelle dAllmejda e Gaspar de Brito Llobo, nesta uilla moradores, que assinarão. Amton*io* Rodrig*ue*s Leitão, taballião.

Miguel da Fomsequa Homem // Amtonia Cota da Fomsequa // Rafaell dAllmejda // Gaspar de Brjto Lobo.

O qual instromento de uenda eu sobredito Antonio Rois Leitam, tabl*ião* publico do judicial nesta notauel uilla dAuejro e seu termo fis tresladar bem e fielmente do meu liuro de notas que fiqua em meu poder, a que en todo e por todo me reporto e escrevi esta nota, o concertej, sobscrevj e assinej de meu publico sinal que tal hé *(sinal do tabelião)*

Leitam //

Desta nota
300

2.º DOCUMENTO

Sajbam quamttoss este estromento de pura e firme uemda deste dja pera todo sempre uirem que, no Anno do nacjmento de Nosso Senhor Jessus Cristo de mil e sseis senttoss e trinta e ssete annos, aoss uintte e quoattro djass do mess de Janeiro do djto anno, nesta uilla de Aueiro e pouzadass de Manoell Tauaress, correo na djta uilla onde eu taballjam fuj, aonde estaua

prezente sua molher Bernarda Pachequa, pellos quoais foj dada huma sertidam de pagoamento de siza, de que ho treslado de uerbo a uerbo he o seguimte: Fellipe Joam, uereador mais uelho e juiz do crime e siza e direitoss reais e siuell pella ordenassam nesta ujlla de Esgueira e sseus termoss ao prezente et setra: — Fasso saber aos que a prezente sertidam uirem, em como por parte de Fransissquo de Holiueira, morador na uilla de Aueiro, me foj dito que comprara a Manoel Tauares, morador na dita uilla, dous mejos e hum coarteiram de marinha na marinha que chamam ass Canssellas, deste termo. Parte de huma banda com Franssisquo Homem da dita uilla e da houtra com marjnha delle comprador, por presso de ujnte e sinquo mill reis, de que ujnha a siza de Sua Magestade dous mill e quinhentos reis, oss quoais ressebeo Dominguoss Correa, depozjtarjo dos bens de rais desta uilla e seu termo, e assjnou no lliuro comigo donde mandej passar a prezente que assjnej com ho dito depozitarjo e escriuam do carguo que, por meu mandado, a fes em Esgueira aoss uinte e quatro djass do mess de Janeiro de mill e sseis sentoss e trinta e ssete annoss. Luis Rjbeiro da Costa, esscriuam dass sizas a fis e assinej. Luis Rjbeiro da Costa. Paguou corenta reis com ho assento. Dominguoss Correa. Fellipe Joam, vereador e juis. E tresslladada assim ha djtta sertidam de siza, como ditto he, loguo ahj em prezenssa de mim taballjam e testemunhass ao djante nomeadas, por hoss djttoss Manoell Tauares e sua molher Bernarda Pachequa foj dito que hera uerdade que elless tjnham e possuhjam dous mejoss e hum coarteiram de marjnha na marjuha que chamam hass Canssellass, termo da uilla de Esg*u*eira, que parte de huma banda com Franssisquo Homem, da uilla de Aueiro, e da houtra partte com marjnha de Franssisquo de Holliueira e com houtras confrontassoins e demarquassoins com que de direito devam e ajam de partir e demarquar, oss quoais dous mejoss de marjnha e coarteiram heram seus, liures e dezembarguadoss. E hora de suass propiass e lliures uontades, sem pressa nem constrangimento de pessoa allguma, ou pessoass que a isso hoss mouessem ou constrangessem, ou couza houtra, hos uendjam, como em efeito lloguo uenderam, doje pera todo sempre con todass suass heiras, emtradass e sserujntjass e llogradouross, djreitoss, pertenssas, que djreitamente lhe pertenssem e pertensserem, hao djtto Franssisquo de Holliueira que perzente estaua para elle, sua molher e ffilhos e herdeiross, assendentess e dessemdentes que aposs elles ujerem e dessemderem até fim do mundo. Jsto por presso e conthja de uinte e sjnquo mil reis, forros de todass as custas e guastoss pera elles uendedoress, e da siza, os quoais uinte e sinquo mjll reis lloguo ahj elles uendedoress resseberam do comprador, em djnheiro de contado, tosstoiss, realles de prata, dobradoss e singelloss, diuhejro corrente neste Reino de seis setis aho reall, que todos iuntoss fizeram a dita ssoma e conthja doss djtos uinte e sinquo mill reis, pello que da djta conthja, assjm ressebjda, djsseram elles uendedoress se dauam por bem paguoss, entreg*u*ess e ssatisfeitoss, e ho conprador e seus bens e herdeiross por quitess e lliures de hoje pera todo ssempre. E dezistiram dos djtoss douss mejoss e coarteiram de marjnha e de todas suas pertenssass e de toda a posse, aussam reall, espessjall, uzo e fruito que nelles tinham e podjam ter. E todo disseram dauam, ssedjam e trespassauam no comprador e sseus erdeiros, e lhe dauam poder e luguar pera tomar a posse doss ditos meios de marjnha e coarteiram, autuall, reall, sjuell e natural, por sim hou por quem lhe paresser. E posto que ha nam tomem, disseram elles uendedores lha aujam por dada e se constetuhjam por seus simples inclinoss, collonoss, possuidores da ssua mam, e sse obrigauam por suass pessoass, fazendass e beñs moueis e de rais, aujdoss e por auer, a lhes fazer bons os ditos dous mejos de marjnha e coarteiram ao comprador e seus erdeiros, seguross, de pass de toda a pessoa ou pessoass que lhos tolher ou demandar ou embarguar quizer, e a todo se darem por autores e defenssores em juizo e fora delle, so*b* penna de lhe tornarem seu djnheiro e de lhe paguarem a elle comprador ou sseus erdeiross todass hass custass, perdas e dannos que dahj resseberem, e as bemfeitorjass e melhorjass que noss ditos mejoss e quoarteiram de marjnha tjuerem fejtto e suas pertenssass. E a todo com-

prirem se dezaforaram elles uendedores de juizes de seu foro, terra, jurdissam, domissjljo. E renunsiaram todos e quaisquer preuillegios gerais, espessjais, que tenham e possam vir a ter, inda que sejam emcorporados em direito, porque de nada djsseram querjam huzar, senão responder pello contheudo nesta escretura e toquante a ella, djamte o juis de fora desta uilla que aguora he e ao diante for ou em seu carguo seruir, onde estar (ilegível) a todo comprimento da justica pello que dejxarem de comprir toquante a esta escretura, e no djtto juizo não seram houuidoss nem a djreito admetidos sem primeiro, e com efeito, depozitarem o presso de reuenda nass maos do comprador ou seus erdeiross que, para ho resseber, disseram hos aujam por abonadoss, a quoall clauzulla depozitarja, eu taballjam aqui puss, de comsentimentto delles uendedores na forma da noua lei, por mo pedirem, hos quais constetuiram por seu procurador em cauza propja, com clauzulla emrevoguauell aho porteiro da Camera desta uilla que ha guoarde, e ao djante for, ou quem seu carguo seruir, pera que em seus nomes, delles uendedoress, possam ser sitadoss pello contheudo nesta esscretura e toquante a ella, e pella tall citassam se prossedera até finall sentenca e por ella requeridoss pera uenda a rematassam de seus bens. E porque de todo foram comtentes, assim ho quizeram, mandaram ser feito este estromento nesta notta, em que assjnou o uendedor, e pella uendedora, por sser molher e lho roguar e nam saber assjnar, assjnou Dominguos de Oliueira, seu paj, sendo tesstemunhass prezentess Tomé Migualhass Guodinho e Manoell de Thoar, criado do comprador, moradoress nesta uilla e que todoss assjnaram. Eu Martim Callado Freire, taballiam o escreuj ». Manoell Tauares. A roguo Dominguos de Holljueira. Tomé Migualhass Guodjnho. Manoell de Thoar. O quall estromento de uenda eu Martim Callado Freire, taballião do publico, auto iudissiall e notas nesta notauell uilla de Aueiro e seus termos, pello Duque Dom Raimundo. Tomei em lliuro de minhas notas, domde as partes testemunhas ficão assinadas, e delle o fis tresladar bem e fiellmente a que me reporito. Em todo e por todo comsertei sobescreui assinei de meu publico sinall que tal he e se oferece. Sobescreui dito dia, mes e anno attras escritto *(sinal do tabelião).*

G.

Pagou desta nota
(inelegível)

P.ᵉ JOAO VIEIRA RESENDE

AVEIRO NA OBRA DE GIL VICENTE

IGNORAM, por certo, muitas pessoas que o nome da cidade de Aveiro figura em algumas peças de GIL VICENTE.

Pois figura, e não é descabido que, a propósito da visita que o «Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra» (1) no dia 8 de Dezembro corrente fez a Aveiro, em cujo Teatro apresentou, em notável serão de Arte, a famosa trilogia das «Barcas» do iniciador da nossa literatura dramática, — registemos no *Arquivo* os lugares em que o genial poeta se referiu à capital do nosso Distrito. Fê-lo, sem dúvida, principalmente por necessidade de rima; mas o caso não deixa de traduzir também certa simpatia pela terra. Vejamos:

No *Auto da Festa,* um tal *Janafonso* (João Afonso) afirma que S. João nasceu aqui:

E S. Vicente verdadeiro
Em Almeirim nasceu também,
S. Fernando em Santarém,
e S. João em Aveiro.
Isto sei eu muito bem!

A *Farsa dos Almocreves* alude a uma padeira aveirense:

Pero Vaz — Mando-vos eu suspirar
pola padeira de Aveiro,
que haveis de chegar à venda
e então ali desalbardar
e albardar o vendeiro.

---

(1) Esta benemérita instituição foi fundada e é dirigida pelo Sr. Dr. Paulo Quintela, professor da Faculdade de Letras.

AVEIRO NA OBRA DE GIL VICENTE

Na tragicomédia da *Nau de Amores* há um frade, doido, que a certa altura se exprime assim:

> Eu sou o frade de Aveiro
> que casou cá na Cartaxo
> com a filha do moleiro.

Finalmente, uma Velha, personagem da tragicomédia do *Triunfo do Inverno*, manifesta do seguinte modo um dos seus desejos:

> Eu desejo ser casada
> com um mancebo solteiro,
> filho do priol *(prior)* de Aveiro,
> e eu sua namorada,
> e o moço sapateiro.

Das povoações do nosso distrito, apenas a Mealhada mereceu a GIL VICENTE as honras de citação, graças aos seus bons vinhos... Encontra-se a palavra numa fala de *Zebron*, um dos diabos da tragicomédia da *Exortação da Guerra*, quando, irònicamente, se dirige ao *Clérigo* dessa peça:

> É cura do Lumiar,
> sochantre da Mealhada,
> arcipreste de canada...
> Bebe sem desfolegar!

A maior parte das povoações a que se faz referência nas obras do Poeta são do Sul: Lisboa e cercanias, Ribatejo e Alentejo, principalmente.

Pertencentes à parte norte do país, além de Aveiro, encontram-se: *Monção, Braga, Bragança, Porto (Puerto), Coimbra, Penacova, Buarcos, Pombal, Lousã, Leiria, Covilhã, Manteigas, Fundão, Seia e Viseu.* O nome de Aveiro é mais citado do que a maior parte das povoações da toponímia vicentina.

Quem quiser estudar este assunto leia a IV das *Notas Vicentinas* de D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS, que são fonte de informação, seguríssima, a respeito do famoso comediógrafo português do século XVI.

Dezembro de 1947.

JOSÉ TAVARES

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Açoreana — Boletim da Sociedade de Estudos Açoreanos «Afonso Chaves». Vol. IV, n.º 1. 1946. Angra do Heroismo — Açores.

Arquivo de Beja, vol. IV, n.ºs 1-2. Beja.

Arquivo do Alto Minho, vol. II, n.ºs 2 e 3. Viana do Castelo.

Arquivos de Angola, vol. III, 2.ª série, n.ºs 11-12. Luanda.

Boletim da Associação da Filosofia Natural, vol. II, n.ºs 8 a 11. Porto.

Boletim do Douro-Litoral, 2.ª série, n.º 8.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. IV, 1946. Angra do Heroismo — Açores.

Britain To-Day, n.ºs 128 a 139. Londreres.

Estremadura — Boletim da Junta de Província. N.ºs 13 e 14. Lisboa.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 9 a 17. Lisboa.

O Tripeiro, n.ºs 10 a 12 (ano II); n.ºs 1 a 7 (ano III). Porto.

Portucale, n.ºs 5-6, 2.ª série. Porto.

Prometeu, n.ºs 1 a 6, vol. I. Porto.

Revista de Guimarães, vol. LVI, n.ºs 3-4. Guimarães.

Saitabi — Revista da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Literária de Valência. N.ºs 23-24. Valência.

J. M. dos Santos Simões — *A Casa do Paço da Figueira da Foz e os seus azulejos*. Figueira da Foz, 1947.

G. Soares de Carvalho — *Microtectónica do Antecâmbrico do Distrito de Aveiro — Algumas observações para o seu estudo*. Separata das *Memórias e Notícias*, n.º 19. Coimbra, 1947.

Cónego ANTÓNIO FERREIRA PINTO — *D. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro, Patriarca das Indias Orientais, Arcebispo metropolitano de Goa e Damão, e Arcebispo titular de Cranganor.* Porto, 1946.

JORGE NINY — *O problema da habitação urbana.* Lisboa, 1946.

Diputacion Provincial de Barcelona — *Anuario de la Biblioteca Central y de las Populares y Especiales correspondiente a 1945.* Barcelona, 1946.

—— *Homenaje a San Juan de la Cruz* en el IV centenario de su nacimiento (1542-1942). Estudio critico por Don Luis M.ª Soler y Catálogo de la Exposicion Bibliográfica. Barcelona, 1945.

—— *Homenaje a Capmany* en el II Centenario de su nacimiento (1742-1942). Conferencia leida por Manuel de Montolín y Catálogo de la Exposición Bibliográfica. Barcelona, 1945.

Capacidad de la Republica Dominicana para absorver refugiados. — Dictamen de la Comision nombrada por el Poder Ejecutivo para el estudio del informe de la Brookings Instituition sobre «La Colonización de Refugiados en la Republica Dominicana». Ciudad Trujillo, 1945.

FRANCISCO FERREIRA NEVES — *Elementos de Geometria* para o I, II e III anos dos Liceus, 8.ª edição. Lisboa, 1947.

—— *Elementos de Geometria* para o IV, V e VI anos dos Liceus, 5.ª edição. Lisboa, 1946.

Publicações da Universidade de São Domingos da República Dominicana, Ciudad Trujillo:

Anales, n.os 31-32, vol. VIII. 1944.

—— N.os 37-38, vol. X. 1946.

El cuarto centenario de la Universidad de Santo Domingo por JÚLIO ORTEGA FRIER. 1946.

Facultad de Filosofia. 1946.

Nueva revision de algunos de los que fueron «Problemas Colombinos», por ARMANDO ALVAREZ PEDROSO. 1946.

Homenaje a Antonio Caso. 1946.

Homenaje a Pedro Henriquez Ureña. 1947.

El regimen de la tierra en la America Española durante el periodo colonial, pos JOSÉ M. OTS CAPDEQUÍ. 1946.

Calendario para el año academico 1946-1947 y otras informaciones universitarias de interes.

Trabajos premiados en distintas Facultades en el año 1946. Ciudad Trujillo. 1947.

De Perfil!... — por Manuel Mentarfa. Porto, 1947. Opúsculo de 32 págs.

Vendo o frontispício desta produção, que o administrador do «Arquivo» nos deu para crítica, supusemos que o — «*Ridendo castigat mores*» —, nele estampado, nos anunciava perfis contundentes, ao geito dos Tolentinos ou Bocages. Mas não: o *intróito* de que o voluminho é precedido elucida-nos perfeitamente acerca dos primitivos intuitos do autor e do que o levou a «arrepiar caminho», seleccionando para objecto da sua veia jocosa «alguns dos mortais mais sãos e de carácter mais lavado», retratados em alguns *perfis*, e enfeixando noutros «os fátuos e os traficantes».

Não nos era desconhecido este culto escritor, que com prazer já temos lido no «Correio de Azeméis». Ignorávamo-lo, porém, nesta faceta, em que muito o ficamos apreciando.

É pena subsistirem as razões que o inibem de dar largas à sátira, que sem constrangimento e com proficiência maneja.

É pena, porque «material» não falta!

J. T.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

Continua a publicação regular, e com o habitual interesse, do monumental dicionário, que atingiu o volume XVII, onde os vocábulos de inicial M recebem registo e comentário.

Dia a dia esta obra se valoriza, avultando os inestimáveis serviços por ela prestados aos estudiosos com a perfeita actualização de grande parte dos seus artigos.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

FIM DO VOLUME XIII

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 30$00
NÚMERO AVULSO . . . . 10$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

MAPPA
da
Ria de Aveiro
para
intelligencia do Plano da Abertura da Nova Barra.
Por Luís Gomes de Carvalho.

Fig. 1ª

Fig. 2ª

O C E A N O

G A F A N H A

Copiado do numero XXXII do
— Jornal de Coimbra —
— Lisboa —
— Impressão Regia. —
1815
Em Abril de 1944
A. Freitas

Mapa da Ria de Aveiro que acompanha a *Memória Descritiva* do Engenheiro Luís Gomes de Carvalho. *(Tamanho reduzido).*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.º 50

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1947

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 30$00
NÚMERO AVULSO . . . . 10$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.º 51

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1947

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 30$00
NÚMERO AVULSO . . . . 10$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.º 52

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1947

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . .	30$00
NÚMERO AVULSO	10$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA